

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

PAULINE FREIRE PIMENTA

**“LUGAR DE MULHER É NA REITORIA”: ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA
DAS FORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E DAS RELAÇÕES DE PODER DE
MULHERES DO ALTO ESCALÃO NAS IFES MINEIRAS**

BELO HORIZONTE

2019

PAULINE FREIRE PIMENTA

**“LUGAR DE MULHER É NA REITORIA”: ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA
DAS FORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E DAS RELAÇÕES DE PODER DE
MULHERES DO ALTO ESCALÃO NAS IFES MINEIRAS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Carmen Aires Gomes.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2019

Pimenta, Pauline Freire.

P328l

"Lugar de mulher é na reitoria" [manuscrito] : análise discursivo-crítica das formações identitárias e das relações de poder de mulheres do alto escalão nas IFES mineiras / Pauline Pimenta Freire. – 2019.

242 f., enc.

Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Acompanha CD contendo entrevistas na íntegra.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 227-236.

Anexos: f. 237-242

1. Análise do discurso – Teses. 2. Reitores de universidades – Minas Gerais – Teses. 3. Relações de gênero – Teses. 4. Mulheres – Identidade – Teses. 5. Mulheres – Emprego – Teses. 6. Feminismo – Aspectos sociais – Teses. I. Gomes, Maria Carmen Aires. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

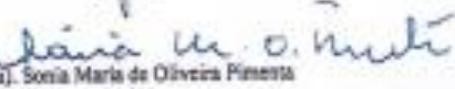
"LUGAR DE MULHER É NA REITORIA": ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DAS FORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E DAS RELAÇÕES DE PODER DE MULHERES DO ALTO ESCALÃO NAS IPES MINEIRAS

PAULINE FREIRE PIMENTA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 09 de agosto de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Maria Carmo Perez Gomes - Orientadora
UFMG


Prof(a). Sonia Maria de Oliveira Pimenta
UFMG


Prof(a). Viviane Cristina Vieira
UnB


Prof(a). Monica Carvalho Aless Cappelle
UFLA


Prof(a). Emilia Mendes Lopes
UPMG

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2019.

Agradecimentos

Uma tese de doutorado pode ser, para muitos, estressante, demorada e mesmo cansativa, já que são muitos prazos, cobranças, revisões, alterações. Algumas pessoas, entretanto, que caminham junto conosco nessa jornada, fazem com que esse trajeto se torne mais leve, e por que não, mais fácil.

Primeiramente agradeço à minha orientadora, Prof. Maria Carmen Aires Gomes, por me proporcionar um contato único com os estudos discursivos críticos, por sua competência, leituras cuidadosas, conselhos pertinentes, por mostrar que é possível lutar pelas minorias por meio do discurso, e que essa luta deve ser constante! E que continue após a defesa! Obrigada por tudo!

À banca de qualificação, Prof. Emília Mendes Lopes e Prof. Odemir Vieira Baeta, pelas inúmeras contribuições no meio do caminho deste trabalho.

À banca de defesa, prof. Viviane Vieira (UnB), Mônica Cappelle (UFLA), Emília Mendes (UFMG) e Sonia Pimenta (UFMG), pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas.

À UFMG e ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, por me proporcionar a oportunidade de cursar um doutorado de excelência em minha área de formação, realizando um sonho antigo de estudar nesta instituição com toda sua qualidade e corpo docente competente.

À UFLA, por ter me proporcionado a chance de me qualificar neste doutorado, por conceder o afastamento e permitir que eu me dedicasse integralmente ao aprimoramento de meu conhecimento para então voltar uma servidora mais capacitada e crítica.

Às minhas entrevistadas, reitoras, vice-reitoras e ex-reitoras, por me receberem tão bem, entendendo a importância de meu trabalho e abrindo suas salas, suas casas, suas vidas e até mesmo seus corações ao concederem as entrevistas para este trabalho. Sem vocês esse trabalho não existiria. Que o pioneirismo de vocês sirva de exemplo a muitas e muitas mulheres gestoras.

Aos diversos parentes que sempre se interessavam e perguntavam sobre o meu trabalho, avós, primos, primas, tias, tios, sogro, sogra, cunhados, cunhadas, enfim, todos que torceram para o meu sucesso.

Aos meus amigos, os de perto, que encontramos às vezes para relaxar um pouco, os de longe, que estão perto virtualmente, sempre torcendo pelo sucesso da tese. Vocês são o alicerce e a força quando tudo parece difícil e a vontade de desistir aparece.

Aos meus irmãos, Izabella e Paulo Henrique, aos meus cunhados, Edison e Lorryne, às minhas sobrinhas, Clara e Helena, por transformarem os momentos mais estressantes em momentos bem mais leves.

Aos meus pais, Paulo e Delba, principais responsáveis pelos meus primeiros passos na escola, na faculdade, no mestrado e no doutorado, pois sem o incentivo essencial de vocês desde o início não chegaria até aqui.

Aos frutos deste doutorado tanto quanto esta tese: meus filhos Maria Emília e Miguel, motivos principais para que eu acordasse todo dia e me dedicasse a escrever e pesquisar,

pois para vocês é que todo o esforço vale a pena, para vocês perceberem desde cedo o quanto é importante estudar, e mais ainda, refletir e lutar por mudanças e pelos direitos das minorias.

Ao meu porto seguro, Everton, que esteve ao meu lado literalmente ao longo desses quatro anos, sentado ao meu lado no escritório na fase de elaboração também de sua tese. Foi um privilégio estar ao seu lado esses 4 anos, tempo em que tivemos na nossa família dois partos, duas qualificações, dois projetos, e por fim, duas defesas. Com certeza somos um dos poucos casais que tem como resultado, em 4 anos, 2 teses e 2 filhos!

Lista de Figuras

FIGURA 1	Divisão sexual do trabalho (HEYWOOD, 2010, p. 25).....	83
FIGURA 2	Modelo de Competência profissional proposto por Cheetham & Chivers (1998) / Fonte: Cheetham e Chivers (1998:275).....	106
FIGURA 3	Modelo Tridimensional de Norman Fairclough.	117
FIGURA 4	Momentos da Prática social	126
FIGURA 5	Relação entre Ordem do Discurso e Momentos da Prática Social.....	128
FIGURA 6	Sistema da Atitude segundo Martin e White (2005).....	137
FIGURA 7	Proposta de análise aplicada ao corpus. Elaborada pela autora.....	144

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1	Realização de trabalho doméstico pela população.....	90
-----------	--	----

Lista de Quadros

QUADRO 1	Comparativo Reitoras e Vice-reitoras nos anos de 2014 e 2018.....	20
QUADRO 2	Conceitos de Patriarcado versus Feminismo.....	52
QUADRO 3	Quatro maneiras de ver identidade.....	75
QUADRO 4	Tipos de liderança e características. Fonte: Adaptada de Eagly, Johannesen-Schmidt e Engen (2003) (HRYNIEWICZ, VIANNA, 2018, p. 333).....	101
QUADRO 5	Classes e Competências. Reproduzida de Amaral (2006, p. 558).....	104
QUADRO 6	Tipos de competência (elaborado pela autora).....	107
QUADRO 7	Domínios e Estratos da Realidade.....	122
QUADRO 8	As ordens do discurso nas práticas sociais.....	127
QUADRO 9	Relações entre significados, ordens do discurso e eixos.....	130
QUADRO 10	O enquadre para a ADC (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p. 60).....	141
QUADRO 11	Identificação das participantes.....	148
QUADRO 12	Informações sobre a vida pessoal das entrevistadas.....	149
QUADRO 13	Áreas de formação das entrevistadas.....	151
QUADRO 14	Tipos de análise e categorias.....	152
QUADRO 15	Relação ator/característica e Identidade.....	154
QUADRO 16	Relação ator/característica e Identidade.....	164

QUADRO 17	Relação grupo temático e identidade.....	177
QUADRO 18	Relação entre excertos e tipos de liderança/competência.....	180
QUADRO 19	Relação estratégia e objetivo.....	183
QUADRO 20	Obstáculos da mulher gestora.....	197
QUADRO 21	Relação representação discursiva e identidade.....	205
QUADRO 22	Relação sub-tema/resultado/identidade.....	209

Lista de Tabelas

TABELA 1	Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo. Reproduzido de IPEA (2016).....	91
----------	--	----

LISTA DE SIGLAS

- ADC – Análise de Discurso Crítica
- ADTO – Análise do Discurso Textualmente Orientada
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- ER1 – Ex-reitora 1
- ER2 – Ex-reitora 2
- ER3 – Ex-reitora 3
- ER4 – Ex-reitora 4
- FURG – Universidade Federal do Rio Grande
- IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LGBT- Lésbicas, Gays, Bi-ssexuais e Transexuais
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- R1 – Reitora 1
- R2 – Reitora 2
- R3 – Reitora 3
- RC – Realismo Crítico
- UFAL – Universidade Federal de Alagoas
- UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- UFG – Universidade Federal de Goiás
- UFGD- Universidade Federal da Grande Dourados
- UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
- UFLA – Universidade Federal de Lavras
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Bahiano

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UFSJ – Universidade Federal de São João Del-rei

UFT – Universidade Federal de Tocantins

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFTPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UFVJM – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

UnB – Universidade de Brasília

UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Unilab - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

VR1 – Vice-reitora 1

VR2- Vice-reitora 2

VR3- Vice-reitora 3

VR4 – Vice-reitora 4

VR5- Vice-reitora 5

“A sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres estão mobilizadas e pressionando para a mudança”
(BATLIWALA, 1994, p.132).

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a maneira pela qual as mulheres que ocupam cargos de reitora ou vice-reitoria em universidades federais mineiras produzem suas identidades, ou seja, como se identificam enquanto mulheres gestoras, problematizando as relações de gênero e de poder ali investidas, formadas, negociadas e resistidas. Esta pesquisa busca olhar de maneira crítico-discursiva três aspectos que balizam o tema: 1) a luta da mulher pela conquista de direitos principalmente no mercado de trabalho e a gestão de uma empresa/instituição; 2) a gestão e as relações de poder, uma vez que, para ela chegar ao cargo máximo de uma instituição, negociações, articulações, produções terão de ser executadas e 3) a formação das identidades dessas mulheres. Como embasamento teórico-metodológico, serão utilizados os estudos discursivo-crítico e explanatórios de Norman Fairclough (2003) e Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999), com o modelo teórico-metodológico da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), o Sistema de Avaliatividade, Peter White (2004) e Martin e White (2005), em caráter transdisciplinar com as categorias sociais do Feminismo (ser mulher) e de Identidade (HALL, 2000, 2015; GEE, 2000). Para tal, foram realizadas entrevistas gravadas com 12 mulheres dentre elas: reitoras, vice-reitoras e ex-reitoras, que foram transcritas e compuseram o corpus de análise deste trabalho. Na análise, elencamos três grupos diferentes de representações discursivas: patriarcais, permeadas por relações de poder/legitimidade e por relações de gênero/resistência aos discursos patriarcais, através dos quais foi possível perceber como as entrevistadas representam-se e como as suas múltiplas identidades: esposa, mãe, mulher, professora, gestora, pesquisadora, profissional e “feminista” mostram-se como identidades híbridas e em processo. Após a análise, foi possível observar o quanto o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) ainda está latente nos relatos das entrevistadas, que, mesmo ocupando cargos de prestígio nas instituições em que atuam, ainda se veem como principais responsáveis pela esfera privada. Além disso, são interpeladas por obstáculos como sua idade, área de atuação, por ser mulher ou bonita, precisando, muitas vezes, de estratégias como: trabalhar muito e bem; mostrar-se competente; ou títulos como pesquisadora 1A do CNPq para legitimar seu poder. Um lampejo de esperança aparece quando nos deparamos com a identidade de profissional e “feminista”. Elas vangloriam as conquistas do movimento, tais como ter liberdade para trabalhar e estudar, mesmo que, para isso, precisem de alguém para tomar conta de “sua casa e de seus filhos”, o que mostra que o espaço privado deve sim ser ocupado pelos homens também. Por fim, negam também os machismos, como a obrigatoriedade do casamento, e defendem equidade de gênero.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Mulher Gestora; Identidade; Gênero; Poder

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the identity formation of women who made it to the top management position of public university management: as rector or vice-rector. Within a critical and discursive approach, this research seeks to look at three aspects that mark the theme: 1) women's fight to conquer rights previously denied to them, such as working positions and management of a company or institution; 2) management and relations of power, once, to reach the top position of an institution, negotiations, articulations, productions will have to take place; and 3) the formation of these women's identities. As a theoretical-methodological basis, the discursive-critical and explanatory studies of Norman Fairclough (2003) and Lilie Chouliaraki and Norman Fairclough (1999) will be used together with the theoretical-methodological model of Speech-oriented Discourse Analysis (ADTO), the Evaluation System, Peter White (2004) and Martin and White (2005), on a transdisciplinary character with the social categories of Feminism (being woman) and Identity (HALL, 2000, 2015; GEE, 2000). For this purpose, recorded interviews were conducted with 12 women, rectors/vice deans and former deans. The interviews were transcribed and have composed the corpus of analysis of this work. In the analysis, three different groups of discursive representations were listed: patriarchal, permeated by relations of power/legitimacy and by gender relations/resistance to patriarchal discourses, through which it was possible to perceive how the interviewees represent themselves and their multiple identities: wife, mother, woman, teacher, manager, researcher, professional and feminist appear as hybrid identities and in development. After the analysis, it was possible to realize how much the patriarchal device (SWAIN, 2014) is still latent in the reports of the interviewees, who, even while occupying prestige positions in the institutions in which they act, still see themselves as the main responsible for their private sphere.

In addition, they are challenged by obstacles such as their age, area of activity, being a woman or beautiful, often needing strategies such as working a lot and well, to prove themselves competent or even to accomplish titles as Cnpq researcher 1 A to legitimize their power. A glimmer of hope comes when we come across the professional and feminist identity, when they boast of the achievements of the movement, such as being free to work and study, having the help of someone to take care of their home and their children. This shows that private space must be occupied by men as well. They also deny machismo, such as the obligation to marry and defend gender equity.

Key-Words: Analysis of Critical Speech; Women Manager; Identity; Gender; Power.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	17
Parte 1 - Lugar de mulher é nos estudos de gênero: reflexão sobre as relações de gênero e de poder na formação de identidades de mulheres.....	26
Capítulo 1 Movimento feminista: as ondas e as relações de poder.....	27
Capítulo 2 Conceito de patriarcado.....	43
Capítulo 3 Os estudos de gênero.....	53
Capítulo 4 Relações de Poder e Formações Identitárias.....	60
Capítulo 5 Divisão sexual do trabalho: responsabilidades, cuidados, casamento- maternidade, mercado de trabalho, carreira e gestão.....	76
5.1 Relações de Gênero e o Magistério.....	76
5.2 Divisão Sexual do Trabalho.....	80
5.2.1 Relações de Gênero e mercado de trabalho: da esfera privada à esfera pública...80	
5.2.2 A Dupla jornada de trabalho feminina.....	87
5.2.3 Relações de Gênero e Cargos de Alta Gestão.....	96
Parte 2 - Lugar de mulher é na luta discursiva: uma retomada dos principais conceitos da Análise de Discurso Crítica.....	111
Capítulo 6 – Estudos Discursivos Críticos: teoria e método.....	111
6.1 Primeiros apontamentos sobre os estudos discursivos críticos.....	111
6.2 As influências do Realismo Crítico de Roy Bhaskar nos estudos de Fairclough.....	118
6.3- Significado Representacional.....	131
6.4- Significado Identificacional.....	133
Capítulo 7- Percurso Metodológico.....	138
7.1- Caracterização da Pesquisa e Abordagem teórico-metodológica.....	138
7.1.1 - Paradigma interpretativo crítico.....	140
7.2- A constituição do corpus da pesquisa: geração de dados.....	144
7.2.1 Participantes.....	144
7.2.2 - Sistematização do corpus de análise.....	147
7.3- Categorias de análise.....	151

Parte 3- Lugar de mulher é “onde ela quiser”: reitoria, relações de gênero e de poder.....	154
Capítulo 8 Representações discursivas patriarcais.....	154
8.1- Mulher: <i>esfera privada e dupla jornada de trabalho feminina</i>	154
8.1.1- Mulher como principal responsável pela casa e pelos filhos.....	155
8.1.2 – Dupla jornada ou terceiro turno é da mulher.....	158
8.1.3- Marido como apoio/ajuda da esposa.....	162
8.2- <i>Mulher: feminino, afeto e dom da docência</i>	164
8.2.1- Afeto como característica feminina.....	164
8.2.2- Docência como sonho e como dom.....	172
Capítulo 9 Representações discursivas permeadas por relações de poder/ legitimidade.....	177
9.1 Legitimação do Poder/Competência e da Autoridade.....	178
9.1.1 Perfil da Gestora.....	178
9.1.2 Estratégias de poder.....	182
9.2 Legitimação e Ser mulher gestora.....	196
Capítulo 10 Representações discursivas permeadas por relações de gênero/ resistência aos discursos patriarcais.....	204
10.1 Não à esfera privada: feminismo como liberdade.....	205
10.2 Sim à igualdade: feminismo como resistência ao patriarcado.....	209
Considerações Finais.....	220
Referências Bibliográficas.....	227
Anexos.....	237
Modelo de Termo de Consentimento	
Parecer Consubstanciado Comitê de Ética	
Entrevistas (em CD)	

Considerações Iniciais

Estudos sobre a mulher sempre despertaram interesse de diversos campos de pesquisa, tais como História, Ciências Sociais e Filosofia. Tiverem como apogeu os anos de 1980, quando houve um “crescimento dos estudos de gênero no país” (ZIRBEL, 2007, p. 20). Nosso estudo encaixa-se nessa seara, uma vez que tem como objeto de pesquisa mulheres em cargos de alto escalão em universidades federais mineiras; muitas delas pioneiras em seus cargos, refletindo um dos avanços alcançados pelo movimento feminista.

O surgimento do movimento feminista deu-se mais especificamente na década de 1960, quando se percebe uma maior efervescência dos movimentos políticos no mundo todo. Silva (2008) ressalta que correntes como essa “colocaram em xeque padrões morais socialmente aceitos, desmontando arraigados valores de família e recusando a posição subalterna da mulher dentro do espaço privado, além de questionar os pressupostos epistemológicos que norteavam o mundo do saber” (SILVA, 2008, p. 226).

O apogeu do feminismo no mundo ocorre então nos anos de 1970, com a influência dos estudos marxistas, das mudanças no mundo do trabalho e com a presença de uma maior opressão feminina em função do capitalismo. O termo gênero, porém, apresenta-se como categoria de análise somente uma década depois, em 1980, em um estudo relacional entre homem e mulher. Teorias feministas concentram-se na diferença entre homem e mulher, alguns autores destacam as diferenças entre sexo e gênero, até chegar aos estudos de gênero com a Teoria Queer, que pode ser considerada uma teoria que leva em consideração muito além dessa dicotomia, destacando o gênero como performance¹.

No Brasil, na efervescência dos anos de 1960, o movimento feminista inicia-se com a reivindicação do direito de voto, negado na constituição de 1889, e conquistado somente em 1932. A partir do movimento de 1968, o movimento feminista ganha mais força e agrega cada vez mais adeptos e militantes lutando em favor dos direitos da mulher. Ainda na atualidade percebemos um quadro de luta e resistência nos mais

¹Optamos por não aprofundar, neste momento, os termos gênero e feminismo, uma vez que reflexões mais aprofundadas serão realizadas em capítulos mais à frente.

variados âmbitos: imprensa, redes sociais, ONGs a favor dos direitos de mulheres, negros, LGBT, indígenas, quilombolas, dentre outros.

Vale destacar, neste contexto, que o governo brasileiro nunca elegeu uma mulher como vice-presidenta, mas tivemos uma presidenta nos períodos de 2010-2014 e 2014-2016² e sua administração foi marcada por inúmeras ações voltadas às mulheres, conforme podemos perceber em Gomes (2019):

o governo de Dilma Rousseff foi amplamente marcado por políticas públicas destinadas à inclusão social, às questões de gênero, igualdade racial e Direitos Humanos, além de mulheres na base executiva. Até a última semana de Dilma Rousseff enquanto Chefe de Estado, eram 6 mulheres em 32 ministérios: Eva Chiavon, Kátia Abreu, Emília Maria Silva Ribeiro Curi, Izabella Teixeira, Inês Magalhães e Nilma Lino Gomes. Foram várias as questões relativas às mulheres propostas e implementadas por seu governo: o aborto previsto em lei, realizado pelo SUS; reorganização da Lei Maria da Penha, a implementação da Lei do Femicídio; as Casas da Mulher Brasileira; a mulher como beneficiária do Programa Bolsa Família assim como a dona do imóvel no programa Minha Casa Minha Vida; a regulamentação da PEC das Domésticas, com intuito de segurar e valorizar tal profissão (GOMES, 2019, p. 89).

Soma-se a isso que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2015³ trouxe uma pergunta com uma citação de Simone de Beauvoir, importante pensadora e representante do feminismo, sobre o que é ser mulher, e teve como tema da redação a violência contra a mulher⁴. Ainda em 2015, houve grande repercussão de campanhas lançadas nas redes sociais em prol do empoderamento das mulheres e contra seu abuso, tais como: #meuprimeiroassédio, em que mulheres relatavam experiências nas quais sofreram algum tipo de assédio sexual e o mais recente #meuamigosecreto,

²O mandato brasileiro para o cargo de presidente é composto por quatro anos, porém, no ano de 2016, Dilma Rousseff passou por um processo de Impeachment e foi retirada da Presidência da República.

³A referida questão está disponível no link:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%201_01_AZUL.pdf. Neste caderno, está na página 15, e é a questão de número 42.

⁴A proposta de redação, disponível no link:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%202_05_AMARELO.pdf, na página 2, tem como tema: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.”

em que elas narravam características de homens de seu convívio que têm atitudes misóginas e sexistas, mas não se assumem assim.⁵

Propositalmente ou não, a ocorrência desses fatos têm colaborado ainda mais para que a reflexão da sociedade sobre as feminilidades ganhe mais espaço na agenda de discussões acerca das relações de gêneros. Corroborar-se, assim, para que se atribua cada vez mais relevância a pesquisas, como a proposta por esta tese, que busca analisar as formações identitárias da mulher gestora em universidades públicas federais.

No ano de 2002, o jornal Folha de São Paulo *online* publicou uma matéria intitulada *Lugar de mulher não é na Reitoria*⁶, na qual foi retratada a presença pouco significativa das mulheres em cargos de gestão em universidades. Assim, diante de todo o exposto e por perceber que havia uma ascensão das mulheres nos cargos de reitoras/vice-reitoras em universidades mineiras⁷, surgiu a minha curiosidade e o questionamento sobre se a Reitoria ou a direção de universidades não seriam um “lugar de mulher”. No exemplo da reportagem supracitada, o recorte referia-se ao estado de São Paulo e, no caso do trabalho desenvolvido, propomos analisar o estado de Minas Gerais. Interessa-nos, em específico, as universidades federais mineiras, das quais, num total de 11, em sete havia mulheres exercendo cargos de reitora ou vice-reitora no ano de 2014⁸. No quadro abaixo estão expostas as Instituições Federais de Ensino Superior e se havia reitora ou vice-reitora nos anos de 2014 (início desta pesquisa) e de 2018 (final da pesquisa)⁹:

⁵Mais informações sobre o assunto, ver no link:

http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html. Acesso em 1 dez 2015

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/sinapse/ult1063u239.shtml>>. Acesso em: 10 ago 2014

⁷Em Minas Gerais, como já citado, o número de reitoras e vice-reitoras é bem expressivo, 7 em 11 universidades. Nas demais regiões do Brasil, se acordo com o site da Andifes, temos a seguinte configuração: Centro-Oeste – 2 reitoras em 5 universidades; Nordeste – 6 reitoras em 20 universidades; Norte – 5 reitoras em 10 universidades, Sudeste – 5 reitoras em 21 universidades e Sul – 4 reitoras em 11 universidades. Disponível em <http://www.andifes.org.br/ifes/>. Acesso em 1 dez 2015.

⁸No ano de 2016, após novo levantamento, este número passou para 8 mulheres reitoras ou vice-reitoras.

⁹ Significado das siglas: H- Homem; M-Mulher; R- Reitora; VR- Vice-reitora

IFES	2014	2018
1. UFLA = MESMA GESTÃO	R-H /VR-M	R-H/VR-M
2. UFOP	R-H/VR-M	R- M / VR-H
3. UFMG = TORNOU-SE REITORA	R-H/VR-M	R-M/VR-H
4. UFSJ	R-M/VR-H	R-H/VR-H
5. UFTM = MESMA GESTÃO	R-M/VR-H	R-M/VR-H
6. UFV = MESMA GESTAO	R-M/VR-H	R-M/VR-H
7. UNIFAL	R-H/ VR-M	R-H/VR-H
8. UFJF = MESMA GESTÃO	R-H/VR-M	R-H/VR-M
9. UNIFEI- NÃO	H	H
10. UFU- NÃO	H	H
11. UFVJM- NÃO	H	H

Quadro 1: Comparativo Reitoras e Vice-reitoras nos anos de 2014 e 2018

A escolha do estado de Minas Gerais ocorreu por este ser o estado com maior número de universidades federais do país, além de notarmos um crescimento no número de mulheres gestoras. Outro ponto que despertou nossa curiosidade de pesquisadora foi o fato de haver, em um estado considerado historicamente tradicionalista, um número expressivo de mulheres liderando as IFES mineiras. A matéria acima citada foi a motivação inicial para essa pesquisa, e o título de nosso trabalho vai de encontro ao título da matéria do jornal. Essa escolha é justificada, pois, ao pesquisar a realidade das universidades federais mineiras, percebeu-se um número significativo de mulheres em cargos de reitora e vice-reitora, ao contrário do pequeno número percebido na matéria produzida pela Folha de São Paulo, provavelmente uma realidade paulista.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar a maneira pela qual as mulheres que ocupam cargos de reitora ou vice-reitoria em universidades federais mineiras produzem suas identidades, ou seja, como se identificam enquanto mulheres gestoras, problematizando as relações de gênero e de poder ali investidas, formadas, negociadas e resistidas. Nossas perguntas de pesquisa são as seguintes:

- Quais seriam as características predominantes em todas as atoras sociais, incluindo suas peculiaridades, para que elas se tornassem reitoras/vice-reitoras?
- Como elas lidam com as identidades de mãe, professora, esposa e gestora e qual a influência disso em sua gestão?
- Quais aspirações pessoais contribuíram para tais conquistas profissionais?
- Mesmo estando em tais cargos de gestão, ainda há uma sobreposição ou contradição de identidades?

Como premissa inicial deste trabalho, a partir dos relatos de experiência das entrevistas, pretendemos analisar não só como as relações de poder são produzidas, circuladas e negociadas nas universidades – ambiente no qual as mulheres têm os mesmos cargos que homens e os mesmos salários –, mas também de que maneira os cargos que elas ocupam funcionam como recursos de poder, uma vez que não importa ser mulher, mas executar a função-reitora. Espera-se, também, que os discursos das entrevistadas reflitam representações discursivas de resistência aos discursos patriarcais, visto que elas são as pioneiras em suas universidades a alcançarem os cargos máximos de gestão. Por esse motivo enseja-se que elas reconheçam esse espaço de poder alcançado por elas como uma inspiração para que outras mulheres possam ocupar os mesmos espaços.

Esta pesquisa busca olhar de maneira crítico-discursiva para estes três aspectos que balizam o tema: 1) a luta da mulher pela conquista de direitos antes negados a elas, tais como o trabalho e a gestão de uma empresa/instituição; 2) a gestão e as relações de poder, pois, para ela chegar ao cargo máximo de uma instituição, negociações, articulações e produções terão de ser executadas e 3) a formação de identidades dessas mulheres.

Como embasamento teórico-metodológico, serão utilizados os estudos discursivo-críticos e explanatórios da forma como Norman Fairclough (2003) e Lillie Chouliaraki; Norman Fairclough (1999) problematizam, bem como as categorias de análise advindas dos significados representacional e identificacional. Além de dialogar com as categorias propostas pela Linguística sistêmico-funcional, nos estudos de Halliday e Matthiessen (2004) e pelo Sistema de Avaliatividade, nos estudos de Peter

White (2004) e de Martin; White (2005), em caráter transdisciplinar com as categorias sociais do Feminismo (ser mulher) e de Identidade (HALL, 1996, 2000, 2015; GEE, 2000)

Uma das razões importantes para a realização deste trabalho seria a necessidade de investigar como as relações de poder estão sendo negociadas, contestadas, produzidas e/ou reproduzidas. Além de procurar entender de que maneira homens e mulheres têm reagido e percebido essas relações e como as mulheres têm alcançado seu espaço na vida em sociedade, em específico na vida profissional. Ao buscar desconstruir os conceitos existentes e preexistentes sobre gênero e questionar as ideias arraigadas de que as funções do homem e da mulher são predefinidas, esta tese torna-se relevante. Propomo-nos a destacar como as mulheres estão alcançando posições que antes eram prerrogativas masculinas e como isso é notável em instituições de ensino, lugar que, por “natureza e por criação, já eram delas”, pois as mesmas atuavam em instituições de ensino tanto no magistério quanto como docentes de universidades há algum tempo.

Outra razão seria que estudos sobre mulheres gestoras que ocupam cargos de chefia, principalmente em universidades, são ainda inovadores. De acordo com pesquisa realizada sobre trabalhos desta natureza, que atrelam mulheres e cargos de gestão, à luz das abordagens Linguísticas, de Análise do Discurso ou da Análise de Discurso Crítica, pouco se percebe sobre o assunto. A maioria das pesquisas estão nas áreas de Administração ou História, por isso acreditamos ser esta uma importante e promissora área para agregar mulher, poder e discurso.

Ainda como uma justificativa importante está o fato de que, até pouco tempo, cerca de pouco mais de dez anos, em matéria jornalística já citada, era destacada a pouca presença de mulheres em postos desta natureza, como destacamos abaixo:

Por que as mulheres mandam tão pouco nas universidades em que ensinam? Não há uma resposta única, mas uma combinação de fatores —como o preconceito e a entrada tardia das mulheres na universidade— fornece algumas pistas. "As mulheres começaram a se preparar mais tarde para a vida acadêmica, no final da década de 1950, início dos anos 60, e isso retardou a nossa chegada aos postos de comando", afirma a professora Ivette Senise Ferreira, 68. Ela fala com conhecimento de causa: em agosto passado, encerrou seu mandato de quatro anos como a primeira mulher a ocupar a

diretoria da tradicional Faculdade de Direito da USP, escola fundada em 1827. "Os homens estão dois séculos na nossa frente."¹⁰

No caso de nosso estudo, a relevância dá-se pelo fato de que, no estado de Minas Gerais, delimitação do nosso corpus de trabalho¹¹, acredita-se haver um número significativo de mulheres em cargo de gestão. Conforme assinalado, no ano de 2014, início deste trabalho, de 11 universidades federais no estado, sete possuíam mulheres exercendo cargos de reitora ou vice-reitora, a gestão máxima da instituição. Dessa forma, o desenvolvimento desta tese permite-nos fazer uma análise de um fenômeno importante e pontual no estado de Minas Gerais, que possui a maior concentração de universidades federais no país. Além disso, cabe destacar o grande número de mulheres reitoras em Minas Gerais, um estado tradicionalmente¹² patriarcal, o que denota a necessidade ainda maior de pesquisar e refletir sobre esse fenômeno que tem ocorrido nas instituições de ensino.

Dessa forma, será realizado um estudo de caso de base explanatória, para que possamos compreender e problematizar como as mulheres reitoras e vice-reitoras produzem, negociam, reproduzem e/ou resistem às relações de poder vividas por elas e analisar o quanto estão investidas e investem-se enquanto sujeitos deste espaço de lutas de poder e saber.

Objetivos:

Objetivo geral:

Analisar a maneira pela qual as mulheres que ocupam cargos de reitora ou vice-reitoria em universidades federais mineiras produzem suas identidades, ou seja, como se identificam enquanto mulheres gestoras, problematizando as relações de gênero e de poder ali investidas, formadas, negociadas e resistidas.

¹⁰Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u239.shtml>>. Acesso em: 10 ago 2014.

¹¹ Vale ressaltar que foram entrevistadas todas as mulheres reitoras do estado de Minas Gerais que foram/são reitoras ou vice-reitoras de universidade federais.

¹²Pelo fato de Minas Gerais ser um estado tradicionalista, a presença das mulheres em cargos de gestão poderia ser ainda mais difícil, o que, de acordo com nossos dados, não ocorre.

Objetivos específicos:

- Analisar os significados representacionais e identificacionais, a partir das categorias da Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO);
- Identificar e Analisar as representações sociodiscursivas da mulher reitora e vice-reitora e
- Analisar o Sistema de Avaliatividade, em específico o Sistema de Atitude, de acordo com Peter White (2004) e Martin; White (2005).

Esta tese divide-se em três partes, além das Considerações Iniciais, Considerações finais e Referências bibliográficas.

Na parte 1, intitulada “Lugar de mulher é nos estudos de gênero: reflexão sobre as relações de gênero e de poder na formação de identidades das mulheres”, faremos uma retomada de discussões sobre pontos teóricos essenciais divididos em cinco capítulos: 1 – Movimento feminista: as ondas e as relações e poder; 2 – Conceito de patriarcado; 3 – Os estudos de gênero; 4 – Relações de Poder e Formações Identitárias e 5 – Divisão sexual do trabalho: responsabilidades, cuidados, casamento-maternidade, mercado de trabalho, carreira e gestão.

A segunda parte, intitulada “Lugar de mulher é na luta discursiva: uma retomada teórica dos principais conceitos da Análise de Discurso Crítica”, está dividida em dois capítulos: 6 – Estudos Discursivos Críticos: teoria e método e 7 – Percurso Metodológico. Neles serão discutidos os principais conceitos a serem utilizados na tese para a análise do corpus, desde as categorias de texto, prática social e prática discursiva trazidas por Fairclough em 1992, passando pela ADTO de Chouliaraki e Fairclough 1999 com base no Realismo Crítico de Roy Bhaskar, até chegar às ordens do Discurso de Fairclough 2003, delimitando os significados representacional, com o sistema de Transitividade, e o significado identificacional, com a Teoria da Avaliatividade.

Por fim, na última parte, intitulada “Lugar de mulher é ‘onde ela quiser’: reflexão sobre as formações identitárias das mulheres reitoras e as relações de gênero e de poder”, traremos a análise do corpus composto pelas entrevistas realizadas com as reitoras/vice-reitoras/ex-reitoras. Será dividida em três capítulos: 8 – Representações Discursivas patriarcais, englobando dois grupos: 8.1 – Mulher: *esfera privada e dupla*

jornada de trabalho feminina e 8.2 – Mulher: feminino, afeto e dom da docência; 9 – Representações discursivas permeadas por relações de poder/ legitimidade, dividida em 9.1 – Legitimação do Poder/Competência e da Autoridade e 9.2 – Legitimação e Ser mulher gestora e 10 – Representações discursivas permeadas por relações de gênero/ resistência aos discursos patriarcais, dividido em duas partes: 10.1 – Não à esfera privada: feminismo como liberdade e 10.2 – Sim à igualdade: feminismo como resistência ao patriarcado.

Parte 1 – Lugar de mulher é nos estudos de gênero: reflexão sobre as relações de gênero e de poder na construção de identidades das mulheres

Nesta parte da tese, dividida em cinco capítulos, nossa atenção volta-se às discussões dos conceitos de gênero social, poder e identidade. Além disso, buscamos entender de que maneira a história aproxima-nos da realidade de milhares de mulheres que trabalham, dentro ou fora de casa, com ou sem o devido respeito de seus companheiros ou de outras pessoas que a rodeiam, sejam elas trabalhadoras do lar, sejam gestoras de instituições importantes.

O primeiro capítulo, “Movimento feminista: as ondas e as relações de poder”, traz um resgate histórico das ondas do feminismo, bem como definições da expressão e discussões sobre as principais obras literárias e avanços de cada uma das épocas. O segundo, ‘Conceito de Patriarcado’, aborda a origem do conceito, bem como diversas definições de variados autores que nos auxilia a pensar o termo e o quão está presente em nossas vidas. O terceiro, “Os estudos de gênero”, apresenta a discussão sobre sexo *versus* gênero; biológico *versus* cultural, além de relacioná-los com o patriarcado. O quarto, “Relações de Poder e Formações Identitárias”, também faz uma conceituação dos vocábulos, bem como discussões sobre legitimidade e autoridade e aborda conceitos de identidade com base em alguns autores, além de trazer categorias que serão utilizadas na análise.

O quinto e último capítulo, intitulado “Divisão sexual do trabalho: responsabilidades, cuidados, casamento-maternidade, mercado de trabalho, carreira e gestão”, divide-se em duas partes. Na primeira, “Relações de Gênero e o Magistério”, apresenta uma discussão sobre a evolução da mulher na educação e de sua entrada no mercado de trabalho por meio da docência. Discute, ainda, o magistério como ‘vocação’ ou ‘dom natural’. A segunda parte, “Divisão Sexual do Trabalho”, desdobra-se em outras três seções. A primeira, “Relações de Gênero e mercado de trabalho: da esfera privada à esfera pública”, discursa sobre a inviabilidade do trabalho doméstico, da relação esfera pública e esfera privada, além da discussão sobre trabalho masculino e feminino. Em seguida, em “A Dupla jornada de trabalho feminina”, discutimos sobre casa e trabalho, casamento e família e refletimos sobre a maior dedicação das mulheres aos serviços domésticos, mesmo trabalhando fora, elencando fatores que podem ser responsáveis por essa menor participação do homem nessas tarefas. Por fim, a terceira

parte, “Relações de Gênero e Cargos de Alta Gestão”, aponta elementos de teorias da Administração para auxiliar-nos no entendimento de como a mulher gestora constitui-se em suas relações sociais nas práticas administrativas. À luz dos conceitos como liderança, competência, teto de vidro, dentre outros, elencamos categorias essenciais para nossa discussão.

Capítulo 1 – Movimento feminista: as ondas e as relações de poder

O termo Feminismo teve sua origem na França, no final século XVIII, questionando a ligação entre sexo e gênero¹³. De acordo com Heywood (2010),

como termo político, ‘feminismo’ é uma invenção do século XX e só se tornou habitual na linguagem do dia a dia a partir da década de 1960 (a palavra ‘feminista’ foi usada pela primeira vez no século XIX, como termo médico para descrever tanto a feminilização de homens quanto a masculinização de mulheres). No uso moderno, ‘feminismo’ é invariavelmente associado ao movimento feminino e à tentativa de fortalecer o papel social da mulher. (HEYWOOD, 2010, p. 21)

O feminismo é a “igualdade social para ambas as categorias de sexo” (SAFFIOTI; 2004, p. 46), além disso repensa e recria a identidade do sexo (ALVES; PITANGUY, 1981), e o movimento teria surgido junto com outras manifestações de minorias. Segundo Hirata *et. al* (2009), “o movimento feminista participa dos movimentos antiautoritários e privilegia as formas mais espontâneas de manifestação, recusando toda organização hierárquica” (HIRATA *et. al*, 2009, p. 146). Tais como aquela entre homens e mulheres, já que parece haver uma relação atributiva, essencialista e hierárquica entre mulheres e homens. Zirbel (2007) atesta que

como resultado da ação e da reflexão feministas, o feminismo tornou-se um amálgama de postura pessoal (comprometida com a mudança das realidades de opressão), movimento político-social (denúncia, enfrentamento das desigualdades e reivindicação de direitos) e reflexão teórica (sobre as crenças e práticas político-sociais, a produção do conhecimento e as experiências das mulheres). Implica mudanças pessoais e coletivas, atinge questões de ordem pública e de ordem subjetiva, afeta todas as redes de relações humanas. (ZIRBEL, 2007, p. 18)

O termo igualdade teria definições distintas para diferentes feministas, de acordo com Heywood (2010). Para as feministas liberais, significa igual acesso ao mundo público (igualdade legal e política); para as feministas socialistas, igualdade econômica

¹³ Sexo e gênero serão discutidos no capítulo “Os estudos de gênero”.

e social e, para as radicais, igualdade na vida familiar e pessoal (criação dos filhos e vida doméstica), e para o Feminismo Negro, outras agendas são demandadas. Mesmo com sentidos diferentes, todos questionam a desigualdade existente entre homens e mulheres, seja no mundo do trabalho, seja no político, nos ganhos financeiros ou mesmo nas atribuições das responsabilidades dos filhos e da casa, situações em que a mulher, na maioria das vezes, é prejudicada, ou por receber menos que o homem ou por realizar mais tarefas domésticas que eles. Hirata *et. al* (2009) resumem bem os benefícios dessa igualdade quando alcançada:

a igualdade garante tudo simultaneamente: a) o direito das mulheres em serem pessoas ‘como todas as outras’ mediante a proibição de qualquer discriminação que as constitua como grupo ‘à parte’; b) a possibilidade, para as mulheres, de serem reconhecidas e aceitas ‘como são’, isto é, com suas diferenças em relação aos homens; enfim, e sobretudo, o direito de cada mulher de exprimir as particularidades que fazem delas ‘indivíduos diferentes de todos os outros (mulheres e homens)’, o acesso à sua dignidade como indivíduo, e de sua contribuição única e insubstituível à vida em comum.” (HIRATA et al, 2009, p. 122)

Ao fazer o questionamento: “Como dar destaque à diferença dos sexos e às mulheres, quando essas eram tradicionalmente vistas como espectadoras do teatro no qual se defrontavam seus mestres e senhores, os homens?” (DEL PRIORE, 1998, p. 217), a historiadora Mary Del Priori traz à tona a realidade vivida por muitas mulheres durante muito tempo. Elas permaneceram restritas, na esfera privada, com as tarefas domésticas, enquanto os homens frequentavam os espaços públicos. O cenário atual, porém, mostra-se diferente, com muito esforço de muitas mulheres para chegarem aos mais variados espaços.

Muito se publicou e pesquisou sobre as mulheres e o feminismo tanto no mundo quanto no Brasil. Autoras como Rachel Soihet, Michelle Perrot, Mary Del Priori, Marlise Matos, Flávia Biroli, Celi Regina Jardim Pinto, Heleieth Saffioti, dentre outras, trarão reflexões sobre a evolução da história da mulher e de suas lutas, que ocorreram ao longo das chamadas “ondas” do movimento feminista. Estamos nos apoiando em pesquisadores historiadores e sociólogos neste momento porque entendemos que, para construir-se um objeto de pesquisa tão atual quanto o nosso, torna-se necessário olhar para trás e entender de que maneira as mudanças ocorreram para chegarmos até aqui. O caráter transdisciplinar deste trabalho é essencial, já que dialoga com áreas como História, Sociologia, Filosofia, Linguística, dentre outras. O que confirma ainda mais a assertiva em trabalhar com a Análise de Discurso Crítica, uma teoria que tem defendido

e comungado com o atravessamento de abordagens teóricas distintas, entendendo a importância das mesmas para a pesquisa acadêmica.

Ao longo do tempo, tanto no mundo quanto no Brasil, foi preciso muita luta para que as mulheres alcançassem inúmeros direitos, dentre eles o de votar; de casar-se com quem quisessem; de não se casar se não quisessem; de trabalhar fora ou de ficar em casa cuidando dos filhos, dentre outros. Mary Del Priore (1998) apresenta um panorama desde o surgimento da dicotomia homem e mulher, retomando autores consagrados. Segundo ela, Engels, em sua obra “A origem da família”, já preconizava a oposição homem e mulher, como a primeira oposição de classe. Aristóteles, nas obras “A metafísica”, “Física”, “Da Alma”, reforça essa discussão sobre a diferença sexual, assim como Spinoza que, no “Tratado da Autoridade Política”, traz a exclusão das mulheres da vida pública. Rousseau, na obra “Do contrato social”, também ignora a mulher numa futura República (DEL PRIORE, 1998, p. 218).

Desde os tempos primitivos, quando a missão do homem era caçar para trazer o alimento – fora de casa –, a da mulher era a agricultura e as tarefas domésticas, na esfera privada. Em algumas culturas como em Atenas e Esparta, elas exerciam funções diferentes: enquanto na primeira sua atuação na sociedade era reduzida, estando sua função limitada ao doméstico; na segunda, elas eram mais participativas, inclusive fazendo parte de reuniões públicas, inclusive indo para batalhas. Até o século XIX, na maioria das culturas, as mulheres tinham um papel extremamente limitado e reduzido, não tendo acesso à educação formal¹⁴ e muito menos à esfera pública¹⁵, na qual os homens eram os protagonistas.

Esse “pertencimento” à esfera privada fez, por muito tempo, com que elas tivessem negados muitos de seus direitos, pois, de acordo com Gay (1988), “durante boa parte do século XIX, e em todo o mundo ocidental, as mulheres permaneceram virtualmente na condição de propriedades de seus pais e, depois, de seus maridos.” (GAY, 1988, p. 131). Mesmo com o advento da Revolução Francesa, no final do século XVIII, quando surgem as primeiras manifestações feministas (BITTENCOURT, 2015),

¹⁴Mais detalhes sobre Educação das mulheres estão no tópico “Relações de Gênero e o Magistério” ainda neste capítulo.

¹⁵Discussões sobre esfera pública e privada serão trazidas na seção “Relações de Gênero e mercado de trabalho: da esfera privada à esfera pública” neste capítulo.

essa realidade pouco se altera, tendo início as mudanças quando ocorre a luta pelo sufrágio em vários países do mundo.

Dentre as principais lutas do movimento feminista, destacam-se o sufrágio universal, as questões de saúde da mulher, a sexualidade e violência, a formação profissional, o mercado de trabalho, dentre outros. Pautas que sempre fizeram parte da vontade das mulheres, mas durante muito tempo não permearam suas realidades, por isso, “o feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública.” (MIGUEL, 2014, p. 19). O movimento feminista e sua organização são descritos a partir das “ondas” do feminismo, que podem ser consideradas três ou quatro, a depender do autor¹⁶. Elas não são fixas, são fluidas, remetendo a períodos históricos específicos.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2010), o feminismo inicia-se, na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX, quando as mulheres começam a lutar por seus direitos, culminando na luta pelo direito ao voto. Iniciar-se-ia, então, a primeira onda¹⁷ do feminismo. O movimento das sufragistas da Inglaterra espalha-se, então, pela Europa, pelos Estados Unidos da América e por outras partes do mundo, chegando ao Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Destacaremos, a seguir, as lutas da primeira onda em países como a França, Inglaterra e Estados Unidos, para então abordarmos o movimento no Brasil.

Em países como a França, as mulheres começam a questionar seus direitos e, na Revolução Francesa, “tentam conquistar para si as liberdades que a nova sociedade conferiria aos homens” (SAFFIOTI, 2013, p. 161). No ano de 1789, é proposta a Declaração dos Direitos da Mulher, que seria votada na França em sua Assembleia Nacional Constituinte, porém, “a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa, era burguesa e masculina” (SAFFIOTI, 2013, p. 161), o que resulta em um fracasso momentâneo da luta feminista. Trinta anos depois, o movimento ressurgiu aliado ao socialismo utópico, com lideranças das mais diversas, dentre elas Flora Tristan, que recorre à educação como uma das condições essenciais para a liberdade das

¹⁶ Consideraremos a quarta onda feminista, trazida por Marlise Matos, por acreditarmos ser importante para o contexto no qual nosso trabalho situa-se.

¹⁷ Algumas discussões recentes tem desconsiderado a classificação por ondas devido a inúmeros fatores, porém, optamos neste trabalho, por manter essa classificação para facilitar o entendimento do contexto do movimento feminista.

mulheres. A exclusão do voto feminino quando do decreto do sufrágio universal em 1848 aguça as lutas que ainda viriam (SAFFIOTI, 2013) e, somente em 1944, “a mulher francesa se tornaria eleitora e elegível” (SAFFIOTI, 2013, p. 168).

As lutas feministas começaram na Inglaterra a passos lentos, mas também acompanhadas de violência, sofrendo, inclusive, muita resistência de antifeministas. Várias ações sufragistas ocorrem em torno de 1900, atreladas a prisões e greves de fome por parte das manifestantes. Com a guerra em 1914, as mulheres são obrigadas a ocupar os empregos que os homens deixam vagos, contribuindo “para diminuir as diferenças políticas entre os sexos” (SAFFIOTI, 2013, p. 176). Somente em 1928 o voto feminino passa a valer para todas as mulheres, já que antes era restrito àquelas com mais de 30 anos, proprietárias de algum imóvel ou esposas de proprietários.

Na Inglaterra, uma obra que marca esse momento é a de Mary Wollstonecraft, de 1792, *Reivindicação dos direitos da mulher*. A autora protestava contra as “condições existenciais da mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 169) e, para ela, “(...) a solução seria o fim do impedimento da formação intelectual para as mulheres: com uma educação igualitária, elas teriam condições de ter uma profissão e conquistar sua independência.” (ROCHA, 2015, p. 27). Segundo Biroli (2018), Mary Wollstonecraft “(...) via na preparação precoce das meninas para casar-se e agradar aos homens uma das raízes das deficiências e das injustiças que marcariam a vida delas como mulheres adultas” (BIROLI, 2018, p. 97). Em outras palavras, elas viriam a ser dependentes do casamento e sustentadas pelos homens, reforçando a obediência aos homens e a não participação em assuntos políticos.

Nos Estados Unidos, a luta das mulheres inicia-se junto à luta contra a escravidão, em torno de 1837, quando “as americanas realizam seu primeiro colóquio antiescravagista, em Nova York” (SAFFIOTI, 2013, p. 177). Há uma conscientização da condição da mulher e, “em 1848, a Proclamação dos Direitos da Mulher, de Seneca Falls, denuncia a submissão da mulher a leis de cuja elaboração não participara e clama por mais oportunidades de educação adequada para que ela possa participar da vida pública” (SAFFIOTI, 2013, p. 177). Em 1869, é fundada a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, e então alguns estados vão concedendo o direito do voto para as mulheres. Somente em 1918, porém, o voto é enfim concedido a todas elas.

No Brasil até as décadas iniciais do XX, a mulher ainda não era considerada cidadã. Possuíam essa condição os homens brancos e os negros, após a abolição da escravidão em 1888. Como pode-se perceber na própria Constituição da então República dos Estados Unidos do Brasil, as mulheres eram invisibilizadas e excluídas da vida corrente. Observamos que para os mendigos e analfabetos foram negados o direito de voto e, para elas, o direito sequer foi negado, conforme observa-se no texto abaixo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1891)

Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;

3º As praças de pré, excetuando-se os alunos das escolas militares do ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regras, ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – 1891 (PINTO, 2003, p. 16)

A mulher no Brasil, nesse período, era uma vítima do então modelo patriarcal, submetendo-se a (des)mandos de pais ou maridos. Em meados de 1900, porém, algumas mudanças começam a ocorrer. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, Bertha Lutz, primeira liderança feminista do Brasil (SAFFIOTI, 2013), representa o país no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho, com a aprovação dos seguintes princípios gerais: “o de salário igual, sem distinção de sexo, para o mesmo trabalho; e a obrigação de cada Estado organizar um serviço de inspeção, incluindo mulheres, a fim de assegurar a aplicação de leis e regulamentos para a proteção dos trabalhadores” (SAFFIOTI, 2013, p. 358). Em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino é fundada e as suas finalidades alinham-se às do movimento feminista, a saber:

1. promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
2. proteger as mães e a infância;
3. obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;

4. auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
5. estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
6. assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
7. estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da Paz e da Justiça no hemisfério Ocidental. (SAFFIOTI, 2013, p. 359)

Em 1932, no Código Eleitoral, ainda não constaria o sufrágio universal, pois somente em 1934, teríamos, enfim, a aprovação do voto feminino (SAFFIOTI, 2013). Além do sufrágio feminino, outras conquistas para as mulheres vieram com a Constituição de 1934, tais como “direito das mulheres brasileiras manterem sua nacionalidade e o transmitirem a seus filhos, apesar de casamento com estrangeiro”. Alguns direitos trabalhistas como “pagamento igual para trabalho igual, salário mínimo, oito horas diárias de trabalho, férias anuais remuneradas, licença maternidade e seguro para proteger os trabalhadores contra doença(...)”. Além de “aposentadoria, direito das mulheres de ocupar toda e qualquer função pública, sem distinções baseadas no estado civil, e direito de três meses de licença maternidade com pagamento integral” (BESSE, 1999, p. 189)

Miguel (2014) destaca que “o programa dessa primeira onda do feminismo tinha como eixos a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades” (MIGUEL, 2014, p. 21). Ademais “apresentavam reivindicações por melhores condições de trabalho, como salário, redução de jornada e salubridade (...)” (MARTINS, 2015, p. 232). Importante lembrar que as mulheres que participavam do movimento nessa época eram em sua maioria de classe média e, segundo Rocha (2015),

as integrantes dessa ‘primeira onda’ do feminismo no século XIX tinham como objetivo criar novas formas de identidade feminina. A maioria das ativistas acreditava que a mudança social deveria começar dentro do lar: as mães podariam em seus filhos os preconceitos de gênero e em suas filhas a antiga concepção do feminino. (ROCHA, 2015, p. 27)

Segundo Scott (1995), “a história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (SCOTT, 1995, p.

84). As representações socioculturais nas quais homens e mulheres têm seus lugares bem definidos podem obstacularizar o acesso de mulheres a cargos eletivos, de chefia, dentre outros. Por isso, essa rejeição à manutenção desses é um dos pilares da luta do feminismo de primeira onda.

Esse movimento de primeira onda começa a perder força por volta da década de 1930, sendo retomado somente na década de 1960, com a segunda onda do feminismo, o chamado “neofeminismo” (HIRATA et al, 2009). Enquanto, na primeira onda, tínhamos “(...) movimentos de mulheres que reivindicam a participação no espaço público e a garantia de condições igualitárias no mundo do trabalho”, a segunda “(...) realociza o sujeito e o situa no espaço privado, de onde estariam a emanar todas as desigualdades” (MARTINS, 2015, p. 234).

A segunda onda do feminismo contempla os anos de 1960 até meados dos anos 1990, englobando questões como liberdade sexual e luta sindical. O marco inicial seria o ano de 1975, considerado Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) e início da Década da Mulher. Diferente da primeira, que era restrita às mulheres de classe média, dessa faziam parte membros de várias classes sociais. Sobre a iniciativa da ONU, Pedro (2006) destaca que ela refletiu os acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 na Europa e nos Estados Unidos, “(...)onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos – entre eles, o de livre disposição do corpo” (PEDRO, 2006, p. 251).

Segundo Freitas (2017), “o objetivo dessas ações era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como protagonistas, por exemplo, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, emancipação e violência.” (FREITAS, 2017, p.51). Pautas como a libertação da mulher, permeadas por uma necessidade de mudança social, já que só a conquista do voto não deu liberdade a ela, eram essenciais neste momento.

De acordo com Bittencourt (2015), “inclusive, é nesse período em que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres” (BITTENCOURT, 2015, p. 201). Ou seja, apesar dessa discussão mostrar-se mais forte na terceira onda que viria a seguir, com apontamentos de Judith

Butler sobre performatividade de gênero¹⁸, ela já apresenta-se neste momento. Outras pautas ainda fazem-se presentes pois, segundo Freitas (2017),

o contexto de lutas por liberdades individuais na Europa e nos Estados Unidos e a influência que o contato dos grupos de exilados, principalmente das exiladas, com essas novas ideias sobre a condição das mulheres na família e na sociedade de maneira mais ampla, foram fortes impulsionadores de novos debates e questionamentos (FREITAS, 2017, p.49).

No Brasil, na década de 1960, época da ditadura militar, surgem, de certa forma como uma resposta brasileira à repressão vivida no país, diversos movimentos sociais, dentre eles o feminismo: “o movimento de 68 foi fundamental. Foi em meio ao processo de participação naqueles movimentos que as mulheres perceberam que também eram marginalizadas” (SOIHET, 2015, p. 53). Isto é, enquanto o país vivia um momento difícil de luta pelos direitos, houve o grito de mulheres que queriam mudanças, reforçando a necessidade pujante de que algo deveria ser feito, também, por elas.

Segundo Zirbel (2007), “a década de 1970 é apontada por muitos/as pesquisadores (GOLDBERG-SALINAS, 1996; SARTI, 1998; PINTO, 2003; dentre outros/as) como a década da reorganização do movimento feminista em torno de questões próprias” (ZIRBEL, 2007, p.44). A autora ainda destaca a diversidade dos grupos feministas atuantes no Brasil pois,

observando a atuação dos grupos de feministas durante a segunda metade da década de 1970, podemos verificar a sua presença em torno de oito espaços mais ou menos distintos: os movimentos populares (clubes de mães, movimento operários), os grupos de esquerda (sindicatos, partidos políticos), as igrejas, o campo das artes (teatro, música, literatura), as universidades e centros de pesquisa, o jornalismo alternativo, os grupos de reflexão (com profissionais e donas de casa) e as feministas organizadas no exílio (conectadas a grupos de mulheres, fora e dentro do Brasil) (ZIRBEL, 2007, p.45).

Nesse contexto, o mundo volta-se para as mulheres, e o Brasil promove também avanços como o Centro da Mulher Brasileira, que foi criado em 1975, em um momento em que as mulheres de classe média tinham preocupações como trabalho, sexualidade e até sobre a violência doméstica, assunto que ainda era tratado como algo natural às relações entre os gêneros (SOIHET, 2015, p. 54).

Segundo Miguel (2014), nos anos de 1980, surgem pautas como a necessidade de as mulheres ocuparem lugares na política; chefiarem empresas e de haver uma

¹⁸ As discussões estarão no próximo capítulo, sobre Gênero.

divisão mais justa do trabalho doméstico, embora ainda houvesse um discurso feminista com menos questionamentos em relação às estruturas sociais. O avanço aparece também na constituição de 1988, quando a mulher conquista, pelo menos no papel, a igualdade perante os homens, a licença maternidade, os direitos e deveres conjugais, dentre outros:

OS DIREITOS DA MULHER NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A Constituição de 1988 consagrou conquistas importantes no campo dos direitos da mulher. São elas:

“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Art. 5º, I);

“às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (Idem, L);

“licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário com duração prevista de cento e vinte dias” (Art. 7º, XVIII);

“licença paternidade, nos termos fixados em lei (Idem XIX); proteção de mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei” (Idem XX);

“proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil” (Idem, XXX);

“são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos [...] bem como sua integração na previdência social” (Idem, XXXIV, parágrafo único);

“o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei” (Art. 189, Parágrafo único);

“os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Art. 226, Parágrafo 5º);

“fundado pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (Idem, Parágrafo 7º)

Os direitos da mulher na Constituição de 1988 (PINTO, 2003, p. 78)

Essa segunda onda do feminismo brasileiro trouxe “(...) uma agenda política e cultural que incluía direitos e comportamentos individuais” (PEDRO, 2015, p. 33), incluindo pautas como a libertação da mulher, tanto sexual quanto em relação às formas de poder. O movimento, portanto, questiona as raízes culturais da desigualdade entre homens e mulheres que ainda persiste e “denuncia, desta forma, a mística de um ‘eterno feminino’, ou seja, a crença na inferioridade ‘natural’ da mulher, calcada em fatores biológicos” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 54).

Algumas obras escritas por mulheres têm papel importante na pauta do feminismo: *Reivindicação dos direitos das mulheres*, de Mary Wollstonecraft (1972), e *O Segundo Sexo* (1949)¹⁹, de Simone de Beauvoir, que são consideradas como ponto de partida do feminismo contemporâneo. Segundo Biroli (2018), as duas obras

(...) questionaram o silêncio sobre as relações familiares como problema social e político. Discutiram o fato de que os mesmos sentidos do feminino que limitavam a vida das mulheres justificavam e incentivavam a reprodução de sua posição na família, de modo que o que se definia como especial e específico restringia sua condição de sujeitos livres. Libertar as mulheres significava, assim, rever as relações familiares e afetivas (BIROLI, 2018, p. 97).

A obra de Heleieth Saffioti, de 1976, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, foi uma importante referência nesse momento, pois defendia a participação da mulher no trabalho do sistema capitalista. Sistema esse que, segundo Sorj (1995), “ora incorpora as mulheres no sistema de produção, ora descarta-as e as marginaliza na família como exército de reserva, segundo as suas exigências, para rebaixar os salários e dividir a classe trabalhadora” (SORJ, 1995, p.157). Além disso, segundo Zirbel (2007), “(...) mediante uma análise marxista da situação da mulher, percebia a sua inferioridade na sociedade como produto de uma necessidade estrutural do capitalismo” (ZIRBEL, 2007, p. 38).

Outra obra essencial para entender o momento é *A Mística feminina*, de Betty Friedman, publicada em 1963. Embora retrate a mulher branca estadunidense de classe média, o trabalho fora do lar era uma libertação, e era real a frustração das mulheres que estavam confinadas ao papel de mãe e esposa, reforçando uma espécie de infantilização da mulher. Heywood (2010) esclarece que

a ‘mística feminina’ a que a autora se refere é o mito cultural de que as mulheres buscam segurança e realização na vida doméstica e no comportamento ‘feminino’, um mito que serve para desencorajar as mulheres de entrar no mercado de trabalho e na vida pública em geral (HEYWOOD, 2010, p. 33).

Sobre as obras de Beauvoir e Friedman, Freitas (2017) atesta que discussões sobre “(...) divisão sexual do trabalho, da socialização das crianças, da descriminalização das mulheres no mercado de trabalho, da autonomia das mulheres casadas ou não, entre outros” (FREITAS, 2017, p.58), que efetivaram discussões sobre “o pessoal é político” foram trazidas por diversos grupos feministas brasileiros

¹⁹ A obra de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo* será discutida na seção sobre Estudos de Gênero.

(FREITAS, 2017). De acordo com Costa (2005), para o feminismo, essa ideia de que “o pessoal é político” apresenta-se como uma ruptura com a dicotomia público-privado.

O político faz-se aqui presente também e, nesse período, é buscada “(...) a autonomia do movimento feminista para responder aos reais interesses das mulheres, passando a desenvolver uma metodologia sob a perspectiva das relações sociais de gênero, frisando que o cotidiano é político” (VIEIRA, 2012, p. 87). Para Pinto (2003, p.46):

é, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominação é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

Essa discussão sobre política começa a caminhar para um dos pontos mais importantes da terceira onda, que seria a institucionalização, tanto do movimento quanto das demandas do movimento ao Estado.

Para Rangel (2012), a terceira onda “(...) teria surgido da crítica às feministas da segunda onda, as quais teriam substituído uma concepção androcêntrica de sujeito universal por uma concepção ginocêntrica de mulher universal” (RANGEL, 2012, p. 43). O crescimento do movimento feminista ocorre a passos largos e há uma efervescente luta pelos direitos não só das mulheres, mas de outros grupos e coletivos que têm algo a dizer e que são considerados minoritários. Diante disso, essa onda do feminismo seria considerada, a partir da década de 1990, como um pós-feminismo, quando a mulher seria considerada e reconhecida como sujeito.

A existência de uma terceira onda no país é marcada pela partidarização e institucionalização do movimento feminista no Brasil (PINTO, 2003). De acordo com Costa (2005), a fiscalização do Estado e a tentativa de influenciá-lo a fim de conseguir alcançar objetivos caros aos interesses femininos e que refletissem em lutas de igualdade de gênero eram responsabilidade do feminismo, como um tipo de movimento social organizado. A partir da Constituinte, sabe-se do Lobby do batom no Congresso Nacional e até um feminismo considerado mais profissional, com lutas mais bem definidas e direcionadas. Conforme atesta Costa (2005),

(...) através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, identificado na imprensa como o 'lobby do batom', o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no

setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou (COSTA, 2005, p.7).

Bittencourt (2015) salienta que o “(...) questionamento do enclausuramento cerrado do conceito de gênero, da contestação expressiva à heteronormatividade, a construção dos corpos, o transfeminismo e a sexualidade (...)” (BITTENCOURT, 2015, p. 203) seriam alguns dos subsídios trazidos por esta onda. Assim, a expressão “pós-feminismo” poderia então sugerir que não haveria mais lutas a serem combatidas e que a igualdade teria sido enfim conquistada (BITTENCOURT, 2015).

Nos anos de 1990, mais progressos em relação aos direitos das mulheres ocorreram. Há grupos mobilizados de mulheres além de formação de Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas para pressionar ainda mais o Estado a favor de suas causas. De acordo com Matos (2010), ainda nesta terceira onda, ocorre uma união dos movimentos urbano-populares com o movimento feminista, além disso, “(...) tanto o movimento feminista quanto os demais movimentos sociais urbanos, naquilo que tange aos temas específicos das mulheres, somaram as forças para conquistar a inclusão da temática de gênero na agenda pública e estatal” (MATOS, 2010, p. 84).

A pesquisadora Marlise Matos, da Universidade Federal de Minas Gerais, propõe em seus estudos e, em específico, em seu artigo *Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul-global*, publicado em 2010, a existência de uma quarta onda para o movimento feminista brasileiro. Alega um distanciamento entre os feminismos dos países considerados de primeiro mundo, como os da Europa e os Estados Unidos, e os periféricos, como o Brasil e alguns países da América Latina. Ela propõe, recuperando estudos de Nancy Fraser e C. T. Mohanty, subsídios para a existência dessa nova onda, trazendo elementos interessantes para a discussão da conjuntura atual brasileira e latino-americana. Optamos por considerar a existência de uma quarta onda, pois é nesse período que se situa nosso corpus de pesquisa, porém, embora a pesquisa tenha sido desenvolvida em 2016/2019, o que a situaria na quarta onda, os dados não mostram isso. As mulheres brasileiras chegam ao poder nas universidades, em cargos alto escalão, como a reitoria, depois do ano 2000, mas é a partir de 2010 que elas o fazem de forma expressiva.

Nessa quarta onda²⁰, que se iniciaria no ano 2000 e estaria vigente até os dias atuais, destacam-se a “multidimensionalidade da justiça”, a valorização das “formas femininas de resistência ao capitalismo, ao racismo e ao machismo”, a necessidade de “espaços intermediários entre Estado e sociedade” e a “ênfase no Fórum Social Mundial e na Marcha Mundial de Mulheres” (MATOS, 2010, p. 82). Uma das ideias defendidas por Matos é a relação entre o feminismo e o Estado, pois, “a partir do Sul global, os feminismos têm reconstruído (e por completo) sua relação (sempre tensa e disputada) com o Estado e com o regime capitalista de produção” (MATOS, 2010, p. 83).

Ela chama atenção ainda para o crescimento do feminismo popular, em que mulheres de todas as classes sociais começam a identificar-se com causas femininas, além da heterogeneidade, seguida de uma “renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração” (MATOS, 2010, p. 86). A busca de mais representatividade da mulher no poder público, por meio das políticas públicas específicas de acordo com o recorte racial, sexual e etário, novos órgãos fiscalizadores e que executem essas políticas, novas organizações tais como ONGs, fóruns e redes feministas também se fazem presentes (MATOS, 2010).

Há “(...) circuitos de difusão feminista operados a partir das mais distintas correntes horizontais de feminismos (acadêmico, negro, lésbico, masculino etc.), que se poderia chamar de ‘*feminist sidestreaming*’ ou de ‘fluxo horizontal do feminismo’” (MATOS, 2010, p. 68). Essa horizontalidade teria relação com as interseccionalidades, definidas, de acordo com Crenshaw (2002), citado por Matos (2010), como “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilita superar a noção simplificada de superposição de opressões” (MATOS, 2010, p. 88).

A quarta onda, portanto, pauta-se no “princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, nacionalidade ou religião” (MATOS, 2010, p. 87) e abarca outras formas de ativismo, como eventos transnacionais – Marcha Mundial das Mulheres e Marcha das Vadias – e atuação nas redes sociais e tecnológicas (SARMENTO, 2017). A Marcha

²⁰As relações com as demais ondas estão expostas em um quadro completo em Matos, 2010.

Mundial das Mulheres²¹ teve sua origem nos anos 2000, quando houve várias manifestações contra a pobreza e a violência, inspiradas em uma manifestação no Canadá, cujo lema era “Pão e rosas”. Já a Marcha das Vadias²² surge também no Canadá, em 2011, como uma reação à afirmação de um policial de que as mulheres não deveriam vestir-se como vadias para evitar que sejam atacadas, transferindo a culpa para a vítima, e luta pelo fim da violência de gênero e da culpabilização da vítima.

O uso de redes sociais e tecnologias para a militância, nos dias atuais, aponta para mudanças nas manifestações pelos direitos de mulheres, principalmente no *facebook* ou *twitter*²³. Para citar apenas dois exemplos, o movimento #meuprimeiroassédio trouxe, nas redes sociais, depoimentos de mulheres que foram assediadas, muitas vezes na infância. Já o movimento #meuamigosecreto expõe relatos de mulheres sobre comportamentos machistas em vários ambientes frequentados por elas. Manifestações, sejam em forma de movimentos nas ruas, sejam em forma de *posts* em redes sociais, mostram que cada dia mais o feminismo está vivo e operante, ainda lutando por pautas que não se esgotam. Ainda há o surgimento dos Coletivos secundaristas e universitários, principalmente após a Primavera das Mulheres, em 2015. Apesar de alguns avanços em relação à violência contra a mulher, por exemplo, com aprovação da Lei Maria da Penha, e a Lei do Feminicídio, a luta das mulheres é constante e os avanços ocorrem a todo momento.

Altera-se, no Código Civil no ano de 2002, a chefia masculina da sociedade conjugal, que ainda fazia parte das leis anteriores a 2002, conforme aponta Piovesan (2006)

a Lei 10.406/02 introduz ainda a direção conjugal e o poder familiar compartilhados, afastando a chefia masculina da sociedade conjugal e a prevalência paterna no pátrio poder; substitui o termo “homem” pela palavra “pessoa”, quando usado genericamente para se referir ao ser humano; permite ao marido adotar o sobrenome da mulher; e estabelece que a guarda dos filhos passa a ser do cônjuge com melhores condições de exercê-la (PIOVESAN, 2006, p. 49).

²¹Ver mais no site: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>

²²Ver mais no site: <https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/conheca-a-marcha/porquevadias/>

²³Mais informações podem ser obtidas na matéria: “#meuamigosecreto: Mulheres 'invadem' redes sociais com posts que denunciam violência e desigualdade de gênero”. Disponível em < http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2015/11/25/noticia_saudeplena,155684/meuamigosecreto-mulheres-invadem-redes-sociais-com-posts-que-denun.shtml > Acesso em 1 dez 2015.

A Lei federal número 11977/2009 concede preferencialmente em nome da mulher a legitimação de posse no Programa Minha Casa, Minha Vida, e a Lei 11108/2005 garante à mulher o direito a um acompanhante na hora do parto, dentre outras²⁴. Progressos também ocorreram no Governo Federal, em especial nas gestões do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2011, quando foram criadas Secretarias de Governo especiais para as mulheres:

mais recentemente, foram criadas a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, em 2002, – transformada em 2003 em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) –, e a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, em 2003, que por si sós já sinalizam avanços institucionais importantes, pois mostram um compromisso das políticas do Estado com as questões de gênero e raça (FALÚ, 2006, p. 7).

A Lei Maria da Penha²⁵ (Lei 11.340) sancionada em 7 de agosto de 2006, coíbe a violência contra a mulher no Brasil e trata-se de um marco no avanço de legislações e políticas públicas voltadas para o benefício da mulher, que abordam pontos muito importantes na sociedade brasileira.²⁶

Atrelado a esse quadro, está a criação de delegacias especializadas em violência da mulher, com atendimento personalizado e celeridade em casos que necessitam desse tipo de atendimento. Segundo dados do Ministério de Direitos Humanos, no primeiro semestre do ano de 2018²⁷, foram registrados, pelo ligue 180 – número de telefone disponível para denúncias de violências, informações sobre a Lei Maria da Penha, dentre outros – 79.661 relatos de violência, sendo os maiores números referentes à violência física (37.396) e violência psicológica (26.527). Desse total, mais de 63 mil foram de relatos de violência doméstica.

Muitos são os estudos sobre violência doméstica ou violência contra as mulheres. Apesar de não ser o escopo deste trabalho, faremos uma breve retomada de

²⁴ Disponível em < <http://www.teclemulher.com.br/leis,1,leis-nacionais.html> > Acesso em 4 jul. 2017.

²⁵ BRASIL. Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm > Acesso em 4 jul. 2017.

²⁶ Disponível em < <http://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/> > Acesso em 19 março 2018.

²⁷ Disponível < <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denu-ncias-de-violencia-contras-as-mulheres> > Acesso em 15 fev. 2019.

alguns trabalhos importantes sobre o tema. A Revista *Cadernos Pagu* trouxe, em seu número 37 (jul./dez. 2011), uma edição com o tema: *Violência: outros olhares*²⁸, na qual expõe vários artigos interessantes sobre violência sexual, tráfico de mulheres, dentre outros. Alguns trabalhos encontrados sobre o tema são oriundos de Escolas de Medicina ou da área de Saúde, tais como o de Batista (2017), que analisa as políticas públicas nos serviços de saúde na cidade de São Paulo em relação à violência contra a mulher, e o de Lamego (2014), que avalia campanhas educativas sobre o tema violência contra a mulher. Por fim, o de Prates (2013) traz um enfoque diferenciado ao abordar os homens autores de violência que são participantes de um grupo de apoio, para o qual foram encaminhados pela justiça. Como já frisado, nossa intenção aqui não é aprofundar o assunto violência contra a mulher, somente apresentá-lo como uma luta ainda em curso nos movimentos feministas.

Há muito a se avançar ainda, como por exemplo a luta pela equidade entre os gêneros: no mercado de trabalho; no piso salarial; na atribuição das tarefas domésticas, no cuidado com os filhos e no respeito com o outro. Oliveira (1983) problematizando a equidade entre homens e mulheres afirma que

trata-se de procurar uma nova formulação de igualdade. Esta não se resumiria mais no acesso das mulheres ao mundo dos homens sob forma caricatural mas compreenderia uma existência de contrapartida, o acesso dos homens aos territórios do feminino. (OLIVEIRA, 1983, p. 37)

A apresentação das pautas do Movimento Feminista é essencial para este trabalho pois, nas vozes das entrevistadas, será possível perceber de que maneira esse movimento interfere ou interferiu em suas práticas pessoais e profissionais e em seus discursos. No próximo capítulo abordaremos um dos maiores obstáculos para a existência das mulheres: o patriarcado.

Capítulo 2 – Conceito de Patriarcado

Patriarcado tem como significado autoridade do pai (autoridade essa que se referia também aos maridos) e sua origem é grega, contemplando os termos *pater* (que significa pai) + *arkhe* (que significa origem, substância inicial) (HIRATA *et. al*, 2009).

²⁸Disponível < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320110002&lng=pt&nrm=iso > Acesso em 15 fev. 2019.

De acordo com Saffioti (2004), “o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C. e só se consolidou no ano 600 a.C. A forte resistência das mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação” (SAFFIOTI, 2004, p. 60). O patriarcado teria, então, a idade de 5.203 anos.

Retomando conceitos relacionados à biologia ou mesmo à religião, Cabral (1995) traz reflexões sobre como os homens participam dos mitos de criação e de reprodução. O autor afirma que eles portavam a semente da vida, e a mulher era o receptáculo, pois o fato de o homem ser o único portador da semente para a reprodução humana justificava sua superioridade. Além disso, ainda segundo Cabral (1995), desde Aristóteles ou mesmo da igreja, têm-se o mito da dominação masculina²⁹, já que, na criação do mundo, segundo a religião, Eva seria inferior a Adão, pois teria sido criada a partir de sua costela.

As discussões sobre patriarcado pautar-se-ão em diversos autores, tais como Bourdieu, Weber, Aguiar, Swain, Saffioti, Heywood, Hirata, dentre outros. Visamos mostrar diferentes pontos de vista sobre o termo. Atrelando o patriarcado a controle, dominação e opressão, Heywood (2010) afirma que

Kate Millett (1970), por exemplo, descreveu o ‘governo patriarcal’ como uma instituição em que ‘a metade feminina da população é controlada pela metade masculina’. Ela sugeriu que o patriarcado contém dois princípios: ‘o masculino domina o feminino; o masculino mais velho domina o mais jovem’. Portanto, trata-se de uma sociedade hierárquica, caracterizada pela opressão dos sexos e das gerações (HEYWOOD, 2010, p. 27).

Saffioti (2004), retomando as discussões de Johnson, destaca que “este autor foi muito feliz ao perceber que o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso” (SAFFIOTI, 2004, p. 121). Essa constatação se reflete, nos dias atuais, em muitos casos de violência doméstica, uma vez que o próprio patriarcado “(...) não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder, que comporta, necessariamente, controle e medo” (SAFFIOTI, 2004, p. 121).

Pode-se dizer que patriarcado é quase sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (HIRATA et al, 2009, p. 173). Ainda segundo Hirata et al

²⁹ A dominação masculina será discutida mais à frente nesta seção.

(2009), “nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detém o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (HIRATA et al, 2009, p. 173). Biroli (2018) também reforça que

na sua forma prévia à intensificação do processo de industrialização – e seu olhar é para o modo como se deu esse processo na Europa ocidental, em especial na Grã-Bretanha-, o patriarcado teria sido caracterizado pela exclusão das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, exercido da sua posição de marido ou de pai. A família estava no centro dessa dinâmica de opressão, por ela denominada ‘patriarcado privado’ (BIROLI, 2018, p. 31).

Pelo fato de os homens serem considerados, segundo o patriarcado, os dominantes, as relações construídas tanto no espaço privado quanto no público seguem essa lógica. Assim a mulher aparece, muitas vezes, como subordinada ao homem, devido à segregação sexual, o que “(...) iria pesar profundamente na formação da personalidade feminina, fazendo da mulher um ser sedentário, submisso, religioso, de restrita participação cultural” (SAFFIOTI, 2013, p. 267). Essa submissão chega a ser tão naturalizada que as mulheres assumem, de certa forma, mais atribuições na esfera privada, ou em casa, ainda que trabalhem fora³⁰. Segundo Soihet (2015),

a questão das mulheres foi sempre olhada como menor e onde a dominação foi incorporada pelos dominados: as mulheres que educam os filhos muitas vezes reproduzem os mecanismos que as colocaram em posições subalternas, as filhas é que têm que limpar a casa, devem ter posições submissas. Ela incorpora e reproduz. Esta é a violência simbólica” (SOIHET, 2015, p. 55).

Apesar de o mundo moderno não ter superado o patriarcado - “(...) um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas” (BIROLI, 2018, p. 11) -, ele mantém-se firme e ativo em várias “instituições e nas relações cotidianas” (BIROLI, 2018, p. 11). Além disso, segundo Hirata *et. al* (2009), “tal dominação determina o modo segundo o qual os homens e as mulheres se representam, constroem e administram as relações que mantêm entre si e, mais amplamente, suas relações com o espaço social, público e privado” (HIRATA et al, 2009, p. 79).

Heywood (2010) apresenta diferentes teses feministas sobre o patriarcado. Para as feministas liberais, há uma “distribuição desigual de direitos e poderes na sociedade como um todo” (HEYWOOD, 2010, p. 27), já que há pouca representação de mulheres

³⁰ Essa discussão será aprofundada mais à frente na seção “A dupla jornada de trabalho feminina”.

na política, em profissões, dentre outros. Seu foco está, portanto, na sociedade, já que essa luta por direitos iguais perpassa mudanças estruturais como as que ocorreram na conquista do sufrágio para as mulheres, por exemplo. Para as socialistas, que levam em conta os aspectos econômicos do patriarcado, a relação seria com o capitalismo, inclusive algumas correntes pautam-se na diferença de gênero como consequência do sistema de classes. Saffioti (2013) completa a discussão quando considera a não participação da mulher na sociedade de forma mais intensa como o homem pelo fato de que

o homem desempenhou, e ainda desempenha, portanto, papel relevante na dupla determinação de que é alvo a mulher enquanto membro de uma classe e enquanto pertencente a uma categoria de sexo. Se ela é duplamente determinada, a consciência do homem é duplamente contraditória. Na medida em que justifica e auxilia a promover a expulsão da mulher da estrutura de classes em virtude de seu sexo, reforça sua própria determinação enquanto membro de uma totalidade parcial oposta a outra e oculta essa determinação de si próprio na manutenção de estruturas parciais em que reina como soberano (família, por instância) (SAFFIOTI, 2013, p. 77).

Por fim, para as feministas radicais, o termo patriarcado é enfatizado e considerado uma “forma sistemática, institucionalizada e generalizada do poder masculino”, e ainda como um reflexo da estrutura de poder da vida doméstica (HEYWWOD, 2010). Tem ainda uma relação intrínseca com a esfera privada, uma vez que “(...) o poder masculino (...) tem raízes na família” (HEYWWOD, 2010, p. 27), ou seja, tem relação com a questão da propriedade. Sociedade, economia e esfera privada aparecem como pilares relacionados ao patriarcado nas três teses feministas, respectivamente, para as liberais, as socialistas e as radicais. Essa discussão em muito nos ajuda a entender de que forma as lutas contra o patriarcado têm sido traçadas e têm ocorrido, conforme apresentado no capítulo anterior sobre o movimento feminista.

Em *Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo*, publicado em 2000, Neuma Aguiar ressalta que há várias outras nomenclaturas sobre o termo, destacaremos aqui algumas delas. A primeira definição destacada é de Raimundo Faoro, que propõe a existência de um patriarcado patrimonialista, em que o público teria domínio sobre o privado. Esse pensamento vai de encontro aos de outros autores que defenderiam o patriarcado como uma herança do sistema escravagista e que teria a família como principal instituição brasileira (AGUIAR, 2000). Retomando Pateman, a autora afirma que “(...) o patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo, observa Carole Pateman (1988). Esse diagnóstico gera uma série de demandas normativas críticas de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do

mesmo” (AGUIAR, 2000, p. 305). Já na época do Brasil colônia, segundo Gilberto Freyre, na estratégia de colonização portuguesa, há essa presença do patriarcado em solo brasileiro, que traz a relação entre o grupo doméstico rural e o regime de escravidão.

Segundo Aguiar (2000), “Saffioti, da mesma forma que Fernandes, situa o patriarcado como um antecedente do capitalismo, procurando efetuar um enfoque histórico e assim evitar o dualismo” (AGUIAR, 2000, p. 322). Além disso, ela afirma que o sistema de dominação “(...) é concebido de forma ampla e que este incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres no contexto de um sistema escravista” (AGUIAR, 2000, p. 327).

A definição do termo, para Aguiar (2000), passa também pela definição de Max Weber (1947), que relaciona poder patriarcal a “sistemas de normas baseado na tradição”. Destaca ainda a presença de “outro elemento básico da autoridade patriarcal” que seria “a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição” (AGUIAR, 2000, p. 313). Ainda pautando-se em Weber, afirma que “as relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade pessoal” (AGUIAR, 2000, p. 314). Visto que essa “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237). Para Weber, o patriarcado existiria antes do capitalismo, sendo considerado como um “tipo ideal”, que faça “alusão a qualquer organização social historicamente definida que tenha no patriarca a autoridade central do grupo doméstico” (MORGANE; NADER, 2014, s/p). Além disso, “(...) o patriarcado se apresenta como a-histórico, fixo, inflexível e natural” (MORGANE; NADER, 2014, s/p).

Em *A Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu (2002)³¹ discute ainda as diferenças biológicas como fundamentos naturais e evidentes da dita dominação masculina, que seria inevitável e imutável. Afirma, em algum momento da obra, inclusive que as mulheres aceitam-se como dominadas. Para ele, as diferenças biológicas muito se relacionam com as diferenças culturais e com o público e privado uma vez que

³¹ Sobre os conceitos de *habitus* e violência simbólica ver Bourdieu, 2002.

a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2002, p. 20).

O reforço do patriarcado e da dominação masculina é tão presente que chega a ser naturalizado na sociedade uma vez que “(...) o conservadorismo tradicional considera natural e inevitável o patriarcado na sociedade e a divisão sexual do trabalho entre o homem ‘público’ e a mulher ‘particular’”. Para além disso, as mulheres “(...) nasceram para ser esposas e mães, e rebelar-se contra esse destino é inútil e errado.” (HEYWOOD, 2010, p. 31). Essa noção de destino reforça a tese da dominação masculina trazida por Bourdieu (2002) e que ainda é reproduzida em vários tipos de discursos, por homens e mulheres de faixas etárias e poderes econômicos diferentes. Ela estaria ligada ao “princípio da perpetuação” (BOURDIEU, 2002, p. 11) da relação de dominação, que, segundo ele, não estaria no âmbito do privado, em casa, onde já foi combatido pelas feministas, mas sim no âmbito público, nas Escolas e no Estado, locais que se colocariam como centros de ação para que essa dominação fosse combatida.

As estruturas de dominação, segundo Bourdieu, “são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2002, p. 46). Dessa forma, a dominação masculina ultrapassa o privado e a sociedade, para adentrar no poder estatal, conforme afirma Saffioti (2004), “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2004, p. 127).

Atrelando então, aspectos biológicos, relação público e privado e instituições como o Estado na reprodução de discursos ou ações patriarcais, “a dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício” (BOURDIEU, 2002, p. 45). Além disso, aos homens sempre cabe “a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações” (BOURDIEU, 2002, p. 45).

Tania Navarro Swain publica, em 2014, *Por falar em liberdade...*, discutindo o patriarcado como um dispositivo. E a autora afirma que o corpo, o físico “(...) mantém a clausura das mulheres em seus corpos sob a violência material ou representacional” (SWAIN, 2014, p. 37). O dito sistema de dominação reforçado pelo patriarcado e amparado pela diferença biológica dos corpos sexuados, já trazida por Bourdieu (2002), é lembrado quando a autora afirma que

nos anos 1980, as feministas desvelaram na categoria patriarcado todo um sistema de dominação e convencimento instalado para criar a diferença e a desigualdade, com a instituição binária da sociedade e sua dessimetria. Esta noção de sistema implica sua extensão e aparelhagem social fundada em poderes arbitrários e discriminadores, na arquitetura das representações do humano em mulher e homem, diferentes por ‘natureza’ (SWAIN, 2014, p. 36).

Swain (2014) pontua ainda que a “ordem patriarcal e a construção da diferença sexual apresentam-se como um tripé: a materialidade genital, no caso, o pênis; a figura simbólica do pai; e o resultado final, o poder.” (SWAIN, 2014, p. 38). Diante disso, haveria, ligados ao dispositivo do patriarcado, mais três subsistemas, ou dispositivos que, juntos, formariam o primeiro, são eles: *dispositivo amoroso*, atribuição de papéis socialmente destinados às mulheres; *dispositivo da sexualidade*, corpo sexuado das mulheres, e *dispositivo da violência*, que seriam as formas de intimidação daquelas que desafiam o controle patriarcal, tais como estupro, assassinato, dentre outras (SWAIN, 2014).

Os três dispositivos formam de maneira harmoniosa tudo aquilo que o próprio Bourdieu trata como patriarcado, bem como as definições de outros autores que também englobam opressão, controle, medo, dentre outros. Ao considerar que a mulher deve ser ligada naturalmente à domesticidade, à casa, aos filhos e à maternidade, o patriarcado, com o dispositivo amoroso, reforça os princípios de que ela deve, além dessa disposição para a esfera privada, ser “doce, amável, devotada (ou incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e sobretudo amorosa” (SWAIN, 2014, p. 41). Segundo Swain (2014), o reforço do local da mulher como a esfera privada já trazida por Bourdieu ocorre também quando se aborda o dispositivo amoroso, uma vez que

o dispositivo amoroso, assim, cria mulheres dóceis e, além disso, dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos na busca de um amor ideal, que seria feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. É a busca do príncipe, a multiplicação dos casamentos e conseqüentemente dos divórcios, pois o príncipe é com frequência, apenas um sapo. E isto apenas nos países em que o divórcio é aceito (SWAIN, 2014, p. 42)

Bourdieu, ao discutir a intuição feminina, afirma que ela seria “(...) inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, à atenção, e às atenções, à observação e à vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos” (BOURDIEU, 2002, p. 42). Além disso, essa dita submissão das mulheres para com os homens é reforçada por Rousseau, dialogando com o dispositivo amoroso de Swain (2014), ao afirmar que

toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educa-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável – são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância (Jean Jacques Rousseau) (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 35).

O segundo dispositivo seria o da sexualidade, que “(...) é orgânico, constitutivo do ser homem, de ser dotado de um pênis, seu maior apoio na materialidade do social.” (SWAIN, 2014, p. 43). Essa sexualidade aflorada dos homens não tem limite, é livre, enquanto a das mulheres tem limites e deve ser velada e coberta. A estimulação cada vez mais precoce aos ditames sexuais das meninas, bem como a “hipersexualização” presente sobretudo na mídia reforça a suposta “liberdade”, por exemplo, das prostitutas, das quais os homens são os maiores beneficiários, por utilizarem seus corpos por dinheiro. De acordo com a autora, a prostituição é “pedra fundamental da subsistência do patriarcado: enquanto existir uma só mulher cujo corpo é transformado em mercadoria, todas as mulheres continuam a ser corpos disponíveis para a apropriação e o desprezo masculino” (SWAIN, 2014, p. 44). Mais uma vez Swain (2014) dialoga com Bourdieu (2002) considerando os corpos e sua biologia como partes integrantes do dispositivo do patriarcado, já que, também, devido às características biológicas, a mulher torna-se vítima de seu próprio corpo na prostituição³².

O dispositivo da violência age quando se sente ameaçado. Violência doméstica e estupro são os dois maiores exemplos das práticas desse dispositivo, que, segundo a autora, significam que “violência sem limites, sem horizontes, tudo é possível no ódio que impele os homens a atacar as mulheres, meninas e crianças, para penetrá-las com seu sexo e mostrar assim como são poderosos e viris” (SWAIN, 2014, p. 45). Swain (2014), citando Wittig (1980), afirma que “assim como o casamento, a prostituição, estupro, posse, propriedade, emprego da força, uso da violência são instituições

³² Vale destacar que essa é uma perspectiva. Para algumas feministas, é preciso regulamentar a profissão.

patriarcais, partes constitutivas de sua implantação e manutenção” (SWAIN, 2014, p. 46).

No patriarcado, mesmo com todo o aparato que o sustenta, “(...) o que se descortina é todo um conjunto histórico de regras, discursos, proposições, invenções, efetivadas pela violência da lei ou dos costumes, cuja única validade é a própria afirmação e sua imposição arbitrária”. O ‘patriarcado universal’ “(...) não passa de um dispositivo de controle e de poder. Um engodo, uma ficção, uma farsa, cujos efeitos, porém, são devastadores” (SWAIN, 2014, p. 39).

Miguel (2014), no entanto, chama atenção para a lamentável evidência do patriarcado na nossa vida cotidiana

embora um certo senso comum, muito vivo no discurso jornalístico, apresente a plataforma feminista como ‘superada’, uma vez que as mulheres obtiveram acesso a educação, direitos políticos, igualdade formal no casamento e uma presença maior e mais diversificada no mercado de trabalho, as evidências da permanência da dominação masculina são abundantes. (MIGUEL, 2014, p. 17)

A saída da mulher da esfera privada não foi, portanto, garantia de “liberdade”. Um espaço novo é alcançado, mas o homem continua olhando-a como sua propriedade principalmente no seio família, mas também no espaço público. O que é confirmado pela ainda forte instituição do patriarcado, que insiste em manter o marido como o principal responsável pela casa, não pelos serviços domésticos, mas como provedor e líder, mesmo se a mulher for a responsável financeiramente. Pinto (2003) chama atenção para isso ao dizer que

o homem, protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora, continuou sendo a voz de mando na casa em relação tanto à mulher como aos filhos, e os atos de violência contra a mulher e os filhos eram vistos como questões de foro privado em que o Estado e a lei não deveriam interferir (PINTO, 2003, p. 80).

É preciso superar “(...) as hierarquias do forte e do fraco, do ativo e do passivo. Identidade esta em que as diferenças entre os sexos sejam de complementariedade e não de dominação” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 57). Além disso, torna-se crucial combater a hierarquização entre homens e mulheres, que reforça o patriarcado, uma vez que “a in-diferença é um dos caminhos para eliminar a diferença” (SWAIN, 2014, p. 49). Mais ainda, é preciso lutar constantemente contra aquilo que é do dispositivo do patriarcado e a favor daquilo que é da liberdade e da igualdade. Conforme afirma Swain (2014), “se o poder passa pelos corpos, reinventar o corpo em um imaginário criador de

realidades, fora da ordem do pai, do julgamento de outrem, fora das injunções da beleza, da moda, da passividade, da dependência amorosa ou financeira, é liberdade” (SWAIN, 2014, p. 49). No entanto Bourdieu já destacava que “a maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível” (BOURDIEU, 2002, p. 106). Para o autor,

só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da posição entre sua ‘mão direita’, masculina, e sua ‘mão esquerda’, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de posições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina (BOURDIEU, 2002, p. 139).

Após a reflexão sobre as diversas definições de Patriarcado, o quadro abaixo ilustra bem a oposição clara entre o patriarcado e tudo o que ele representa (controle, cominação, opressão, medo, obediência, tradição, dentre outros) e o Feminismo, que representa a liberdade e a igualdade. Vejamos:

Patriarcado	Controle	X	Feminismo	Liberdade
	Dominação Masculina			Igualdade
	Opressão			Tentativa de fortalecer o papel social da mulher
	Medo			Recusa de organização hierárquica
	Poder dos homens			Movimento anti-autoritário
	Patrimonialismo			Interseccionalidade
	Escravidismo			Luta pelo sufrágio universal
	Obediência			Luta por seu lugar no mercado de trabalho
	Tradição			Luta por seu lugar na política

Quadro 2: Conceitos de Patriarcado versus Feminismo

Pensar o Patriarcado e a dominação masculina é também pensar em avanços para os chamados Estudos de Gênero. No próximo capítulo, serão apresentadas as principais discussões sobre o assunto.

Capítulo 3 – Os estudos de gênero

Sexo ou gênero? Natureza ou Cultura? Esses questionamentos há muito permearam os estudos de gênero e perpassaram autores dos mais diversos, com argumentos dos mais variados, evoluindo lentamente ao longo do tempo. Por muito tempo, consideravam-se as diferenças entre homem e mulher pela biologia e pelo órgão sexual, este inclusive bastava para delimitar quais os talentos da mulher ou mesmo suas atribuições seja na esfera privada, seja na pública.

Em torno dos anos 1960, o termo “gênero” começa a ser utilizado em detrimento a sexo. Segundo Saffioti (2004), “o primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoler (1968)” (SAFFIOTI, 2004, p. 107). A discussão sobre o termo inicia-se na década de 1970/1980, em universidades dos Estados Unidos, com textos de autoras que introduziam essa categoria (ZIRBEL, 2007). Ao mesmo tempo há um impulso do movimento feminista, que incorpora a confusa e complexa expressão “relações de gênero” (VIEIRA, 2012).

No Brasil, o termo “gênero” passa a fazer parte das pesquisas acadêmicas em torno da década de 1980 (ZIRBEL, 2007). Nesse período, “(...), a maioria dos estudos sobre a mulher se funde com os estudos de gênero no Brasil” (ZIRBEL, 2007, p. 145), uma vez que, antes da utilização desse novo termo, o estudo geral era o dos homens. A autora ainda afirma que “(...) ao mesmo tempo em que se avançava entre a comunidade acadêmica, uma gama de teorias e conceitos era discutida entre as feministas ligadas às mais diversas disciplinas. O conceito de gênero parecia servir a diferentes fins” (ZIRBEL, 2007, p. 145).

Para Saffioti (2004), “o conceito de gênero, no Brasil, alastrou-se rapidamente na década de 1990” (SAFFIOTI, 2004, p. 109). Como exemplo, temos, no ano de 1992, a fundação da Revista Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina, e em 1993, a fundação do Núcleo de Estudos Pagu e dos Cadernos Pagu, da Universidade Estadual de Campinas, ambos expoentes na área de gênero e que viriam a se tornar referência nesses estudos. Segundo Bruschini (2002), “a adoção da categoria analítica

de gênero favoreceu a aceitação acadêmica dessa área de pesquisa, ao despolitizar uma problemática que mobilizava preconceitos estabelecidos” (BRUSCHINI, 2002, p. 21).

A aceitação desse termo e sua urgência resume-se à necessidade de não se considerar o essencialismo biológico como referência, e “a anatomia é o destino” (SAFFIOTI, 2004). Há de destacar-se, porém, que a utilização desse termo não foi pura e simplesmente com a “(...) a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22).

Louro (1997) destaca que não são as diferenças biológicas, mas sim os arranjos sociais associados à história que seriam os motivos para a existência dessas desigualdades. Nesse sentido, Heywood (2010) afirma que sexo “(...) refere-se às diferenças biológicas entre fêmea e macho; essas diferenças são naturais e, portanto, inalteráveis” (HEYWOOD, 2010, p. 28), destacando a reprodução como ponto de distinção. Já gênero teria relação com a cultura, uma vez que “(...) se refere aos papéis distintos que a sociedade atribui a homens e mulheres. As diferenças de gênero são em geral impostas por meio dos estereótipos opostos de masculinidade e feminilidade” (HEYWOOD, 2010, p. 28), ressaltando-se a visão funcionalista da autora, ligando gênero a papéis sociais.

A origem do conceito gênero vem de Rubin, que, “com o intuito de ‘alcançar uma definição mais desenvolvida do sistema de sexo/gênero’ (RUBIN, 2004, p. 2), (...) perpassa algumas das teorias desenvolvidas por Marx, Claude Lévi-Strauss e Sigmund Freud” (ZIRBEL, 2007, p. 134). Scavone (2008) pontua que

o conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista. Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. (...) gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero (SCAVONE, 2008, p. 179).

Segundo Hirata *et. al* (2009), gênero seria reproduzido por meio da divisão sociossexual do trabalho, procriação, vestimenta e comportamentos (HIRATA *et. al*,

2009), que é percebido em nosso cotidiano e nas relações sociais, muitas vezes desde o nascimento, quando ditam o que é feminino e masculino. Santos (2008) apresenta a relação entre indivíduo e prática social e afirma que gênero é

um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade, devendo desta forma ser compreendido tanto do ponto de vista individual, como através das práticas sociais que produzem o gênero da pessoa (SANTOS, 2008, p. 38)

Souza-Lobo propõe que gênero “deva ser empregado em lugar de patriarcado, na medida em que o novo conceito comporta a variabilidade histórica das relações entre homens e mulheres (...)” (AGUIAR, 2000, p. 324). No entanto, Saffioti, Rubin e Barbieri defendem o uso dos dois termos, uma vez que cada um deles teria seus propósitos. Para Saffioti (2004), a diferença conceitual estaria predominantemente relacionada à generalidade e especificidade:

o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Há, porém, feministas que vêm a referida hierarquia, independente do período histórico com o qual lidam. Aí reside o grande problema teórico, impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo de gênero e as que trabalham, considerando a história como um processo, admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da humanidade (LERNER, 1986; JOHNSON, 1997; SAFFIOTI, 2001) (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Aguiar (2000) reforça que usar apenas gênero haveria uma perda histórica, o que concordamos, devido também à intensa reflexão sobre o patriarcado (realizada neste trabalho em capítulo anterior). Mesmo na recente literatura internacional, “(...) postula-se que é perfeitamente possível empregar os dois conceitos, de gênero e de patriarcado, observando-se, quanto ao primeiro, que ele possui conotações que não estão presentes no último” (AGUIAR, 2000, p. 324).

A obra *O Segundo Sexo*, de 1949, de Simone de Beauvoir, “causou polêmica em várias partes do mundo” (VIEIRA, 2012, p. 74) e colocou a autora como uma “precursora nos estudos de gênero - mesmo sem utilizar este termo” (VIEIRA, 2012, p. 74). Ela foi considerada “ponto de partida para o feminismo contemporâneo” (MIGUEL, 2014). Sua frase clássica: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, que abre o segundo volume do livro, “(...) lançou a primeira semente para os estudos de gênero,

já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar ‘gênero’” (SCAVONE, 2008, p. 175).

A autora, desde a introdução da obra, questiona a mulher como o outro, ao afirmar que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10). Beauvoir destaca ainda a submissão feminina e a supremacia masculina em vários pontos da obra, trazendo períodos históricos em que isso era comum e considera a fixidez do sexo feminino como um modelo, ao afirmar que

todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia ruge-ruge para fazê-la descer à terra? Embora certas mulheres se esforcem por encarná-lo, o modelo nunca foi registrado (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

O Segundo Sexo é dividido em três partes, “Destino”, “História” e “Os Mitos”. Na primeira parte, “Destino”, há três capítulos: “Os dados da Biologia”; “O Ponto de vista Psicanalítico” e “O ponto de vista do Materialismo Histórico”, nos quais discute-se a mulher sob cada um dos pontos de vista. No primeiro, apresenta biologicamente as diferenças entre o sexo masculino e feminino, mas sem afirmar a determinação biológica como responsável pela diferenciação dos sexos. Afirma que “esses dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação” (BEAUVOIR, 1970, p. 52). A autora, porém, recusa a ideia de que esses dados biológicos “constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos, não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada” (BEAUVOIR, 1970, p. 53).

Simone de Beauvoir destaca a diferenciação biológica como insuficiente para hierarquizar-se os sexos, ou mesmo para permitir que haja uma subordinação do sexo feminino. Ela defende que a relação desigual entre os sexos não pode existir por questões biológicas, mas sociais, baseadas nas leis e costumes. Destaca a autora que

finalmente, uma sociedade não é uma espécie; nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem

a sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a talvez leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere (BEAUVOIR, 1970, p. 57).

Os capítulos 2 e 3 tratam, respectivamente, dos pontos de vista psicanalítico e histórico. A discussão continua com argumentos psicanalíticos, citando Freud sobre a sexualidade masculina e feminina por meio do complexo de Édipo. Além de reforçar a mulher inserida num campo de inúmeros valores sociais e culturais sem os quais não é possível pensar sua existência. Já para trazer o materialismo histórico, faz referência à obra de Engels, “A Origem da Família”, discutindo a situação da mulher em relação a conflito de classes, mas ainda afirmando que o materialismo histórico não dá conta da discussão sobre a mulher. Encerra essa parte afirmando que é preciso mais que essas três contribuições – biológica, psicanalítica e materialismo histórico – para definir-se a posição da mulher, o que será discutido nas próximas partes.

Na segunda parte, “História”, a autora refaz o percurso da vida da mulher desde os tempos primórdios e civilizações antigas, quando ela tinha como única ocupação o lar e os filhos, além de a maternidade ser considerada como seu único destino. Segundo Beauvoir, “a maternidade destina a mulher a uma existência sedentária, é natural que ela permaneça no lar enquanto o homem caça, pesca e guerreia” (BEAUVOIR, 1970, p. 89). Passando por questões como herança e patriarcado, a autora afirma que “desde o feudalismo até os nossos dias, a mulher casada é deliberadamente sacrificada à propriedade privada” (BEAUVOIR, 1970, p. 125). Mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, as diferenças, sejam elas salariais, sejam elas em relação a competir com os homens pelos postos de trabalho, os desafios são muitos e, apesar dos avanços, ainda é pujante que “(...) toda a história das mulheres foi feita pelos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 167).

Na terceira e última parte, “Os Mitos”, imagens como da mulher pura e virgem, relacionadas à virgem Maria da religião; Eva e seus pecados; as mulheres como musas; dentre outras, são destacadas. Sem esquecer-se, entretanto, de que elas ainda ocupam um lugar que lhes é reservado pelos homens, uma vez que ela terá liberdade somente “quando se quebrar a escravidão infinita da mulher, quando ela viver por ela e para ela,

o homem- até hoje abominável – tendo lhe dado a alforria” (BEAUVOIR, 1970, p. 309).

Segundo Mota, Sardenger e Gomes (2000),

(...) Simone não dispunha do termo gênero, mas ela conceituou gênero, ela mostrou que ninguém nasce mulher, mas se torna mulher e, por conseguinte, ninguém nasce homem, mas se torna homem, ou seja: ela mostrou que ser homem ou ser mulher consiste numa aprendizagem. As pessoas aprendem a se conduzir como homem ou como mulher, de acordo com a socialização que receberam, não necessariamente de acordo com o seu sexo (MOTTA, SARDENGER, GOMES, 2000, p. 23).

A obra de Simone de Beauvoir discute a igualdade entre os gêneros, desconstruindo a ideia de natural e biológico, como argumento para a diferença entre homens e mulheres.

Assim como Beauvoir, mais uma autora que merece ser destacada quando se aborda “gênero” é Joan Scott e seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado em 1975 e traduzido em 1989 para o português. Desde sua publicação, o artigo foi amplamente difundido e utilizado nos estudos de gênero, que se mostrou como categoria analítica somente no século XX. Scott reforçou a rejeição do fator biológico como estruturante para a diferenciação entre os sexos, assim como Beauvoir, e, para a autora, o uso do termo

(...) rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres tem capacidade de dar a luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Segundo a autora, “o termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno da definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens” (SCOTT, 1995, p. 85). Ela o define considerando duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim traz à luz tanto as relações sociais quanto as de poder. Além disso, ela situa quatro elementos que fariam parte da definição de gênero:

(...) o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) [...] Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. (...) O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária de gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção política bem como uma referência às instituições e à organização social – este é o terceiro aspecto das relações de gênero. (...) O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Concordo com a ideia da antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, uma descrição da ‘transformação da sexualidade biológica dos indivíduos enquanto passam por um processo de enculturação’ (SCOTT, 1995, p. 87).

Scott (1995) afirma que o gênero se constitui de alguns elementos. Primeiro, os símbolos culturais, estes presentes em qualquer sociedade e que poderiam ser considerados como a forma com que demonstramos nossas crenças. Segundo, os conceitos normativos, esses utilizados para significar os já citados símbolos culturais, porém, de certa forma sempre aparecendo como uma luta contra a fixidez desses conceitos. Terceiro, a concepção política, que estaria relacionada à sociedade e às instituições. Por fim, a identidade subjetiva, significando aquilo que pode ser e como o indivíduo vê ou considera a si mesmo enquanto gênero. Percebe-se que o conceito permeia pela cultura, por ser mutável; pela norma, por ser fixo; pela política, por ser social, e pela identidade, por ser individual. Em momento algum faz menção à dicotomia biológico e cultural, abandonada há tempos.

Judith Butler rompe com a distinção dicotômica sexo/gênero e biológico/cultural e afirma “que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais” (BUTLER, 2003, p. 163). Em outras palavras, ela afirma que “(...) a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos” (BUTLER, 2003, p. 24).

Desvinculando então sexo de gênero, ela problematiza que

se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo

previamente dado (uma concepção jurídica), tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘ a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Segundo Zirbel (2007), Butler afirma que gênero é um “processo histórico de materialização que se estabiliza ao longo do tempo, produzindo efeitos de fronteira e fixidez” (ZIRBEL, 2007, p. 159), em que “as identidades humanas estariam em um permanente processo de construção, podendo ser ressignificadas. A pergunta seria, então, pelas normas regulatórias que materializam o sexo e o definem como tal” (ZIRBEL, 2007, p. 159).

Para Butler, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59). Dessa forma, pode ser considerado então como “(...)uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2003, p. 200).

Do sexo ao gênero; do biológico ao cultural; do patriarcado ao gênero; do “torna-se mulher” ao performativo; do geral ao específico; enfim, dos muitos conceitos, chega-se à conclusão de que o conceito gênero está em constante mudança e que ainda há muito a refletir-se nos “estudos de gênero”. Após historicizar o movimento feminista, o conceito de patriarcado e o conceito de gênero, passaremos às relações de poder e formação de identidades.

Capítulo 4- Relações de Poder e Formação de Identidades

A origem do termo poder “(...) vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, ‘ser capaz’; ‘autoridade’” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p. 369). Muito foi escrito e refletido sobre a definição de poder, e autores como Weber, Bourdieu e Foucault destacam-se nessas reflexões. Conforme já trazido no capítulo sobre o *patriarcado*, o conceito de poder, para Bourdieu, está relacionado à dominação e teria relação com autoridade, com “(...) uma dinâmica (relação de poder) entre dominador e dominado” (CAMPOS; SILVA; MIRANDA; CAPELLE, 2017, p. 102).

Para Weber, em sua concepção clássica de poder, o termo significaria alguém impor sua vontade a outro, em uma relação social (FISHMAN *apud* OSTERNAM, FONTANA, 2010, p. 32). Para Bobbio, “é poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos” (BOBBIO, 2000, p. 933). Tem-se ainda que “o poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império” (SOUZA; GARCIA; CARVALHO, 1998, p. 417). Já de acordo com Foucault (2009), o poder

coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos) (...) ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras) (FOUCAULT, 2009, s/p).

Para além das definições supracitadas, poder “são as ações sobre as Ações”, ou ainda “para estabelecer o poder é preciso força, ao passo que para estabelecer o saber bastaria apreender ou ensinar. Assim, do entrecruzamento de um e de outro, poder e saber, é que se dá a constituição do sujeito” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p. 382). Foucault, ao refletir sobre a definição, não o considera somente repressivo, mas vai além, chegando a afirmar que ele tem influência na produção de discurso:

se o poder fosse apenas repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Por dialogar com nosso objeto de estudo, é importante resgatar os conceitos de Bourdieu de poder simbólico, capital simbólico e capital cultural. Consideramos que, no cargo de reitora, há um poder simbólico desta profissional, por haver conhecimento adquirido, já que para ser eleita é exigido o título de doutorado. Além disso, muitas delas são pesquisadoras 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que legitima seu lugar de pesquisadora, detentora de capital simbólico - conhecimento adquirido ao longo do tempo e legitimado por uma posição respeitada no meio científico. Diante disso, tudo lhe confere poder, fazendo com que ela possa exercê-lo em seu cargo.

Para Bourdieu, *poder simbólico* seria definido a partir de dois aspectos. O primeiro afirma que ele seria fundado a partir de um *capital simbólico*, e esse poder de impor uma visão vai depender de uma autoridade que tenha sido adquirida

anteriormente pois “(...) o capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento(...)”. Além disso, esse poder, segundo ele, “(...)só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo” (BOURDIEU, 2004, p. 166). O segundo aspecto diz respeito à relação do poder com a realidade e segundo ele, “(...) é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade” (BOURDIEU, 2004, p. 167).

Distinção e capital simbólico teriam o mesmo sentido e seriam definidos como um determinado capital, ou algo que lhe pertença, de forma que o indivíduo seja (re)conhecido por algo óbvio que faz parte de sua categoria, sendo considerada “(...) a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura(...)” (BOURDIEU, 1989, p. 144). Ainda segundo Bourdieu, “o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas” (BOURDIEU, 1989, p. 145).

Ao considerar distinção e capital simbólico, junto com legitimação e outros tipos de capital trazidos pelo autor, é essencial destacar que “é a raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 149). Dessa forma, no caso de nosso trabalho, tanto o título de doutora quanto o cargo de mais alto escalão da Universidade, o de reitora, são títulos ou cargos raros e, por esse motivo, muito valorizados em seus meios. À vista disso, podemos considerar que a legitimação de poder das reitoras é dotada de um capital simbólico relevante, já que elas possuem títulos raros e também atributos que as legitimam como dirigentes. Conforme veremos no capítulo sobre *a mulher gestora*, ela necessita apresentar certas características pessoais e profissionais para ser respeitada e considerada uma dirigente legitimada pelo meio institucional universitário e por seus pares por meio de uma eleição. Diante disso, temos que

a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio,

reputação, fama, etc, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Ainda no que tange à distinção e à raridade do título, há o discurso desigual trazido por Fairclough que conversa com Bourdieu, tendo como exemplo a discussão face a face de um doutor e um estudante, o qual o doutor faz diversas interrupções ao estudante. Segundo o linguista, “(...) poder no discurso é fazer com que o poder dos participantes controlem ou obriguem as contribuições dos não poderosos³³” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 46). O que está claro no exemplo trazido por Fairclough acima é a prova de que os “tipos de discurso de prestígio e posições poderosas de assuntos aumenta o status e a autoridade publicamente reconhecidos” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 64). Diante disso, o discurso das reitoras tornam-se um discurso de autoridade, legitimado pelo cargo que elas ocupam e pela distinção de conhecimento que elas possuem: doutorado, professora universitária, pesquisadora 1A do CNPq, reitora eleita pelos pares e pela instituição por meio de eleição direta etc.

Para legitimar seu poder, a nomeação pública como reitora é essencial e relaciona-se, portanto, com alguns conceitos apresentados por Bourdieu. Segundo o autor, sobre os títulos de nobreza e escolar, que em nossa visão relacionam-se ao título de doutorado, e talvez com o cargo de reitora que deve ser nomeada, temos que

as relações objetivas do poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido. Assim, os títulos de nobreza, bem como os títulos escolares, representam autênticos títulos de propriedade (BOURDIEU, 2004, p. 163).

Além disso, não basta ter o título, é preciso que o mesmo seja reconhecido, comparando-se ao título de nobreza, “(...) o nobre não é aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo nobilis. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância oficial, ‘universal’, quer dizer, conhecido e reconhecido por todos”. O indivíduo detentor daquele título deve ter como garantia “(...) um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (BOURDIEU, 1989, p. 148).

³³ “(...) power in discourse is to do with powerful participants controlling and constraining the contributions of non-powerful participants” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 46).

Trazendo a discussão para a realidade de nosso corpus, que contempla mulheres em cargos de alto escalão em universidades, temos,

por exemplo, numa organização, um cargo de alta gerência detém poder formal, mas, somente a partir do momento que o ocupante deste cargo se empodera, ou seja, adere às funções de domínio e autonomia na tomada de decisão para si, é que se pode dizer que há legitimamente um processo de empoderamento estabelecido (CAMPOS; SILVA; MIRANDA; CAPELLE, 2017, p. 103).

Foucault trata o poder como forma de luta, vinculado com as relações de poder, encontradas em nosso corpus. Segundo o autor,

geralmente, pode-se dizer que existem três tipos de luta: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão) (FOUCAULT, 2009, s/p).

Ainda relacionado à luta, o poder pode ser considerado “um modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 2009, s/p). Dessa forma, as ações de alguém que é considerado dominante, conforme já apontado, exercem alguma forma de poder sobre o outro, interceptando-o de acordo com as vontades que ele quer se impor. Segundo o autor, trazendo as condutas de um indivíduo em relação ao outro, ela é, ao mesmo tempo, “(...) o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 2009, s/p).

Essa ideia de luta e de modo de ação sobre os outros remete-nos ao poder político, ou mesmo à oposição de esquemas de contrato/opressão *versus* esquema de guerra/repressão, em que há a prática de uma relação perpétua de força, com luta e submissão. Isso nos remete às lutas constantes de autoridade por parte das reitoras/vice-reitoras para serem respeitadas em seu cargo, já que lutam constantemente contra discursos arraigados de tradicionalismo e patriarcado. Muitas vezes, advindos de pares que não estão acostumados a serem chefiados por mulheres e por isso, a todo momento, testam seu poder com essa dita relação perpétua de força.

Aliada à discussão sobre poder como formas de luta, estão as estratégias de poder, também trazidas por Foucault. O autor usa a palavra estratégia em três sentidos. O primeiro refere-se à “racionalidade empregada para atingirmos um objetivo”, ou seja,

quando se almeja algo, por meio do raciocínio lógico e da razão, o indivíduo reflete e traça formas que podem fazer com que ele chegue mais próximo do que pretende. O segundo sentido diz respeito à “maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro”, através das tentativas de antecipação das atitudes do outro, o indivíduo tenta se adiantar às ações do outro, para assim conseguir agir antes e a favor do que ele almeja. Já o terceiro diz respeito diretamente aos meios para conseguir-se chegar à vitória, a fim de fazer com que o oponente ou desista ou não tenha acesso a seus meios de combate. Segundo Foucault (2009), “estas três significações se reúnem nas situações de confronto – guerra ou jogo – onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível. A estratégia se define então pela escolha das soluções ‘vencedoras’” (FOUCAULT, 2009, s/p).

Em nosso corpus, as estratégias de poder apresentam-se em vários momentos, já que são consideradas como “conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder” (FOUCAULT, 2009, s/p). As profissionais, por estarem assumindo o cargo de alto escalão nas instituições pela primeira vez (a totalidade delas assume pela primeira vez o cargo e a maioria é a primeira mulher a ser reitora ou vice-reitora na instituição de ensino), veem-se frente a inúmeros desafios para se fazerem respeitadas enquanto autoridade máxima. Por esse motivo, necessitam de algumas estratégias de poder, em específico, o de utilizar de meios para se chegar ao objetivo.

Para abordar legitimação, autoridade e lugar de poder, Theo van Leeuwen, em sua obra *Discourse and Practice* (2008), apresenta uma discussão acerca de legitimação³⁴ e autoridade. O autor cita Weber para afirmar que “todo sistema de autoridade tenta estabilizar ou cultivar a crença em sua legitimação” (WEBER, 1977, p. 325 *apud* VAN LEEUWEN, 2008, p. 105). Van Leeuwen propõe quatro categorias de legitimação, a saber: autorização, relativo a autoridade de tradição, costume e leis; avaliação moral, relativo a sistemas de valores; racionalização, relativo à institucionalização das ações sociais e mythopoesis, relativo a narrativas que legitimam ações (VAN LEEUWEN, 2008). Para nosso trabalho, interessa-nos, em específico, apenas dois tipos: autorização e avaliação moral.

³⁴Essa discussão também é trazida por Fairclough (2003), na página 98, mas optamos por trazer Van Leeuwen, já que Fairclough (2003) retoma os conceitos de Van Leeuwen (2008). A discussão em Van Leeuwen (2008) está no capítulo 6, no *The Discursive Construction of Legitimation*.

A categoria autorização subdivide-se em: autoridade pessoal; autoridade de perito; autoridade por modelo de regras; autoridade interpessoal; autoridade por tradição e autoridade de conformidade. Dessas, interessa-nos a autoridade pessoal, que seria legitimada na pessoa em função do *status* ou regra de uma instituição particular e a autoridade de perito, que seria legitimada mais por perito ou conhecimento que por *status*, e estaria presente em discursos acadêmicos. Já a categoria avaliação moral subdivide-se em: avaliação; abstração e analogias. Interessa-nos mais fortemente a avaliação, que teria relação com a “naturalização”, que, segundo o autor, “é uma forma específica de avaliação moral, uma forma que de fato nega a moralidade e substitui as ordens morais e culturais pela "ordem natural"³⁵”(VAN LEEUWEN, 2008, p. 111).

Atrelada à discussão sobre autoridade e legitimação, o poder da nomeação merece ser retomado aqui, já que legitima o poder de quem é nomeado. Segundo Bourdieu, “compreende-se que uma das formas elementares de poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação” (BOURDIEU, 1989, p. 142). Dessa forma, quando a reitora é nomeada como tal, ela, de imediato, faz-se detentora de um determinado poder, uma vez que “(...) a nomeação oficial, (...) vale em todos os mercados e que, enquanto definição oficial da identidade oficial, subtrai os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal” (BOURDIEU, 1989, p. 147).

O autor ainda ressalta o poder do consenso e do coletivo dessa nomeação já que, no caso de nosso corpus, as reitoras foram eleitas pela comunidade acadêmica em uma eleição direta, da qual participam professores, alunos e técnicos administrativos. Para Bourdieu deve-se considerar “a nomeação oficial, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 1989, p. 146).

Para encerrar a discussão sobre legitimação, é importante destacar que a autoridade ocorre, além da nomeação, também pela legitimação dos outros, já que a construção deste espaço de poder não se dá pura e simplesmente pela publicação de um

³⁵“(...) is a specific form of moral evaluation, a form which in fact denies morality and replaces moral and cultural orders with the 'natural order'” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 111).

papel em que está escrito que a reitora tem legitimado seu poder. Segundo Chartier (1990), as lutas de representação continuam acontecendo até que a autoridade ou seu grupo consiga se impor enquanto tal. Para o autor,

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...) As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Há ainda a posição de um agente nas posições de dominado e dominante, relação de poder resgatada de Bourdieu por Chartier. Para este autor, há uma relação desigual de capital social, sendo este muito possuído pelos dominantes e pouco possuído pelos dominados. Relacionando o capital social à ciência, que é também um campo pertencente às reitoras

(...) o capital se refere à autoridade científica, à luta que se trava entre os agentes é uma disputa em torno da legitimidade da ciência. Os pesquisadores que desfrutam de posições hierarquicamente reconhecidas como dominantes dispõem de maior capital científico, possuem individualmente maior celebridade e prestígio(...) (ORTIZ, 1983, p.21).

Ao abordar a legitimidade de mulheres em cargos de alto escalão em Universidades, é essencial falar de mulheres e poder. Menezes (2012) discute a visão estabelecida no mercado de trabalho levando em conta três fatores: primeiro a que o homem tem de si e do seu cargo; em seguida a da mulher e de seu cargo e, por fim, a visão integrada dos dois relacionada a seus cargos, ou seja, gênero e poder, pode ser estabelecida “(...) não só pelo ocupante do cargo, mas, também, se não principalmente pelo relacionamento e perspicácia do mesmo com os demais, sejam subordinados, equiparados, ou superiores” (CAMPOS, SILVA, MIRANDA, CAPELLE, 2017, p. 107). Essa ideia vai ao encontro do que já discutimos sobre a legitimação, já que, para ter autoridade no cargo, a mulher não depende pura e simplesmente de ser legitimada por meio de uma nomeação. Ela precisa, ainda, mostrar-se competente, seja por meio das estratégias de poder já elencadas aqui, seja por meio de tipos de autoridade que lhe permitem se impor enquanto autoridade.

O empoderamento da mulher “depende não só do habitus e das relações de poder simbólico auto estabelecidas pelas mulheres ocupantes de cargos de alta gerência” mas, infelizmente, também pauta-se “(...) pela regulação de seus pares masculinos que quebram o processo de acoplagem de autonomia e impedem a

realização do empoderamento por completo” (CAMPOS, SILVA, MIRANDA, CAPELLE, 2017, p. 103). Por esse motivo, a todo momento, as mulheres em cargos de alto escalão lutam pelo seu espaço de poder, precisam se mostrar mais competentes, muitas vezes tem que fazer mais esforço que os homens para mostrarem-se capaz, conforme veremos em nosso corpus. Elas travam uma luta eterna contra as raízes do patriarcado que insistem em lembrá-las a todo momento de quanto tempo aquele espaço não lhe pertenceu. Del Priori destaca a luta e a resistência que permeou e permeia a realidade feminina ao afirmar que “melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino, e como se articulava, a sua subordinação e resistência” (DEL PRIORI, 1994, p. 13).

Foucault afirma que as lutas contra a titularidade do poder são dos homens, já que por muito tempo foi assim, com as mulheres pautando-se como minorias junto a outros grupos. Segundo o autor, “as mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes dos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles” (FOUCAULT, 1979, p. 46). Na contramão desse poder sempre atrelado aos homens, nosso trabalho mostra de que maneira as mulheres utilizam as estratégias de poder para fazer valer seu direito e sua legitimação enquanto autoridade máxima de uma instituição, seja ela homem, seja mulher. Besse assinala bem o desafio de não empoderamento³⁶ das mulheres em tempos remotos, mas que respingam até hoje em vários ambientes em que as mulheres veem-se pouco empoderadas, ainda que seu poder seja legitimado pela nomeação:

como assinalavam as feministas brasileiras mais radicais, a crença na necessidade de hierarquia dentro da família matinha submissas as mulheres; o valor atribuído à abnegação e à resignação impediam a autorealização das mulheres; a exigência de que as mulheres se mantivessem absolutamente puras e virtuosas limitava as possibilidades de participação social das mulheres; e a inadmissibilidade do divórcio impedia que as mulheres se livrassem de maridos tirânicos. Dentro do dogma católico tradicional, o poder e a igualdade eram absolutamente negados às mulheres (BESSE, 1999, p. 210).

Questões como postura, por exemplo, ou mesmo comportamento e tom de voz, sempre aparecem quando pensamos na mulher gestora, ou chefe. Muitas vezes, porém,

³⁶ O termo empoderamento, para alguns autores, é problematizado porque o termo age como se não tivéssemos poder ou precisássemos de alguém para nos dar poder, mas, na realidade, temos poder, só precisamos potencializar.

ela só consegue sua legitimidade de poder quando assume comportamentos mais masculinizados, pois assim legitimam seu lugar de poder, sempre atrelando seu comportamento ao do homem, porque ele é o modelo de gestor mais naturalizado pela sociedade. Em relação à forma de falar, Lakoff afirmou que era necessário a mulher adequar seu estilo ao masculino, o que é criticado pelos autores a seguir, ao dissertarem que

(...)para elevar seu status social, as mulheres deveriam modificar seu estilo conversacional, ajustando-se ao estilo masculino. As consequências seriam a expansão da normatividade da fala masculina e a pressão sobre a mulher para que use a linguagem do homem, considerada mais apropriada principalmente em contextos de trabalho (Lakoff, 1975, Henley, Kramarae, 1991, Giora, 2001, Boxer, 2002) (HERBELE, OSTERNAM, FIGUEIREDO, 2006, p. 97)

Essa postura de dar maior legitimidade à conduta masculina nas corporações é tão naturalizada que “(...) com certeza ouvimos com mais atenção alguém que expressa opiniões de modo forte e vigoroso, e é muito menos provável que um falante incapaz – por quaisquer razões – de ser vigoroso ao emitir seu ponto de vista seja levado a sério” (OSTERNAM, FONTANA, 2010, p. 21). Em outras palavras, o jeito de falar masculino ainda é mais respeitado, por isso, muitas vezes, as mulheres veem-se obrigadas a mudarem de atitude para serem respeitadas, ou seja, usarem tons mais assertivos e diretivos, com impositação de voz. Há ainda o lado negativo dessa postura, que, se por um lado é utilizada para que as mulheres consigam ser mais respeitadas por seus pares, por outro ainda há construções discursivas hegemônicas negativas tais como

(...) na cultura americana, as imagens são de ‘patroa’, ‘mulher dragão’, enfermeira chefe, bruxa, madrastra, dentre outras. Famosas são as comparações desse comportamento ‘mais assertivo’ da mulher com os das mulheres no poder. Margaret Thatcher, por exemplo, é considerada dama de ferro (HERBELE, OSTERNAM, FIGUEIREDO, 2006, p. 99).

Na esteira das relações de gênero e poder, “(...) há necessidade de autorregulação, isto é, tanto as relações de gênero quanto de poder precisam passar por legitimação(...) reafirmar a convivência e a dinâmica entre os indivíduos envolvidos na relação, seja de gênero, de poder ou ambas” (CAMPOS; SILVA; MIRANDA; CAPELLE, 2017, p. 103). Apesar do desafio das mulheres ainda terem, por alguns momentos, de agir com performances masculinas para legitimarem seu poder, elas empoderaram-se de outras várias formas, como veremos a seguir.

De acordo com Yannoulas (2001), empoderamento tem relação com “[...] desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de

percepções, pela troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para o exercício legítimo do poder” (YANNOULAS, 2001, p. 83). Assim, destaca-se também como essencial ao empoderamento das mulheres a conquista da autonomia e, acima de tudo, a “(...) libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”, que viria, sem dúvida, junto com um maior controle sobre as vidas e os corpos (SARDENBERG, 2012, p. 2) Por fim, “nessa perspectiva, o empoderamento pode ser entendido como o processo através do qual se expandem os limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado” (SARDENBERG, 2012, p. 7).

Por fim, cabe trazer a relação entre os estudos discursivos críticos e poder, já que, segundo Faircough (2001), os estudos discursivos críticos destacam-se pela preocupação “não apenas com as relações de poder”, mas “com a maneira” com que “as relações de poder” e a sua luta “moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 58). De acordo com Wodak (2004),

para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Isso explica porque a LC com frequência adota a perspectiva dos que sofrem, e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de desigualdades, e que também dispõem dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais. (WODAK, 2004, p. 236)

Resende e Ramalho (2006) afirmam que “é por meio da representação que identidade e diferença ligam-se a sistemas de poder; questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 77). Dessa forma, é importante que os sistemas sejam questionados e tornem-se também espaços de questionamentos, independentemente se são ou não cooptados por determinado sistema de poder. Em nosso trabalho, esse questionamento dos sistemas legitimados mostra-se por meio dos relatos das entrevistadas, que demonstram, a todo momento, a manutenção das relações de poder patriarcais, ou mesmo as lutas e estratégias travadas por elas para que seja mantida e conseguida, de alguma forma, a equidade entre os gêneros.

Após discutirmos as relações de poder vinculadas a legitimidade e autoridade, noções de Bourdieu; estratégias de luta de Foucault e a posição das mulheres no poder,

traremos os principais conceitos de identidade, os quais também serão caros para nossa pesquisa.

Pensar identidade, desde os tempos em que se considera a modernidade tardia, não é mais pensar em algo fechado, ou cartesiano, e sim em algo fluído e descentralizado, já que, assim como o contexto em que a sociedade vive nos tempos atuais, não só o ambiente externo, mas também o interno, o indivíduo, transforma-se constantemente. O contexto dessa transformação é bem elucidado por Hall (2015) uma vez que

(...) um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sentido de si” estável é chamada algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2015, p. 10).

A discussão do sujeito da pós-modernidade está presente em Stuart Hall (2015), em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, quando ele aborda as identidades tradicionais e as identidades modernas, citando três concepções ligadas a três tipos de sujeito: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo teria relação com aquele indivíduo centrado, “individualista”, em que o “eu” representa a identidade de uma pessoa. O sujeito sociológico seria o do mundo moderno, já trazendo uma interação entre o “eu” e a sociedade, relacionando o “interior” / mundo pessoal com o “exterior” / mundo público. O sujeito pós-moderno, que nos interessa neste momento, por ser considerado como um sujeito com uma identidade de “celebração móvel”, construído historicamente, ou seja, “está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2015, p. 11).

Por estarmos inseridos no contexto pós-moderno, que considera o sujeito como tal, pensar a identidade como algo em processo é essencial para nosso objeto de estudo, uma vez que lidamos com pessoas, e considera-se que a formação da identidade está em contínua transformação, pois o ser humano é dinâmico, assim como suas identidades. Em nosso corpus de análise, as reitoras/vice-reitoras e ex-reitoras alternam-se, em seus relatos, o tempo todo com as inúmeras identidades com as quais elas identificam-se:

professoras, mães, esposas, pesquisadoras, gestoras etc. Essa nova forma de identidade é ressaltada por Hall, afirmando que “assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’” (HALL, 1992, p. 24).

Considerando ainda o descentramento do sujeito, que estaria atrelado ao sujeito pós-moderno, com identidade em processo, Hall ainda aborda cinco grandes avanços na teoria social, considerados por ele como descentramentos: 1 – tradições do pensamento marxista; 2 – a “descoberta” do inconsciente por Freud; 3 – o trabalho do linguista Ferdinand de Saussure; 4 – o trabalho do filósofo e historiador francês Michel Foucault e 5 – o impacto do feminismo e a política de identidade do mesmo, uma vez que “cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. (...) Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política da identidade – uma identidade para cada movimento” (HALL, 2015, p. 27). Esse último relaciona-se a nosso objeto de estudo, que aborda a identidade das mulheres gestoras de universidades, trabalho nosso contextualizado na quarta onda do movimento feminista (cf. capítulo Movimento Feminista).

Uma outra obra importante a ser retomada é a organizada por Tadeu Silva (2000), *Identidade e Diferença – a perspectiva dos estudos culturais*, composta por artigos de importantes estudiosos de identidade, como Woodward e Hall, além do próprio organizador. A construção de diversas identidades em diferentes contextos é mais um ponto chave para pensar-se a identidade enquanto processo, pois, de acordo com Woodward,

diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Consideremos as diferentes ‘identidades’ envolvidas em diferentes ocasiões, tais como participar de uma entrevista de emprego ou de uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial. Em todas essas situações, podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos (WOODWARD, 2000, p. 30)

Hall (2015), concordando com Silva, afirma que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um

‘eu’ coerente” (HALL, 2015, p. 12), o que vai ao encontro dos relatos de nosso corpus, já que temos, como já mencionado, identidades de mãe, mulher, esposa, pesquisadora, professora, gestora etc. A identidade pauta-se “[...] não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2000, p. 108-109). Essa fluidez pode ser percebida também na formação identitária das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa, uma vez que a identidade delas do início da carreira, por exemplo, não necessariamente é a mesma de agora, quando estão em posições de gestão ou poder.

Viana (2016) traz a noção de reflexividade de Giddens, relacionando-a a identidades híbridas, já que são muitas as representações assumidas pelos sujeitos. Segundo ela, indo ao encontro de nosso trabalho, “um exemplo de identidades híbridas são as diversas identidades sociais atribuídas à figura feminina. Às mulheres podem ser atribuídas identidades de dona de casa, de profissional, de mãe, de filha, de esposa, entre outras, em detrimento de uma só identidade específica” (VIANA, 2016, p. 57).

Dessa forma, constatamos ainda mais o quanto o conceito de identidade em processo, híbrida e fluida atende-nos. As entrevistadas sofreram as mudanças que a sociedade vem sofrendo, seja em suas próprias experiências, seja na de mães/avós, que viveram num contexto em que o patriarcado, por exemplo, não lhes permitia assumir algumas atribuições que eram dos homens. Ainda hoje, pelos relatos, percebemos o quanto é um desafio para elas, devido a questões de gênero ou mesmo de poder, legitimar seu lugar de poder frente a seus pares. Outro ponto importante é que, com esses conceitos de identidades descentradas (HALL, 2015), não faz mais sentido definir as mulheres e os homens com traços de feminilidade ou masculinidade, já que esse tipo de característica não fará parte de um ou outro gênero. É possível, como também veremos na análise do corpus, que uma gestora tenha características mais sensíveis ou menos, que um gestor também tenha essa ou aquela característica, o que vai além da definição ou não de uma identidade de gênero específica.

Ainda de acordo com Hall, identidades são “pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos, da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento” (HALL, 2006, p. 70). Isso reforça a pluralidade de identidades de acordo com as práticas sociais a que estão vinculadas nossas entrevistadas, por

exemplo, já que em alguns momentos são mães que fazem a lição de casa com os filhos, em outros são as gestoras que trabalham muito, aos finais de semana e com gripe para dar conta do trabalho.

Representação, identidade e diferença são conceitos também trazidos por Hall e retomados por Silva. A representação, portanto, seria a maneira como a identidade é representada, excluindo tudo aquilo que é considerado diferente, ou a definição do que é em detrimento do que não é. Dessa forma, aquilo que é representado pelo sujeito define sua identidade e aquilo que não é o que foi representado por ele seria o outro, o diferente. Ainda para Silva (2000), “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)” (SILVA, 2000, p. 78). Para chegar-se à identidade é preciso levar em conta a diferença, mas a primeira deve ser levada como ponto de referência. Segundo Silva (2000),

é aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’. É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91).

Esse processo contínuo de formação de identidades tem relação direta com o discurso, pois, ao mostrar-se através de seus discursos, o sujeito demonstra sua identidade. Pelo fato de a identidade estar em constante transformação, também o discurso transforma-se e torna-se um elemento importante na construção da identidade deste sujeito. Silva (2000) traz que “os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso”, trazendo a importância do seu posicionamento constante nas diversas situações nas quais o sujeito está inserido. Essa relação com o discurso demonstra que a maneira como o sujeito diz elucidada sobre ele mesmo e como as posições assumidas por ele se manifestam na identidade dele. De acordo com Borges (2018),

nas recentes discussões acerca desse tema, as identidades vêm sendo frequentemente compreendidas como produtos culturais, constantemente (re)configuradas pelas práticas sociais nas quais elas estão situadas. Nesse processo, a linguagem possui um papel fundamental, isso porque as identidades são construídas, em grande medida, por meio dos discursos, que marcam as posições, as inserções e os pertencimentos específicos dos indivíduos e dos grupos sociais (WOODWARD, 2000). Para essa percepção, as identidades se configuram como representações, fontes de sentido com as quais os indivíduos se engajam e que dependem inteiramente das ideias que construímos acerca delas (BORGES, 2018, P. 91).

Considerar a relação dialética entre discurso e identidade é reafirmar mais uma vez aquilo que Fairclough (2003) reflete sobre o efeito constitutivo da identidade no discurso e do discurso na identidade. Magalhães (2006) afirma que

as identidades são criadas no contexto das relações sociais e culturais – são ativamente produzidas no discurso, e é por meio dele que são instituídas. É necessário distinguir identidade pessoal de identidade social, embora ambas estejam numa relação dialética: a identidade pessoal diz respeito à personalidade, à subjetividade; a identidade social depende das circunstâncias sociais em que as pessoas nascem e de sua socialização em determinados papéis sociais (MAGALHÃES, 2006, p. 27).

Uma categorização de Identidade interessante foi trazida por James Paul Gee, em seu artigo *Identity as na Analytic Lens for Research in Education*, de 2000. Segundo o autor, identidade teria relação com “o ‘tipo de pessoa’ que se reconhece como ‘sendo’, num dado momento e lugar, pode mudar de um ponto de vista na interação, pode mudar de contexto, e claro, ser ambíguo ou instável” (GEE, 2000, p. 99). Isso seria o que ele entende por identidade, considerando ainda que as pessoas têm identidade múltiplas. Gee (2000) traz quatro maneiras de ver identidade: natural; institucional; discursiva e por afinidade. O quadro abaixo, reproduzido de Gee (2000) ajuda a entender melhor os conceitos:

Processo		Poder	Fonte de poder
1- Identidade de Natural Um estado	Desenvolvido de	Forças	Na natureza
2- Identidade de Institucional Uma posição	Autorizada por	Autoridades	Dentro de instituições
3- Identidade de Discursiva Um traço individual	Reconhecido no	Discurso/diálogo	De/com indivíduos ‘racionais’
4- Identidade por Afinidade Experiências	Compartilhadas na	Prática	De ‘grupos de afinidade’

Quadro 3: Quatro maneiras de ver identidade. Fonte: Gee (2000, p. 100)

Sobre os tipos elencados acima, vale ressaltar que não devem ser levados em consideração em separado, conforme afirmado pelo autor, já que há uma interpelação entre eles. Segundo Gee (2000), “elas são quatro maneiras de formular questões sobre como identidade está funcionando para uma determinada pessoa (criança ou adulto) em um dado contexto ou através de uma série de diferentes contextos” (GEE, 2000, p. 101).

Capítulo 5 – Divisão sexual do trabalho: responsabilidades, cuidados e casamento-maternidade, mercado de trabalho, carreira e gestão

5.1 Relações de Gênero e o Magistério

O acesso das mulheres à educação ocorreu de maneira lenta no Brasil. Sua primeira ocupação foi o magistério, mas foi um longo caminho até chegar à formação das “normalistas”. Antes do século XIX, quando as mulheres tiveram acesso às faculdades, a educação de homens e mulheres tinha características específicas.

Como provedores “naturais” da casa e do sustento da família, era comum os homens estudarem para terem uma profissão, casarem-se com uma boa esposa e sustentá-la, juntamente com a família que formariam, já que as mulheres eram educadas para o casamento e para arrumar um bom “partido”. Apple (1988) bem delimita quais eram os conhecimentos inerentes a cada um:

homens e mulheres eram examinados quanto a ditado, escrita, gramática, composição, administração escolar, história, geografia, francês, alemão, latim e galês. Mas só os homens eram testados em álgebra, geometria, Euclides e grego. Só as mulheres tinham economia doméstica e bordado (APPLE, 1988, p. 21).

À mulher, cabia ensinar somente aquilo que lhe coubesse como educadora dos filhos, ser uma mãe que mostrasse aos filhos as virtudes do ser humano e formasse futuros cidadãos (LOURO, 1997). O importante era a moral e os bons costumes, que ela deveria passar para seus filhos na sua missão maior de educá-los. Diante disso, qual o sentido de capacitar as mulheres para outras profissões, com outros conhecimentos senão os da costura e dos bons costumes? O ensino de ciência justificava-se somente se ponderado, e de certa forma ligado ao afastamento das mulheres das superstições que porventura pudessem ter contato. Assim a educação mais adequada de seus filhos estava mais garantida, uma vez que era permitido o acesso em especial “as ciências que tratavam das ocupações femininas” (LOURO, 2004, p. 448).

A entrada da mulher nas escolas tanto como aluna quanto como professora ocorre também devido à Revolução Industrial, no século XVIII, pelo fato de os homens migrarem para outros campos de trabalho ou de atuação e as mulheres começarem a ser necessárias para atividades profissionais como a docência. Alguns homens ainda continuaram na educação, mas eles saem da sala de aula e vão dedicar-se mais à gestão das escolas, por exemplo. Segundo Apple (1998):

o magistério tornou-se feminino em parte porque os homens o abandonaram. Para muitos homens, o ‘custo de oportunidade’ era muito alto para permanecerem no magistério. Muitos professores ensinavam em tempo parcial (por exemplo, entre as colheitas) ou como ponto de partida para outros empregos mais lucrativos ou prestigiosos (APPLE, 1988. p. 18).

Foi somente no século XIX, portanto, que foram criadas as primeiras escolas de formação de docentes voltadas a ambos os sexos, ocorrendo a “feminização do magistério” (LOURO, 2004) e as mulheres começaram a ter acesso às faculdades. Quando da criação das escolas no país, “vale lembrar que a atividade docente no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui, por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759” (LOURO, 2004, p. 449). Período esse muito anterior ao século XIX, que foi quando as mulheres tiveram finalmente acesso à educação. Foi a partir da década de 1960, porém, que as chamadas escolas para normalistas foram instauradas no Brasil, a partir da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 2008).

Gay (1988) observa que “de modo geral, mais do que o direito ao voto, foi o acesso às faculdades que acabou sendo a chave para a causa feminina em fins do século XIX. E foi em torno dessa questão que giraram as disputas mais enfáticas e violentas” (GAY, 1988, p. 137). Quando as mulheres obtiveram o direito de estudar, ainda assim lhes era permitido somente o nível normal, que as formava como normalistas, enquanto para os homens havia o ensino secundário que lhes permitia continuar os estudos de ensino superior na faculdade.

Com o advento da profissionalização pelas mulheres, as primeiras profissões exercidas por elas foram aquelas relacionadas ao cuidado materno, tidas como ideais à condição feminina, como secretária, enfermeira, costureira, professora, dentre outras. Louro discorre sobre esse fato: “(...) ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério, por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. (...)” (LOURO, 2004, p. 454).

Ainda era forte, portanto, a ideia de que ela tinha nascido para determinada profissão e que tinha por “vocação” uma ou outra profissão, sempre as ditas mais “femininas” e que, segundo Bourdieu (2002), tinham relação com “gentileza” e “docilidade”:

a lógica, essencialmente social, do que chamamos de ‘vocação’, tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir *com felicidade* (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação (BOURDIEU, 2002, p. 73).

Apesar de o acesso das mulheres ao mercado de trabalho demonstrar um certo avanço pelo fato de as mulheres saírem de casa para trabalhar, há uma liberdade relativa, já que lhes era destinado, naquele momento, um tipo específico de atividade laboral. Reforça Louro (2004), em consonância com Bourdieu (2002), que “(...) as mulheres tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos” (LOURO, 2004, p. 450). Ainda, pelo fato de seu destino natural ser a maternidade, o magistério seria então uma “‘a extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’”, ampliando a função primordial feminina (LOURO, 2004, p. 450).

A professora deveria oferecer “(...) apoio afetivo, emocional e intelectual à criança, de modo que suas potencialidades se tornem presentes” (LOURO, 2004, p. 472). Para a sociedade daquela época, portanto, a profissão docente era uma extensão do dom da maternidade. Segundo Gay (1988), a docência era uma profissão considerada perfeita e adequada à mulher, uma vez que ela já exercia as tarefas em casa, e apenas faria a extensão dessas tarefas exercendo a função docente. A verdadeira missão da mulher era respeitada na profissão docente uma vez que

a professora não ofendia os estereótipos criados sobre a verdadeira natureza e sobre a verdadeira missão da mulher: não era ela uma professora em sua casa, que agora apenas levava para a sala de aula o ofício que sempre exercera no quarto das crianças? (GAY, 1988, p. 135).

Outro aspecto a ser destacado é que “o magistério primário já era então claramente demarcado como um lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender” (LOURO, 2004, p. 471). Em tempos em que a mulher lutou para conseguir exercer seu papel na esfera pública, qualquer profissão, mesmo que limitada, já era um ganho enorme para elas.

O trabalho então, ainda que estivesse disponibilizado para a mulher, aparece ainda, naquele momento, sempre controlado e atrelado às funções domésticas. Além disso, ela agora seria responsável por dois âmbitos: o trabalho dentro e fora de casa, refletindo na dupla ou tripla jornada, que será discutida na seção seguinte.

Essa chegada da mulher ao mercado de trabalho por meio da docência refletiu-se, nos dias de hoje, em relação ao número de mulheres docentes em especial na educação infantil e na educação básica. Segundo reportagem³⁷ do Uol Educação, “8 em cada 10 professores da educação básica são mulheres”, ou seja, mais de 80% dos professores da educação básica são mulheres e esse número sobe para 97% de mulheres quando trata-se da educação infantil. Somente no ensino médio esse número altera-se um pouco, passando para cerca de 60 % de mulheres docentes e 30% de homens.

Segundo dados do *Censo da Educação Superior de 2016*³⁸, publicados pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, sobre os docentes das instituições de educação superior, públicas e privadas, a maioria dos docentes é do sexo masculino, o que não se observa, porém, em relação ao número de estudantes matriculados, em que tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância, as mulheres são maioria. Outro dado que reforça a questão ainda presente da “feminilização da docência” é o número de matrículas em cursos de licenciatura nas universidades, o qual apresenta em torno de 70% de matriculadas do sexo feminino, enquanto 30% são do sexo masculino. Esses dados representam ainda a discrepância existente desde tempos longínquos da história, já citados neste trabalho.

Apesar de inúmeros avanços sobre as variações e as barreiras rompidas em diversos tipos de profissões a que as mulheres hoje tem acesso, ainda são grandes os desafios relacionados à docência e ao feminino, que, por muito tempo, andaram juntos e conectados. Ressaltamos que não há problema na escolha da profissão docente pela mulher, desde esta não seja feita por ser sua ‘vocação’ natural pura e simplesmente, pelo fato de ela ser do sexo feminino, mas por sua própria escolha.

³⁷ Disponível < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm> > Acesso 20 mar. 2018.

³⁸ Disponível < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf > Acesso em 20 mar. 2018.

Na seção seguinte abordaremos a divisão sexual do trabalho e todas as implicações que envolvem essa realidade, seja a relação público e privado, seja a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua permanência, bem como o grande desafio dos dias atuais: a dupla jornada de trabalho feminina.

5.2 – Divisão sexual do trabalho

5.2.1 – Relações de gênero e mercado de trabalho: da esfera privada à pública

Apesar de o mundo do trabalho “pertencer”, por muito tempo, aos homens, “as mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2007, p. 109). Essa invisibilidade gerou inclusive questionamentos sobre se elas deveriam ou não receber remuneração ao deixarem seus lares (PERROT, 2007). Fato esse que nos parece absurdo pensar, uma vez que o trabalho remunerado e fora de casa já era uma realidade para os homens e não poderia ser considerado diferente quando relacionado às mulheres.

A industrialização e as guerras podem ser consideradas responsáveis pela mudança de equilíbrio em relação ao trabalho de homens e mulheres, uma vez que,

por muito tempo aparentemente imóvel, a vida nos campos muda a das mulheres também. Por influência do mercado e das comunicações. Pela industrialização. Pelo êxodo rural. Pela ação das guerras, principalmente a de 1914-1918, que esvaziou os campos de seus jovens e transferiu uma parte de suas tarefas e de seus poderes para as mulheres: elas aprendem a lavar a terra, gesto viril, e a gerenciar seu negócio. Esses fatores acumulados modificaram o equilíbrio das famílias e as relações entre os sexos e mudaram a vida das mulheres (PERROT, 2007, p. 113).

No entanto, a novidade do trabalho fora de casa não era a realidade de todas as mulheres, uma vez que as mais pobres já trabalhavam para sustentarem a si mesmas e a sua família, como lavadeiras ou costureiras, oportunidades de trabalho desenvolvidas fora do espaço privado. Com a necessidade de mais mão de obra, a atividade laboral feminina se modifica, pois, segundo Perrot (2005)

passa-se, assim, da bordadeira à costureira da fábrica, da pianista à datilógrafa e depois à mecanógrafa, da costureira tímida à montadora de transistores, como consequência lógica, sem que fosse preciso aprendizagem ou reciclagem, mas simplesmente daquela ‘destreza’ que se atribui geralmente às mulheres ao passo que lhes é recusada qualquer outra ‘qualificação’. (PERROT, 2005, p. 226)

O acesso ao mercado de trabalho e à educação fazem parte da luta contra a divisão sexual do trabalho, que delimita ao homem a esfera pública e à mulher a esfera

privada. A obra *Gênero e Desigualdades* (BIROLI, 2018) trata em seu primeiro capítulo exatamente da “Divisão Sexual do Trabalho” e sobre o assunto a autora escreve que “a posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero (ou o patriarcado)” (BIROLI, 2018, p. 27). Fato esse que gera vários problemas como a relação “(...) entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas” (BIROLI, 2018, p. 27).

A dicotomia entre feminino e masculino, assim como esfera privada e esfera pública são também discussões essenciais quando se pensa em gênero e patriarcado, juntamente com a divisão sexual do trabalho. Mesmo com avanços em relação a estudos de gênero e na sociedade em si, percebe-se que essa divisão ainda se faz presente desde a infância, quando as meninas usam a cor rosa e os meninos a azul. Isso ocorre pois “os diferentes papéis de homens e mulheres têm origem em um processo de ‘condicionamento’: desde os primeiros anos, meninos e meninas são incentivados a se ajustar a identidades de gênero bem específicas” (HEYWOOD, 2010, p. 37).

O feminino e o masculino estiveram sempre de lados opostos e Oliveira (1983) reafirma essa dicotomia ao longo da história pois, “a separação entre o mundo dos homens e o mundo das mulheres, compreendidos como fazer, saber, espaço geográfico e existencial, é um dos mais nítidos temas recorrentes na história das sociedades.” (OLIVEIRA, 1983, p. 36). A afirmação reforça que cada um deve ter o seu lugar, seja nas atribuições do fazer, em que as atividades domésticas restringem-se a elas e as atividades externas a eles; seja no saber, quando por tempos foi renegado a elas o direito à educação e somente ele era detentor deste poder/saber; seja no espaço geográfico e existencial, nos quais a mulher ficava restrita ao interior de sua casa, enquanto o homem saía para trabalhar.

Caberia “aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p. 177). O homem seria capaz de tomar decisões importantes no trabalho, por exemplo, enquanto as mulheres teriam mais

sensibilidade³⁹ para o trato com os filhos e para o cuidado com a casa. De acordo com Biroli (2018),

(...) a divisão sexual do trabalho produz gênero, ainda que não o faça isoladamente. A literatura mobilizada destaca a divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres: o gênero é, assim, produzido na forma da exploração do trabalho das mulheres e da vulnerabilidade relativa que incide sobre elas. Para ser mais precisa, diferenças codificadas como ‘naturalmente’ femininas ou masculinas, imprimindo às vivências uma concepção dual e binária de gênero, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens. Essas diferenças não se estabelecem da mesma forma para elas e para eles, uma vez que presumem normas masculinas e são mobilizadas para justificar as desvantagens econômicas das mulheres (BIROLI, 2018, p. 35).

Bourdieu (2002) reforça a imagem de “dureza e de rudeza viril” dos homens e da “fragilidade e frivolidade” das mulheres, relacionando-as aos espaços atribuídos a eles, enfatizando, mais uma vez, a ideia de “dominação masculina”, bem como a esfera pública pertencente ao homem e a privada pertencente à mulher. Segundo o autor,

elas estão inscritas na fisionomia do ambiente familiar, sob a forma de oposição entre o universo público, masculino, e os mundos privados, femininos, entre a praça pública (ou a rua, lugar de todos os perigos) e a casa (já foi inúmeras vezes observado que, na publicidade ou nos desenhos humorísticos, as mulheres estão, na maior parte do tempo, inseridas no espaço doméstico, à diferença dos homens, que raramente se vêem associados à casa e são quase sempre representados em lugares exóticos), entre os lugares destinados sobretudo aos homens, como os bares e os clubes do universo anglo-saxão, que, com seus couros, seus móveis pesados, angulosos e de cor escura, remetem a uma imagem de dureza e de rudeza viril, e os espaços ditos ‘femininos’, cujas cores suaves, bibelôs e rendas ou fitas falam de fragilidade e frivolidade (BOURDIEU, 2002, p. 72).

Devido à fragilidade e às características físicas imputadas às mulheres, além da sensibilidade também já citada como intrínseca à natureza da mulher, caberia a ela então profissões que exigem essas características. As características físicas das mulheres; as fragilidades, constantemente lembradas e as “indisposições periódicas” causadas pela menstruação, responsáveis pelo “humor instável” (PERROT, 2005, p. 177), são citadas como exemplos da dificuldade que elas poderiam ter para realizar trabalhos pesados. Zirbel (2007) reforça a relação entre a natureza do corpo da mulher e seu destino, pois “segundo a visão binária do mundo, a causa da opressão das mulheres estava nelas mesmas, inscrita na sua “natureza”, na anatomia do corpo” (ZIRBEL, 2007, p.131). Fato que definia também o seu lugar simplesmente por sua anatomia. Isso

³⁹ Discussões sobre esse assunto também estão presentes na seção anterior “Relações de Gênero e o Magistério”, quando tratamos das profissões consideradas femininas, e na página seguinte, quando também é abordado esse assunto.

reflete-se nas primeiras ocupações a serem exercidas por elas: tarefas relacionadas ao materno, à emoção, tais como cuidado e de atendimento, conforme Perrot (1988),

outros pontos de convergência das mulheres, os equipamentos coletivos – hospitais, igrejas, creches, escolas, cemitérios... – porque correspondem a tarefas femininas. Maternas: as mulheres levam os filhos à creche ou à escola. De atendimento: elas vão visitar os doentes no hospital. Funerárias: as mulheres, de maior longevidade, cuidam dos túmulos, velam os mortos (PERROT, 1988, p. 225)

Na divisão entre público e privado, estão ainda os “santuários”, restritos aos homens, que seriam o religioso, o militar e o político (DUBY, PERROT, 1991), pois, segundo os autores

como é que os homens governam as mulheres? A questão é tanto existencial como política, e cada vez mais complexa à medida que nos aproximamos da época contemporânea, da constituição de uma esfera política autônoma e da democracia. Questão controversa, como o demonstra a análise das interpretações do nazismo e do papel das mulheres: reduzidas ao privado – mas a um privado revalorizado e celebrado, simultaneamente prazer a dever –, serão elas apenas vítimas? Ou serão também agentes do sistema cujo funcionamento contribuem? Em que medida as mulheres são atrizes do político? Em todo o caso, dos três grandes santuários masculinos, durante tanto tempo – e ainda? – vedados à mulheres – o religioso, o militar e o político – o mais resistente, da cidade grega à Revolução Francesa e até aos nossos dias, é mesmo o político (DUBY; PERROT, 1991, p. 17).

Andrew Heywood, importante estudioso de questões como o feminismo, reforça o que seriam os limites das esferas limitados às mulheres e aos homens, destacando a política como um lugar renegado à mulher. Segundo ele, a esfera pública era prerrogativa do homem, envolvendo política, arte, educação e literatura, já a mulher limitava-se ao privado, à família e aos assuntos domésticos (HEYWOOD, 2010). Assim, “se a política se desenrola só na esfera pública, o papel da mulher e a questão da igualdade sexual são assuntos de pouca ou nenhuma importância política. A mulher, restrita ao papel privado de esposa e mãe, está literalmente excluída da política (HEYWOOD, 2010, p. 25)”. A figura abaixo trazida pelo autor ilustra bem o afirmado por ele.

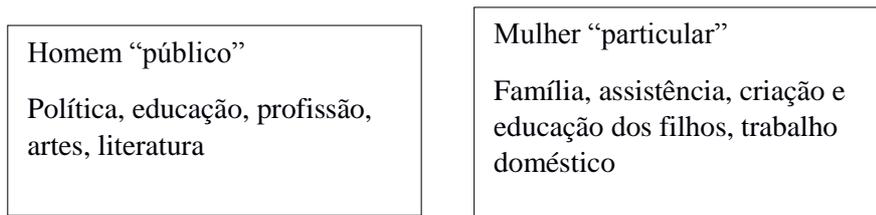


Figura 1 - Divisão sexual do trabalho (HEYWOOD, 2010, p. 25)

Biroli (2018) também reforça essa divisão entre público como “universalidade e da razão” e o privado como “particularidade e afetos”. Dessa forma, “(...) a distinção entre as duas esferas organiza-se em um processo histórico e político no qual as identidades de gênero foram produzidas como papéis, comportamentos e limites”. Ou seja, apesar de o lugar doméstico não mais pertencer às mulheres, “(...) seu trânsito em espaços não domésticos (profissionais, políticos) encontra hoje menos barreiras, mas ainda é desigual. Mantém-se, ainda, uma matriz que configura as relações e as identidades de gênero na forma de vantagens para os homens” (BIROLI, 2018, p. 95). Bourdieu (2002) reforça essa delimitação da mulher à esfera privada quando compara o prestígio ou não de atividades afins realizadas por homens ou por mulheres:

além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realizá-las), as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou significantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre um costureiro e a costureira, basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas (BOURDIEU, 2002, p. 75).

Perrot (2007) ainda afirma que a força física, por vezes, é considerada quando se pensa em trabalhos femininos e masculinos, atribuindo, muitas vezes, os trabalhos mais difíceis e pesados aos homens e os mais fáceis e leves às mulheres. Segundo Hirata (1995), os trabalhos masculinos muitas vezes "requerem coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia" (HIRATA, 1995, p.43). Muitos são os postos de trabalho que, ainda hoje, observamos serem mais preenchidos por mulheres, em detrimento aos homens, tais como: funções de limpeza e de secretariado, empregadas domésticas e babás, professoras de educação infantil. Seguindo esta discussão, Bourdieu (2002) afirma que:

o mundo do trabalho está, assim, repleto de pequenos grupos profissionais isolados (serviços de hospital, gabinetes de ministérios etc) que funcionam como quase famílias, nos quais o chefe do serviço, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, baseada no envolvimento afetivo ou na sedução, e, ao mesmo tempo, sobrecarregado de trabalho e tendo a seu encargo tudo que acontece na instituição, oferece uma proteção generalizada a um pessoal subalterno, principalmente feminino (enfermeiras, assistentes, secretárias) assim encorajado a um investimento intenso, muitas vezes patológico, na instituição e naquele que a encarna (BOURDIEU, 2002, p. 73).

Os espaços de trabalho femininos e masculinos são tão delimitados que qualquer movimento que altere essa estrutura é considerado contraditório. A mulher que ousar trabalhar em algo dito masculino deve seguir o seguinte conselho: “para ser respeitada seja universal (pense, aja e trabalhe como um homem); mas, para ser amada, continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher” (OLIVEIRA, 1983, p. 36). Isso implica dizer que existe um papel atributivo e essencialista para o homem e outro para a mulher, e qualquer um que fuja a esta matriz terá de comportar-se de maneira condizente com o que lhe é exigido naquele momento. Sobre isso Bourdieu (2002) afirma que existe

(...) um forte aumento da representação de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração) e também uma intensificação de sua participação nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas (ensino, assistência social, atividades paramédicas). Apesar disso, as diplomadas encontraram sua principal oferta de trabalho nas profissões intermediárias de nível médio (quadros administrativos de nível médio, técnicos, membros do corpo médico e social etc.), mas continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política (BOURDIEU, 2002, p. 108).

Realidades como as citadas neste tópico, sobre a limitação da mulher na esfera privada estão cada vez mais raras, devido ao fato de que ela vem ocupando um espaço antes inacessível na esfera pública. No mundo do trabalho, em especial, elas estão se destacando ao ocupar cargos de gestão em iniciativas privadas ou públicas, como as universidades federais, ou mesmo no serviço militar, além da prática política.

A participação política da mulher ainda é pequena, pois ainda são poucas as mulheres que, hoje, ocupam cargos políticos eletivos, em nosso país ou em outros. O poder público ainda é um desafio para as mulheres e “é importante lembrar uma vez mais: o acesso das mulheres ao poder, e singularmente ao poder político, foi sempre difícil, em toda parte” (PERROT, 2005, p. 334). Há no Brasil uma lei que obriga os partidos e as coligações a terem uma cota mínima de mulheres candidatas, mas a realidade mostra que as mulheres ainda não ocupam os 30% dos cargos eletivos que lhe são de direito⁴⁰. Biroli (2018) atesta essa dificuldade ao afirmar que “(...) a divisão sexual do trabalho doméstico incide nas possibilidades de participação política das

⁴⁰Ver mais em: BRASIL. Lei nº 9.504/1997. Disponível < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm >

mulheres porque corresponde à alocação desigual de recursos fundamentais para essa participação, em especial o tempo livre e a renda” (BIROLI, 2018, p. 23). Apesar das dificuldades, temos mulheres eleitas em cargos públicos a exemplo a presidente do Brasil em 2010, Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir o cargo máximo eletivo de nosso país. Para citar casos semelhantes na América Latina, temos: na Argentina, Cristina Kirchner, que foi a primeira mulher eleita presidente no ano de 2007; em Trinidad Tobago, em 2010, Kamia Persad- Bissessar assumiu como presidente e, em 2010, Laura Chinchilla foi a primeira mulher a presidir a Costa Rica⁴¹.

Pelo fato de que “a fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o micro-espço doméstico” (PERROT, 1988, p. 180), observamos, hoje, várias mulheres alcançando altos postos em empresas de renome, ou cargos de alto escalão, tanto em empresas privadas quanto públicas. Apesar de um número reduzido, há mulheres em cargos eletivos também em cargos de gestão de administração superior das Instituições de Ensino Superior, objeto desta tese.

A maior presença da mulher no mercado de trabalho deve-se “a crescente queda de fecundidade, a expansão da escolaridade e o acesso maciço das mulheres às universidades, fatores que têm influenciado incisivamente no ingresso e na permanência delas no mundo do trabalho” (CAPELLE, 2006, p. 82). Assim, os discursos e ações que limitam o acesso e permanência da mulher no mercado de trabalho perpassam por questões como: menos tempo de dedicação à família e menos filhos. Por outro lado, ela, hoje, tem mais acesso ao conhecimento e pode se dedicar a uma profissão, seja ela qual for, e apesar de ainda haver entraves como a dupla jornada, coloca-se como profissional bem preparada a disposta a concorrer de igual para igual com os homens.

A mulher, portanto, ao adentrar no mercado de trabalho, para conseguir fazer-se respeitar por sua capacidade laboral, muitas vezes tem que assumir posturas que mostrem que elas são capazes de realizar determinadas as tarefas tão bem quanto os homens. Isso pode implicar assumir um grande volume de trabalho, que a fará abdicar algumas vezes da família, para mostrar ao mundo que ela é tão competente quanto os homens. Essa cobrança e exigência leva as mulheres, em especial no meio

⁴¹ Disponível < <http://www.ibge.gov.br/mulher/> > Acesso em 19 jul. 2017.

organizacional, a desenvolverem a dupla ou tripla jornada de trabalho, que será discutida adiante.

Perrot (1988) afirma que as mulheres estão fazendo uma nova história. Após lutas e reivindicações, elas foram saindo da invisibilidade e tornando-se cada vez mais visíveis e potentes na sociedade:

as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu próprio tempo e espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história” (PERROT, 1988, p. 212).

Ao fazer sua história no mundo do trabalho, na esfera pública, a mulher alcança objetivos antes negados a ela e encara outros desafios, já que “neste sentido, a luta expande-se também para a superação da ‘dupla jornada de trabalho’, que obriga a mulher a acumular os encargos profissionais e os de dona-de-casa” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 66). Essa dupla jornada passa a ser realidade na vida de muitas mulheres de classe média, que lutaram para trabalhar fora de casa e mesmo contando com auxílio para os afazeres domésticos, com as empregadas domésticas, ainda veem-se assoberbadas com as tarefas que não são divididas com os companheiros, conforme veremos na seção seguinte.

5.2.2 A dupla jornada de trabalho feminina

Quando a mulher começa a ocupar postos no mercado de trabalho, acreditamos, a princípio, que ela sai da esfera privada – que antes lhe era destinada – e passa a fazer parte da esfera pública igual ao homem. Ledo engano, pois agora ela passa a acumular funções nas duas esferas: na pública e na privada. Para Rachel Soihet, “ela agora cuida da própria carreira profissional, mas ainda tem a maior parcela de responsabilidade sobre a casa, sobre a família e os filhos” (SOIHET, 2015, p. 52).

Família enquanto instituição é um conceito essencial já que discutiremos a dupla jornada de trabalho feminina, que trará a interseção entre trabalho e família. Segundo Acker (1991), a família seria a única instituição que teria como centro a mulher, diferentemente das outras (política, religião, Estado, economia, dentre outras), que seriam marcadas pela ausência delas, significando que os homens ainda dominariam

essas instituições consideradas mais centrais. Biroli (2018) aprofunda essa discussão ao definir que “a família toma forma em instituições, normas, valores e práticas cotidianas. Sua realidade não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e o material” (BIROLI, 2018, p. 91). Além disso, “o universo das relações familiares é feito de afetos, cuidado e apoio, de exploração do trabalho, do exercício da autoridade e da violência” (BIROLI, 2018, p. 91).

Biroli (2018) chama atenção para a dupla dimensionalidade do conceito de família: controles e privilégios/desigualdades. A primeira diz respeito a “fronteiras entre, de um lado, formas de vida aceitáveis e valorizadas e, de outro, formas que, por serem estigmatizadas, são alvo de violência simbólica e privações” (BIROLI, 2018, p. 92), relaciona-se com as normatizações ou formas ideais de relações, maternidade em conjunto com a heteronormatividade. A segunda tem relação com “reconhecimento social desigual, mas também acesso desigual a direitos e recursos materiais” (BIROLI, 2018, p. 92), que vai desde as políticas públicas até o acesso a privilégios como planos de saúde privados, por exemplo.

Ao considerar, então, a família como um lugar de controle, privilégios e desigualdades (BIROLI, 2018), é preciso destacar que “a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo”) uma das construções sociais mais persistentes” (LOURO, 2004, p. 454). A dupla jornada de trabalho continua sendo uma realidade das mulheres, independente da classe social a qual pertençam. Para as mulheres de classe baixa e para as de classe média esse fator pode mostrar-se mais preponderante. A estas por acumularem alguma função em seu terceiro turno e a aquelas pois já acumulavam as funções de trabalho fora de casa e dentro de casa, já que os homens ainda dedicam-se mais ao trabalho enquanto as mulheres, a ambas as funções, conforme nos traz Biroli (2018):

a associação entre mulher e domesticidade constrói-se nessa chave. Os arranjos têm-se modificado historicamente e nunca foram, de fato, homogêneos, se consideradas as relações raciais e de classe e as desigualdades entre famílias. Hoje, prevalece um modelo em que ‘a tendência predominante é a maioria dos homens investir seu tempo prioritariamente no mercado de trabalho enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família (SORJ; FONTES, 2012, p. 105 *apud* BIROLI, 2018, p. 67).

Essa desigualdade de tarefas entre homens e mulheres “(...)está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação” (BIROLI, 2018, p. 42). Refletindo, dessa forma, nas restrições que ocorrem devido ao gênero, a raça e a classe social, já que a existência dessa disparidade de atribuições domésticas é latente (BIROLI, 2018).

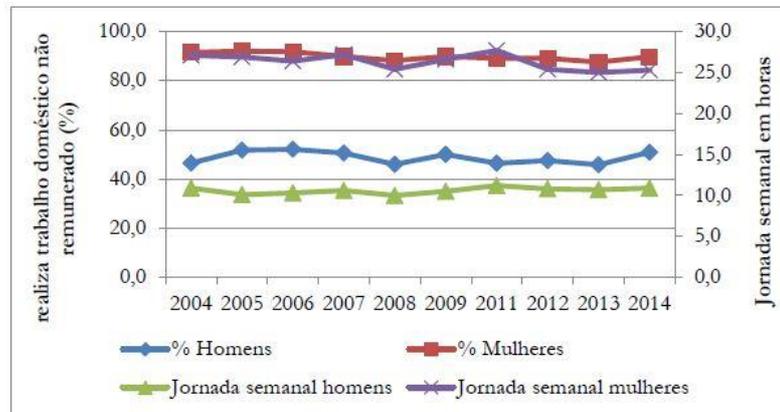
Os “afazeres domésticos” e o trabalho não remunerado no âmbito do domicílio estão presentes nos dados do relatório sobre “Mulher e Trabalho⁴²”. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afazeres domésticos seriam considerados como

exercício, no domicílio de residência, de tarefas que não se enquadram no conceito de trabalho, tais como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência” (IBGE, 2015, p.118) (IPEA, 2016, p. 21).

Diante disso, todas as atividades realizadas pelas mulheres, após seu expediente, são consideradas domésticas e não passíveis de remuneração, o que torna mais complicada a realidade da dupla jornada presente em vários lares brasileiros. As discrepâncias sobre a dedicação a esses trabalhos domésticos em relação a homens e mulheres é evidente pelos dados, já que “enquanto em 2004, homens despendiam 10,9 horas semanais em trabalho doméstico não remunerado, as mulheres gastavam 27,1 horas (homens gastavam 40% do tempo feminino)” (IPEA, 2016, p. 22). Isso significa que, embora as mulheres também trabalhem fora, o tempo que elas gastam com as atividades domésticas extra turno ainda é grande e bem maior que a dos homens. Ainda segundo os dados, “(...) em 2014, estes valores são de 10,9 para homens e 25,3 para mulheres (homens passam a 43% do tempo feminino). Não há, portanto, novidade neste campo. O destaque aqui é a permanência destas desigualdades” (IPEA, 2016, p. 22). O gráfico abaixo ilustra essa colocação:

⁴² IPEA, 2016.

Gráfico 15 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada aos afazeres domésticos. Brasil, 2004 a 2014.



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Gráfico 1 – Realização de trabalho doméstico pela população – Reproduzido de IPEA, 2016

Outro dado relevante é que não importa em qual patamar de cargo administrativo ou qual a ocupação da mulher na esfera pública, ela sempre irá desempenhar um trabalho dentro de casa, em número de horas maior que o homem, segundo dados dessa mesma pesquisa:

as diferenças de gênero são tão marcantes neste campo que não importa a condição das mulheres, elas sempre terão maiores taxas de participação e maiores jornadas em “afazeres domésticos”. Ou seja, mesmo as mulheres de mais alta renda, as sem filhos, as chefes de domicílio, todas sempre vivenciarão uma dupla jornada bastante intensa e exaustiva, significativamente superior àquela experimentada pelos homens nas mesmas posições (IPEA, 2016, p. 22).

Na tabela abaixo, percebe-se o que foi supracitado: as mulheres sempre dedicam horas a mais às atividades domésticas do que os homens, independentemente de sua ocupação na esfera pública.

Tabela 2 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo, segundo determinadas características pessoais ou dos domicílios – Brasil, 2014

Características das pessoas/ domicílios		Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	
		Homens	Mulheres
Total		10,9	25,3
Condição de atividade	Inativo/a	13,7	30,2
	Ativo/a	10,2	21,7
Condição de ocupação	Ocupado/a	10,0	21,2
	Desocupado/a	12,4	26,7
Renda no trabalho principal	Até 1 S.M.	10,5	24,4
	Mais de 8 S.M.	8,1	13,9
Trabalhadora doméstica morando no domicílio	Sim	9,7	17,5
	Não	10,9	25,3
Situação de pobreza ⁽¹⁾	Extremamente pobres	12,5	29,9
	Não-pobres	10,7	23,0
Número de filhos	Nenhum	12,2	24,8
	5 ou mais	9,7	32,5
Ter máquina de lavar roupa	Sim	10,6	24,5
	Não	11,3	26,4
Posição na família	Chefe	11,5	25,3
	Cônjuge	10,1	28,7

Fonte: Pnad/ IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Tabela 1 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo – Reproduzido de IPEA, 2016

Sobre a tabela acima, é importante destacar que as mulheres com renda inferior a um salário mínimo assumem uma carga horária muito maior de afazeres domésticos do que as que recebem mais de 8 salários mínimos. O que deve ocorrer pelo fato de as primeiras não contarem com empregadas domésticas e as segundas sim. Além disso, os considerados extremamente pobres também assumem muito mais horas de trabalho a mais em casa do que os que não são considerados assim tão pobres. O número de filhos interfere também no número de horas trabalhadas no âmbito doméstico, já que a mulher que não tem filhos gastaria quase dez horas a menos nessas atividades. Esse pode ser um dos fatores que justifica a opção de muitas mulheres hoje de terem menos filhos para conciliar carreira e vida doméstica com mais tranquilidade. Por fim, quando a mulher assume a posição de chefe, ela despense menos tempo nas tarefas domésticas do que quando é conjuge, o que pode significar que ela realmente não dispõe de tempo já que assume muitas atribuições no seu trabalho.

O que os dados deixam claro é que, independente de cargo que ocupa, do valor da renda; do número de filhos e se possui empregada doméstica ou não, os homens sempre trabalham menos nos afazeres domésticos que as mulheres. Reproduz-se assim o modelo patriarcal de que a ele cabe a esfera pública e a ela as atribuições domésticas

há muito considerado naturalizado em nossa sociedade. Diante disso, afirma Biroli (2018) que

apesar das transformações na posição relativa das mulheres do exercício de trabalho remunerado fora da casa, elas continuam a dedicar muito mais tempo que os homens às tarefas domésticas e, por outro lado, a ter rendimentos bem menores que os deles na esfera pública. Há conexões entre um e outro desses problemas: a dedicação às tarefas domésticas se faz ao longo da vida, desde a infância. O tempo a elas dedicado se reverte em competências necessárias à reprodução da vida, mas pouco valorizadas na dinâmica de mercado (BIROLI, 2018, p. 65)

Diante dos dados e das reflexões, cabe um questionamento: por que as mulheres, mesmo em cargos importantes, de alto escalão, ainda dedicam-se mais aos trabalhos domésticos que os homens? A resposta talvez esteja nos meandros daquilo contra o qual o feminismo lutou e luta até hoje: o patriarcado, permeado pelo cuidado, pelo maternalismo e pelo dispositivo amoroso.

O termo “cuidado” foi muito explorado por Biroli (2018), tanto que há um capítulo sobre o tema em sua obra *Gênero e Desigualdades* intitulado “Cuidado e responsabilidade”. Segundo a autora, “parte do trabalho realizado no cotidiano da vida doméstica, que tem ficado em larga medida sob a responsabilidade das mulheres (sendo ele remunerado ou não), consiste em atividades de atendimento a necessidades incontornáveis de cuidado” (BIROLI, 2018, p. 80). No caso desta tese, importa-nos pensar no cuidado, das mulheres que trabalham fora de casa, para com as crianças durante esse período em que elas estão em casa. Segundo Biroli (2018), o cuidado pode ser considerado trabalho uma vez que

1) cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e do lazer; 2) a grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado; 3) os padrões de organização e (des)regulação das relações de trabalho incidem diretamente sobre as relações de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos uns/umas dos/as outros/as (BIROLI, 2018, p. 57).

Devido a questões já discutidas, como a relação entre o feminino e o cuidado, por exemplo, temos essa responsabilidade maior destinada às mulheres, mesmo aquelas que trabalham fora de casa. Mesmo que ocorra uma divisão de tarefas em casa entre o casal, ainda assim, conforme demonstrado pela pesquisa já citada e também pelos relatos de nossas entrevistadas que serão apresentados na parte de análise, percebe-se que o cuidado ainda “pertence” mais à mãe, à mulher. É ela quem se preocupa com a maioria dos detalhes relacionados aos filhos, por exemplo, como alimentação (cardápio

da semana; lanche da escola; se a criança alimentou-se bem etc.), estudo (ajuda nos deveres de casa), médico (se o filho fica doente, na maioria dos casos, é a mãe quem falta o trabalho para levar à consulta).

Uma das discussões que a autora ainda propõe seria a responsabilização do cuidado ser do âmbito do privado ou do público, questionando que o Estado não dispõe de creches ou locais suficientes e em boas condições para que as mulheres possam deixar seus filhos enquanto trabalham. Por isso, algumas têm que abdicar do trabalho (classes menos favorecidas) quando se deparam com a maternidade ou mesmo terceirizar para babás ou empregadas domésticas (classes mais altas) o cuidado dos filhos.

Atrelado ao cuidado, há o maternalismo, outro motivo pelo qual as mulheres dedicam-se mais ao trabalho doméstico do que os homens, pois, haveria a “religião da maternidade”, expressão trazida por Beauvoir em *O Segundo Sexo*. Ela santificaria as mulheres como mães e que “(...) serve para controlar e domesticar, mas também é uma condição de privilégio disponível para poucas” (BIROLI, 2018, p. 101). Ainda segundo a autora,

o ‘maternalismo’ continua ativo na produção das identidades políticas, como estereótipo e como recurso das próprias mulheres, e permeia não só o conservadorismo moral, mas também algumas vertentes do pensamento progressista, nas quais o retorno a uma suposta ‘natureza’ passa pela revalorização do ‘maternal’ nas mulheres (...) (BIROLI, 2018, p. 75).

Percebe-se, ainda nos dias de hoje, mesmo com as mulheres adentrando no mercado de trabalho, que a “(...) a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres”. Como citado, quando nos referimos a cuidado, essa responsabilidade em relação aos filhos ainda recai mais sobre a mulher que sobre o homem. Além disso, na relação entre maternidade e trabalho remunerado, por exemplo, as cobranças e tensões “(...) não são vivenciadas da mesma maneira pelos homens que são pais, justamente porque deles se espera menos ou muito pouco no cotidiano da criação dos filhos, ainda que a divisão convencional implique a atribuição a eles do papel de provedor” (BIROLI, 2018, p. 107). Esse é mais um resquício do patriarcado.

Ainda em relação ao cuidado e maternalismo, aqui considerados como reforços do patriarcado, e que significam uma maior dedicação da mulher ao doméstico se comparado ao homem, temos ainda o dispositivo amoroso de Swain (2014). Esse termo

já foi abordado no capítulo “Conceito de Patriarcado”, reforçando mais uma vez que esse trabalho doméstico “pertença” mais à mulher que ao homem. Sobre a sobrecarga de trabalho doméstico para a mulher, Biroli (2018) acrescenta que

o que levou boa parte do feminismo à crítica da maternidade é que ela tem sido historicamente definida pela divisão do trabalho, sobrecarregando, assim, as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças. Por isso é que se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres. Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado (BIROLI, 2018, p. 107).

Diante, então, dessa realidade não desejada por ela de dupla jornada, em que mesmo trabalhando fora e às vezes ganhando mais que o companheiro, ela ainda dedica-se mais às atividades domésticas, alguns elementos surgem como alternativas para elas eximirem-se um pouco do peso de conciliar o trabalho doméstico com o fora de casa. Uma dessas consequências, nas famílias heteronormativas, é a opção de terem menos filhos, uma vez que para a mulher mais filhos significa mais trabalho dentro de casa, conforme averiguado por pesquisas realizadas pelo Ipea e pela ONU Mulheres, inseridos no Relatório Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça⁴³.

Além disso, outro fator utilizado pelas mulheres como alternativa é a contratação de empregadas domésticas como solução para cuidarem das crianças e da casa enquanto a mulher profissional sai para o trabalho. Isso reforça a fala de Biroli (2018): há hierarquia e diferença entre essas “mulheres” já que “é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 101).

Compras, contas, cardápios semanais, lições de casa das crianças, roupa para o dia seguinte, dentre outras preocupações fazem-se presentes na rotina de muitas mulheres trabalhadoras, com ou sem ajuda de empregadas domésticas, seja qual for seu nível social. Cabe ressaltar que há outros modelos que ocorrem em níveis sociais mais baixos, por exemplo, em que uma irmã mais nova, ou uma tia, ou avó podem assumir este papel enquanto a mãe trabalha fora, dentre outras configurações. Por outro lado, pode haver, também, em classes mais abastadas, mulheres que terceirizam esse trabalho para governantas ou secretárias e que não se preocupam com os afazeres de seus filhos

⁴³Disponível < <http://www.ipea.gov.br/retrato/>> Acesso em 12 jul. 2017

ou com as atribuições domésticas. A grande maioria, porém, pertencentes às classes mais baixas e média, dedica-se aos afazeres domésticos após um dia árduo de trabalho, contando, infelizmente, com pouca ou nenhuma ajuda do companheiro, outro ponto a ser destacado na divisão sexual do trabalho.

Essa desigualdade na participação do homem nas tarefas domésticas, mesmo já tendo sido citada na pesquisa acima, reforçam a dicotomia feminino/masculino e segundo Biroli (2018), essa divisão sexual do trabalho “(...) é produtora do gênero, ainda que não o seja isoladamente. Ela compõe as dinâmicas que dão forma à dualidade feminino-masculino, ao mesmo tempo que posiciona as mulheres diferente e desigualmente segundo classe e raça” (BIROLI, 2018, p. 44).

Hill (1995), discutindo sobre a divisão sexual do trabalho, afirma que os homens não se responsabilizam pelas funções domésticas por motivos tão-somente econômicos e por resquícios do patriarcado, já bastante tratado aqui em capítulo anterior, para o qual o trabalho doméstico não “pertence” ao homem:

a tendência dos homens a se afastarem do envolvimento com o trabalho doméstico foi explicada como o resultado de serem eles ‘os principais provedores do pão de cada dia, independentemente de suas mulheres trabalharem ou não, parecia justo que eles fossem isentos do trabalho doméstico’ (HILL, 1995, p. 45).

Embora as mulheres assumam cargos importantes de gestão, ocupem espaços antes designados aos homens e contem com colaboradores para efetuar a maior parte desse trabalho em casa, pode-se dizer que para elas “os trabalhos domésticos propriamente ditos se amenizaram. Mas os filhos – sua saúde, seus estudos, suas distrações – os substituíram. De tal forma que o doméstico continua a pesar na agenda das mulheres. Sem que os homens colaborem muito mais” (PERROT, 2007, p. 118).

O direito adquirido, portanto, de a mulher conquistar espaços fora da esfera privada, como uma cidadã, seja para conseguir um salário, seja para aprender algo novo e sair da ignorância que havia lhe sido imposta por anos, sem opção nenhuma de educar-se ou ser alguém, torna-se muito valioso, mas carregou consigo também alguns percalços que precisam ser revistos. Nogueira chama atenção para o fato de que

em verdade, apesar de a luta feminina visar, entre outros fatores, a redução da desigualdade existente na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, no transcorrer dos anos a lógica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando as mulheres as responsabilidades domésticas, contribui para a persistência da

desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda no início do século XXI (NOGUEIRA, 2008, p. 78).

Para Biroli (2018), “a cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes contribui para criar obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma” (BIROLI, 2018, p. 24), além de dificultar também que ela tome decisões mesmo no âmbito doméstico (BIROLI, 2018, p. 24). Essa dificuldade de as mulheres assumirem cargos, por exemplo, mesmo que contem com auxílio de empregadas domésticas para tomar conta de suas casas, ocorre pois “(...) as mulheres se vêem assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir assumindo com o homem o sustento da família, mas não partilhando com ele os encargos domésticos” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 66).

Heywood (2010), ao trazer o conceito de “famílias simétricas”, aponta uma das soluções para que a mulher não fique assoberbada e sinta-se acuada com a dupla jornada. Segundo o autor, “as responsabilidades domésticas podem ser assumidas pelo marido, ou divididas por igual entre marido e mulher nas chamadas ‘famílias simétricas’” (HEYWOOD, 2010, p. 28).

Seja de qual classe social for, seja contando ou não com ajuda da empregada doméstica, da avó, da irmã, da tia, ou do esposo, ela ainda vai chegar em casa depois do trabalho e coordenar as tarefas domésticas e as ações, principalmente, do filho, que necessita de seu cuidado.

Na seção seguinte, trataremos a discussão sobre a mulher gestora, abordando questões como liderança, tipos de liderança; competência, tipos de competência; bem como um dos obstáculos para a mulher chegar a esses postos, o chamado teto de vidro, e de que maneira os teóricos, principalmente da área de Administração, lançam seu olhar para a mulher que ocupa cargos de alta gestão.

5.2.3 Relações de Gênero e Cargos de Alta Gestão

Nesta seção refletiremos sobre a mulher gestora, em especial, quando ela chega aos cargos mais altos de sua empresa, pública ou privada, e vai, ao invés de ser coordenada ou chefiada pelos homens, chefiá-los ou gerenciá-los. Serão abordados o perfil do(a) gestor(a); as definições de liderança e seus tipos; a noção de competência e

seus tipos e o fenômeno teto de vidro, compreendido como um tipo de obstáculo para a mulher chegar aos cargos de comando.

De acordo com Nogueira (2006), “apesar das mulheres representarem cerca de 40% da população ativa no mundo ocidental, ela continua a ser uma minoria nas posições de gestão e na política, sendo praticamente invisíveis nas posições de topo” (NOGUEIRA, 2006, p. 57). São vários os motivos pelos quais elas ainda enfrentam dificuldades, seja para chegar a esses espaços, seja para manter-se neles e fazer-se respeitar pelos seus pares.

Ser um(a) gestor(a) de universidade, sujeito desta tese, vai muito além de ser um(a) administrador(a) de empresas. Segundo Miranda (2010, p. 14), “os gestores que atuam nas universidades são responsáveis diretos por fomentar, incentivar e criar mecanismos de manutenção para essas iniciativas de desenvolvimento local e regional”. Além disso, é importante que eles aliem tanto competências técnicas quanto administrativas ou gerenciais, “além de habilidades de negociação e análise do contexto econômico, político e social” (MIRANDA, 2010, p. 14).

Para administrar uma universidade, portanto, não basta ser um(a) administrador(a) formado(a), é preciso ter conhecimento macro do que é a estrutura organizacional da instituição – um conjunto de atores composto de alunos, professores, técnicos administrativos, prestadores de serviço e autoridades, pois a universidade também é composta por uma estrutura política. Segundo Esther (2011),

o modelo gerencial para a administração pública pressupõe que o gestor público, dotado de uma racionalidade gerencial, poderia dar conta de resolver todos os problemas que lhe são colocados, uma vez que seria treinado para isolar as atividades umas das outras e aquelas da autoridade direta e para avaliar o desempenho dos serviços e das atividades governamentais por meio de indicadores objetivos (ESTHER, 2011, p. 651).

Miranda (2010) aponta que a administração pública universitária tem várias particularidades, dentre elas o fato de o(a) gestor(a) ser professor(a)/pesquisador(a). Os(as) gestores(as) não têm, na maioria das vezes, formação específica para gerenciar uma estrutura organizacional tão complexa quanto a universidade. Tem, porém, de fazê-lo, mesmo que “nos primeiros meses de gestão, o trabalho pode ser mais difícil, pois eles ainda estão aprendendo suas funções e se inteirando dos procedimentos e práticas gerenciais universitárias” (MIRANDA, 2010, p. 14).

Kerr (1982), trazendo o contexto de uma universidade americana, mas que se assemelha ao nosso, quanto ao perfil de reitor, afirma que

espera-se do reitor da universidade, nos Estados Unidos, que seja um amigo dos estudantes, um colega dos docentes, um excelente confrade nas associações de ex-alunos, um administrador idôneo para com os curadores, um bom orador para o público, um regateador astuto com as fundações e agências federais, um político com os deputados estaduais, um amigo da indústria, do trabalho e da agricultura, um diplomata persuasivo com os doadores, um paladino da educação em geral, um protetor das profissões (particularmente direito e medicina), um porta-voz para a imprensa, um erudito na expressão da palavra, um funcionário público em níveis estadual e nacional, um amante da ópera e igualmente de futebol, um ser humano decente, um bom marido e pai, um membro ativo de sua igreja. Acima de tudo, deve deleitar-se em viajar de avião, fazer refeições em público e comparecer a cerimônias públicas (KERR, 1982, p. 37).

Além de apresentar um perfil específico e que garanta um bom desempenho na administração de uma instituição complexa como a universidade, ter características de liderança facilita e ajuda muito o(a) gestor(a), pois ele/ela deve agregar, além de conhecimento técnico, inteligência emocional e carisma, dentre outras.

Estudos sobre a presença das mulheres nas universidades e nos cargos mais altos da hierarquia institucional, tais como reitoras, foram poucos encontrados, sobretudo os que utilizavam como termos chave: mulher reitora; mulher gestora de universidade e mulher na liderança. A grande maioria dos trabalhos aborda ou assuntos relacionados à História das mulheres (área de História); ou assuntos relacionados à mulher no mercado de trabalho como gestoras/empreendedoras (área de Administração); ou até mesmo as mulheres na docência (área de Educação). Trabalhos relacionados exatamente à mulher gestora de instituição de ensino superior não foram encontrados em nossa pesquisa de revisão da literatura.

Vale destacar, entretanto, alguns trabalhos mais abrangentes encontrados, tais como o de Moraes (2008), já citado nesta tese, intitulado *A trajetória de reitoras em Santa Catarina: ser mulher é apenas um detalhe?* da área de Engenharia de Produção. Há ainda o trabalho de Filho (2007), intitulado *Liderança Feminina na Administração Pública: estudo de caso na UEPB*, e Capelle (2006) pesquisou *O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero no Oitavo Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais*, esses dois últimos são da área de Administração. Além de vários artigos publicados nessa área com esses enfoques.

Embora não tenhamos encontrado muitas pesquisas sobre mulheres em cargo de gestão institucional, há um número expressivo de mulheres gestoras em instituições de ensino federal em nosso país. Segundo levantamento realizado no site da Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior⁴⁴, sobre o número de mulheres reitoras em universidades federais no Brasil com mandato vigente no ano de 2018, encontramos que, das 63 universidades, 20 delas possuíam mulheres no cargo. Isso mostra que, em média, 30% dos dirigentes máximos das instituições são pessoas do sexo feminino. Destacamos, também, que em 21 universidades há vice-reitoras atuando, também em torno de 30%. Se formos analisar por região, no Centro-Oeste, das cinco universidades, três possuem mulheres reitoras (UnB, UFMT e UFGD) e duas possuem vice-reitoras (UFG e UFMS); no Nordeste, de 18 universidades, sete possuem mulheres reitoras (UFAL, UFPB, UFSB, UFMA, UFOB, UFRPE e UFRN) e cinco possuem vice-reitoras (UFRB, Unilab, UFPE, UFPI e UFS); no Norte, das dez universidades, somente duas possuem mulheres no comando (UNIFAP e UFOPA) e cinco possuem mulheres vice-reitoras (UNIFAP, UFOPA, UFRA, Unifesspa e UFT); no Sudeste, das 19 universidades federais, seis possuem mulheres reitoras (UFMG, UFOP, UFTM, UFV, UNIFESP, UFSCAR) e quatro possuem mulheres vice-reitoras (UFES, UFJF, UFLA, UFRJ) e no Sul, das 11 federais, somente duas possuem mulheres como reitoras (FURG e UFCSPA) e cinco como vice-reitoras (Unila, UFTPR, UFCSPA, URRGS e UFSC).

Ao refletir sobre essa presença das mulheres nas universidades e nos cargos mais altos de gestão, Yannoulas (2000, p. 426) afirma que “a presença das mulheres – especialmente das acadêmicas feministas – nas universidades contribuiu para a percepção das mulheres como sujeitas e objeto de pesquisa e, simultaneamente, para a transformação da ciência androcêntrica”. Ainda para a autora, “a problemática das mulheres universitárias e profissionais resulta em foco de interesse privilegiado, porque elas delimitariam uma importante ruptura no que se refere à feminização do mundo público e às relações das mulheres com o poder e o saber” (YANNOULAS, 2000, p. 434). Em outras palavras, nos dias atuais, esse espaço público faz-se também local de trabalho delas, transformando essa relação que elas teriam com poder e o próprio conhecimento a que agora teriam acesso.

Os conceitos “liderança”, “competência” e “teto de vidro”, advindos da área da Administração, serão importantes para entendermos como as entrevistadas se reconhecem, ou como representam-se, enquanto gestoras. Liderança é um conceito vasto e que pode ser entendido de diversas formas, além de haver uma extensa

⁴⁴ Disponível < <http://www.andifes.org.br/ifes/> > Acesso em 27 março 2018.

bibliografia a respeito. Elencamos, portanto, algumas definições para auxiliar-nos no entendimento, em seguida, exploraremos dois tipos de liderança. Há tempos a imagem de que o(a) chefe ou o(a) gestor(a) deve ser aquele(a) que manda e os subordinados obedecem caiu por terra. Hryniewicz e Vianna (2018) reforçam essa ideia ao afirmar que

a visão tradicional do líder eficiente como uma pessoa carismática, egoísta e de forte personalidade vai contra o comportamento observado em alguns líderes atuais, que apresentam traços de humildade, disciplina, concentração, boa comunicação, ausência de narcisismo e personalidade discreta (HRYNIEWICZ e VIANNA(2018) apud WILLIAMS (2005).

Liderança, então, pode ser considerada como “influência interpessoal exercida em uma situação e dirigida por meio do processo de comunicação humana, com vigor, a diversos objetivos, ou seja, consiste em uma relação entre um indivíduo e um grupo” (SANTOS, 2006, p. 58). Além de poder ser “um processo em que as partes envolvidas se influenciam mutuamente de formas específicas” (COHEN, 2003, p. 254). Ambas definições apontam para a ideia de relações e influência, excluindo questões de dominação, verticalidade e controle.

De acordo com Eagly, Johannesen-Schmidt e Engen (2003), pode o conceito de liderança ser compreendido de duas formas: transacional ou transformacional. A do tipo transacional é “caracterizada pela troca de favores, e a transformacional, baseada em ideias, metas e emoções”. As duas “envolvem fé nas pessoas, orientação por valores e busca do aprendizado, além da capacidade de lidar com a complexidade” (PEREIRA; SILVA, 2011, p. 631). O quadro abaixo elucida melhor esses tipos e suas características:

Escalas com subescalas	Descrição do estilo de liderança
Transformacional	
Influência idealizada (atributo)	Demonstra qualidades que motivam respeito e orgulho por associação com ele ou ela.
Influência idealizada (comportamento)	Comunica valores, objetivos e importância da missão da organização.
Motivação inspiradora	Exibe otimismo e entusiasmo com metas e o futuro.
Estímulo intelectual	Examina novas perspectivas para resolver problemas e completar tarefas.

Consideração individual	Foca no desenvolvimento de subordinados e atende às necessidades individuais.
Transacional	
Recompensa contingente	Premia performances satisfatórias de subordinados e atende aos seus erros.
Gerência por exceção (ativo)	Atende aos erros dos subordinados e incapacidade de atingir a meta.
Gerência por exceção (passivo)	Espera até o problema se tornar severo para intervir.
Laissez-faire	Frequentemente ausente e falta de envolvimento em momentos críticos.

Quadro 4: Tipos de liderança e características. Fonte: Adaptada de Eagly, Johannesen-Schmidt e Engen (2003). / (HRYNIEWICZ, VIANNA, 2018, p. 333)

Percebe-se, no quadro acima, que a liderança do tipo transformacional está mais relacionada ao que se espera do líder atual, enquanto a transacional, excetuando-se a recompensa contingente que mais se assemelha ao perfil do líder transformacional, apresenta características consideradas mais retrógradas.

Ao refletir sobre os tipos de liderança e as relações com o conceito de gênero, Quelhas (2010) apresenta qual tipo caracterizaria gestores homens e mulheres⁴⁵:

o estilo de liderança dos homens é estrutural, transacional, aristocrático, passa pela instrução e é orientado para o negócio. O estilo de liderança das mulheres foca-se na consideração, é transformacional, participativo, sócio-expressivo e está orientado para as pessoas (QUELHAS, 2010, p. 16).

Essa polarização entre liderança masculina e feminina, para o contexto organizacional, segundo Hryniewicz e Viana (2018), gera muitos transtornos uma vez que “(...) a incompatibilidade entre comportamentos considerados mais femininos, como empatia e bondade, e comportamentos associados aos líderes, como confiança e assertividade, pode levar a uma distorção no que se espera de uma líder feminina” (HRYNIEWICZ, VIANNA, 2018, p. 332). Espera-se, portanto, que uma líder do sexo feminino “deva se manter feminina e, ao mesmo tempo, aderir ao comportamento de um líder tradicional – o que pode ser fonte de preconceito no ambiente de trabalho”

⁴⁵ Essa discussão dos tipos de liderança será retomada na análise do corpus.

(HRYNIEWICZ, VIANNA, 2018, p. 332). Essa necessidade de apresentar certas características masculinas para liderar é reforçada por Bourdieu (2002), ao afirmar que

a definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições são dificilmente ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a ‘distância em relação ao papel’, a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens (BOURDIEU, 2002, p. 78).

A literatura inclusive aponta que, para serem respeitadas como líder, as mulheres devem se adaptar à “norma masculina” e agir como homens⁴⁶ (HIRATA *et. al*, 2009), o que reforça a ideia de que para ser competente, conceito que discutiremos a seguir, a mulher teria que apresentar características masculinas.

O conceito de competência será abordado neste trabalho, mesmo que nossa tese não seja diretamente da área de Administração, já que as próprias entrevistadas utilizam-se de inúmeros aspectos citados nas definições do termo e de seus tipos para definirem-se como gestoras. Além disso, pelo fato de elas serem gestoras, competência, assim como liderança, é um conceito que faz parte de suas rotinas, bem como de suas práticas administrativas.

De acordo com Zarifian (2001, p. 72), “a competência é um entendimento prático de situações que se apoia em conhecimentos adquiridos e os transforma na medida em que aumenta a diversidade de situações”. Isso demonstra que para ser considerado competente é preciso que a pessoa apresente muito mais que conhecimentos, é necessário que as situações sejam modificadas por ela. Para Pereira e Silva (2011),

é necessário compreender a situação, seus elementos (materiais ou humanos), o objetivo da ação, suas implicações (julgamento e responsabilidade) e a interação com o outro (colega, cliente, gestor), estabelecendo um agir prático inteligente e empático que satisfaça aos aspectos objetivos (externos, do contexto) e subjetivos (percepções, emoções) envolvidos nesse agir. Isso é imprescindível em um contexto marcado pela incerteza e por imprevistos, acontecimentos não rotineiros,

⁴⁶Na análise do corpus serão apresentados trechos que comprovem essa afirmação.

definidos por Zarifian (2001) como evento – e ao gestor cabe articular as possibilidades de ação (PEREIRA e SILVA, 2011, p. 633).

Segundo Amaral (2006), citando Zarifian (2001), a definição de competência está vinculada às ações de “tomar iniciativa” e de “assumir responsabilidade” que o indivíduo tem diante das situações profissionais com as quais se depara (ZARIFIAN, 2001). Seria uma junção de prática e conhecimento aplicados a situações diferentes (AMARAL, 2006, p. 557). Paiva (2007), à luz das ideias de Le Boterf (2003), afirma que “competência é um saber agir responsável, que engloba saber mobilizar, integrar e transmitir conhecimentos, recursos e habilidades, em determinado contexto profissional” (PAIVA, 2007, p. 38).

Considerando as definições de competência, podemos dizer que há três elementos que constituem tal conceito: conhecimentos, habilidades e atitudes, pois, segundo Esther (2011), eles são expressos pelo desempenho profissional em determinado contexto ou em determinada estratégia organizacional” (ESTHER, 2011, p.652).

Amaral (2006), Paiva (2007), Ésther (2011) e Pereira e Silva (2011) trazem as definições de classe e tipos de competências que, associadas, nos possibilitarão realizar uma reflexão e análise interessantes do nosso corpus e culminarão na definição de tipos de competências. Amaral (2006) apresenta algumas características para as classes e competências, definidas pela Escola Nacional de Administração Pública ⁴⁷, como se observa abaixo:

Classes	Competências
Fundamentais/Genéricas	Comprometimento com o serviço público; Trabalho em equipe; Flexibilidade; Sensibilidade Social;

⁴⁷ A Escola Nacional de Administração Pública - Enap, fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, é uma Escola de Governo que tem como finalidade estatutária promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para a administração pública federal, visando ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/index.php/pt/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 28/5/2019

	Negociação e Comunicação
Organizacionais	Conhecimento da Administração pública; Capacidade de aprender; Comunicação; Negociação; Planejamento educacional; Metodologias de ensino; Prospecção de conhecimentos em gestão pública; Gestão de escola de governo e Conhecimentos de escolas de TI e sistemas governamentais.
Gerenciais	Liderança Inspiradora; Senso de direção; Comprometimento; Gestão integrada e estratégica de recursos (capacidade de planejamento); Visão/mente aberta; Capacidade de análise e síntese; Implementação equilibrada das políticas públicas e Gestão de pessoas.
Pessoais e Interpessoais	Expansão contínua das fronteiras pessoais; Capacidade de articulação; Resolução de problemas; Iniciativa e Cooperação.

Quadro 5: Classes e Competências. Reproduzida de Amaral (2006, p. 558)

De acordo com o quadro acima teríamos, então, as classes que englobam as competências: Fundamental/ Genérica; Organizacional; Gerencial; Pessoal e Interpessoal.

Paiva (2007) também apresenta alguns tipos de competência baseados em Cheetham e Chivers (1998). Segundo a autora, haveria quatro tipos de competência: Cognitiva; Funcional; Comportamental/Pessoal e Ética. Cada uma dessas competências teria um grupo de habilidades, reproduzidas abaixo, de acordo com as próprias palavras de Paiva (2007):

- competência cognitiva / conhecimento – competência técnica / teórica / especialista (conhecimento formal base de profissão); conhecimento tácito / prático (dificuldade de articular ou passar, sempre ligado com a performance de funções particulares); conhecimento procedural (rotinas básicas – como, o quê, quem, quando etc.); conhecimento contextual (organização, setor, geografia, base de clientes etc.); e aplicação de conhecimento (habilidades de síntese, transferência e conceitualização);
- competência funcional – específica da ocupação (conjunto de funções específicas da profissão); processual / organizacional / administrativa (planejamento, monitoramento, implementação, delegação, evolução, administração do próprio tempo etc.); mental (capacidade de ler / escrever, de operar com números, de diagnosticar, habilidades em tecnologia de informação etc.); e física (coordenação, destreza manual, habilidades de digitação etc.);
- competência comportamental ou pessoal – social / vocacional (autoconfiança, persistência, controle emocional e de estresse, habilidades de escuta e interpessoais, empatia, foco em tarefa etc.); e intraprofissional (coletividade, conformidade com normas de comportamento profissional etc.);
- competência ética / valores: pessoal (aderência a lei e aos códigos morais ou religiosos, sensibilidade para necessidades e valores de terceiros etc.); e profissional (adoção de atitudes apropriadas, adesão a códigos profissionais de conduta, autoregulação, sensibilidade ambiental, foco em cliente, julgamento ético, reconhecimento dos limites da própria competência, dever em manter-se atualizado e em ajudar no desenvolvimento de neófitos na profissão, julgamentos sobre os colegas etc.) (PAIVA, 2007, p. 43).

O autor ainda apresenta o modelo de competência profissional, que seria então uma “(...) mobilização de forma particular pelo profissional na sua ação produtiva de um conjunto de saberes de naturezas diferenciadas (que formam as competências intelectual, técnico-funcionais, comportamentais, éticas e políticas)” (PAIVA, 2007, p. 45). Busca-se, dessa forma, resultados tanto em nível pessoal, quanto profissional e comunitário. (PAIVA, 2007). A competência profissional então abarcaria as demais competências já trazidas pelo autor (intelectual, técnico-funcional, comportamental, ética e política), conforme figura abaixo, e relacionar-se-ia com as competências citadas pelas entrevistadas em nosso trabalho, por isso a importância da apresentação do modelo:

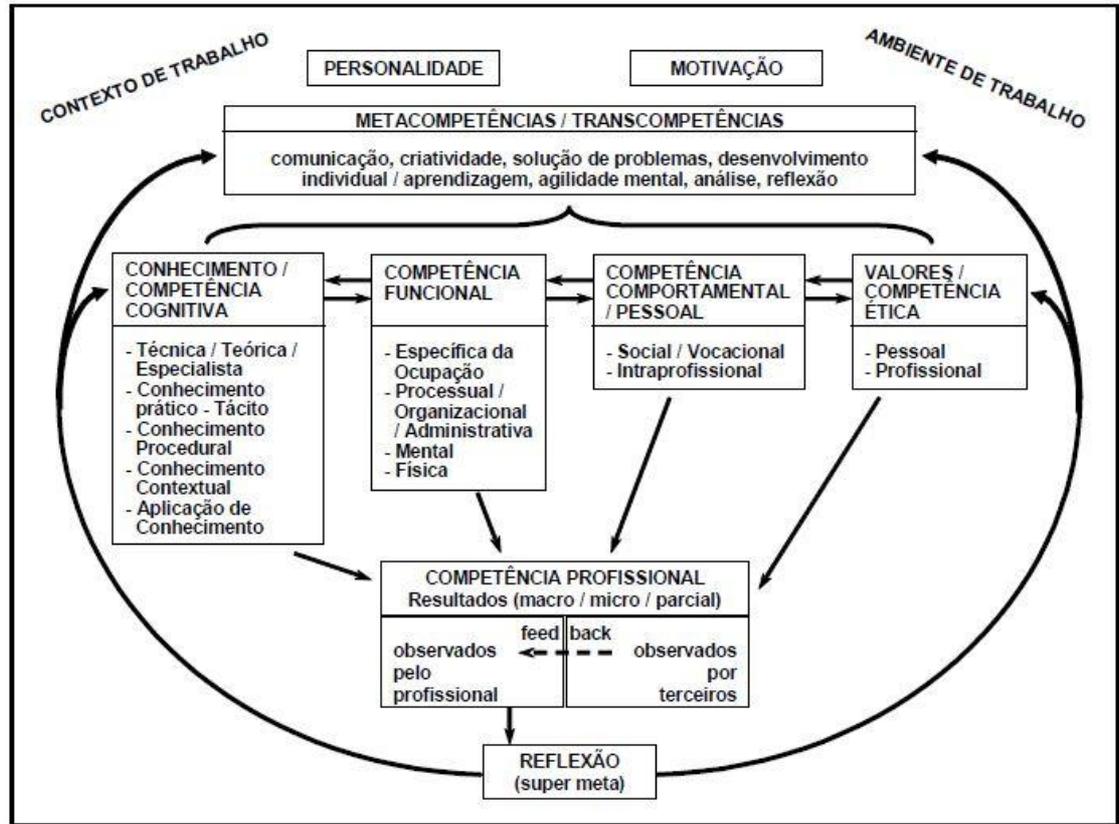


Figura 2: Modelo de Competência profissional proposto por Cheetham & Chivers (1998) Reproduzida de Paiva (2007, p. 45) Fonte: Cheetham e Chivers (1998:275)

Uma outra variação do conceito de competência seria, de acordo com Brito, França e Barreto (2012), o de competências gerenciais, que teriam as dimensões técnica, administrativa, psicossocial e política, definidas da seguinte maneira:

a dimensão técnica “compreende o conhecimento específico dentro da especialidade da área de atuação” (MOREIRA et al.,1997, p.14); a dimensão administrativa refere-se ao planejamento, organização, coordenação e acompanhamento das atividades que lhe são destinadas; a dimensão psicossocial é focada na dinâmica dos inter-relacionamentos e a dimensão política refere-se ao exercício do poder, ao grau de autonomia e decisão e a capacidade de influência nas ações da empresa (BRITO, FRANÇA e BARRETO, 2012, p. 46).

Segundo Pereira e Silva (2011), “as **competências gerenciais** podem ser compreendidas como a mobilização dos saberes (saber, saber agir e saber ser) requeridos pelo contexto da ação gerencial (LE BOTERF, 2003; MOURA e BITENCOURT, 2006)” (PEREIRA e SILVA, 2011, p. 634). Essas competências

estariam relacionadas a “um elenco de ações relacionadas à compreensão cognitiva, prática e afetiva de situações de trabalho (BRANDÃO e BORGES-ANDRADE, 2007) para a categoria específica de gestores”. Além disso, no ambiente de trabalho ela teria relação com a “construção de novas formas de pensar e atuar no âmbito gerencial e relacional” (RUAS, 2001, p. 243), visualizada na ação profissional destes gerentes (FLEURY; FLEURY, 2001; LE BOTERF, 2003; RUAS, 2001)” (PEREIRA e SILVA, 2011, p. 634).

Após a conceituação de vários tipos de competência, chegamos ao seguinte quadro-síntese, que engloba os quatro principais tipos de competência (cognitiva/organizacional; funcional/gerencial; pessoal/comportamental; ética/fundamental) que se fundem em competência profissional gerencial.

Autor	Paiva 2007	Amaral 2006	Paiva 2007	Pereira e Silva 2011
Competência	Cognitiva/ conhecimento	Organizacional	Competência profissional (junção de todas)	Competência Gerencial (junção de todas) Técnica/ administrativa/ psicossocial/ Política
	Funcional	Organizacional/ Gerencial		
	Comportamental/ Pessoal	Pessoal e interpessoal		
	Ética	Fundamental		
	Política	-----		

Quadro 6- Tipos de competência (elaborado pela autora)

Percebe-se, no quadro acima, que nossa intenção foi relacionar os tipos de competência definidos por vários autores, para assim relacioná-los com nosso corpus no momento da análise. As habilidades de cada competência citada auxiliarão o entendimento de como as entrevistadas identificam-se e representam-se e como produzem suas identidades, neste caso, de gestora.

Utilizaremos, no momento de nossa análise, as categorias acima elencadas: 1- cognitiva/organizacional; 2- funcional/gerencial; 3- pessoal/comportamental; 4- ética/fundamental e 5- política. Intentamos classificar os discursos das gestoras a partir dessas categorias.

Após refletirmos sobre liderança e competência, pilares considerados essenciais quando na execução de um cargo de gestão, traremos o conceito de teto de vidro, visto como um dos obstáculos para que as mulheres possam exercer seus cargos de gestão com excelência. Segundo Steil (1997), esse conceito

[...] foi introduzido na década de 80 nos Estados Unidos para descrever uma barreira que, de tão sutil, transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais em função de seu gênero e não pela inabilidade de ocupar posições no topo da hierarquia organizacional (STEIL, 1997, p. 68).

Ainda segundo Steil (1997), “estudos experimentais indicam que homens, de maneira geral, estão menos propensos a delegar tarefas desafiadoras às mulheres do que estariam dispostos a delegá-las aos homens” (STEIL, 1997, p. 64). Isso mostra-nos que ainda há resistência, seja dos homens, seja dos chefes, que limita a ascensão das mulheres, apenas por seu gênero.

As inúmeras dificuldades de adentrar em altos cargos e de superar esse teto de vidro faz com que ocorra uma “(...) menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações” (VAZ, 2013, p.766). Capelle (2006) citando Scheiholtz (1994) afirma que as dificuldades aparentemente ligadas ao fenômeno teto de vidro vinculam-se principalmente com atitudes dos próprios homens, quando veem-se em posição de controle em relação às mulheres e pode incluir

a relutância de dirigentes em se arrisarem a promover mulheres para posições de comando, os estereótipos e preconceitos sobre mulheres em cargos de chefia, a falta de incentivo ao planejamento de carreiras por mulheres, a sua não-indicação para serviços de maior responsabilidade, a exclusão de mulheres dos canais informais de comunicação, e o comportamento antiprodutivo por parte de colegas e subordinados homens como forma de boicote à liderança feminina (CAPELLE, 2006, p. 80).

Dentre os impasses para transpor esse teto de vidro, está a responsabilidade sobre a casa e os filhos, que imperam como uma dificuldade para elas prolongarem o expediente, ou mesmo realizar viagens de trabalho (VAZ, 2013). Outro entrave

encontrado para superar o teto de vidro é provar que a mulher tem capacidade para desempenhar funções profissionais com empenho. Ainda segundo Vaz (2013),

além da necessidade de se afirmar perante os subordinados, as próprias gerentes revelam-se preocupadas em se superar e comprovar seu desempenho para serem respeitadas e reconhecidas como competentes para as funções de liderança. Para quase todas elas, o desempenho da função gerencial implica maior dedicação e disponibilidade, com uma carga de trabalho maior, horários irregulares e, não raro, a extensão da jornada de trabalho para os finais de semana. Diante disso, o apoio familiar é apontado como condição essencial para a conciliação das vidas profissional e pessoal (VAZ, 2013, p. 784).

Outro ponto relacionado ao fenômeno teto de vidro seria a segregação de gênero no mercado de trabalho que, segundo Capelle (2006), pode ser horizontal ou vertical. Na horizontal, haveria homens e mulheres em vários tipos de atividades, estando as mulheres destinadas a uma menor variedade de atribuições. Já na vertical, a segregação ocorre em níveis hierárquicos, ou seja, “de acordo com Alvesson e Billing (1997), a segregação horizontal limita o acesso de mulheres a determinadas profissões, enquanto a vertical limita seu acesso a postos mais altos da hierarquia organizacional” (CAPELLE, 2006, p. 79).

Ainda segundo Capelle, trazendo Hirata (1999), essa diferenciação ou divisão por sexo é real e os trabalhos mais valorizados “considerados mais centrais, estáveis e com laços empregatícios formais, muitas vezes, vinculados a cargos de chefia, são usualmente ocupados por homens” devido às questões socio-históricas e políticas aqui já discutidas. É “natural” que “(...) os trabalhos periféricos, precarizados e com menor atribuição de responsabilidades, ou destinados a funções de atendimento, são legados às mulheres” (HIRATA, 1999 *apud* CAPELLE, 2006, p. 80). A segregação referida acima remete ao conceito já mencionado de “teto de vidro”, quando a mulher tem mais dificuldade de adentrar nesses cargos mais altos, vinculados à segregação vertical. Relaciona-se, assim, à hierarquia e à dificuldade de ultrapassar essas barreiras verticais, ou chegar a uma chefia máxima, por exemplo.

Pensar no teto de vidro como barreira para a mulher chegar aos cargos de alto escalão de sua empresa é reafirmar as “(...) condições assimétricas de poder e oportunidades — que colocam o homem em condições de superioridade à mulher (que representa 51,3%82 da população mundial)” (VIEIRA, 2012, p.78). Esse é somente um dos grandes percalços que a mulher precisa enfrentar para firmar-se enquanto profissional.

Refletir, portanto, sobre esse lugar da mulher nos estudos de gênero, conforme sugere o título desta parte, é resgatar o patriarcado como algo vinculado ao gênero e ao movimento feminista, que o considera uma história para ser negada. Para além disso, podemos colocá-lo como o grande responsável pelo peso que ainda é para as mulheres a esfera privada e sua dupla jornada diária, já que seus resquícios estão presentes a todo momento em inúmeros lares. Desafio diário para mulheres, sobretudo as mais jovens, que nasceram vendo as mães trabalhando na esfera pública e ainda dando conta dos trabalhos domésticos após chegar em casa – enquanto o pai tem a liberdade do descanso do dia trabalhado - é conseguir não reproduzir esse modelo em seus lares, deixando claro desde o início de seus relacionamentos que o patriarcado deu lugar à igualdade.

Na parte seguinte da tese faremos uma reflexão teórica sobre a análise de Discurso Crítica, corrente teórica que embasará nossas análises, para na última parte apresentarmos as análises das entrevistas.

Parte 2 – Lugar de mulher é na luta discursiva: uma retomada dos principais conceitos da Análise de Discurso Crítica

Nesta parte serão apresentados e discutidos conceitos, princípios e fundamentos teóricos importantes do estudo discursivo crítico, abordagem que será usada nesta pesquisa; bem como expostas as categorias metodológicas que nortearão as análises. Para tal intento, a dividiremos em dois capítulos: Estudos Discursivos Críticos: Teoria e Método e Percurso Metodológico, pois entendemos que a abordagem discursivo-crítica orienta-se desta forma.

Capítulo 6 – Estudos Discursivos Críticos: teoria e método

6.1 Primeiros apontamentos sobre os estudos discursivos críticos

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é um campo discursivo com várias abordagens, dentre elas a de vertente britânica, que tem Norman Fairclough como um dos principais expoentes e autor de obras importantes para a área. A obra *Discurso e Mudança Social*⁴⁸, de Norman Fairclough, publicada em 1992 e traduzida em 2001 para a Língua Portuguesa por Izabel Magalhães, é considerada a primeira obra fundadora da teoria, com o modelo tridimensional discursivo. Em 1999, Fairclough, em conjunto com Chouliaraki, publicam *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*, quando atualizam conceitos e apresentam o modelo da ADTO, desenvolvendo as articulações entre as questões discursivas e o Realismo Crítico, tal como proposto por Roy Bhaskar. Em 2003, Fairclough aprofunda sua abordagem, publicando *Analyzing discourse: textual analysis for social research*.

Sob a ótica dos estudos discursivos críticos, as obras de Fairclough são as mais expressivas e nos fornecem ferramentas, conceitos e categorias importantes para análise de práticas sociais que envolvam questões sobre minorias e relações de poder. Além delas, também relevantes são as obras de Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho, *Análise de Discurso Crítica*, publicada em 2006, e *Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*, de 2011, ambas retomando as discussões de

⁴⁸Utilizaremos, a fim de facilitar o entendimento quanto à data de publicação da obra, a seguinte denotação quando citarmos a obra de Fairclough publicada em 1992 e traduzida em 2001: FAIRCLOUGH (2001 [1992]).

Norman Fairclough e trazendo reflexões cruciais para um melhor entendimento dos conceitos.

São características essenciais dessa abordagem a utilização do termo “crítica”, a dialética entre discurso e social e a interdisciplinaridade. Segundo Fairclough (2001), a análise é crítica por “ter o objetivo de mostrar maneiras não-óbvias pelas quais a língua envolve-se em relações sociais de poder e dominação e em ideologias” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 229). Além disso, ser crítico implica, também, intervir na linguagem para que as reivindicações e aspirações políticas se façam possíveis, já que “trabalhar com linguagem é necessariamente agir politicamente” (RAJAGOPALAN, 2007, p. 16). Esse posicionamento vai ao encontro de muitos trabalhos, inclusive o nosso, que consideram que pensar e refletir sobre um problema social é também um “agir politicamente”.

Pelo fato de que a ADC “almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada [...] através do uso da linguagem” (WODAK, 2004, p. 225) é possível refletir sobre nossa pesquisa a partir desse posicionamento. Ao pensarmos na pouca presença das mulheres reitoras – cargos de alto escalão nas universidades e, mais ainda, na repetição dos discursos tradicionalistas/patriarcais presentes nos relatos das entrevistadas, que reproduzem muitas vezes as práticas discursivas patriarcais, a legitimação de desigualdades sociais entre homens e mulheres é reforçada. Mesmo elas ocupando cargos de prestígio, a representação discursiva da esfera privada ainda ronda muito fortemente sua representação e identidade.

A ADC é “[...] a análise das conexões dialéticas entre discurso (incluindo linguagem, mas também outras formas de semiose, por exemplo, linguagem corporal ou imagens visuais) e outros elementos das práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 231). A linguagem, portanto, está atrelada ao social, é moldada e constrangida pela estrutura social e influencia também o social, o que implica que “as questões sociais são, em parte, questões sobre o discurso, e vice-versa. Assim sendo, análises linguísticas/semióticas cuidadosas de textos e interações têm um papel a desempenhar nas análises sociais.” (ARAÚJO, 2014, p. 21). De acordo com Cavalcanti (2016),

ao focalizar o discurso em sua relação dialética e indissociável com outros elementos da vida social, Fairclough nos aponta um ponto de vista privilegiado e nos fornece um aparato teórico e metodológico de formas de análise aplicáveis a textos (categorias, parâmetros, terminologias). Todo esse

instrumental contribui para tornar possível vislumbrar e explorar analiticamente as dimensões sociais, históricas, ideológicas etc. das formas linguísticas diretamente na superfície dos textos (CAVALCANTI, 2016, p. 44).

Para Fairclough (2001), o discurso deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que pode contribuir para transformar o mundo e os indivíduos nele inseridos. Por esse motivo, Souza (2015) afirma que “os seres humanos são capazes de definir e expressar em palavras a realidade apreendida e as experiências cotidianas são construídas principalmente por intermédio da significação linguística.” (SOUZA, 2015, p. 62), reiterando a ideia da linguagem como legitimadora de realidades sociais, uma vez que a linguagem é realização do social e vice-versa (SOUZA, 2015).

A relação entre linguagem e social torna-se crucial já que se baseia também em questões tais como as minorias, sempre presentes nos estudos discursivos críticos e pauta constante quando se fala em relações de poder e hegemonia. Além disso, “(...) a ADC é uma forma de fazer militância, por meio da tessitura de relações entre o social, o discursivo e o textual, em prol de ações que contribuam com transformações na realidade de grupos em situação de exclusão” (VIANA, 2016, p. 107). Em nosso corpus de análise, a ADC nos interessa, em particular, pois Fairclough apresenta um vasto campo teórico-metodológico, no qual se encaixam questões a serem analisadas por nós, como: identidade e relações de poder, além de preocupação com problemas sociais presentes nas questões de gênero, conforme será apresentado na análise deste trabalho.

Essa abordagem discursiva relaciona-se a outros componentes, não se limitando à análise de aspectos linguísticos. Outras abordagens discursivas trazem como princípio próprio da natureza do campo disciplinar as relações extra língua, já que “todos os discursos são historicamente situados e, por isso, devem ser compreendidos em seus contextos, sendo estes cruciais para as análises, que incluem explicitamente componentes sociais, psicológicos, políticos e ideológicos” (CASTILHO, 2013, p. 27).

Em relação à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, Resende e Ramalho (2010) afirmam que essa abordagem discursiva está “situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a ADC procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais” (p. 185). Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), a pesquisa em ADTO “(...) se figura como 'transdisciplinar' (em oposição a apenas 'interdisciplinar'), envolvendo um diálogo ('ou conversação') entre teorias em que a

lógica de uma teoria é 'colocada em funcionamento' dentro de outra sem a última ser reduzida para a primeira"⁴⁹ (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 2).

Arelados às discussões sobre relações de poder, estão os conceitos de *reflexividade*, *ideologia* e *hegemonia*. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), a *reflexividade* teria relação com luta social, posicionando conhecimentos sobre determinadas práticas, já que toda prática tem um “irredutível aspecto discursivo” (p.26). A reflexividade e as práticas “podem depender [das] auto-construções reflexivas para sustentar relações de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26). Esse conceito baseado em Giddens (1991) aborda essas reflexões e a construção de auto-identidades, uma vez que são os próprios indivíduos que transformam ou mantêm as estruturas sociais, que são permeadas a todo momento por lutas hegemônicas e ideologias.

Já o conceito de *hegemonia* tem origem em Gramsci (1988) e relaciona-se com os estudos discursivos críticos, assim como ideologia e poder, aproximando-se de instabilidade e luta hegemônica. Por abordarem as lutas e relações de poder, maneiras de instaurar e sustentar as hegemonias estão presentes nas discussões sociais e teóricas da ADC. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), “hegemonia são relações de dominação baseadas no consentimento e não na coerção, envolvendo a naturalização das práticas e suas relações sociais, bem como as relações entre práticas, como questões de senso comum”⁵⁰ (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 25, tradução nossa). Diante disso, “parte das lutas hegemônicas é a luta pela instauração, sustentação, universalização de discursos particulares” (RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 25). Em nosso corpus, podemos perceber algumas práticas hegemônicas quando se nota a reprodução do discurso patriarcal, conforme já destacado, uma vez que reforçam a hegemonia masculina como detentora da esfera pública.

⁴⁹Tradução nossa do trecho: CDA can figure within property 'transdisciplinary' (as opposed to merely 'interdisciplinary') research, involving a dialogue ('or conversation') between theories in which the logic of one theory is 'put to work' within another without the latter being reduced to the former (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 2).

⁵⁰Tradução nossa do trecho: Hegemony is relations of domination based upon consent rather than coercion, involving naturalisation of practices and their social relations as well as relations between practices, as matters of common sense - hence the concept of hegemony emphasises the importance of ideology in achieving and maintaining relations of domination (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 24).

Resende e Ramalho (2006) relacionam ideologia e hegemonia, ao afirmarem que “segundo Eagleton (1997, pp.105-6), há distintas maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. A ideologia é uma maneira de assegurar o consentimento por meio de lutas de poder levadas a cabo no nível do momento discursivo de práticas sociais.” (EAGLETON, 1997 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 47). Em outras palavras, a ideologia estaria então nesse limiar da luta hegemônica e significaria manter, na luta de poder, o que se considera importante para manter determinada hegemonia. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), as ideologias podem ser consideradas “(...) construções de práticas a partir de perspectivas particulares (e, nesse sentido, "unilaterais") que ‘remetem’ as contradições, os dilemas e os antagonismos das práticas de maneiras que atendem aos interesses e projetos de dominação⁵¹” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 26, tradução nossa). Implica dizer que os sujeitos filiam-se a ou defendem determinadas ideologias e esse comportamento pode refletir lutas hegemônicas ou mesmo filiações hegemônicas; ou seja, há discursos com graus variados de investimentos ideológicos.

Fairclough (1992 [2001]) afirma ainda que

as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 1992 [2001]), p. 117)

Levando em consideração as relações de dominação citadas, que se conectam com as lutas hegemônicas, as ideologias são “construções discursivas”, pois significam potencialmente o modo “como os discursos relatam outros momentos da prática social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26), já que o discurso produz, reproduz ou transforma as práticas sociais.

Objeto de estudo deste campo de conhecimento, o discurso, na vertente anglo-saxã de Fairclough, é, portanto, “moldado e restringido pela estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 91), mas também pode moldar e transformar a estrutura. Assim, é constituído por ‘identidades sociais’, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Esses três efeitos são responsáveis também pela maneira como

⁵¹ Ideologies are constructions of practices from particular perspectives (and in that sense 'one-sided') which 'iron out' the contradictions, dilemmas and antagonisms of practices in ways which accord with the interests and projects of domination (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 26).

este discurso é moldado, logo, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 91). Para Fairclough (2001[1992]), discurso é um modo de ação social e historicamente situado, em relação a outras facetas do social (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p.33). Além disso, é prática política, a qual teria associação com poder e entidades coletivas e ideológicas, podendo construir, naturalizar, manter ou transformar as relações de poder.

O conceito de discurso altera-se ao longo das três obras mais significativas de Fairclough. Em 1992/2001, o discurso é considerado tridimensional: texto, prática discursiva e prática social. Em sua obra de 1999, apresenta, ao lado de Lilie Chouliaraki, o discurso como um dos momentos da prática social, ou seja, ele está agora descentralizado. Por fim, em 2003, o discurso significaria linguagem e outros tipos de semiose como momento irreduzível da vida social, pois, segundo o autor, discursos são “formas de representar os aspectos do mundo – os processos, relações e estruturas do mundo material, o mundo mental de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, o mundo social”⁵² (FAIRCLOUGH, 2003, p.124, tradução nossa).

De acordo com Theo van Leeuwen (2005, p.104), “discursos não são somente sobre o que fazemos, mas sempre sobre o motivo pelo qual estamos fazendo isso”. O autor traz, nesse sentido, uma definição mais abrangente de discurso, relacionando-o à ação do indivíduo e mais especificamente à motivação. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), discurso

inclui a linguagem (falada e escrita e em combinação com outras semióticas, por exemplo, com a música no canto), a comunicação não-verbal (expressões faciais, movimentos corporais, gestos, etc.) e imagens visuais (por exemplo, fotografias, filmes). O conceito de discurso pode ser entendido como uma perspectiva particular sobre as várias formas de semiose - vistos como momentos de práticas sociais em sua articulação com outros momentos não-discursivos⁵³ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 38, tradução nossa).

⁵²Tradução nossa do trecho: ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)

⁵³Tradução nossa do trecho: Discourse therefore includes language (written and spoken and in combination with other semiotics, for example, with music in singing), nonverbal communication (facial expressions, body movements, gestures, etc) and visual images (for instance, photographs, film). The conception of discourse can be understood as a particular perspective on these various forms of semiosis – it seems then as moments of social practices in their articulation with other non-discursive moments. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 38)

Em seguida traremos os modelos teórico-metodológicos de Fairclough com os conceitos e as categorias principais, tanto para o modelo tridimensional (1992), quanto para a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), de Chouliaraki e Fairclough (1999). Vale ressaltar que os estudos de Fairclough surgem devido à necessidade de estudos de cunho sociológico sobre a linguagem, abrangendo também a materialidade linguística dos textos. Diante da existência de estudos que ou abordavam uma tendência focada em textos, deixando de lado as questões sociais, ou destacavam mais a abordagem extralinguística, Fairclough desenvolve o modelo tridimensional. Havia uma lacuna em estudos que abrangessem essas das práticas e esse modelo tenta suprir essa falta (CAVALCANTI, 2016).

Fairclough, em sua obra *Discurso e Mudança Social*, de 1992/2001⁵⁴, como já mencionado, considera o discurso como tridimensional, composto por texto, prática social e prática discursiva. Segundo o autor, sua abordagem tridimensional “(...) permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social” (FAIRCLOUGH, [1992]2001, p.27).



Figura 3: Modelo Tridimensional de Fairclough ([1992]2001)

Ao apresentar e conceituar seu modelo tridimensional, o autor destaca o constante movimento dialético entre as três dimensões, pois, “(...) o discurso tanto seria socialmente constitutivo quanto constituinte” (PIRES, 2018, p. 13). Além disso, essa perspectiva dialética está presente em toda a teoria crítico-discursiva de Fairclough, o que resulta em um movimento mais dinâmico entre as três dimensões, que apesar de estarem separadas na análise, assim estão somente para um melhor entendimento

⁵⁴A obra “Discourse and Social Change” foi publicada em 1992 por Norman Fairclough, mas em 2001 foi traduzida e publicada pela Universidade de Brasília.

metodológico (ARAUJO, 2014). Por fim, sobre essa dialética não hierárquica, Fontenele (2014) afirma que

não há em nenhuma delas hierarquia, visto que são apresentadas em um quadro tridimensional. Assim, seria mais fácil para o pesquisador perceber os diversos pontos de articulação dessas dimensões entre si. Por exemplo, seria possível fazer uma avaliação das relações entre a mudança discursiva e a mudança social, tendo-se em mente que as propriedades dos textos e as propriedades sociais de eventos discursivos constituem instâncias da prática social. Como consequência, seria possível ver a prática discursiva como capaz de exercer uma grande influência nas crenças e no senso comum das pessoas, assim como nas relações sociais e nas identidades sociais (FONTENELE, 2014, p. 69).

Em Chouliaraki e Fairclough (1999), a noção de discurso e sua abordagem teórico metodológica são revistas e ampliadas, levando em conta a necessidade já citada dos estudos discursivos críticos de um olhar dialético, além da necessidade de uma maior abertura nas análises, ampliando a articulação dos estudos discursivos com elementos que não sejam discursivos. Altera-se, assim, o “foco” da análise, já que em 1992, o autor traz o discurso como prática social, atuando enquanto agente de mudanças sociais, enquanto em 1999 o discurso aparece no interior das práticas, junto a outros momentos, trazendo uma reflexão e uma problematização maiores sobre as questões sociais. De acordo com Araújo (2014),

de certo modo, pode-se considerar que um interesse mais aprofundado nas questões de linguagem e semiose (e, por extensão, do discurso) é uma tendência quase natural num campo de estudos que se vincula à Linguística. Por outro lado, não se pode negar que se trata de uma inclinação que tende a ser relativamente problemática para uma proposta teórico-metodológica que se pretende dialética. É a partir desta visão que Chouliaraki & Fairclough (1999) se propõem a desviar do discurso para a prática social o foco do enquadre teórico-metodológico da ADC, na obra *Discourse in Late Modernity* (ARAUJO, 2014, p. 26).

Antes de dedicarmos à discussão sobre discurso como um momento da prática social, traremos reflexões acerca da origem das reflexões de Chouliaraki e Fairclough(1999), com base nos estudos do Realismo Crítico de Roy Bhaskar, pois julgamos essencial ponderar essas ideias antes de explorarmos os conceitos de prática social e ordem do discurso.

6.2 As influências do Realismo Crítico de Roy Bhaskar nos estudos de Fairclough

Por entender que a definição de discurso necessitava ser mais abrangente, Fairclough baseia-se nos estudos do Realismo Crítico (RC) para pautar-se no modelo da

ADTO, considerando sua visão ontológica. Por isso, alinha-se aos estudos de Bhaskar para explicar os conceitos e para relacioná-los melhor à vida social. Segundo Cardoso (2015), nessa visão ontológica, “(...)há um entendimento de que existem incalculáveis resultados possíveis dentro do âmbito de mecanismos estabelecidos na vida social.” e, para além disso, “(...) há a consciência de que o conhecimento empírico que se tem dessa vida social é apenas um feixe ínfimo sob o qual se pode vê-la e entendê-la” (CARDOSO, 2015, p. 63).

Roy Bhaskar, filósofo britânico, foi um expoente do RC, que publicou várias obras sobre a teoria e seus principais conceitos. Muitos são os estudos importantes que nortearam nossa pesquisa sobre os conceitos mais importantes do Realismo Crítico⁵⁵ e que nos permitiram entender melhor sua relação com a Análise de Discurso Crítica.

Andrew Sayer publicou, em 2000, o artigo *Características chave do Realismo Crítico na prática, um breve resumo*, no qual apresenta os conceitos mais importantes dessa teoria. Outro trabalho importante a ser retomado aqui é o de Chintia Lins Hamlin, também de 2000, com o título *Realismo Crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais*, no qual ela traça um percurso sobre a origem do termo Realismo Crítico, definindo-o como a combinação de “realismo transcendental” e “naturalismo crítico”. Explica, ainda, cada um dos conceitos e traz, assim como Sayer (2000), os estratos da realidade, além de estrutura e agência, atrelados a estruturas sociais. Sua obra também será peça chave nas discussões engendradas neste capítulo. Mais especificamente sobre a questão da agência, Margaret Archer, em seu artigo também do ano de 2000 – *Realismo e o problema da agência*, aborda o conceito de agente humano, que será também trazido por Giddens (1991), em *As consequências da modernidade* e aprofundado quando abordarmos o conceito de identidade⁵⁶.

Na esteira da relação dialética entre discurso e vida social, já trazida por Fairclough, as reflexões do Realismo Crítico consideram que “para o realista social, as relações entre a humanidade e o mundo são intrínsecas ao desenvolvimento de propriedades humanas que são, por sua vez, condições necessárias à própria vida social” (ARCHER, 2000, p. 56). Ou seja, ao conectar o agente social e a vida real, esta um sistema aberto sujeita a transformações, as experiências e a própria vida social são

⁵⁵A edição número 33 da Revista Polifonia, cujo tema do dossiê foi “Estudos Críticos do Discurso e Realismo Crítico: contribuições e divergências”. Traz importantes discussões acerca desta articulação.

⁵⁶O conceito de Identidade foi abordado no capítulo 4.

envolvidas pelo humano e também são citadas nas duas teorias. Barros, Vieira e Resende (2016), destacam que “o RC defende uma ontologia não empiricista, em que o mundo não é feito somente de acontecimentos ou fatos; o mundo (material ou social) é governado por mecanismos ou poderes causais, oriundos de estruturas e de que se informa a realização de eventos” (BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 13).

Segundo Bhaskar, “(...) o RC propõe uma abordagem crítico-explanatória para estudos sociais, procurando contemplar a natureza estratificada da realidade, incluindo as entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo” (BHASKAR, 1989, p. 12 *apud* BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 17). Dessa maneira, ao contemplar em sua teoria entidades, estruturas e mecanismos, o autor busca também mostrar que esses elementos fazem parte da vida, compreendida como um sistema aberto. Para Chouliaraki e Fairclough (1999),

as várias dimensões da vida – incluindo as dimensões física, química, biológica, econômica, social, psicológica semiótica (linguística) – têm suas estruturas específicas, geradoras de efeitos distintos nos eventos sociais por meio de seus mecanismos particulares. Para o Realismo Crítico, a vida é constituída de diferentes dimensões – e possui mecanismos e estruturas, visíveis ou invisíveis, geradores de poder no mundo. Em razão de a operação de qualquer mecanismo ser sempre mediada pela operação de outros mecanismos, nenhum deles tem efeitos determinantes em um evento específico, uma vez que eventos são complexos e de maneira nenhuma pode-se prever os efeitos desses mecanismos (o termo “mecanismo” de Bhaskar por ser mal entendido – indica mecanismos normais e de conotação determinística não aplicados a essa teoria). A vida, então, não pode ser concebida como um sistema fechado – é um sistema aberto, determinado por mecanismos (e, por conseguinte, por estruturas), em um sentido complexo.⁵⁷ (CHOULIARAKI E FAIRCLOGUH, 1999, p. 19, tradução nossa)

Para o RC, a compreensão da vida como um sistema aberto, em transformação constante, constitui-se de diferentes domínios (real/potencial, realizado e empírico) e diferentes estratos (físico, biológico, social, semiótico) (RESENDE; RAMALHO, 2011,

⁵⁷Tradução nossa do trecho: Life (natural and social) is an ‘open system’, in which any event is governed by simultaneously operative ‘mechanisms’ (or ‘generative powers’) This is a view that has recently been developed within ‘critical realism’ (Collier 1994, Bhaskar 1986) The various dimensions and levels of life – including physical, chemical, biological, economic, social, psychological, semiological (and linguistic) – have their own distinctive generative effects on events via their particular mechanisms. Because the operation of any mechanism is Always mediated by the operation of others, no mechanism has determinate effects on events, so that events are complex and not predictable in any simple way as effects of mechanism (...) Life therefore cannot be conceived as a closed system – it is an open system, which is indeed determined by mechanisms (and therefore structures), but in complex ways (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 19).

p. 32). Esses estratos possuem estruturas e mecanismos. Ainda de acordo com Resende e Ramalho (2011), “no domínio potencial, mecanismos gerativos de diferentes estratos (físico, biológico, social, semiótico, dentre outros) operam simultaneamente com seus poderes causais, gerando efeitos em outros domínios” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 32). Sayer (2000) diz que

condições de "sistemas fechados" não ocorrem espontaneamente no mundo social, ou mesmo em grande parte do mundo natural, embora a ciência natural possa, frequentemente, produzi-las artificialmente nos experimentos. Nos *sistemas abertos* do mundo social, o mesmo poder causal pode produzir resultados diferentes, de acordo com a maneira pela qual as condições de fechamento são quebradas; por exemplo, a competição econômica pode levar firmas a se reestruturarem e inovar, ou a fechar (SAYER, 2000, p.14).

A realidade, portanto, é complexa, integrando um mundo composto de diversas possibilidades e com a presença da atividade humana para realizar as transformações. Gomes (2016) afirma que “a nossa vida social, portanto, é inseparável da atividade e dos comportamentos humanos, além de ser instável e mutável, já que depende obviamente das ações dos seres humanos que são sociais (...)” (GOMES, 2016, p. 92). Considerar que a vida é um sistema aberto implica resgatar que as Ciências Humanas têm como objeto o sujeito, vivendo em sociedade e constituindo-se por meio da linguagem. Diante disso, as pesquisas da área, ao englobarem questões humanas, não podem ser controladas como pesquisas em laboratório, por exemplo, e é para reforçar esse caráter ontológico que o RC é resgatado e utilizado como base pela ADC de Fairclough.

Segundo Hamlin (2000), “Bhaskar reconhece que a realidade só pode ser expressa por intermédio do pensamento e da linguagem, e que estes apresentam uma dimensão social inevitável(...)” (HAMLIN, 2000, p. 3). Além disso, haveria a relação entre o domínio intransitivo (ontológico) do conhecimento e o domínio transitivo (epistemológico), que seria social e historicamente contingente (HAMLIN, 2000), resultando na relação entre o ser e os questionamentos desse ser.

Bhaskar sustenta a existência estratificada de três domínios da realidade: o empírico (acessado por experiências a partir da observação direta), com associação direta com a experiência, que pode ser feita em relação ao real ou ao atual (SAYER, 2000); o realizado ou factual (inclui experiências e eventos que podem ou não ser observados), sendo considerado o que acontece se e quando esses poderes (do real) são ativados, ou o que os poderes fazem e o que ocorre (SAYER, 2000), e o real ou

potencial (inclui os mecanismos processos ou estruturas subjacentes que geram eventos), trazendo tudo que existe, natural ou social/objetos, suas estruturas e seus poderes (SAYER, 2000).

Segundo o quadro abaixo, o *real* seria composto, por conseguinte, pelos mecanismos, eventos e pelas experiências; o *realizado*, somente pelos eventos e pelas experiências, e o *empírico*, como o próprio nome diz, somente pela experiência.

Domínios da realidade	<i>Real</i> experiências, conceitos e signos eventos <i>mecanismos</i>	<i>Realizado</i> experiências, conceitos e signos <i>eventos</i> [mecanismos]	<i>Empírico/Conceitual</i> <i>experiências, conceitos e signos</i> [eventos] [mecanismos]
Estratos da realidade	Realidade absoluta	Realidade relativa	Falsa realidade
Princípios meta-filosóficos	não-dualidade (unidade, uma propriedade da consciência)	dualidade	dualismo (alienação, falsidade)

Quadro 7: Domínios e Estratos da Realidade. (Reproduzido de Vieira e Dias, 2016, página 57.

Segundo as autoras, o quadro foi adaptado de Bhaskar, 2012, p. 6)

Apropriando-se das discussões de Bhaskar, Fairclough (2003) baseia-se em uma perspectiva realista para propor o que denomina de ontologia⁵⁸ do discurso ao considerar que “tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como menos abstratas ‘práticas sociais’, (...) são parte da realidade” (p.14). Ainda destaca a diferença entre o potencial e o realizado trazidos originalmente por Bhaskar, “o que é possível devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de fato. Ambos precisam ser distinguidos do ‘empírico’, o que sabemos sobre a realidade”⁵⁹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14, tradução nossa).

⁵⁸Ontologia pode ser definida a partir do grego ontos(ser) e logia (estudo), sendo então o estudo do ser, sendo considerada também a ciência das essências. Disponível em < <https://www.significados.com.br/ontologia/> >

⁵⁹Tradução nossa do trecho: The position I take is a realist one, based on a realist ontology: both concrete social events and abstract social structures, as well as the rather less abstract ‘social practices’ which I discuss in chapter 2, are part of reality. We can make a distinction between the ‘potential’ and the ‘actual’ – what is possible because of the nature (constraints and allowances) of social structures and practices, as opposed to what actually happens. Both need to be distinguished from the ‘empirical’, what we know about reality. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14).

Mais uma vez, pautando-se na dialética discurso e vida social, os conceitos e fundamentos do Realismo Crítico servirão para o modelo da Análise Discursiva Textualmente Orientada, que nem de longe considera somente aspectos discursivos em seu modelo, mas muito do que é considerado da vida social, tal como o RC propõe. Vale lembrar que o conceito de vida como sistema aberto nos permite reforçar a especificidade das ciências humanas e de pesquisas com seres humanos, que permitem reflexões das mais diversas levando em conta inclusive questões levantadas pela ADC como minorias, problemas sociais, dentre outros, que se relacionam também com estruturas, eventos e práticas sociais.

Diante disso, as estruturas sociais, os eventos e as práticas relacionam-se em uma ordem do discurso, trazida por Fairclough, que será apresentada mais à frente neste tópico.

Em relação aos modelos de 1992 e de 1999, de acordo com Araújo (2014), “(...) cabe esclarecer que, ao contrário do que possa parecer *a priori*, não há uma ‘contradição’ efetiva entre estas duas abordagens, nem mesmo uma recusa dos autores de *Discourse in Late Modernity* às discussões produzidas em *Discurso e Mudança Social*” (p. 29), pois, a diferença das duas teorias, como já relatado, seria de foco. Considerando que em 1992 há uma centralidade do discurso, quando ele é compreendido como prática social, em 1999, o conceito desse discurso é descentralizado, conforme afirma Pires (2018)

ao dizer que, mesmo não sendo surpreendente o fato de parte da linguística colocar o foco sobre a linguagem e o semiótico, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 143) em seguida afirmam que tal inclinação disciplinar poderia se tornar problemática para uma teoria que tem como objetivo ser dialética, contemplando as relações entre linguagem e sociedade. Portanto, o principal movimento conceitual presente na abordagem dos autores em *Discurso na modernidade tardia*: repensando a análise crítica do discurso é o de descentralização do discurso na prática social (PIRES, 2018, p. 15).

O contexto do modelo de 1999 de Chouliaraki e Fairclough se estabelece na modernidade tardia, em que ocorre a “(...) aceleração das mudanças sociais parcialmente sustentadas pelo discurso” (PIRES, 2018, p. 16). De acordo com Giddens (2011), “a modernidade refere-se à estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (p. 8). Ainda segundo esse autor, várias e essenciais consequências vieram junto com a modernidade, incluindo alterações nas relações de

tempo e espaço, o que impactou diretamente na vida dos indivíduos, que sofreram com um “desencaixe gerado pelas relações descontínuas de tempo e espaço desorientam a organização social, e portanto as práticas sociais das quais os discursos fazem parte” (SOUZA, 2017, p. 19). Giddens afirma, ainda, que

a modernidade é essencialmente uma ordem pós-tradicional. A transformação do tempo e do espaço, em conjunto com os mecanismos de desencaixe, afasta a vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos. Esse é o contexto da consumada *reflexividade* (...). Ela se refere à suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social, e das relações materiais com a natureza, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação. Tal informação ou conhecimento não é circunstancial, mas constitutivo das instituições modernas – um fenômeno complicado, porque existem muitas possibilidades de se pensar sobre a reflexividade nas condições sociais modernas (GIDDENS, 2002, p. 25).

Considerando, então, essa nova fase da vida social como a modernidade tardia, Chouliaraki e Fairclough trazem tanto as teorias de Giddens quanto as de Harvey para seu contexto já que consideram que essas teorias

(...) podem servir de base para muitos temas significativos para a ADC relacionados à modernidade tardia, especificamente o que está implícito nelas em relação à linguagem. Os temas propostos por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 83) são a hibridização, a globalização, a identidade, a reflexividade e a comodificação (FONTENELE, 2014, p. 72).

Em nosso corpus de análise, interessa-nos mais de perto o conceito de identidade, que já foi tratado em capítulo anterior deste trabalho. Para as discussões sobre discurso e prática social, traremos a seguir os conceitos de Harvey, que inspirou o modelo de Fairclough, no qual a prática social é composta por momentos. Assim como Giddens, Harvey traz as mudanças econômicas e culturais como reais, bem como a alteração nas noções de tempo e espaço, além da própria internet que transforma sobremaneira as relações sociais. Diante desse contexto, o discurso transforma-se em algo relacionado ao que é social e as práticas sociais, em conjunto com o conceito de discurso, assumem uma nova forma e definição.

Levando em consideração o conceito de Harvey (1996) de que o discurso é apenas um dos momentos da prática social, o modelo tridimensional do discurso assume uma nova forma. Para Harvey (1996), o discurso é um “momento” entre outros cinco: poder, relações sociais, práticas materiais, instituições/rituais e crenças/valores/desejos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). O autor conceitua todos esses momentos como parte discursivas, sempre destacando uma visão dialética do processo social, de

forma que considera “o significado social do discurso sem reduzir a vida social do discurso” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 6). Harvey (1996) pondera que cada momento é “internalizado” nos outros, mas sem que haja uma redução de um ou outro, já que essa internalização significa a dialética entre os momentos. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), o autor “(...) reconhece a importância do social do discurso (‘discurso internalizado em algum senso em tudo o que ocorre em outros momentos’ da prática social) ambos como parte da ação e na construção reflexiva (‘significação’) da vida social, e o trabalho socialmente transformativo do discurso (...)” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 28).

Dessa forma, a rearticulação do discurso como um momento da prática social vem dessa posição de Harvey, que também amplia a noção de discurso como um momento da prática e não mais como prática social como proposto em 1992 por Fairclough. Por isso é essencial inserir os autores – Harvey e Giddens – como suporte para a reformulação da teoria, pois eles apresentam essa discussão da modernidade tardia e dos elementos sociais, já que essa dialética é crucial para entender a relação profícua entre discurso e prática social que se apresentará na ordem do discurso.

Vale destacar que, ao trazer o conceito de prática social como fundador do conceito de discurso, os autores alteram a percepção da análise discursiva, uma vez que o discurso não poderia ser o centro da ADC, pois as práticas sociais também são compostas por elementos não discursivos (CAVALCANTI, 2016). Por esse motivo, não é possível reduzir o conceito de discurso a prática social, mas sim considerá-lo um momento da prática, como já apresentado no modelo baseado em Harvey.

Práticas sociais, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), retomando os estudos de Harvey trazidos acima, são “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Elas seriam, assim, situações em que as pessoas se fazem agir de determinada forma, utilizando, para tal, recursos linguísticos ou não, ou ainda “são entidades intermediadoras entre o potencial abstrato presente nas estruturas e a realização desse potencial em eventos concretos” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 15). Para Chouliaraki e Fairclough (1999), a prática social constitui-se de outros elementos como discurso, atividades materiais, relações sociais e fenômeno mental. Para Resende e Ramalho (2011), as práticas sociais podem ser descritas da seguinte forma:

peças usam recursos do mundo material (como agora nós estamos usando o papel, tinta, um espaço físico para ler etc.) para agir e interagir com outras pessoas (que tem suas próprias crenças, valores), estabelecendo relações sociais (em nosso caso, a relação leitor/a -autoras), fazendo uso da linguagem, seja diretamente (como o livro que você está lendo ou o professor que possa estar falando) ou indiretamente (o que você pode estar pensando agora) (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 16).

Na figura abaixo, são expostos os momentos que constituem a prática social:

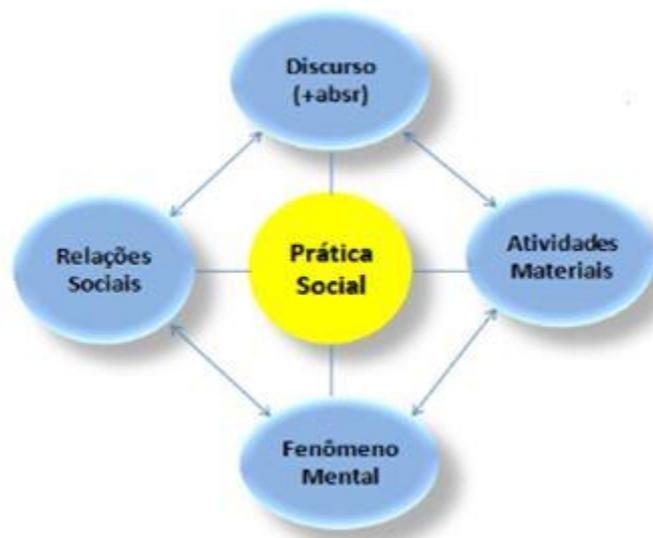


Figura 4: Momentos da Prática social – Reproduzido de Resende e Ramalho (2011, p. 16)

Esses quatro momentos, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 61), são definidos como: a atividade material, as vozes ou as marcas em um papel, por exemplo; as relações sociais e processos, que seriam as próprias relações propriamente ditas, as relações de poder e a maneira como as instituições se relacionam; os fenômenos mentais, que se ligariam a crenças, valores e desejos, e o discurso. Dessa forma, discurso é um dos momentos da prática social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

A ontologia de Fairclough, trazendo Giddens com a teoria da estruturação e Bhaskar com o realismo crítico, coloca as práticas sociais como conceito fundador de sua abordagem a partir de 1999. Atrelado a esse conceito, compondo a Ordem do Discurso, na qual Fairclough relaciona os conceitos/categorias sociais aos conceitos/categorias linguístico-discursivas ainda estão as Estruturas Sociais, relacionadas à Linguagem, e os Eventos Sociais, ao texto, conforme abaixo:

Estruturas sociais: linguagens Práticas sociais: ordens do discurso Eventos sociais: textos

Quadro 8- As ordens do discurso nas práticas sociais. Reproduzida de Fairclough (2003, p. 24)

A linguagem pode ser compreendida como um tipo de estrutura social, por ser um potencial semiótico aberto e abstrato e as estruturas sociais são entidades muito abstratas e podem estar vinculadas à estrutura econômica, à classe social, ao sistema de parentesco, ou uma linguagem (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23). Segundo Resende e Ramalho (2011), “[...] para a ADC, em todos os níveis da vida social, desde os mais fixos (estruturas sociais) aos mais flexíveis (eventos sociais), passando pelo nível intermediário (práticas sociais), a linguagem está presente” (p. 14).

O evento, por sua vez, “não seria somente a maneira de efeitos de estruturas sociais abstratas”, mas faria parte, juntamente com a estrutura, do conceito de prática social, sendo moldado por ela, realizando-se pela fala ou escrita e as práticas sociais seriam, portanto, “maneiras de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras e a retenção dessas seleções, em áreas particulares da vida social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23), além de poderem orientar os eventos. As práticas sociais estariam relacionadas ao conceito de ordens do discurso, porque as ordens abarcam ainda discurso, gêneros e estilos e seriam depois relacionadas aos significados de Fairclough, abrangendo toda uma gama não discursiva, que será elucidada adiante neste tópico. A ordem do discurso seria uma

rede de práticas sociais em seu aspecto linguístico. Os elementos das ordens do discurso não são pensados como nomes ou sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, gêneros e estilos. (...) Esses elementos selecionam certas possibilidades definidas pela linguagem e excluem outras – eles controlam variáveis linguísticas para áreas particulares da vida social⁶⁰ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24, tradução nossa).

⁶⁰ Tradução nossa do trecho: An order of discourse is a network of social practices in its language aspect. The elements of orders of discourse are not things like nouns and sentences (elements of linguistic structures), but discourses, genres and styles (I shall differentiate them shortly). These elements select certain possibilities defined by languages and exclude others – they control linguistic variability for particular areas of social life. So orders of discourse can be seen as the social organization and control of linguistic variation (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).

A ordem do discurso, em vista disso, viria do nível mais fixo, das estruturas sociais, já que elas normalmente mostram-se mais estabilizadas, como as instituições, por exemplo, com suas regras já consolidadas, ou a Linguagem, com suas normas a serem seguidas; ao nível mais flexível, os eventos sociais, que modificam de acordo com suas funções variadas, alterando-se também em seus textos. Como exemplo, temos o evento social de cerimônia de colação de grau, que traz uma formalidade que exige um certo tipo de texto mais formal por parte de seus discursantes, enquanto um outro evento social, como o baile de formatura, traz outro tipo de texto, mais informal, entre seus participantes. Já “no nível intermediário, as práticas sociais podem ser comparadas às ordens do discurso (discursos, gêneros e estilos), instâncias que regulam os aspectos discursivos do social, mediam as estruturas sociais e os textos” (SOUZA, 2017, p. 20).

Na figura abaixo percebemos a relação entre a ordem do discurso e os momentos da prática social, articulando dialeticamente os momentos compostos pelo discurso (mais abstrato), as atividades materiais, as relações sociais e o fenômeno mental.

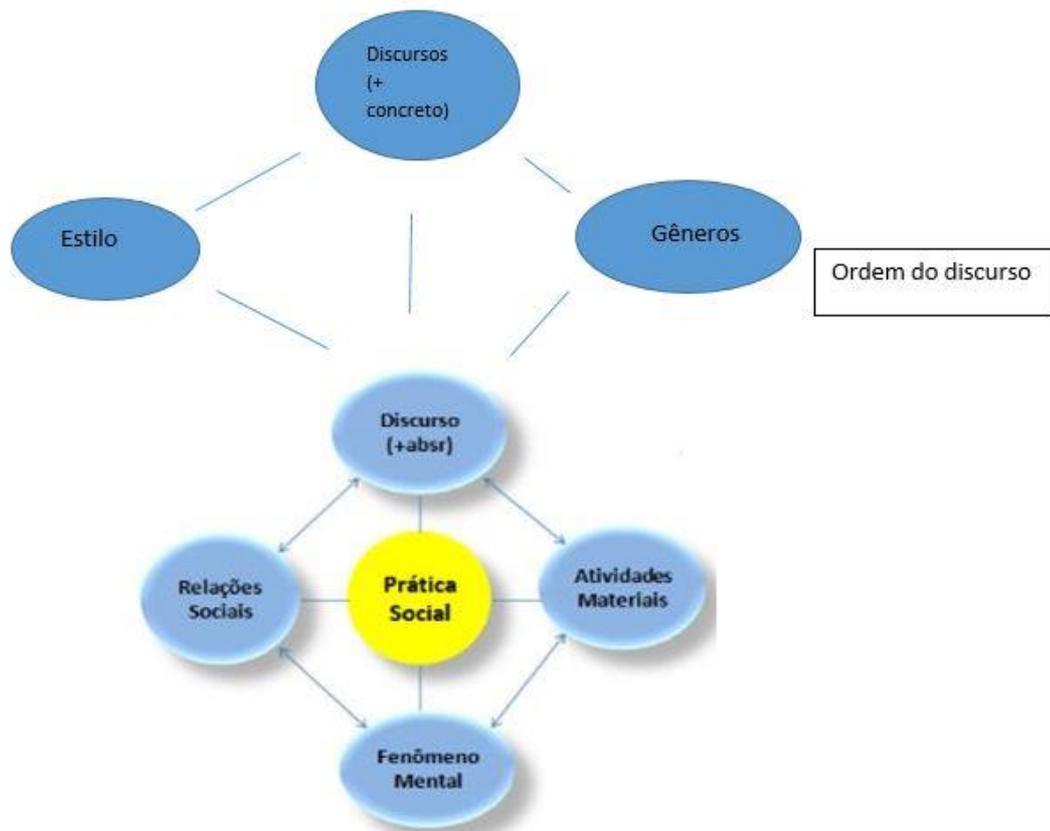


Figura 5– Relação entre Ordem do Discurso e Momentos da Prática Social. Reproduzida de Resende e Ramalho 2011, p. 42

Importante destacar a diferença entre o discurso mais abstrato e o mais concreto, já que ambos aparecem na figura acima. O discurso mais abstrato seria um momento das práticas sociais, significando “linguagem e outros tipos de semiose como momento irreduzível da vida social” (RESENDE; RAMALHO, 2011, P. 41), sendo um momento dentre os demais momentos. Já o discurso mais concreto seria um elemento das ordens do discurso, significando “modos particulares de representar o mundo”, uma vez que os diferentes momentos originam as ordens do discurso (gêneros, discursos e estilos). O conceito de discurso, portanto,

figura como um momento das práticas sociais – modos de ação, modos de representação, modos de identificação. Ou, colocando isto de maneira diferente: as relações do texto com o evento, com o mundo físico e social mais amplo, e com as pessoas envolvidas no evento. No entanto, eu prefiro falar de três tipos principais de significado, ao invés de funções⁶¹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27, tradução nossa).

Fairclough desloca a ideia de multifuncionalidade da língua para a de semiose, uma vez que considera a linguagem muito mais do que função e funcionamento, mas como significação, e apresenta três significados (acional, representacional e identificacional). O significado acional teria relação com os modos de agir discursivamente, reforçando a ideia de legitimação da ação por meio das relações entre os sujeitos; o representacional seria relacionado a modos de representação de aspectos do mundo e o significado identificacional, construindo ou negociando identidades, seria a maneira como as identidades são representadas (RESENDE; RAMALHO, 2006).

Esses significados muitas vezes confundem-se e misturam-se, uma vez que há entre eles uma relação dialética. Em nossa análise de corpus, por exemplo, perceberemos, ao darmos mais ênfase aos significados representacional e identificacional, que os dois fundem-se em alguns momentos. Isso ocorre pois identificar está muito próximo de representar e as reitoras, ao representarem-se seja como gestoras, mulheres, filhas, professoras, mães, dentre outras identidades, explicitam essas identidades em suas representações, por meio de seus discursos e do estilo que se identificam.

⁶¹Tradução nossa do trecho: I shall also view texts as multi-functional in this sort of sense, though in a rather different way, in accordance with the distinction between genres, discourses and styles as the three main ways in which discourse figures as a part of social practice – ways of acting, ways of representing, ways of being. Or to put it differently: the relationship of the text to the event, to the wider physical and social world, and to the persons involved in the event. However, I prefer to talk about three major **types of meaning**, rather than functions (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27).

Os três elementos da ordem do discurso já citados acima: gênero, discurso e texto, relacionam-se com os modos de ação, representação e identificação, que são os significados acional, representacional e identificacional. Segundo Fairclough, ainda na obra de 2003, o discurso figura então de três maneiras: modos de agir, representar e ser. Dessa forma, “discursos particulares (representação/saber) são mediados por gêneros (ação/poder), assim como gêneros pressupõem estilos (identificação/ética)” ou, ainda, relacionando discursos, gêneros e estilos, que “representações particulares (discursos) podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação (gêneros), e inculcadas em identidades particulares (estilos)”⁶² (FAIRCLOUGH, 2003, p. 29, tradução nossa).

Fairclough retoma o conceito de *ordem do discurso* de Foucault pois “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1970, p. 8), o que justifica sua reformulação da ordem do discurso.

O quadro abaixo mostra a relação entre significados e ordens do discurso:

Significados (Fairclough, 2003)	Elementos de ordens de discurso
Significado acional	Gêneros
Significado representacional	Discursos
Significado identificacional	Estilos

Quadro 9: Relações entre significados e ordens do discurso. (Adaptada de Resende e Ramalho 2011, p. 51)

Ao considerar as práticas sociais como ações sociais, e as ordens do discurso como as ações discursivas, percebemos a relação entre os significados acional, representacional e identificacional com as ordens do discurso (gênero, discurso e estilo) porque as ordens do discurso levam em consideração tanto o social quanto o discursivo,

⁶²Tradução nossa do trecho: particular Representations (discourses) may be enacted in particular ways of Acting and Relating (genres), and inculcated in particular ways of Identifying (styles) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 29).

que se entrelaçam. Seriam, então, conceitos não somente linguísticos, mas que juntariam os sistemas semióticos com o sistema social de redes de ordens do discurso. Por meio dessas relações é percebida a analogia existente entre o social e o linguístico, atrelando o sistema social e o sistema semiótico, já que ambos completam-se, o que confirma aquilo que vem sendo afirmado tanto pelos estudos discursivos críticos quanto pelos estudos do realismo crítico, tomado como base para a teoria de Fairclough.

6.3- Significado Representacional

O significado representacional tem como categoria o discurso. De acordo com Fairclough (2003), “o que pode ser representado em orações inclui aspectos do mundo físico (processos, objetos, relações, parâmetros espaciais e temporais), aspectos do ‘mundo mental’ de pensamentos, sentimentos e assim por diante, e aspectos do mundo social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 134). Fairclough (2003) afirma que

aspectos particulares do mundo podem ser representados diferentemente, então nós estamos geralmente na posição de ter que considerar a relação entre diferentes discursos. Diferentes discursos são diferentes perspectivas do mundo, e eles são associados com as diferentes relações que as pessoas tem com o mundo, que em turnos depende de sua posição no mundo, e sua identidade pessoal, e a relação social em que cada um ‘tolera’ de outras pessoas⁶³ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124, tradução nossa).

Os discursos, então, “representam alguma parte particular do mundo” (FAIRCLOUGH, 2003, p.129) e, na representação de nosso corpus de pesquisa, as reitoras representam esse grupo particular do mundo do qual fazem parte, pois são mulheres gestoras, ocupando cargos máximos de gestão nas universidades em que atuam como professoras/pesquisadoras.

Categoria linguística importante para analisar-se discursos é o Sistema de Transitividade, que permite identificar e descrever de que maneira os atores sociais, eventos e ações são representados por meio de processos, participantes e circunstâncias

⁶³Tradução nossa do trecho: I see discourses as ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world. Particular aspects of the world may be represented differently, so we are generally in the position of having to consider the relationship between different discourses. Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the diferente relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people. Discourses not only represent the world as it is (or rather is seen to be), they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124).

(HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os tipos de processos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) são: materiais, relacionais, mentais, verbais, comportamentais e existenciais. Fuzer e Cabral (2014) os definem de forma sintética:

- a) a representação da experiência externa (ações e eventos) é realizada por processos materiais, como fazer, construir, acontecer;
 - b) a representação da experiência interna (lembranças, reações, reflexões, estados de espírito) é realizada por processos mentais, como lembrar, pensar, imaginar, gostar, querer;
 - c) a representação de relações (identificação e caracterização) é realizada por processos relacionais, como ser, estar, parecer, ter.
- Nas fronteiras desses três principais, situam-se outros três processos: comportamentais, verbais e existenciais. Assim:
- d) a representação de comportamentos (manifestações de atividades psicológicas ou fisiológicas do ser humano) é realizada por processos comportamentais, situados entre os materiais e os mentais, como dormir, bocejar, tossir, dançar;
 - e) a representação de dizeres (atividades linguísticas dos participantes) é realizada por processos verbais, situados na fronteira entre os mentais e os relacionais, como dizer, responder, afirmar;
 - f) a representação da existência de um participante (o ‘estar no mundo’ é realizada por processos existenciais, situados entre os relacionais e os materiais, como existir, haver (FUZER; CABRAL, 2014, p. 43).

Sobre os processos e seus participantes, temos então, a seguinte configuração: os processos materiais tem como participantes: o ator (quem faz a ação); a meta (para quem o processo é direcionado); a extensão (complementa a ação, especificando-a) e o beneficiário (se beneficia da ação verbal). Os tipos de processos materiais seriam dois: os criativos (o participante passa a existir no mundo) e os transformativos (relação com mudança). Os processos relacionais identificam, classificam, caracterizam, definem e são classificados em dois tipos, o primeiro é o atributivo, em que os participantes seriam o *atributo* (participante) e o *portador* (a quem é atribuído o atributo). O segundo é o identificador, que teria o *identificado* (recebe a identificação), o *identificador* (identidade atribuída ao identificado), a *característica* (entidade definida) e o *valor* (termo definidor ou identificador).

Os processos mentais são quatro: percepção, afeição, cognição e desiderativos. Eles teriam dois participantes: o experienciador (participante consciente que experimenta um sentir) e o fenômeno (fato percebido, sentido ou compreendido). Já os processos existenciais tem como parte o existente. Nos processos verbais, por sua vez, estão envolvidos: o dizente (participante que diz), o receptor (opcional – para quem o processo verbal se dirige) e a verbiagem (codifica o que é dito ou comunicado). Por fim, os integrantes dos processos comportamentais são: o comportante (participante consciente) e o *behavior* (entende o processo). As circunstâncias, por sua vez, teriam

ligação com a “(...) localização de eventos no tempo (quando?) ou espaço (onde?), modo (como?) ou causa (por quê?)” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 53).

Além dos processos, participantes e circunstâncias que englobam o sistema de transitividade, em seguida traremos, dentro do significado identificacional, a *modalidade* e a *avaliatividade*, categorias que também serão analisadas em nosso corpus, desta vez como forma de mostrar a identidade das entrevistadas.

6.4- Significado Identificacional

O significado identificacional está diretamente ligado ao Estilo, que busca analisar as identidades, as maneiras de ser. Segundo Fairclough (2003, p. 159),

estilos são o aspecto discursivo de maneiras de ser, identidades. Quem você é é parte da questão de como você fala, como você escreve, bem como é uma questão de personificação – como você parece, como você se comporta, como se move, e outros mais. Estilos são ligados com identificação – usando a nominalização ao invés do nome ‘identidade’ enfatizando o processo de identificação, como as pessoas identificam a si mesmas e são identificadas por outras⁶⁴ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159, tradução nossa).

As formas de interação do sujeito consigo mesmo, com os outros e até mesmo com as estruturas sociais a que pertencem fazem com que seu papel de agente não seja passivo, mas sim ativo, conforme reitera abaixo Fairclough (2001[1992]). Essa construção do sujeito social como agente é percebido fortemente em nosso corpus de análise porque nos permitirá perceber de que forma esses agentes são constrangidos pelas estruturas sociais as quais estão vinculados. Em nosso caso, as instituições de ensino superior e de forma eles representam-se e mostram a construção de suas identidades, pois

o processo de constituição dos sujeitos sempre tem lugar dentro de formas particulares de interação entre os sujeitos pré-constituídos, onde as formas de interação influenciam o processo constitutivo [...] Isso também sugere que os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar

⁶⁴Tradução nossa do trecho: Styles are the discursual aspect of ways of being, identities. Who you are is partly a matter of how you speak, how you write, as well as a matter of embodiment – how you look, how you hold yourself, how you move, and so forth. Styles are linked to identification – using the nominalization rather than the noun ‘identities’ emphasizes the process of identifying, how people identify themselves and are identified by others (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159).

seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 87).

A associação dos estudos discursivos críticos com processos de construção de identidades é crucial na discussão desta tese já que, como Fairclough (2003) sugere, o processo de identificação deve ser compreendido como dialético; no qual “os discursos são inculcados em identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções, acerca do que se é” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 76). Sobre a estreita relação entre discurso e estilo, Fairclough afirma que

como processos de identificação envolvem os efeitos constitutivos do discurso, devem ser vistos como um processo dialético no qual discursos são inculcados em identidades. (...) Uma consequência dessa visão dialética é que significados identificacionais em textos podem ser vistos como pressupondo significados representacionais, as presunções por meio das quais as pessoas se identificam⁶⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159-60, tradução nossa).

No caso de nosso corpus de análise, por exemplo, as entrevistadas identificam-se por meio de seus discursos bem como representam-se a todo o momento, deixando claro quais os recursos linguísticos e discursivos são utilizados para tal. Sobre essa identificação da linguagem com a identidade, Resende e Ramalho (2011) trazem que “também usamos a linguagem para nos identificarmos e para identificarmos outras pessoas com quem/de quem falamos. A linguagem, portanto, contribui para a formação de identidades sociais ou pessoais particulares e para a identificação de outras pessoas e grupos sociais em textos” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 68).

Em seguida traremos os conceitos de *modalidade* e *avaliatividade*, que serão utilizados para percebermos, em nosso corpus, de que maneira essas identidades mostram-se e formam-se na fala das entrevistadas.

A *modalidade* “pode ser vista como a questão de quanto as pessoas comprometem-se quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas⁶⁶” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 165). Para Fairclough (2003), “o quanto você compromete-se é a parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem

⁶⁵Tradução nossa do trecho: In so far as the process of identification does involve the constitutive effects of discourse, it should be seen as a dialectical process in which discourses are inculcated in identities (...)One consequence of this dialectical view is that Identificational meanings (as well as Actional meanings) in texts can be seen as presupposing Representational meanings, the assumptions on which people identify themselves as they do (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159-60).

⁶⁶The question of modality can be seen as the question of what people commit themselves to when they make Statements, ask Questions, make Demands or Offers.

ser vistas como parte do processo de textualização de auto-identidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166) e, ainda segundo o autor, “(...) o que as pessoas comprometem em seus textos é uma parte importante de parte de suas identidades, no processo de tessitura de suas identidades⁶⁷” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 164).

Segundo Fairclough (2003, p. 167), há dois tipos de *modalidade*: a modalidade epistêmica (modalização), ligada à troca de conhecimento, trazendo a afirmação e o questionamento e a modalidade deôntica (modulação), ligada a troca de atividades e serviços, trazendo a oferta e demanda.

A modalidade deôntica realiza-se por meio de “verbo modalizador (deve, deveria), adjuntos modais (necessariamente, obrigatoriamente, voluntariamente, alegremente), expressões como é necessário, é preciso, é esperado, está inclinado a, está disposto a” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115). Já a modalidade epistêmica realiza-se por meio de:

verbos modais (pode, deve), adjuntos modais (possivelmente, talvez, certamente, seguramente, usualmente, frequentemente, sempre, normalmente, raramente, ocasionalmente, eventualmente), grupos adverbiais (sem dúvida, com certeza, às vezes, com frequência) e expressões como é possível, é provável, é certo, é costume (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115).

Após a apresentação dos principais conceitos de *modalidade*, que serão utilizados na análise, apresentaremos o *sistema de avaliatividade*. A *avaliação*, para Fairclough, é uma categoria do significado identificacional, Segundo Resende e Ramalho (2011),

a avaliação é, em princípio, uma categoria identificacional, moldada por estilos. São apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 119).

Para o autor, “declarações avaliativas (avaliações) são declarações sobre o desejável e o não desejável, o que é bom e o que é ruim” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172). Fairclough (2003) traz, então, quatro tipos de categorias de avaliação: (i) afirmações avaliativas: em que a avaliação pode ser mais ou menos explícita, relacionada ao que é desejável ou indesejado, relevante ou irrelevante; (ii) afirmações com modalidades deônticas: que avaliam aspectos do mundo em relação a obrigatoriedade ou necessidade; (iii) avaliações afetivas: que ocorrem com processos

⁶⁷My assumption is that what people commit themselves to in texts is an important part of how they identify themselves, the texturing of identities.

mentais afetivos, indicando sentimentos e percepções e (iv) presunções valorativas: um tipo de avaliação mais implícito, mais inserido nos textos (FAIRCLOUGH, 2011 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 120).

Propomos, nesse sentido, um diálogo entre as categorias de *avaliação* de Fairclough (2003) e as categorias do *sub-sistema de avaliação* de White, o *sistema de atitude*, que se divide em julgamento, apreciação e afeto. As ferramentas para a análise da *avaliatividade* em nosso corpus nos farão perceber de que maneiras as entrevistadas demonstram suas emoções, com a subcategoria afeto; sua ética, com a subcategoria julgamento, e sua estética, com a subcategoria apreciação.

A teoria da *avaliatividade*⁶⁸, de Martin e White, é um subcampo dos estudos sistêmico-funcionais que tem como intuito fornecer ferramentas metodológicas para analisar a avaliação em produções linguísticas, ou seja, de que forma são produzidos posicionamentos em relação a diversos assuntos desenvolvidos por falantes. Para White (2004), a *avaliatividade* é um recurso importante que demonstra de que maneira a língua é usada para produzir e avaliar os posicionamentos e “(...) está relacionada a todo o potencial que a língua oferece para [...] expressarmos pontos de vista positivos ou negativos, para graduarmos a força ou foco do que expressamos e para negociarmos a inter-subjetividade e assim por diante” (VIAN JR, 2010, p. 25).

Ligada à metafunção interpessoal, a *avaliatividade* representa como as opiniões são apresentadas pelos falantes. As avaliações trazem a revelação de valores, sentimentos, dentre outras emoções, e trazem um status que mostra a autoridade que pode ser realizada no texto (MARTIN; WHITE, 2005, p. 2). O sistema de *avaliatividade* abrange outros três sistemas que se transformam em categorias de análise: atitude, engajamento e gradação.

A atitude são as avaliações propriamente ditas, incluindo juízos de comportamento e reações emocionais, dividida em três subsistemas que são a apreciação, o afeto e o julgamento, que serão mais detalhados a seguir. O engajamento tem relação com a posição da voz do autor do texto, ou com as origens da atitude, e subdivide-se em monoglossia e heteroglossia. A gradação corresponde à intensificação e separa-se em força e foco (OLIVEIRA, 2014).

⁶⁸São utilizados, para se referir a *avaliatividade*, também o termo *Valoração*, que seria a tradução do termo original em inglês utilizado por Martin e White, “Appraisal”.

Como já citado, o subsistema de atitude fraciona-se em outros três. O primeiro seria o afeto, configurando-se como a maneira de demonstrar as emoções no discurso ou as relações afetivas e é composto por três subconjuntos: (in)felicidade, (in)satisfação e (in)segurança. O segundo é o julgamento, relacionado a comportamento e ética, subdividindo-se em estima social, que englobaria as avaliações morais, com a normalidade, a capacidade e a tenacidade, e a sanção social, relacionada a regras e códigos legais, incluindo a propriedade e a veracidade. O terceiro é a apreciação, relacionado a estética e envolveria, segundo Martin e White (2005), “(...) avaliação de fenômenos naturais e semióticos, de acordo com as formas em que eles são valorizados ou não em determinado campo” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 42). A apreciação seria de três tipos: reação, subdividida em impacto e qualidade; composição, subdividida em equilíbrio e complexidade, e a valoração. Para um melhor entendimento das categorias, segue abaixo um quadro explicativo:



Figura 01- Subsistema Atitude (fonte Martin e White, 2005).

Figura 6 – Sistema da Atitude segundo Martin e White (2005)

A teoria da avaliatividade e suas categorias complementam-se, exemplo disso é a avaliação dos falantes sobre algo, que pode ocorrer por meio do afeto, ou mesmo pelo julgamento. Essa confluência será de grande valia nesta pesquisa, uma vez que nosso corpus é formado por entrevistas, nas quais os entrevistados, quando emitem opinião sobre algum assunto questionado, utilizam-se de elementos que remetem às emoções ou ao comportamento humano, deixando claras as suas avaliações sobre aquele determinado assunto.

Após refletir sobre os principais pontos da teoria crítico-discursiva de Norman Fairclough e suas influências, no capítulo seguinte trataremos a discussão da metodologia, que elucidará de que forma as categorias serão abordadas na análise do corpus.

Capítulo 7 – Percorso Metodológico

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira traz a abordagem teórico-metodológica de Norman Fairclough e Lilie Chouliaraki, apresentando de que maneira os conceitos serão trabalhados no corpus de análise, com ênfase para o paradigma interpretativo crítico e a apresentação da proposta de pesquisa, o corpus e um detalhamento das categorias de análise a partir da identificação das etapas do modelo proposto. Na segunda parte, o corpus da pesquisa será melhor explicitado, bem como serão apresentadas as formas de sistematização do corpus e sua construção. Por fim, serão explicitadas as ferramentas de análise, ou seja, de que maneira as categorias foram elencadas e utilizadas para que a análise do corpus seja realizada.

7.1- Caracterização da Pesquisa e Abordagem teórico-metodológica

Esta tese busca investigar as formações identitárias de mulheres reitoras, vice-reitoras e ex-reitoras de Universidades Federais mineiras, bem como analisar de que forma se dão as relações de poder e de gênero em seus locais de trabalho, a partir de seus próprios relatos. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, uma vez que as análises foram realizadas levando-se em conta o caráter empírico das entrevistas, utilizando, como material de pesquisa, entrevistas gravadas com as participantes.

Na pesquisa qualitativa, o “principal material empírico são textos, sejam documentos oficiais, entrevistas, reportagens, textos publicitários, dentre tantos outros tipos de texto passíveis de serem materiais de pesquisas em ADC” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 73). De acordo com Denzin e Lincoln, esse tipo de pesquisa é “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade no mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Ainda segundo os autores, trazidos por Resende e

Ramalho (2011), há três tipos de decisões neste tipo de pesquisa: ontológica, epistemológica e metodológica.

A ontologia é a definição de uma concepção de mundo ou da realidade, ou conjunto de ideias; a epistemologia relaciona-se às questões de pesquisa, ou o que pretendo com a pesquisa, já a metodologia refere-se à análise, à geração de dados. No caso de nossa pesquisa, a decisão ontológica é crítico-realista, levando em consideração a mudança social que vem ocorrendo no mundo universitário ou mesmo da gestão, em que as mulheres têm ocupado cargos de alto escalão, antes não ocupados por elas. Quando questionamos sobre quais componentes a pesquisa avaliará, temos ainda a reprodução de discursos tradicionais e patriarcais e como eles estão presentes nas relações de gênero e de poder trazidas nos relatos das entrevistadas, além, é claro, de considerar a Análise de Discurso Crítica como esquema teórico (ontologia). A decisão epistemológica diz respeito aos questionamentos da pesquisa, que seria analisar como as formações identitárias das mulheres gestoras de universidades apresentam-se, levando em conta seus relatos na formação dessas identidades de mãe, filha, esposa, profissional, pesquisadora, gestora, dentre outras. Por fim, a metodologia leva em conta a geração de dados, que em nosso caso foi a gravação das entrevistas semiestruturadas, bem como os métodos de organização desses dados e de análise, levando em conta a utilização de *software* de análise textual, bem como a definição de categorias e seleção de excertos a serem analisados.

O material empírico de uma pesquisa pode ser tanto de natureza formal quanto informal, no nosso caso, as entrevistas são de natureza informal, pois foram dados gerados a partir de gravações em áudio em ambiente informal e realizadas somente para os fins da pesquisa em questão. Nossa pesquisa tem caráter etnográfico, mas não pode ser considerada etnográfica uma vez que, apesar de os dados serem gerados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com as participantes, foi utilizada somente uma ferramenta da etnografia, que é a entrevista semiestruturada. A etnografia, segundo Resende e Ramalho (2011), trazendo Taylor (1996), seria caracterizada “por geração e coleta de dados por meio de diferentes métodos (entrevistas, conversas, observação, documentos formais); uso de abordagem sem estruturação rígida prévia e compreensão a partir de análise em profundidade.” (TAYLOR, 1996 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 81). Não houve, assim, a observação ou uso de outros documentos, nem considerou-se o pesquisador um participante ou observador da vida das entrevistadas.

Chouliaraki e Fairclough (1999) chamam atenção para o fato de a ADTO ser considerada um “método para analisar práticas sociais com olhar particular em seus momentos discursivos” e traz “construções teóricas do discurso (modernidade tardia) na vida social, e a análise contribuiria para o desenvolvimento e elaboração dessa construção teórica⁶⁹” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 16).

7.1.1 - Paradigma interpretativo crítico

Com inspiração na crítica-exploratória de Bhaskar, já exposta no capítulo anterior, foi desenvolvida a abordagem teórico-metodológica de Chouliaraki e Fairclough (1999), com base em diversos paradigmas interpretativos críticos, que variam de acordo com os problemas sociais que venham a ser analisados. Segundo Resende e Ramalho(2011), o paradigma interpretativo crítico deve permitir “(...)problematizar efeitos ideológicos que sentidos de textos, como instâncias de discurso, podem ter sobre relações sociais, ações e interações, pessoas, mundo material” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 95).

O modelo metodológico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) parte de um **problema existente**, baseado em relações de poder e procede-se à análise dos obstáculos a serem superados. Primeiro a análise **da conjuntura, em seguida a análise da prática em particular, levando-se em consideração as práticas relevantes e as relações do discurso com outros momentos da prática e, por fim, a análise do discurso, englobando a análise interacional e análise estrutural**, a partir das quais é possível perceber quais os elementos da prática social sustentam este problema. Em seguida, têm-se a **função do problema na prática e as possíveis maneiras de superar os obstáculos**, para finalizar com a **reflexão sobre a análise**. Abaixo temos o quadro metodológico conforme proposto pelos autores:

⁶⁹Tradução nossa do trecho: We see CDA as both theory and method as a method for analysing social practices with particular regard to their discourse moments within the linking of the theoretical and practical concerns and public spheres just aluded to, where the ways of analysing ‘operationalise’ – make practical-theoretical constructions of discourse in (late modern) social life, and the analyses contribute to the development and elaboration os these theoretical constructions (CHOULIARAKI e FAIRLOCUGH, 1999, p. 16).

1. Um problema		
2. Obstáculos a serem superados	(a) Análise da conjuntura	
	(b) Análise da prática em particular	(i) Práticas relevantes
		(ii) Relações do discurso com outros momentos da prática
(c) Análise do discurso	(i) Análise estrutural	
		(ii) Análise interacional
3. Função do problema na prática		
4. Possíveis maneiras de superar obstáculos		
5. Reflexão sobre a análise		

Quadro 10: O enquadre para a ADC (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p. 60)

Em seguida, para melhor elucidação, apresentaremos de que maneira nosso corpus mostra-se nesse modelo metodológico da ADTO de Fairclough:

1- Problema parcialmente discursivo: a definição do problema para os autores teria relação com “parte da vida social”, em que “problemas podem estar em atividades da prática social (...) ou na construção reflexiva da prática social”⁷⁰ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 60). Isso quer dizer que, a partir de algo que estaria no cotidiano, mas que não poderia ser considerado algo fechado e definido naquele contexto, delimita-se a preocupação da pesquisa. *Percebemos, como problema parcialmente discursivo em nosso corpus, que as entrevistadas ainda mantêm construções discursivas com alto investimento da ideologia do patriarcado. Mesmo elas estando em cargos de poder ou no cargo máximo da administração superior das Universidades onde atuam, seus discursos ainda reproduzem por exemplo, uma realidade como responsabilidade maior delas em relação ao marido pela casa e pelos filhos ou destacam suas características femininas na gestão, dentre outras.*

2- Obstáculos a serem superados: em relação aos obstáculos, quando questionamos sobre quais práticas sociais são reproduzidas pelas entrevistadas, *identificamos, como uma das principais, a reprodução de teses produzidas e reproduzidas pelo “patriarcado”, reprodução das normas regulatórias de gênero atravessadas pelas ocorrências de discurso religioso, que ainda definem a mulher como mais próxima à esfera privada.*

⁷⁰Tradução nossa do trecho: “Problems may be in the activities of a social practice- in the social practice per se, so to speak – or in the reflexive construction os a social practice (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 60).

Esperava-se que esse tipo de obstáculo, sobretudo nos discursos de mulheres em esferas de poder, não fizesse parte de sua prática social.

(a)Análise da conjuntura: De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999) pode-se afirmar que as conjunturas permitem que haja uma compreensão maior dos “efeitos gerados/resultantes” que atuam “tanto na manutenção, quanto na transformação de (re)articulação das práticas.” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.22). As conjunturas, então, “são conjuntos inter-institucionais de práticas em torno de projetos específicos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.38). São, dessa forma, maneiras com que essas práticas sociais mostram-se na estrutura social, uma vez que também relaciona-se com as circunstâncias em que ocorrem determinadas práticas, sejam discursivas, sejam sociais, assim como constroem ou reproduzem discursos tais que ajudam a entender a produção daqueles discursos. *Na conjuntura de nosso trabalho temos a sucessão de eventos que permeiam a questão da mulher, desde o início de sua história de luta, bem como a emergência de movimentos, sejam reais sejam virtuais, nos últimos tempos. Além de movimentos como a 4ª onda do feminismo e diversas leis que surgiram em defesa da mulher como pontos cruciais de avanço em relação à vida das mulheres, assunto tratado na parte anterior. Ademais, há ainda uma conjuntura de mulheres chegando pela primeira vez a cargos de alto escalão em instituições de ensino superior públicas, muitas delas sendo as primeiras nas universidades em que atuam como professoras/pesquisadoras, o que denota uma mudança social ocorrendo a passos lentos.*

(b)Análise da prática particular: *Nesta etapa, em nosso corpus, percebemos que há uma rede de práticas sociais que se entrecruzam à prática social acadêmica tais como: religiosas, familiares, de gestão, de liderança e competência, que são reproduzidas no discurso das entrevistadas.* Importante destacar que nessa parte da análise também é possível perceber questões relacionadas a poder, que foram mais exploradas em outro capítulo desta tese⁷¹. Segundo reflexões de Resende e Ramalho (2011), essas análises tanto da conjuntura quanto da prática particular “garantem a contextualização da análise discursiva, ou seja, garantem que os textos analisados sejam relacionados a suas causas mais amplas e a seu contexto particular, o que está

71As informações estão no capítulo Relações de Poder e Formações Identitárias.

de acordo com o princípio da profundidade ontológica” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 107).

(c) Análise do discurso: Percebemos a análise do corpus por meio das categorias e dos temas elencados a partir das construções identitárias das entrevistadas, utilizando os arcabouços teóricos já mencionados, como ADC e os significados representacional e identificacional. Essa análise será percebida na parte da tese à frente.

3- Função do problema na prática: a partir da análise do discurso realizada, procederemos à função do problema na prática que pode ser considerado *como a constatação de que a reprodução dos discursos patriarcais somente colaborará para que discursos machistas/tradicionalistas/patriarcais sejam ainda mais reproduzidos, para que as mulheres sejam cada vez mais renegadas a lugares que foram destinados a elas e não escolhidos por elas*. O objetivo é mostrar que esses discursos ainda mantêm-se vivos quando não deveriam estar, já que as mulheres em questão ocupam cargos de alto escalão, são profissionais renomadas em sua área de atuação, o que faz com que esperemos discursos mais progressivos e menos tradicionalistas e patriarcais.

4- Possíveis maneiras de superar os obstáculos: *fomentar e fazer não só as mulheres em cargos de poder, mas com que todas as mulheres e homens que reproduzem as representações discursivas do patriarcado procurem não manter esses discursos. Espera-se que as mulheres e homens tenham direitos iguais, diferentemente dos discursos que aparecem nas entrevistas*.

5- Reflexão sobre a análise: será realizada após a análise do corpus em sua totalidade.

As últimas três etapas: **função do problema na prática, possíveis maneiras de superar os obstáculos e reflexão sobre a análise** é o momento da explanação crítica. Resende e Ramalho (2011) trazem dois conceitos de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67), que são a compreensão e a explanação. Segundo as autoras, “parte da análise de textos é, portanto, análise das compreensões, que envolvem descrições e interpretações. A outra parte da análise é a explanação, que se situa na interface entre conceitos e material empírico” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 108). Ainda segundo

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 66), a “pesquisa social crítica deve ser reflexiva, então parte de qualquer análise deve ser uma reflexão da posição em que tenha operado⁷²”.

Segue abaixo uma figura representando o modelo ADTO relacionado a nosso corpus de pesquisa.

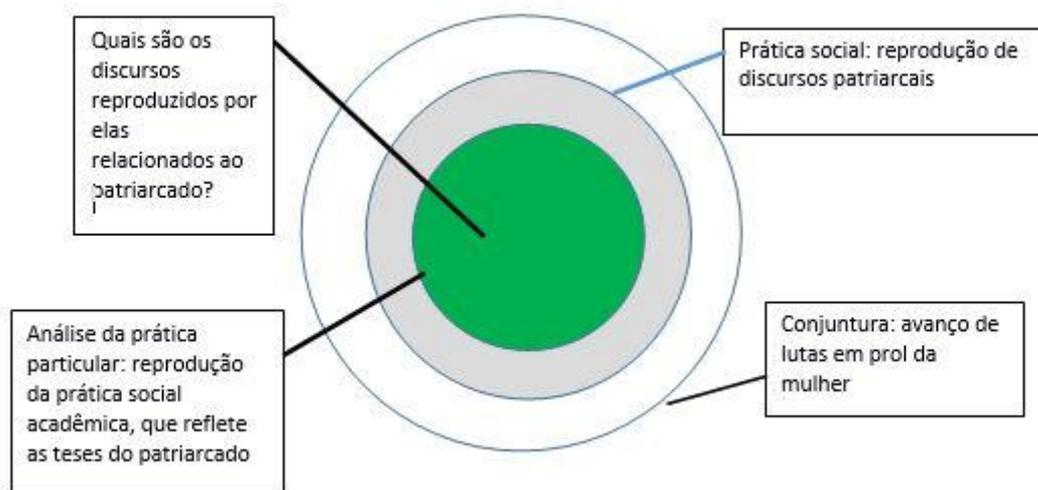


Figura 7: Proposta de análise aplicada ao corpus. Elaborada pela autora

Após o entendimento de como o modelo ADTO encaixa-se em nosso corpus de análise, no próximo tópico veremos de que maneira foram gerados os dados da pesquisa.

7.2 – A constituição do corpus da pesquisa: geração de dados

7.2.1 – Participantes

⁷²Tradução nossa do trecho: “Critical social research should be reflexive, so part of any analysis should be a reflection on the position from which it is carried out” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 66).

São mulheres reitoras, vice-reitoras e ex-reitoras que atuam no quadro das Universidades Federais de Minas Gerais. *A priori*, mapeou-se os nomes dessas mulheres e o período em que elas estiveram nesses cargos, ou se ainda eram reitoras ou vice-reitoras. Importante destacar que, a princípio, havíamos pensado em uma amostra mais abrangente, com reitoras de todo o Brasil, ou mesmo da região Sudeste, porém, devido ao alto número de participantes, optamos por nos limitarmos ao estado de Minas Gerais e às instituições de ensino federais.

Identificadas as localizações das mesmas, nas Universidades de origem ou nas suas residências, no caso de ex-reitoras, fez-se o contato inicial, grande parte por *e-mail*. Explicamos o tipo de pesquisa que estávamos nos propondo a desenvolver e solicitamos a marcação de uma entrevista, gravada em áudio, na qual a pesquisadora iria até o local indicado por elas para realizar a atividade supracitada. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para a realização da análise.

O tempo de duração das entrevistas variou, sendo que a mais curta possui 30 minutos e a mais longa uma hora e 40 minutos. À medida que as entrevistas foram se realizando, as transcrições ocorriam e dessa forma o corpus foi se constituindo. A transcrição das entrevistas foi realizada sem levar em consideração aspectos como: entonação, ritmo, pausas, dentre outros. Optou-se por esse procedimento por não serem de interesse para esse tipo de pesquisa, uma vez que, para nosso escopo, interessar-nos-ia somente o conteúdo das falas das entrevistadas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais por meio do parecer 2.067.030, e a pesquisadora tem, em seu poder, os Termos de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de todas as entrevistadas⁷³.

Foram realizadas, no total, 12 entrevistas, quatro com ex-reitoras, três com reitoras e cinco com vice-reitoras, todas de Instituições de Ensino Superior Federais. As vice-reitoras e as reitoras estavam (algumas estão ainda) cumprindo o exercício do mandato no período de realização da pesquisa, que compreendeu o período entre 2015 a 2019. No entanto, as entrevistas foram gravadas durante os anos de 2016 e 2017.

A entrevista caracteriza-se, como já citado, como qualitativa e semiestruturada, por acreditarmos que essa seria a melhor técnica de geração de dados - uma vez que nos

⁷³ O parecer e o termo estão em anexo nesta tese.

permitiria, por meio dos relatos, perceber os detalhes da vida ou os momentos e as experiências relacionados às questões do gênero e de relações de poder. A opção por trabalhar com entrevistas gravadas e não escritas, em forma de perguntas e respostas, deu-se pelo fato desta maneira possibilitar a formação de um corpus mais rico. Isso ocorre pois ao dialogarmos diretamente com elas, seria possível acrescentar alguma pergunta caso julgássemos necessário, além de retomar alguma informação que tenha passado despercebida por elas naquele momento da entrevista.

As perguntas iniciais da entrevista foram as seguintes:

- 1- Fale um pouco de sua vida- infância/cidade natal/família/pais- formados, estudaram? O que faziam? irmãos/ (é casada, tem filhos, idade dos filhos, formação acadêmica- universidade/ o que levou a escolher esse curso? dificuldades ou não para conciliar trabalho e família (se for o caso);
- 2- Como são/eram as mulheres de sua família? Mãe, avós, irmãs? (explorar se trabalhavam fora ou em casa, a relação com os maridos, se eram casadas, a divisão de tarefas com os maridos, dentre outros) – Você se espelhou em alguém? (Essa pergunta seria para analisar se elas foram no curso das mulheres da família ou se foram contra o que elas faziam, para o caso das que eram donas de casa);
- 3- Como surgiu a vontade/oportunidade de ser educadora? antes da formação superior havia essa vontade, depois? Em que momento?
- 4- Como surgiu a vontade/oportunidade de se candidatar a reitora? Já exerceu cargos de gestão na universidade antes? Quais? Tinha alguma experiência administrativa? (Pergunta para entender a trajetória dela como gestora);
- 5- Como sua área de conhecimento contribui para sua gestão, liderança? O que você entende por gestão administrativa? O que é ser líder? (Pergunta para explorar questões como liderança, para ver de que maneira ela agia como gestora, assim como as duas próximas perguntas);
- 6- Quais características suas colaboram ou colaboraram para exercer o cargo de gestão?;
- 7- O que é estar em um cargo de chefia?;
- 8- O fato de ser mulher faz com que seja necessário ter atitudes específicas para exercer sua autoridade no cargo? Há alguma dificuldade pelo fato de ser mulher e exercer o cargo? O fato de ser mulher te traz alguma facilidade no exercício de seu cargo? De que maneira?

- 9- Em relação a seus colegas de trabalho do sexo masculino, há uma boa aceitação em relação a seu cargo? Você percebe preconceito por ser mulher? (Explorar algum caso) se sim, quais condutas e comportamentos ela teve de assumir para conquistar a confiança. Conhece algum caso de preconceito por cargos de chefia e ser mulher? (As duas perguntas acima são relacionadas a gênero e objetivam perceber se há, no ambiente acadêmico, espaço para preconceito de gênero mesmo elas estando no cargo máximo da administração superior ou não) e
- 10- Em relação ao momento político atual, com a saída da presidente Dilma, perguntar se ela acha que houve em algum momento um corte no gênero, se houve algo do patriarcado.

7.2.2 - Sistematização do corpus de análise

Como o nosso corpus ficou extenso e ainda por uma questão ética, optamos por nomear cada entrevistada da seguinte forma: R para Reitora, VR para vice-reitora e ER para ex-reitora. Como já citado, das 12 entrevistas, tivemos quatro ex-reitoras, tendo, então, entrevistadas de autoria de ER1, ER2, ER3 e ER4. Três reitoras, tendo, portanto, R1, R2 e R3 e cinco vice-reitoras, sendo então VR1, VR2, VR3, VR4 e VR5. Tanto os nomes das universidades quanto o das pessoas que foram porventura citados nas entrevistadas foram suprimidos, a fim de manter o anonimato das entrevistadas e dos envolvidos.

Após a realização de todas as entrevistas e suas transcrições, o texto foi aplicado no *software* Antconc (ANTHONY, 2004), que é uma ferramenta computacional de análise lexical que processa arquivos em formato txt. ou rtf. Para tal aplicação no programa, transformamos o arquivo de *Microsoft Word* em txt. A utilização do programa foi essencial sobretudo porque tínhamos o objetivo de identificar os tipos de processos existentes (Cf. Sistema de Transitividade), bem como sua frequência, além de elencar palavras-chave que nos auxiliassem na categorização de temas que permitissem observar uma recorrência de valores, julgamentos e avaliações. Além disso, devido ao tamanho do nosso corpus de pesquisa (mais de 100 páginas de texto transcrito), a utilização do *software* mostrou-se eficiente para auxiliar na delimitação de temas e de excertos relevantes para a análise.

No quadro abaixo propomos uma breve catalogação das participantes considerando se são reitoras, vice-reitoras ou ex-reitoras e a localização da universidade:

Sigla da entrevista	Reitora, vice ou ex-reitora	Idade aproximada	Localização da Universidade: interior ou capital do estado de Minas Gerais
ER1	EX-REITORA	68	INTERIOR
ER2	EX-REITORA	74	CAPITAL
R1	REITORA	59	INTERIOR
VR1	VICE-REITORA	54	INTERIOR
R2	REITORA	55	INTERIOR
VR2	VICE-REITORA	52	INTERIOR
VR3	VICE-REITORA	55	CAPITAL
VR4	VICE-REITORA	50	INTERIOR
VR5	VICE-REITORA	55	INTERIOR
R3	REITORA	65	INTERIOR
ER3	EX-REITORA	70	INTERIOR
ER4	EX-REITORA	68	CAPITAL

Quadro 11– Identificação das participantes

Para fins metodológicos e analíticos, categorizamos, a seguir, algumas informações sobre as entrevistadas que julgamos relevantes para nossa análise e que foram divididas em três categorias: vida pessoal, vida profissional e relações de gênero.

. Vida pessoal

As informações sobre a vida pessoal das entrevistadas estão descritas no quadro abaixo:

	Estado Civil	Filhos	Profissão da mãe	Profissão do pai	Irmãos	Origem	Cidade Natal
ER1	Solteira	Não	Farmacêutica Dona de casa	Médico- professor de universidade	8	Urbana	Interior de MG
ER2	Divorciada	2 adultas	Dona de casa	Fazendeiro	13	Urbana	Interior de MG
R1	Casada	2 adultas	Dona de casa	Fazendeiro	6	Rural	Interior de MG
VR1	Casada	2 (1 adulta e 1	Dona de casa	Fazendeiro	6	Rural	Interior de MG

		criança)					
R2	Casada	2 adultos	Costureira	Bancário	3	Urbana	Interior fora de MG
VR2	Casada	2 adultos	Dona de casa	Jardineiro	7	Urbana	Capital fora de MG
VR3	Casada	Não	Dona de casa	Bancário	3	Urbana	Interior de MG
VR4	Casada	1 criança	Professora de Mobral (noite) Dona de casa	Não informado	13	Urbana	Interior de MG
VR5	Casada	3 adultas	Dona de casa	Ferrovário	6	Urbana	Interior de MG
R3	Casada	Não	Professora primária (morre cedo- filha com 14 anos)	Contador	5	Urbana	Interior de MG
ER3	Solteira	Não	Normalista Funcionária correios	Não conhece	0	Urbana	Interior de MG
ER4	Divorciada	Não	Segundo grau – trabalho em casa- vendia roupas/ Dona de casa	Advogado	5	Urbana	Interior de MG

Quadro 12: Informações sobre a vida pessoal das entrevistadas

Com base no quadro acima, é possível afirmar que 80% das entrevistadas são naturais do interior do estado de Minas Gerais, com educação baseada, provavelmente, nos valores morais e nas crenças do tradicionalismo mineiro, que levam em conta fatores religiosos muito fortes. Apesar dessa origem interiorana, 90% delas tem origem urbana e não rural. Além disso, 70% das entrevistadas são oriundas de família numerosa, com mais de 5 filhos; quase 100% delas tem pais que trabalhavam para o sustento da família; enquanto que 75% delas tiveram mães donas de casa, mesmo que alguma tivesse qualquer formação escolar, a principal ocupação delas era o lar. 70% das

entrevistadas são mães, com uma média de 2 filhos e 80 % delas têm como estado civil “casada”, enquanto 20% são divorciadas.

Quando perguntadas em relação ao trabalho em casa, se era incentivado pela família, grande parte delas relata que, para a família, era natural que elas estudassem e tivessem uma profissão. Ao contrário das mães de grande parte delas que não exerceu profissão alguma e ficou a maior parte da vida, senão toda ela, cuidando da casa e dos filhos. Algumas relatam inclusive que devido a essa vida da mãe, fazia questão de ter uma vida diferente, conforme veremos na análise.

Sobre quem teria sido exemplo para elas, a maioria declara que foi a sua mãe o maior exemplo de vida, tendo algumas que citaram avós e o pai, ou ainda uma professora. A mãe da maioria delas são consideradas como maior exemplo, para as entrevistadas.

Ao serem questionadas sobre o trabalho, a família e as dificuldades ou não de conciliar-se os dois, a maioria delas afirma ter apoio não só do marido, que as auxilia em muitas tarefas da casa, mas também de funcionárias domésticas, que inclusive tomam decisões importantes na casa, em função da rotina de trabalho delas. Ressaltam, porém, que se dedicam muito à família e aos filhos, deixando claro que priorizam os filhos sempre que possível, mas que eles devem entender a importância do trabalho que elas desenvolvem.

. Vida profissional

Na temática profissional, o perfil varia desde acadêmico/pesquisadora até o perfil administrativo, técnico e mesmo sindical. Uma característica importante é que todas haviam passado por cargos administrativos antes de tornarem-se reitora/vice-reitora, o que lhes dá uma certa experiência para exercer os cargos de gestão mais importantes da universidade, que é o de reitora ou vice-reitora. Sobre a candidatura para a ocupação, grande parte delas declara que foram convencidas por alguém, ou pelo reitor anterior ou pelo vice e que não pensaram, nem planejaram chegar a esses cargos. Sobre a vontade de ser professora, algumas delas tinham essa vontade, outras não.

Notamos, em relação às áreas, que grande parte delas tem formação em áreas consideradas como “mais femininas”, como das áreas de Humanas e mesmo da Saúde,

que são profissões ligadas ao cuidado, à docência. A distribuição, por áreas de conhecimento, pode ser observada, no quadro abaixo:

Áreas das entrevistadas	Letras	Educação	Psicologia	Agronomia	Engenharia De Alimentos	Farmácia	Enfermagem	Odontologia
Número de entrevistadas por formação	3	2	1	1	1	1	2	1
Área de formação	Humanas- 50%			Agrárias- 17%		Saúde – 33%		

Quadro 13: Áreas de formação das entrevistadas

Outro dado importante em relação à formação das entrevistadas é que das 12 entrevistadas, sete são ex-alunas da Instituição que dirigem.

. Relações de Gênero

Sobre as questões de gênero, quando questionadas sobre as relações com os seus pares masculinos, das 12, somente duas relataram histórias nas quais sofreram preconceito por serem mulher e estarem em cargo de poder. Uma relatou casos de preconceito, mas quando ainda não estava no cargo de gestora. Algumas delas, três em 12, relataram casos de preconceito, mas não demonstraram certeza se era devido ao fato de ser mulher ou pela área de atuação delas. Grande parte das entrevistadas, porém, deixou claro que não tem sofrido qualquer coerção pelo fato de ser mulher, o que nos surpreendeu na pesquisa, já que, em nossa premissa inicial supomos que elas, por serem as primeiras mulheres de suas instituições a ocuparem os cargos máximos de gestão, sofreriam algum tipo de preconceito por parte dos homens ou de subordinados.

Importante destacar que este é um pequeno retrato do perfil das entrevistadas, que será explorado mais adiante na análise do corpus.

7.3- Categorias de análise

As categorias utilizadas na nossa análise estão apresentadas no quadro abaixo:

Base teórico-metodológica	Tipo de análise	Categorias	Subcategorias	Perguntas
Análise de Discurso Crítica (Fairclough (2001[1992]), (2003), Choliaraki e Fairclough (1999), juntamente com	Análise discursiva	Significado representacional	Sistema de Transitividade	Como as entrevistadas representam o mundo em que viveram e vivem? Quais os tipos de processos mais recorrentes e por qual motivo eles foram mais recorrentes? Quais os participantes, processos e circunstâncias mais recorrentes?
Linguística sistêmico-funcional (Halliday e Matthiessen, 2004)		Significado Identificacional	Modalidade	De que maneira as entrevistadas se posicionam?
Teoria da Avaliatividade (White, 2004)	Análise discursiva	Sistema de Atitude	Afeto Julgamento	Quais avaliações elas fazem de si mesmas e dos outros?
Teorias sociais sobre identidade (Hall/Gee)	Análise social	Tipos de identidade		Como as entrevistadas se identificam? Quais os tipos de identidade são mais recorrentes em seus relatos? Como se colocam com as identidades de Professora/Pesquisadora, Filha/Mãe/Mulher e Gestora?
Teorias de gênero, feminismo, patriarcado e relações de poder (Foucault, Bourdieu)	Análise social	Discursos de Tradicionalismo e Empoderamento		Como os discursos do patriarcado são reproduzidos? Quais as escolhas lexicais realizadas para demonstrar que se trata de discurso tradicionais ou de empoderamento?
Teorias da Administração sobre Liderança e Competência	Análise social	Tipos de liderança e competência		Como elas se mostram como verdadeiras líderes em seus discursos? Em quais os tipos de liderança e de competência as entrevistadas se encaixam?

Quadro 14: Tipos de análise e categorias

Por fim, nossos procedimentos de análise de nosso corpus foram os seguintes:

- 1- Seleção de temas recorrentes acerca da construção da identidade das entrevistadas, seja na vida privada, seja na vida profissional, seja nas relações de gênero e poder vividas por elas;
- 2- Investigação de recorrências de categorias tais como: tipos de processos, participantes, circunstâncias, modalidade e avaliatividade;
- 3- Análise e discussão das construções identitárias de filha/mãe/esposa/mulher, pesquisadora/professora e gestora e suas representações e
- 4- Análise e discussão de experiências e relatos que deixam revelar construções discursivas do tradicionalismo/patriarcado ou contra discursos patriarcais relacionados a gênero e relações de poder

Nossa amostra discursiva foi dividida em três grandes temas: representações discursivas patriarcais, representações discursivas permeadas por relações de poder/legitimidade e representações discursivas permeadas por relações de gênero/resistência aos discursos patriarcais. A partir desses, categorizou-se outros temas a partir dos trechos considerados mais relevantes e que nos trariam mais subsídios para a análise.

Parte 3 - Lugar de mulher é “onde ela quiser”: reitoria, relações de gênero e de poder

Nesta parte, optamos por dividir em três capítulos, com as três representações discursivas mais relevantes em nosso corpus: 1 – Representações discursivas patriarcais; 2 – Representações discursivas permeadas por relações de poder e legitimidade e 3 – Representações discursivas permeadas por relações de gênero/resistência aos discursos patriarcais. Dentro de cada um dos capítulos, foram elencados alguns subtemas, que formarão os grupos temáticos, bem como expostas as formações identitárias presentes em cada representação discursiva.

Capítulo 8 – Representações discursivas patriarcais

Nas representações discursivas patriarcais, foram selecionados dois grandes grupos temáticos, que representam fortemente as representações discursivas hegemônicas patriarcais: *8.1 – Mulher: esfera privada e dupla jornada de trabalho feminina* e *8.2 – Mulher: feminino, afeto e dom da docência*. A partir das discussões desses pontos, será possível perceber quais as identidades as entrevistadas construíram em seus discursos e com quem se identificam, a saber: mulher, esposa, professora e mãe. Nas demais representações discursivas foram detectadas outras identidades, que serão exploradas mais adiante.

8.1 – Mulher: esfera privada e dupla jornada de trabalho feminina

Nesta parte da análise, abordaremos três subtemas que se mostram como representações discursivas patriarcais muito presentes nos trechos das entrevistas. Vejamos no quadro abaixo:

Ator destacado nos excertos	Característica	Identidade explicitada
Mulher é	principal responsável pela esfera privada (casa e filhos)	Esposa/Mãe
Mulher	vive a dupla jornada	
Marido	ajuda/apoia/entende	Esposa

Quadro 15: Relação ator/característica e Identidade

Todos os subtemas abordados relacionam-se de forma direta com as representações discursivas patriarcais, elucidadas nos capítulos teóricos sobre patriarcado e divisão sexual do trabalho, uma vez que as próprias entrevistadas relatam exemplos e rotinas de suas vidas. Elas citam uma necessidade de “olhar detalhes da casa” ou mesmo “cuidar dos filhos”, além de assumirem-se como responsáveis por conduzir os estudos dos filhos após um longo dia do trabalho, eximindo o marido/companheiro de qualquer divisão dessas tarefas. Admitem, ainda, a dupla jornada e o terceiro turno em casa, mostrando que, mesmo alcançando posições de prestígio na profissão, ainda há resquícios do discurso de que a mulher precisa dar conta da esfera privada. O marido/companheiro aparece como aquele que “ajuda”, “estimula”, “entende” e “apoia”. Isso demonstra que ela é a principal encarregada pela esfera privada e ele seria um coadjuvante. Veremos todas essas representações discursivas patriarcais nas análises a seguir.

8.1.1 – Mulher como principal responsável pela casa e pelos filhos

O dispositivo amoroso de Swain (2014) está presente nos excertos deste tópico quando pensamos neles ligados ao dispositivo do patriarcado, já que, segundo a autora, a mulher estaria destinada à esfera privada, apenas pelo fato de ser mulher. Essa representação da mulher ligada ao lar é reforçada quando ela é destinada ao “privado” e ao “escondido”. Sobre o assunto Bourdieu (2002) afirma que “as mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais(...)” (BOURDIEU, 2002, p. 41). Dito isso, a ela caberia cuidar dos detalhes da casa, o que reforça os atributos que seriam do feminino, além do dever do cuidado, também trazido por Biroli (2018). Vejamos:

(1) R3: na verdade ela é a dona da casa.. **meu marido acho que está adorando que agora eu possa voltar**, porque ele quer que eu que seja, talvez assim no sentido de algumas questões que talvez a gente divida mais então comprar o que, quanto, quando, porque as vezes modifica, **um jeito de pensar diferente, assim, olhar detalhes da casa.**

(2)R1: sabe, acho que você consegue mostrar pra sua família que o trabalho faz parte da formação familiar, né, ótimo **se você puder ficar dentro de casa cuidando dos seus filhos, excelente, eu adoraria**, hoje é uma coisa quase que impossível, então **você tem que mostrar pros seus filhos que estar trabalhando fora faz parte do crescimento deles também, a responsabilidade, junto dos momentos, né, demonstrar carinho, então não tive dificuldades, eu consegui assim**, hoje tenho 2 filhas tranquilas,

maravilhosas, formando família também, uma já casou, a outra está prestes, eu acho que isso mostra que elas tiveram a presença o quando necessário pro crescimento delas.

Um discurso patriarcal de que o homem prefere que a mulher dedique-se mais à casa está presente no excerto 1 acima, no qual a entrevistada utiliza o processo mental “**adorar**” para demonstrar que o marido gosta do fato de seu mandato estar acabando e que ela poderá se dedicar mais ao lar, ou seja, avalia de maneira afetiva. Além disso, no trecho “**olhar detalhes da casa**”, fica ainda mais claro esse discurso, pois mesmo que ela tenha ocupado uma posição de destaque na universidade, sendo uma gestora importante por tantos anos, a esfera privada ainda lhe pertenceria.

A representação discursiva do excerto 2 é ainda mais representativa, uma vez que consolida esse discurso. Ao afirmar que é “**ótimo se você puder ficar dentro de casa cuidando** dos seus filhos, excelente, eu **adoraria**”, mais uma vez é utilizado o processo mental “**adoraria**”, demonstrando o Afeto. Além disso, quando ela diz “**dentro de casa**”, reforça seu lugar na esfera privada e o léxico “**cuidando**” também corrobora o maternalismo, trazido por Biroli (2018), além da condição do privado, como espaço destinado a ela:

os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia dos bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (áreas literária e artística, jornalismo etc.) (BOURDIEU, 2002, p. 112).

As vozes das participantes representam-se ainda muito ligadas ao mundo da esfera privada, mesmo elas tendo adentrado em espaços importantes da esfera pública. O uso dos léxicos relacionados ao “cuidado” (BIROLI, 2018) consolidam e reforçam suas representações discursivas ligadas à casa e ao materno. Toda essa representação discursiva presente nos dois excertos acima reforça mais uma vez que o cuidado da casa e dos filhos ainda parece pertencer antes à mãe já que

(...) o ‘maternalismo’ continua ativo na produção das identidades políticas, como estereótipo e como recurso das próprias mulheres, e permeia não só o conservadorismo moral, mas também algumas vertentes do pensamento progressista, nas quais o retorno a uma suposta ‘natureza’ passa pela revalorização do ‘maternal’ nas mulheres (...) (BIROLI, 2018, p. 75).

Nos excertos abaixo essa representação discursiva de responsabilidade da mulher com os filhos continua a ser exposta. Ainda que o pai possa dispor de mais

tempo que a mãe, ela ainda insiste em assumir para si a responsabilidade dos filhos. Reforça-se assim que “(...) a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres” (BIROLI, 2018, p. 107). Além disso, mesmo elas optando por realizar atividades de cuidado com os filhos, elas ainda são sobrecarregadas, “(...) restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças (...). Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado” (BIROLI, 2018, p. 107). Vejamos:

(3) VR5:(...)Na parte da educação delas, tanto na educação infantil quanto já na fase de adolescência **éramos estudando juntas, à noite na minha casa, era um escritório e eu com as 3**, eu fazendo as atividades da universidade e as 3 fazendo tarefa, então **a gente sempre procurou deixar esse horário da noite** pra estar fazendo essas coisas e **sempre procurei, na medida do possível, em todas as atividades delas, escolares, estar presente**, então em comemorações, festividades, apresentação delas, **eu e meu esposo**, ou quando meu esposo não podia, ou mesmo quando eu mesmo não podia, então foi assim

(4) VR1: E aí, o que que acontece, hoje o xxx (nome do filho) tá com 9 anos de idade e **demanda muito. Demanda muito**, para casa todos os dias, vou dar o exemplo hoje, hoje com certeza tem para casa pra amanhã, e tem prova de ciências, estudamos um pouquinho ontem, mas hoje eu tenho um evento da polícia militar, o xxx(reitor) não tá aqui pra ir, eu vou num evento da polícia militar a noite, **vou ver se o pai dele consegue estudar com ele, porque quem estuda com o xxx (nome do filho) hoje sou eu**. Ele muitas vezes sabe que eu tô numa reunião de conselho que vai terminar 9 horas da noite, mas se eu não estou viajando ele faz tarefa 10 horas da noite, com sono mas tá lá. E aí depois que eu estudei com ele, muitas vezes é que eu vou lanchar, tomar um banho, sento muitas vezes pra fazer alguma coisa minha, deixo uma provinha pronta pra ele fazer no outro dia, **ele sabe disso, ele sabe que é filho de uma mãe que trabalha o dia todo, e que a forma de revisar no outro dia de manhã não é com a mãe, é por meio de uma provinha, e às vezes eu chego 10 minutos antes e ainda corrijo junto com ele, (...)**

Reforça-se acima o dispositivo amoroso do patriarcado (SWAIN, 2014) de que a responsabilidade da família e dos filhos seria da mãe e não do pai, sendo dele somente se ele puder assumi-la. No fragmento 3, ela enfatiza que deixa um momento dedicado às filhas, para estudar com elas. No trecho 4, também relacionado ao estudo, ela relata que assume os estudos do filho e que se o pai “conseguir” fazer isso, tudo bem, mas se não, ela é que tem a responsabilidade (dispositivo amoroso). Apesar desse discurso de cuidado e maternalismo (BIROLI, 2018), a entrevistada destaca que o filho sabe de seu trabalho e entende as estratégias que ela utiliza para estar presente em seus estudos, mesmo que seja por meio de uma avaliação elaborada por ela que ele fará sozinho.

Percebeu-se neste tópico, portanto, a representação discursiva patriarcal relacionada ao dispositivo amoroso, ao cuidado e ao maternalismo. Por meio de relatos que mostram o cuidado da casa como maior responsabilidade da mulher; preferência por exercer as atividades da esfera privada; além de responsabilidade pelo estudo dos filhos, reforça-se que o privado ainda pertenceria à mulher. No próximo tópico verificaremos de que forma a dupla jornada é naturalizada e reforça sobremaneira o discurso patriarcal.

8.1.2- Dupla jornada ou terceiro turno é da mulher

Um dos grandes encargos da vida da mulher dos tempos atuais é que “ela agora cuida da própria carreira profissional, mas ainda tem a maior parcela de responsabilidade sobre a casa, sobre a família e os filhos” (SOIHET, 2015, p. 52). Diante disso, “a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo) uma das construções sociais mais persistentes” (LOURO, 2004, p. 454). Mesmo com muita dificuldade para elas desempenharem todas as tarefas que precisam e mesmo alcançando a esfera pública, a família ainda demanda de seu controle. Para Swain (2014), a naturalização dessa dupla jornada apresenta-se de forma clara:

Tudo se passa como se lavar roupa, louça, cuidar de crianças, da casa, fossem tarefas absolutamente incompatíveis com a dignidade do homem, digo, do pênis. E as mulheres aceitam isto como um dado, como se fosse impossível mudar as relações entre os seres, fundar uma nova articulação social onde todos fossem responsáveis por todas as tarefas (SWAIN, 2014, p. 41).

Dessa forma, a **dupla/tripla jornada é naturalizada**, bem como o não compartilhamento de tarefas com companheiros. Reforçam-se, dessa maneira, as representações discursivas patriarcais, que se chocam com a evolução do sucesso profissional feminino, que não necessariamente significa sucesso pessoal (de acordo com as expectativas delas de que uma dupla jornada é difícil e desafiadora conforme veremos abaixo).

Essa discussão alia-se ao dispositivo amoroso de Swain (2014), que “(...) é aquela arma mais insidiosa, já que atua silenciosamente, que coloca, em nome do amor, todas as responsabilidades da manutenção da família, dos doentes e dos idosos sobre os ombros das mulheres” (SWAIN, 2014, p. 40). Fato é que não importa o nível

econômico e social; a raça e a etnia da mulher, sobre ela ainda recai a maior responsabilidade pelas questões internas da família, em especial aquelas relativas aos cuidados da casa, a educação dos filhos e aos estudos, conforme já visto no tópico teórico sobre a dupla jornada de trabalho desta tese.

Sendo assim, não basta que elas sejam mulheres bem-sucedidas, é também necessário que sejam mães bem-sucedidas, além de esposas. Por isso conjugam várias atribuições e são cobradas, na maioria das vezes por elas mesmas, para exercerem um papel de sucesso principalmente na maternidade, pois elas esperam ver o sucesso de seus filhos, que muitas vezes dependem delas. Vejamos abaixo os excertos que remetem a dupla jornada e a sua naturalização:

(5) VR1: agora assim, **é um terceiro turno que não é fácil**, justamente pelo fato de eu ter acostumado **o xxx (nome do filho) muito numa dependência didática ainda grande ainda minha**, então por exemplo, eu, ele lê os livros mas eu leio parte dos livros pra ele, porque já são livros maiores, ele é preguiçoso, não gosta muito de ler, e trabalhos são muito, são muitos trabalhos, então aos finais de semana a gente senta pra fazer os trabalhos **e eu sempre tenho um terceiro turno**. Eu saio daqui muitas vezes 7, 7 e meia da noite, na certeza que **eu tenho um terceiro turno, sabe, e isso vira uma rotina**.

(6) ER4: acho que nós mulheres **temos uma capacidade de trabalho muito grande, muito grande**, porque além de fazer o nosso trabalho, **a gente ainda chega em casa e ainda faz a dupla jornada**, mesmo quem não tem filho e não tem marido, mas você tem uma série de outras responsabilidades **que na minha geração ainda não eram responsabilidades compartilhadas**

(7) VR2: Tudo isso, dar mamar e teclado, era o que mais eu fazia... tudo, eu brinco, depois que eu fui mãe toda a teoria eu joguei fora...via o dia clarear, Às vezes ficava acordada a noite, **não é fácil**.

(8) R1: E fazer com que, **os momentos em que você não está na sua vida profissional sejam totalmente dedicados a família**, né, então sábado e domingo lá, eu to lá, hoje mais com meus pais que estão, 93 anos, 84 anos, to muito com eles, minhas filhas já moram fora, o esposo, mas você tem que, **você tem que ter um equilíbrio, uma tranquilidade muito grande, porque não é fácil sair de casa**, né, pra dedicar o tanto que a gente dedica ao trabalho e ver o filho chorando quando você sai, (...)

(9) VR4: **Ah, isso é difícil, né? Não é fácil, quem diz que é fácil tá mentindo, porque não é fácil...não é impossível....** e eu não tenho culpa não, eu sempre falo... eu digo: “olha eu tô fazendo por você”... acho que ele não entende nada disso porque ele não tem nem 4 anos, **mas não é fácil não... porque eu tenho um companheiro maravilhoso, que divide muito comigo...(...) é difícil... não é fácil, mas não é impossível, não é sacrificante, é aquela história de que você vai abrir mão de alguma coisa pra você dar conta de ser mãe, de ser mulher, de ser esposa, de ser trabalhadora...** eu de vez em quando me surpreendo... como que eu dou conta de tudo isso, **mas não é fácil...** eu tenho uma dificuldade de aceitar essa história de 3 jornadas com a maternidade, tá, eu reconheço que **eu preciso de ajuda**, tá, eu reconheço, que eu preciso de alguém que possa me

apoiar, de alguém que eu possa contar porque eu preciso sair, **eu preciso ser eu também, então eu não acho fácil... eu acho um exercício difícil de conciliação... não acho que seja impossível nem fácil...** eu sou uma mãe muito dedicada, eu almoço com meu filho, eu levo na escola, eu brinco no final de semana, eu viajo, eu chego do meu serviço, eu trabalho no mínimo 8h por dia...mas é..

Percebe-se uma naturalização da dupla ou tripla jornada nos seguintes fragmentos:

(5): “e eu **sempre tenho um terceiro turno**. Eu saio daqui muitas vezes 7, 7 e meia da noite, **na certeza que eu tenho um terceiro turno**, sabe, e isso vira uma **rotina**”;

(6) “a gente ainda chega em casa e ainda faz a **dupla jornada**” e

(9) “é aquela história de que você vai abrir mão de alguma coisa pra **você dar conta de ser mãe, de ser mulher, de ser esposa, de ser trabalhadora**”.

Vale destacar ainda no relato 6, a afirmação de que as coisas mudaram, a participante afirma que “**mas você tem uma série de outras responsabilidades que na minha geração ainda não eram responsabilidades compartilhadas**”. Ela pontua, assim, que devido à mudança na sociedade, não há mais espaço para que a mulher assuma toda a responsabilidade das atividades domésticas. A maioria delas, no entanto, declararam em seus relatos, serem as principais agentes dessa dupla jornada e em poucos momentos citaram os maridos como parceiros.

Essa construção identitária múltipla da mulher que tem que ser mãe, esposa e trabalhadora (excerto 9), faz com que elas acumulem muitas atribuições e por vezes até sintam-se frustradas por não conseguirem resolver tudo aquilo a que se propuseram. Isso reforça mais uma vez a naturalização do discurso de que o maternal e o cuidado lhes pertencem, como no trecho do excerto 9: “**mas tem algo que não é porque foi dito que é meu, tem algo que a gente quer dar mesmo**”.

Nos extratos 3, 4, 7, 8 e 9 há estrutura discursiva de *juízo* sobre a conciliação da esfera pública (trabalho) com a esfera privada (casa). É unânime que essa conciliação está longe de ser fácil. Esse julgamento de Normalidade reforça o dispositivo amoroso (SWAIN, 2014) de que essas atribuições domésticas ainda são algo inerente à mulher, algo que lhe foi dado e que lhe pertence e, mesmo não sendo fácil, elas precisam assumi-las. Essa dupla jornada é tão real que “(...) as mulheres se vêem

assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir assumindo com o homem o sustento da família, mas não partilhando com ele os encargos domésticos” (ALVES; PITANGUY, 1981, p. 66). Temos, portanto, os julgamentos:

- (3): “é bastante complicado”;
- (4): “demanda muito. Demanda muito”;
- (7): “não é fácil.”;
- (8): “porque não é fácil sair de casa” e
- (9): “Ah, isso é difícil, né? Não é fácil, quem diz que é fácil tá mentindo, porque não é fácil...não é impossível”, “mas não é fácil não”, “é difícil... não é fácil, mas não é impossível, não é sacrificante”, “mas não é fácil”, “eu preciso ser eu também, então eu não acho fácil... eu acho um exercício difícil de conciliação... não acho que seja impossível nem fácil”.

Há ainda um discurso de culpa e cobrança muito recorrente na mulher-mãe, como percebido nas partes 3 e 9: “foi assim, as minhas filhas desde pequenas, elas aprenderam a **ter essa mãe profissional e, mas que também sempre soube ser mãe**, na hora certa, no momento certo” (excerto 3) e “é aquela história de que **você vai abrir mão de alguma coisa pra você dar conta de ser mãe, de ser mulher, de ser esposa, de ser trabalhadora**” (excerto 9). Pelo fato de ter sido concedido tardiamente o acesso ao mercado de trabalho, elas acabaram acumulando, sem querer, algumas atribuições de casa que já lhe pertenciam, mesmo muitas vezes contando com ajuda de profissionais ou mesmo de seus companheiros.

Em 9, essa representação discursiva da culpabilidade também faz-se presente quando ela nega essa culpa “eu não tenho culpa não”, trazendo como justificativa o fato de “olha, eu tô fazendo por você” ao referir-se ao esforço que faz pelo filho. Importante destacar que ela sempre está fazendo pelo filho, pelo marido, nunca por ela, o que reforça as representações discursivas do dispositivo amoroso (SWAIN, 2014) e do cuidado (BIROLI, 2018). Também no fragmento 5 temos a culpa como uma característica do dispositivo amoroso (SWAIN, 2014). A entrevistada admite a dependência do filho em relação a ela, culpando a si mesma por tê-lo acostumado a essas práticas: “justamente pelo fato de eu ter acostumado o xxx (nome do filho) muito numa dependência didática ainda grande ainda minha”.

Por fim, no excerto 8, temos uma modalização deôntica “**tem que ter**”, significando necessidade de um equilíbrio para conseguir cumprir a dupla jornada. Em seguida, quando utiliza o léxico “dedicar” em “**dedicar o tanto que a gente dedica**”, é reforçado, mais uma vez, o dispositivo amoroso (SWAIN, 2014), com as características femininas, pois dedicar-se é muito atribuído à mulher. Também em 9, ao afirmar “**eu sou uma mãe muito dedicada**”, ela reforça o léxico, remetendo ao cuidado e ao maternalismo.

8.1.3 – Marido como apoio/ajuda da esposa

Outra representação discursiva patriarcal é percebida no modo como o marido dessas gestoras apresenta-se para elas. Mesmo essas mulheres tendo um sucesso profissional notável, elas são vítimas da dupla jornada e, mais ainda, assumem-se como principais responsáveis pela esfera doméstica. Por vezes, têm o auxílio de funcionárias ou do companheiro, mas sempre consideram que são “ajudadas”. Vejamos:

(10)R2 (...), mas eu sempre tive assim muito foco daquilo que eu queria pra mim enquanto pessoa, né, **então casada, ser uma boa esposa, ter filhos, ser uma boa mãe e ser uma boa profissional** e sempre muita clareza que a gente precisa buscar uma boa qualificação precisa ter um bom desempenho, então eu sempre tive assim uma tranquilidade em conciliar tudo isso e **tive também o apoio do meu marido que sempre entendeu, que sempre me estimulou muito, me apoiou**, então **isso tudo me facilitou** e foi acontecendo na minha vida em todas essas esferas, profissional, pessoal, familiar.

P: e agora como reitora os filhos já estão maiores.

R: já, são maiores, eu tenho completo apoio dos meus filhos, continuo tendo apoio do meu marido. E assim procuro conciliar tudo isso sempre com o apoio da família.

(11) VR5: (...), então assim, eu não perdi esse lado meu, mas eu consegui fazer, conciliar com a minha vida familiar, **contar muito também com meu marido porque se eu não pudesse contar com ele enquanto as meninas eram mais jovens, mais novas, viagens, muitas viagens, né, a gente na parte administrativa a gente viaja muito.** (...) **Lógico que eu sempre tive pessoas pra me ajudar em casa, pessoas que me ajudaram a criá-las e também a cuidar da casa ...Mas sempre estive à frente de estruturar a minha casa, compras, essas coisas todas, eu que sempre fiz, nunca deixei pra que um terceiro fizesse**, agora que eu to começando a entregar, porque realmente a vida de reitoria, é uma dedicação exclusiva, mais que exclusiva, né? Então assim, tem muita coisa que eu já não tô conseguindo fazer, mas hoje com as filhas mais velhas, né?

(12) VR1: Eu falei, mas não é isso, é porque eu não consigo programar e tirar 45 dias, então não é fácil conciliar não, sabe, Pauline, principalmente tendo um menino da idade que eu tenho de 9 anos. **Demanda muito. Agora assim,**

o que que me ajuda muito? O XXX (nome do esposo), então assim, (...), então a gente leva meio dia e meio, vinte pra uma e sempre a mãe do colega busca, então isso já alivia demais essa divisão, né,

(13) VR3: Nosso convívio é muito bom, então isso pra mim nunca foi problema. Porque que pra mim conciliar o meu casamento e a vida pessoal com o trabalho, porque eu trabalho demais, não é um problema? **Por que eu tenho um marido que é universitário, professor, então ele entende muito bem...**

A representação discursiva de que a mulher é ajudada por alguém nas atribuições da casa está presente neste grupo de excertos. Em 10, o uso dos processos mentais “entendeu”, “estimulou” (no sentido de encorajar, incentivar) e “apoiou”, em que o ator é o marido, tira seu protagonismo e o coloca como corresponsável por seus méritos. O léxico “facilitou” também é essencial nessa discussão, pois mostra que sem o esposo ela não conseguiria, o que representa uma dependência ainda maior dela em relação ao marido.

Outro ponto a ser destacado é a utilização do processo material “ajudar”, visto que a atribuição principal era dela e não dividida igualmente entre os outros moradores da casa, em 12 ela reconhece que precisa dessa ajuda: **“Agora assim, o que que me ajuda muito?”**. Esse discurso permite-nos perceber a reprodução do discurso do dispositivo amoroso. Conforme Swain (2014) ele aponta que a mulher representa-se como a principal responsável pelas atribuições de “sua casa”, mesmo assumindo responsabilidades muito maiores e mais importantes em seu trabalho. No trecho 10, para ela falar da profissão, primeiro traz as suas qualificações sobre a maternidade e o casamento: **“então casada, ser uma boa esposa, ter filhos, ser uma boa mãe e ser uma boa profissional”**. Temos, em 11, a figura de alguém que organiza a casa: **“lógico que eu sempre tive pessoas pra me ajudar em casa, pessoas que me ajudaram a criá-las e também a cuidar da casa”**. Em 12, a ajuda de outra mulher, no caso a mãe de um colega do filho: **“e sempre a mãe do colega busca, então isso já alivia demais essa divisão, né”**.

Por fim, há a representação discursiva de um marido/companheiro compreensivo, percebida em vários excertos, o que confirma ainda mais seu papel primordial no sucesso da esposa. Vejamos:

- (10) apoio do meu marido que sempre entendeu;
- (11) contar muito também com meu marido;

- (12) Agora assim, o que que me ajuda muito? O XXX (nome do esposo) e
- (13) Por que eu tenho um marido que é universitário, professor, então ele entende muito bem...

Percebe-se, na análise deste tópico, o envolvimento de terceiros nas atividades da esfera privada das entrevistadas e, mais ainda, o quanto os léxicos utilizados remetem a representações discursivas que reforçam o dispositivo amoroso (SWAIN, 2014). Dessa forma, colocando-se como protagonista das atividades da esfera privada, ela representa-se mais uma vez com sua identidade de mãe/esposa e principal responsável por tudo e por todos. Cerca-se, por todos os lados, com “ajudas” das mais diversas para dar conta do que ainda lhe “pertence”: a casa, os filhos e o marido.

A seguir debruçar-nos-emos sobre a mulher como um ser feminino, afetuoso e com o dom da docência, também reproduzindo os discursos patriarcais.

8.2 – Mulher: feminino, afeto e dom da docência

Representações discursivas relacionando o feminino e o afeto a características femininas, assim como a docência como dom aparecem nos relatos das entrevistadas também de modo a naturalizar os discursos tradicionais/patriarcais. Temos, nos relatos abaixo, os seguintes grupos temáticos: 8.2.1 – Afeto como característica feminina e 8.2.2 – Docência como sonho e como dom. Vejamos abaixo essa organização:

Ator destacado nos excertos	Características	Identidade explicitada
Mulher é	Afetuosos e femininos	Mulher
Mulher	Nasceu para a docência	Professora

Quadro 16: Relação ator/característica e Identidade

8.2.1- Afeto como característica feminina

Pensar a feminilidade como intrínseco à mulher é uma representação discursiva recorrente em nossa análise que acontece pois “a feminilidade é uma espécie de “infância contínua” que afasta a mulher do “tipo ideal da raça”. Essa infantilidade biológica traduz-se por uma fraqueza intelectual”, ou seja, “(...)o papel desse ser puramente afetivo é o de esposa e dona de casa; ela não poderia entrar em concorrência com o homem: “nem a direção nem a educação lhe convém” (BEAUVOIR, 1970, p.

144). Vejamos abaixo de que maneira o feminino mostra-se como latente e naturalizado nos discursos das entrevistadas:

(14) R3: você tem uma ou duas reitoras no meio de um monte de homem, diante de uma autoridade, muitas vezes, assim, **por mais que às vezes você possa até ser cumprimentada primeiro, porque você é mulher, então as damas primeiro**, mas a atenção é dada, na hora assim, naquela questão assim, no papo sério, a coisa assim, sabe, são mínimos detalhes, (...) **agora eu acho que a gente também sabe muito bem usar as nossas questões femininas pra poder convencer o que os homens não conseguem, acho que você muito bem pode usar um determinado tipo de autoridade afetiva e convencer um grupo de um argumento**, por exemplo, né, acho que sem dúvida que a gente também sabe usar, não é, assim, **esse lugar da mãe , o lugar da pacificadora, o lugar da verdadeira**, né, da que pode-se confiar, né? Então lógico que a gente também tem que lançar mão dessas coisas e fazer bom uso.

(15) ER4: **E a mulher pode, e eu até acho que deve, usar do que é feminino para garantir um tipo de amenidade na relação que pode facilitar o entendimento**. Por exemplo, a gente pode abraçar um colega, ou a colega, **a gente pode manifestar afetividade, a gente pode tocar no lado emocional, a gente pode chorar**, não como manipulação, mas se você tiver profundamente emocionada por uma situação e você chorar é muito mais aceitável, mesmo você estando num alto cargo de gestão do que se você fosse homem. Não é totalmente aceito, mas é menos desaceito, né, **mas você pode manifestar sentimento, você pode manifestar afetividade, acho que a mulher tem uma tendência não biológica, mas cultural, cultural é de tanto tempo que passa quase que parecer natural sem ser, mas a gente tem que ter uma atitude agregadora, família, a mulher**, então existe esse lado no modo de ser repito, não é essência, é cultura, mas que a cultura nos habituou a certos comportamentos, né, então eu acho que isso também (incompreensível) com o tempo, eu acho que isso também facilita. E acho, eu não acredito que mulheres são mais sensíveis do que homens, mas eu acho que mulheres se dão mais ao direito de serem sensíveis que os homens, então o fato da gente poder ser, ajuda,(...)

(16) VR5: **E eu vejo da mulher é a facilidade que ela tem de conectar todas as informações, o homem eu vejo que ele é muito mais centrado, em determinada ação, a mulher, além dela centrar na ação, ela consegue rodear e ver tudo que pode acontecer naquele momento e o que isso vai repercutir no futuro, então eu vejo a mulher com uma visão muito mais aberta, muito mais global do que o homem**, não querendo me desfazer do homem, mas até pelo fato de nós em casa, a gente sabe disso, né, **marido e mulher, a gente consegue controlar muito mais a casa, e o esposo, do que ele a casa e a esposa, porque ele não tem uma visão do todo**, ele é mais centrado em determinadas coisas então eu acho que isso tem permitido que a mulher, ela ocupe determinados espaços porque ela passou a ser vista de uma forma pra contribuir melhor, sabe, ela contribui melhor na área social, **ela contribui melhor na área afetiva**, hoje a gente consegue resolver muitos problemas ouvindo, simplesmente as pessoas, e você, com a vivência, né, da mulher, ela às vezes ela traz a solução, uma solução mais prática, do que o homem, **até pelo fato da gente ser mãe, a gente ter passado por situações em casa, situações familiares**, você transporta isso pro seu ambiente profissional e você passa a enxergar de uma forma diferente, não que você queira passar a mão na cabeça de todo mundo, e vamos resolver dessa forma, não, você tem um lado profissional, um lado que tem que ser respeitado, de ser legal, você estar exercendo aquela função, **mas você tem um outro lado**

que fala mais alto que é o lado sentimental, que você tem mais paciência, pra estar ouvindo e até tentando ajudar de uma melhor forma, as pessoas, o homem ele é mais assim, ele é mais centrado e ele não é muito sentimental, ele trata as questões bem mais duramente, do que a mulher, a mulher já tem uma outra visão (...)

(17)R2: (...)eu acho que as minhas características pessoais são mais importantes nessa questão do que o fato de ser mulher, então essa capacidade que eu acredito que eu tenho, de manter bons relacionamentos, uma boa comunicação, saber ouvir, procurar entender, me colocar no lugar do outro, **alguns teóricos até dizem que a mulher ela tem um pouco disso, talvez afluído do que no homem, essa intuição, essa capacidade de ser colocar no lugar do outro e tentar perceber as coisas como os outros percebem, então se isso é alguma coisa inerente ao sexo feminino** então eu acredito que isso talvez tenha me ajudado sim, porque eu tenho essa capacidade, eu acredito que eu tenho.

Nos fragmentos acima, de duas reitoras, uma ex-reitora e uma vice-reitora, percebemos uma recorrência de elementos do campo semântico da *afetividade*. No excerto 14, em “acho que você muito bem pode usar um determinado **tipo de autoridade afetiva** e convencer um grupo de um argumento”, a entrevistada faz menção à “autoridade afetiva”, como se fosse um atributo da ordem do feminino; um argumento de autoridade, reforçado pela construção discursiva de posse: “esse lugar da mãe, o lugar da pacificadora, o lugar da verdadeira”, como se fossem fixos e essencialistas, como se as feminilidades não pudessem ter outros atributos.

Também em 15, temos o uso da afetividade como estratégia de poder, quando ela afirma que “**E acho, eu não acredito que mulheres são mais sensíveis do que homens, mas eu acho que mulheres se dão mais ao direito de serem sensíveis que os homens, então o fato da gente poder ser, ajuda**”. Aqui, essa representação discursiva relacionada à sensibilidade como feminino e, mais ainda, como vantagem ser mulher e sensível, reforça ainda mais o dispositivo amoroso (SWAIN, 2014), como propõe-nos Tania Swain, pois a mulher ainda precisa ser “doce, amável, devotada (ou incapaz, fútil, irracional, todas iguais) e sobretudo amorosa” (SWAIN, 2014, p. 41), como no trecho: “manifestar afetividade, a gente pode tocar no lado emocional, a gente pode chorar”. (excerto 15)

Ao afirmar que “pode” fazer performances atribuídas ao feminino, assim como também pode não fazê-las, talvez, esteja problematizando a distinção entre o biológico e o cultural, enquanto aquele é o sexo, este é gênero. De alguma maneira, ela justifica o que culturalmente é atribuído à mulher: emoção, natureza e a solidariedade, ao afirmar

“mas a gente **tem que ter** uma atitude agregadora, família, a mulher”. Aqui, a construção modalizadora deôntica “tem que ter” reitera um senso comum de que a mulher precisa ser de um jeito que o discurso patriarcal espera, tais como o que é trazido por Bourdieu abaixo, em três princípios que convém às mulheres, que

(...) põem em ação em suas escolhas: de acordo com o primeiro destes princípios, as funções que convém às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço; segundo, que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem, portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar; o terceiro confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (BOURDIEU, 2002, p. 113).

Há léxicos e representações discursivas interessantes, ainda no fragmento 16, tais como: “isso tem permitido que a mulher, ela ocupe determinados espaços porque ela passou a ser vista de uma forma pra contribuir melhor, sabe, ela contribui melhor na área social”, que remetem ao processo “tem permitido” e mesmo “contribui” que significam o consenso de alguém para que a mulher ocupe esse lugar na esfera privada, e ainda pelo fato de ela colaborar, pois se não fosse assim, se não houvesse benefícios, será que essa permissão não lhe seria concedida? Ainda na reprodução das representações discursivas patriarcais, há o reforço de que bom empenho (experiência) na esfera privada se “transporta” para a pública, vejamos: “**até pelo fato da gente ser mãe, a gente ter passado por situações em casa, situações familiares,** você transporta isso pro seu ambiente profissional”, reproduzindo um discurso sexista explicitamente. Por fim, ainda reforçando o feminino x masculino, ela traz que “homem ele é mais assim, ele é mais centrado e ele não é muito sentimental”, e a mulher, não é centrada? Ela é somente sentimental? Aqui, é reforçada essa dicotomia e mais ainda a característica feminina do afeto.

Essa destinação do que é feminino e do afeto à mulher aparece também em Proudhon, filósofo francês do século XIX, citado por Perrot, que também adere ao discurso médico sobre a inferioridade física da mulher. O autor afirma que as funções destas limitam-se a “uma vagina para receber, um ventre para carregar, seios para amamentar – como os pedaços dos melões – marcam seu destino, feito pelo homem e pelo filho. Nenhum lugar além do lar” (PERROT, 2005, p. 173). O que se reforça em:

- (16): “ela contribui melhor na **área afetiva**”;

- (16): “marido e mulher, a gente consegue **controlar muito mais a casa, e o esposo**, do que ele a casa e a esposa, porque ele não tem uma visão do todo” e
- (17): “alguns teóricos até dizem que a mulher ela tem um pouco disso, talvez aflorado do que no homem, essa **intuição**, essa capacidade de ser **colocar no lugar do outro** e tentar perceber as coisas como os outros percebem, então se isso é **alguma coisa inerente ao sexo feminino**”.

Essa presença dos elementos do afeto, dos sentimentos e das emoções no discurso das entrevistadas iteram-se a estrutura binária entre homens e mulheres, presente no dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014). Segundo Del Priori (1998), destinaria às mulheres a emoção e aos homens, a razão. Sobre isso, Perrot afirma que “aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p. 177).

Um retorno à reafirmação do dispositivo amoroso está presente no fragmento 17, quando há duas problematizações sobre a dicotomia capacidade x intuição. Ao afirmar que as mulheres tem capacidades das mais diversas, ela se afasta da discussão de que homem é x, mulher é y, porém, mais à frente, ela traz novamente o léxico capacidade relacionando-o a intuição, ao afirmar que “essa intuição, essa capacidade de ser colocar no lugar do outro e tentar perceber as coisas como os outros percebem, então se isso é alguma coisa inerente ao sexo feminino”, contradizendo explicitamente seu discurso anterior. Afinal, a capacidade é ligada à intuição, que é feminina, ou não se relaciona a essa dicotomia e é inerente ao ser humano? Esse discurso contraditório nele mesmo reforça as grandes questões do feminismo e patriarcado, pois, por mais que elas por vezes reproduzam discursos de resistência ao dispositivo do patriarcado, por vezes eles insistem em fazer parte de seus discursos.

A seguir, os grupos de excertos a serem analisados trarão, além do discurso patriarcal da dicotomia feminino e masculino, o reforço do afeto como característica feminina e, mais ainda, a relação deste com a profissão de professora, esta mais uma identidade trazida pelas entrevistadas em seus relatos.

(18) VR1: de vez em quando eu substituo minha professora substituta nas aulas de graduação **que é o que eu adoro**, pra te falar a verdade **é o público**

que eu mais gosto. Até esse ano eu pedi pra fechar uma disciplina de biotecnologia na graduação, eu já pedi pra coordenadora da disciplina deixar eu dar uma última aula de **tanto que eu gosto**

(19) VR5: um professor, o professor que eu fui monitora dele dois anos, o professor XXX(nome do professor), e ele já havia assim buscado alguma tentativa porque ele viu que **eu tinha propensão pra ser docente, gostava de ensinar**, mas até o dia que eu fui embora não tinha chance, não tive nenhuma chance.

(20)ER4: **eu gostava de ensinar(...)**

(21) VR1: daí **eu sempre gostei muito de dar aulas**, eu sempre preparava bem minhas aulas e tudo, tanto é que nesse 1 ano que eu fiquei no XXX (nome de instituição), eu fui, eu voltei depois quando estava em XXX (nome de cidade) porque eu fui convidada pra ser patronesse da turma que eu tinha dado aula lá no XXX (nome de instituição)

(22) ER1: mas essa é **uma dimensão muito importante da minha vida, eu gosto de ser professora**, hoje eu sou xxx (nome da ocupação), mas se eu pudesse, eu estaria também dando aula, o que é impossível.

Os discursos construídos nos trechos de 18 a 22, sendo três de vice-reitoras e dois de ex-reitoras, estão relacionados à formação identitária das entrevistadas como professora e pesquisadora. Neles percebemos um número expressivo de processos mentais, principalmente aqueles relacionados ao afeto: “gostar”, “adorar” e “amar”, tendo como o experienciador sempre a entrevistada. Os três processos citados acima “amar”, “gostar” e “adorar” são nitidamente ações do sentir e demonstram ainda um tipo de Julgamento de Estima Social, relacionado à admiração. Quando o experienciador deixa claro que gosta/ama/adora algo, ele está mostrando que está feliz com aquela experiência e que aquilo o deixa satisfeito.

Os dados revelam, no fragmento 18, que o processo mental “adoro” tem como fenômeno “aulas de graduação”, já o processo mental “gosto” apresenta “público (graduação)” como fenômeno e mantém a reitora como experienciadora que intensifica (muito) essa emoção de ser docente. A entrevistada mostra, então, uma relação de afeto com a atividade desenvolvida e com o público, os alunos, o que vai ao encontro das teorias de Del Priori, Perrot e Swain, autoras já citadas, de que a mulher demonstra um maior sentimentalismo e emoção do que os homens. Também o processo “gosto” tem como fenômeno “dar uma última aula” é acompanhado do intensificador “tanto que eu gosto”, que demonstra um prazer grande vivido por ela quando realiza essa ação de dar aula. Nos demais excertos, temos a repetição do processo mental “gostar”, que reforça o afeto sentido por elas pela docência e pela atividade de ministrar aulas. Vejamos:

- (19), “gostava de ensinar”,

- (20), “eu gostava de ensinar”,
- (21), “sempre gostei muito de dar aulas” e
- (22), “eu gosto de ser professora”,

Isso nos leva a refletir ainda se, no caso de homens respondendo sobre o assunto, eles usariam esses léxicos ligados ao afeto como elas o fizeram. Ou os léxicos estariam realmente mais ligados à característica de feminilidade já exposta e defendida pelo patriarcado?

Afirmar, portanto, que gosta de algo é visto como um reforço das características femininas ou seja, mostrar afeto por algo é coisa de mulher e coisa de mulher faz parte do dispositivo amoroso de Swain (2014). O uso, portanto, dos processos mentais de afeto e a maneira como julgam essas relações reforçam as representações discursivas do que é feminino.

(23) VR3: hoje eu analiso que se eu tivesse feito medicina eu seria professora, porque **eu gosto da pesquisa**, eu gosto...então a minha opção se eu fosse médica eu teria sido médica professora da faculdade de medicina, eu não tenho dúvidas disso, e possivelmente estaria no mesmo lugar que eu estou hoje.

(24) VR3: (...) **tenho uma carreira de pesquisadora já consolidada, eu gosto muito de dar aula, eu adoro orientar, eu gosto muito dessa parte,**

(25) VR5: porque a **parte da pesquisa é uma coisa que eu gosto muito**, desde que **nós criamos** o programa de pós-graduação em Ciências Farmacêuticas, em 2005, que eu faço parte, e a **gente vem trabalhando** efetivamente neste programa, tanto com disciplina do programa quanto com as orientações, então **é uma área que eu me identifico bastante, eu gosto de escrever projeto, eu gosto de escrever os artigos, o resultado, do produto né, do que foi gerado, então isso é uma satisfação muito grande, então eu tento conciliar tudo isso justamente com a parte da gestão aqui da universidade, é bastante difícil a gente ter que conciliar**

(26) VR5: por mais que eu tô aqui hoje sendo gestora hoje de uma instituição de ensino, **eu tenho meu pedaço de pesquisa, de projetos, de desenvolvimento de projetos, de gerar apresentação, é uma coisa muito gostosa, uma coisa muito fantástica**, pra pessoa que gosta de trabalhar com a pesquisa.

(27) VR1: quando eu me formei em Agronomia, eu sabia que, eu nem tentei emprego, **eu sabia que a pós-graduação seria o caminho, eu sempre gostei de pesquisa**, então eu não tive dúvidas entre procurar emprego na área ou ir pra, **me qualificar** na pós-graduação.

Em suas representações como pesquisadoras, assim como nas de professoras, as entrevistadas também lançam mão de elementos lexicais afetivos para demonstrar suas

preferências de atuação por meio dos processos mentais. No grupo analisado acima, há excertos de três vice-reitoras diferentes e suas ocorrências explicitam-se nos trechos abaixo:

- 23: “eu **gosto** da pesquisa”,
- 24: “eu **gosto** muito de dar aula, eu **adoro orientar, eu gosto muito** dessa parte”, reafirmando com o uso dos processos mentais afetivos “gostar” e “adorar” que as atividades relacionadas à pesquisa, que seriam orientar seus alunos em projetos de pesquisa, além da pesquisa em si, fazem parte de seu afeto e por isso sua identidade de pesquisadora se forma a partir desse sentimento construído com essas atividades.
- 25: “a parte da pesquisa é uma coisa que eu gosto muito”, “eu gosto de escrever projeto, eu gosto de escrever os artigos”, temos o campo semântico referente à atividade de pesquisa: projeto de pesquisa, artigo acadêmico, todos afirmados pela entrevistada como atividades em que ela deposita algum tipo de afeto. Há duas construções significativas: (i) “isso é uma satisfação muito grande”, que indica afeto, do subsistema de Atitude, referindo-se a satisfação de realizar algo, no caso as atividades que ela já listou que gosta, e (ii) “é bastante difícil a gente ter que conciliar”, que significa um Julgamento de estima social, quando afirma que a docência em instituições federais de ensino vem acompanhada de exigências de pesquisa, tais como desenvolver projetos, orientar pesquisas de mestrado e doutorado, dentre outras atividades.
- 26: “é uma coisa muito gostosa, uma coisa muito fantástica”, os léxicos “gostosa” e “fantástica” indicam afeto e satisfação na realização da atividade.
- 27: “sempre gostei de pesquisa”, com o processo mental acompanhado no intensificador “sempre” trazendo uma metáfora de que “a pós-graduação seria o caminho” já que pelo gosto que ela tinha pela pesquisa, essa seria a melhor escolha.

Segundo Hirata (1995), os trabalhos masculinos muitas vezes "requerem coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia" (HIRATA, 1995, p.43). Para além disso,

percebermos, mais uma vez, discursos do campo semântico de destino como em “a pós-graduação seria o caminho”, reforçando aspectos separados de competência ou mesmo de capacidade relacionados à pesquisa. Elas identificam-se, dessa forma, como experienciadoras de atividades de pesquisa que trazem não só emoções, mas também elementos do discurso religioso e do destino/acaso, o que também será percebido no próximo tópico, quando trataremos as reflexões sobre a docência como dom.

8.2.2 – Docência como sonho e como dom

Representações discursivas totalmente contrárias à razão imputada à carreira científica das entrevistadas também mostram-se presentes no corpus, o que reforça as concepções de mulher relacionada à emoção. Isso porque as formações discursivas remetem ao sonho, por exemplo, ou mesmo ao discurso religioso, com a docência como dom. Vejamos:

(28) VR5: eu sempre falava assim, que eu **queria ser professora da XX**(*sigla da universidade*⁷⁴), eu já sai daqui em 79 falando, gente, eu falei meu Deus, **eu quero ser professora da XX (nome da universidade)**.

(29) R1: e aí **meu sonho era ser professora**, mas não professora primária que era o sonho dela, **eu queria ser professora da universidade**, nossa, quando eu entrei aqui e que eu vi a possibilidade, tudo que você podia, que a gente podia alcançar com isso aqui, eu falei, **um dia eu quero ser professora aqui**.

Processos⁷⁵ que remetem a desejos ou vontades dizem muito sobre a formação identitária das entrevistadas, aqui em relatos de uma vice-reitora e uma reitora. Nos excertos 28 e 29, temos um exemplo de outra construção textual que nos remete a reflexões e permite-nos inclusive propor uma nova categoria. As formações lexicais “queria ser” e “quero ser” apresentam-se como uma junção de dois tipos de processos: o processo “querer” é mental e o “ser” é relacional. Essa composição leva-nos a um processo “Desiderativo-Identificador”, ou seja, o primeiro é da ordem do desejo, de querer, de ter vontade de algo; já o segundo tipo seria uma forma de identificar o portador, ou de defini-lo e identificar sua identidade.

O desejo das participantes ainda é representado, no excerto 28, com o uso de processos verbais que reforçam essa vontade. Ao relatar que “eu sempre falava assim”,

⁷⁴Acréscimo de parênteses nosso. Escolhemos por expor dessa forma, a fim de não prejudicar o entendimento do leitor, já que foi suprimido o nome da universidade.

⁷⁵Os processos aos quais nos referimos aqui dizem respeito aos verbos.

ela está utilizando uma Modalidade de Usualidade “sempre”. Já em “eu já sai daqui em 79 falando, gente, eu falei”, há um marcador de pressuposição, reforçando que não basta ela ter o desejo ou a vontade de ser professora dali, esse desejo devia ser exteriorizado por meio de sua fala. Ainda nesse excerto 28, temos um léxico que nos remete ao discurso religioso, “meu Deus”, uma espécie de diálogo com uma força superior como se ela estivesse pedindo que essa força realizasse seu desejo (nos próximos excertos veremos mais exemplos de discurso religioso). No excerto 29, o desejo mostra-se tão explícito que ela utiliza um outro léxico, que seria “sonho”, deixando claro que ela queria realizar esse sonho, utilizando, também como a entrevistada do excerto anterior, o processo verbal “falar”: “eu falei”.

A relação entre “sonho” e “querer ser” merece uma discussão mais ampla aqui. Sonho, segundo definição do site Dicio⁷⁶, seria “reunião das imagens, ideias, pensamentos ou fantasias que, geralmente confusas e sem nexos, se apresentam à mente no decorrer do sono. [Por Extensão] Anseio; vontade permanente, viva e constante: o sonho dele é ser cantor.”. No caso em questão, consideraríamos a segunda definição, que seria “anseio, vontade permanente”. Quando afirma que o sonho dela era ser professora, esse desejo não está no âmbito da razão, mas da emoção, do desejo, da vontade, assim como a formação lexical “querer ser”, que perpassa o léxico do desejo, da emoção. Sonho, aqui, remete-se às já mencionadas características femininas, ou mesmo do dispositivo amoroso (Swain, 2014), que ligam a mulher ao afeto e a outros atributos simplesmente por serem mulheres.

Importante resgatar aqui os dados já apresentados na discussão teórica sobre a feminilização do magistério, ou o início da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a partir da década de 60, quando as mulheres começaram a frequentar as escolas normalistas (BRASIL, 2008). A relação entre ser professora e esta ser uma profissão considerada feminina surge quando a mulher ingressa no mercado de trabalho. Essa ideologia perpassa tanto o senso comum quanto os teóricos de história da mulher, já trazidos no capítulo teórico sobre o assunto e⁷⁷ vai ao encontro do que afirma Louro (1997), relacionando as profissões com as características já citadas acima como femininas: “(...) ao se feminizarem, algumas ocupações, a enfermagem e o magistério,

⁷⁶ Disponível < <https://www.dicio.com.br/sonho/> > Acesso em 6 abril 2018.

⁷⁷ Informações mais detalhadas estão disponíveis no capítulo sobre mulher e magistério deste trabalho.

por exemplo, tomaram emprestado as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc. (...)” (LOURO, 2004, p. 454).

Grande parte das entrevistadas formou-se na graduação na década de 1980, quando já havia em torno de 20 anos que as mulheres frequentaram as escolas para normalistas e ao ingresso nas universidades já estava mais acessível. As profissões que poderiam ser exercidas por elas já eram diversificadas e elas não precisariam, de fato, escolher o magistério. De acordo com o levantamento realizado por nós, das 12 entrevistadas, somente cinco seriam de áreas relacionadas à docência (Letras e Educação), enquanto o restante (sete) seria de áreas que, na graduação, não direcionariam para o magistério. Diante disso, portanto, não podemos afirmar que a docência era a primeira opção delas, mas que elas começaram a gostar de ensinar ao longo da graduação e, pelo interesse em pesquisar, acabaram se tornando docentes.

As ocorrências dos processos mentais desiderativos reforçam a identidade da mulher professora, já que elas mostram-se desejosas de realizar esse sonho e colocam-se como protagonistas, em alguns momentos, e dispostas a realizá-lo. Sabe-se que não é algo simples chegar ao cargo de professor efetivo de uma instituição de ensino federal. As ocorrências dos processos mentais cujo experienciador sempre é a reitora demonstra o quanto seu desejo é forte e faz parte da construção de sua identidade, seja antes de almejar seu sonho, seja durante a batalha para conseguir realizá-lo.

A construção do discurso religioso em entrevistas de mulheres cientistas surpreendeu-nos na análise do corpus, uma vez que as entrevistadas são professoras/pesquisadoras/cientistas e apresentam crenças religiosas das mais diversas, que podem ser explicadas talvez pela cultura mineira, já que a grande maioria delas é natural de Minas Gerais. Isso refletiu em seus discursos particulares e estão presentes nos excertos 30 e 31 abaixo, além de presente também no fragmento 28 acima (“Meu Deus”). Importante destacar que somente uma entrevistada (VR5) fez menção a esse discurso de religião, e julgamos importante retomá-lo aqui.

(30) VR5: foi, foi, **foi o meu despertar do ensinar lá atrás**, viu? Que lá assim eu **percebi** que eu tinha **esse dom**, né, de ensinar e ver o resultado do aprendizado

(31)VR5: eu subo uma escada, desce o professor que eu trabalhei com ele como monitora e ele tinha acabado de conseguir uma vaga, falei, gente, olha, **é Deus**, não tem outra forma, né, não marquei horário com ele nem ele comigo, justamente no dia que eu vim buscar meus documentos, **eu cruzei com ele e as coisas**, dali eu subi pra assinar meu contrato , né, **então eu acho**

que foi tudo muito providencial, tudo muito assim já planejado, né, por Deus, e eu assim, sempre com aquele anseio de trabalhar mesmo com a docência, (...)

No excerto 30, o tema da fé aparece quando ela afirma que “eu tinha esse dom”, ao referir-se ao ato de ensinar. Interessante notar que, ao fazer essa afirmação, a participante isenta-se de qualquer capacidade técnica que possa ter conquistado, tais como anos de estudo; técnicas de didática; ou mesmo esforço próprio dela, dentre outros, para dar mérito somente ao chamado “dom de Deus” para o ensino.

Essa ideia pode ser justificada pelo fato de que o patriarcado reforça/reforçava que a mulher tinha uma aptidão natural para a docência, ou para o trato com as crianças, já que “o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’. O argumento parecia perfeito: “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la” (LOURO, 2004, p. 450). Dessa forma, o discurso iterado acima pode ser visto sob este viés, já que a entrevistada afirma que ela teria um “dom” para a docência. Gay (1988) reforça essa questão quando liga a docência à extensão da maternidade, já que “(...) não era ela uma professora em sua casa, que agora apenas levava para a sala de aula o ofício que sempre exercera no quarto das crianças?” (GAY, 1988, p. 135). Para corroborar com esses postulados a respeito da questão do dom e da razão dele existir das mulheres, trazemos Swain afirmando que

as profissões ditas femininas partilham estas características ‘amorosas’: enfermeira, professora primária, doméstica, babá etc. São atividades ou profissões para as quais as meninas são cuidadosamente conduzidas, convencidas de que este é o seu papel e sua razão de existir (SWAIN, 2014, p. 41).

A citação acima reforça essa associação com o discurso do patriarcado, ao afirmar que as “meninas são cuidadosamente conduzidas”, ou seja, a elas é definido esse local do magistério, o que vai ao encontro do relato da docência como dom. As citações acima demonstram de que maneira esse dom poderia ser reforçado na opção pelo ensino, pois ambos estão presentes nas teses do patriarcado desde que as mulheres começaram a ocupar cargos de professora. É importante destacar ainda que o uso desses léxicos surpreende-nos uma vez que acreditávamos que as identidades da mulher pesquisadora e professora passariam antes pelo discurso profissional, ainda que tenha uma significativa presença de elementos de construções discursivas de caráter pessoal e emotivo nos relatos das entrevistadas.

No excerto 31, em “é Deus, não tem outra forma”, reafirma que não é sua capacidade que a tenha levado a conseguir essa vaga e a ser contratada, mas a vontade do ser superior e religioso. A representação centrada na providência divina, no destino ou no dom, reforça o caráter do dispositivo amoroso de Swain (2014). O conservadorismo e o reducionismo estão presentes neste discurso e mostram como as mulheres constroem suas identidades relacionando-as a crenças e afastando-se do discurso racional. A ambivalência discursiva entre razão/pesquisa/objetividade e emoção/docência/subjetividade fica enfatizada no uso dos construtos semânticos: “dom divino” e da “vontade divina”, indo, mais uma vez, ao encontro da tese do patriarcado da dicotomia homem/mulher e razão/emoção.

A formação dessa identidade docente caminha próximo ao feminino, o que reforça os discursos patriarcais pelas próprias entrevistadas, em detrimento de um discurso que favorece a capacidade da mulher, seja ela técnica, seja outra qualquer. Substituiu-o por dom e sonho, léxicos relacionados ao emocional e não à razão, reforçando a ligação do feminino com a emoção.

8.3 – Algumas considerações sobre representação patriarcal e identidades

Observamos, ao analisar a identidade de mãe, esposa, mulher e professora, que há muitas recorrências de representações discursivas do tradicional e do dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014). Percebemos o tradicionalismo latente em temas como o da dupla jornada que pertence à mulher; a responsabilidade do estudo dos filhos, que coube a elas e à necessidade de uma dedicação maior às tarefas de casa, que seja por falas delas mesmas ou por terceiros, é dada como sua responsabilidade.

Ao analisar as representações discursivas patriarcais, notamos que discursos recorrentes como esfera privada *versus* pública; dicotomia feminino *versus* masculino e a dupla jornada feminina, estão presentes nas falas das participantes. Ao destinarem à mulher atribuições ligadas ao lar, o discurso é fortemente representado como patriarcal, já que mesmo elas exercendo uma profissão, primeiro como professoras e depois como gestoras, suas identidades ainda são reforçadas como mulher, esposa e mãe, relegada à esfera privada e ao feminino. Na representação da identidade docente, está presente também o feminino, uma vez que essa profissão demanda, segundo o discurso tradicional, características femininas e remetentes ao dom. Vejamos no quadro abaixo, de forma resumida, as representações patriarcais analisadas neste capítulo do corpus:

Grupo temático	Ator destacado nos excertos	Característica	Identidade explicitada
ESFERA PRIVADA E DUPLA JORNADA	Mulher é	principal responsável pela esfera privada (casa e filhos)	Esposa/Mãe
	Marido	Ajuda/apoia/entende	Esposa
	Mulher	Vive a dupla jornada	Esposa/mãe
AFETO E DOM: FEMININO	Mulher é	Afetuosos e femininos	Mulher
	Mulher	Nasceu para a docência	Professora

Quadro 17: Relação grupo temático e identidade

Temos aqui, portanto, uma reprodução forte de discursos patriarcais que precisam ser repensados e revistos, uma vez que o lugar de fala dessas mulheres não lhes permitiria duplicar manifestações desse tipo. Há ainda muitos enunciados a analisar, em seguida, na análise das Representações Discursivas (RD), que estão permeadas por relações de poder. Perceberemos ainda relatos sobre as dificuldades de exercer sua própria autoridade, bem como estratégias para que as relações de poder possam ser exercidas de forma equânime entre homens e mulheres. Ressaltamos, por fim, que ainda nas Representações Discursivas deparamo-nos com o suspiro do empoderamento, que, apesar de tímido em relação ao número de excertos de discursos patriarcais, ainda nos dão um lampejo de esperança.

Capítulo 9 – Representações discursivas permeadas por relações de poder/ legitimidade

Neste capítulo, como no anterior, dividiremos os grupos de excertos em duas partes: 9.1 – Legitimação do Poder, da Competência e da Autoridade e 9.2 – Legitimação e Ser mulher gestora. Além disso, também refletiremos sobre as identidades de cada grupo, para enfim mostrar como essas relações de poder mostram-se como estratégias de legitimidade por parte das entrevistadas, que lutam a todo

momento por reconhecimento, seja de seu poder e de sua competência, seja de sua autoridade, na posição de mulher gestora.

9.1 Legitimação do Poder, da Competência e da Autoridade

Neste tópico, as representações discursivas dividir-se-ão em dois grupos: 9.1.1 – Perfil da Gestora e 9.1.2 – Estratégias de poder. Nas reflexões e análises de cada um dos tópicos, traremos os tipos de identidade mais recorrentes, bem como as teorias a que se ligam cada uma das representações discursivas.

9.1.1 Perfil da Gestora

As representações discursivas dos excertos abaixo relacionam-se às definições de liderança e aos tipos de competência já descritos, que fazem parte do perfil de gestora que as entrevistadas usam para se definirem. Essa constatação pauta-se como uma legitimação de seu poder e de sua competência, já que para ela ser respeitada, precisa se mostrar como alguém competente para exercer as funções para as quais foi destinada. Aqui, destacaremos o estilo de liderança transformacional, presente nas características trazidas nos discursos das participantes, já que este seria um “comportamento observado em alguns líderes atuais, que apresentam traços de humildade, disciplina, concentração, boa comunicação, ausência de narcisismo e personalidade discreta” (WILLIAMS, 2005 *apud* HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). O tipo de liderança transacional é “caracterizada pela troca de favores, e a transformacional, baseada em ideias, metas e emoções”. As duas “envolvem fé nas pessoas, orientação por valores e busca do aprendizado, além da capacidade de lidar com a complexidade” (PEREIRA; SILVA, 2011, p. 631).

Em conjunto com o tipo de liderança transformacional, há os tipos de competência, já elucidados no capítulo sobre mulheres em cargos de gestão. Aqui retomaremos os seguintes tipos: 1- competência cognitiva/organizacional; 2- funcional/gerencial; 3- comportamental/pessoal; 4-ética/fundamental e 5-política. (PAIVA, 2007, AMARAL, 2006). A retomada desses conceitos é essencial já que encontramos, em nosso corpus, trechos que remetem a representações discursivas relacionadas às competências e ao tipo de liderança, ambos permitindo-nos construir a

representação do perfil da gestora que está envolvida em relações de poder. Por isso mostra-se com características que lhe concederiam esse poder. Vejamos os primeiros trechos que remetem ao perfil de gestora para em seguida relacioná-los aos conceitos elencados acima:

(32) ER4: eu tenho, **eu consigo ter visão de conjunto** e ter foco naquilo que é estratégico, eu **sou determinada** para buscar as metas, eu tenho **senso prático**, e eu gosto de gente e sou uma **pessoa agregadora**, eu acho que eu consigo tirar das pessoas o que elas podem dar de melhor para um objetivo comum. Eu acho que eu tenho características, do que a gente chama aí na literatura de **líder estratégico**,

(33) VR5: então é, esse **perfil de gestora ele já vem sendo construído**, já há um bom tempo, né, e **eu gosto dessa área, eu tenho bastante afinidade...Eu gosto de criar, eu gosto de estar à frente assim dirigindo** e vendo os resultados disso, né,

(34) R1: Assim, **eu sempre fui uma pessoa de muita dedicação**. Tudo que eu vou fazer eu faço assim de cabeça. Sabe, **eu entro de corpo e alma**, então eu quando entrei na universidade, eu, nas aulas, nos trabalhos, nos projetos, assim, trabalhando incessantemente, então acho que uma característica que eu tenho é a **dedicação muito grande**. É difícil você falar boas características da pessoa, né, mas sou uma pessoa muito dedicada, assim, aquilo que eu assumo eu levo muito a sério, sabe, **a seriedade, o compromisso com essa instituição**

Optamos por relacionar, no quadro abaixo, os trechos e os tipos de liderança e competência para que fique esclarecido para o leitor como eles estão explícitos nos relatos. Percebe-se um número maior de ocorrências de características de competência comportamental (quatro), seguida da funcional (três) e da cognitiva (dois), além de haver também a liderança transformacional (quatro), o que denota uma representação discursiva mais voltada a características pessoais como essenciais para o exercício da gestão. Isso corrobora com o tipo de liderança transformacional, mais relacionada a modelos voltados ao empenho de realizar um trabalho bem feito e preocupando-se com a equipe. As competências cognitivas e funcionais também estão presentes, e significam uma representação discursiva mais voltada ao saber e às habilidades, sendo mais relacionadas à organização e gerência.

Excertos	Tipos de competência ou liderança
(32) “visão de conjunto”	Competência funcional
(32) “eu consigo tirar das pessoas o que elas podem dar de melhor para um objetivo comum”	Competência cognitiva Liderança transformacional

(32) “senso prático”	Competência cognitiva
(32) “pessoa agregadora”	Competência comportamental
(32) “líder estratégico”	Competência funcional
(34) “pessoa de muita dedicação”	Competência comportamental
(34) “seriedade, o compromisso com essa instituição”	Competência comportamental Liderança transformacional
(33) “gosto de estar à frente assim dirigindo”	Competência funcional Liderança transformacional
(32) “eu sou determinada”	Competência comportamental
(34) “eu entro de corpo e alma”	Liderança transformacional

Quadro 18: relação entre excertos e tipos de liderança/competência

Além das representações discursivas relacionadas ao tipo de competência e de liderança, há o uso recorrente de processos relacionais atributivos (ser, sou e fui), trazendo características positivas da entrevistada, colocando-as como “dedicadas”, “agregadoras”, ou seja, elas se definem com tais atributos que lhes conferem então competência para gerenciar as instituições. Vejamos:

- (32) “eu sou **determinada**”, “sou uma pessoa **agregadora**”;
- (32) “eu sempre fui uma pessoa de **muita dedicação**”, “eu sou uma pessoa **muito dedicada**”. “eu tenho **senso prático**”, “eu tenho **características**”;
- (33) “eu tenho bastante **afinidade**” e
- (34) “eu tenho é a **dedicação muito grande**”.

No excerto 34, R1 porta de maneira iterada o atributo dedicada: “entro de corpo e alma”, metáfora que significa que ela se dedica muito a algo a que se dispõe. Ela trabalha muito, “trabalhando incessantemente”, outra característica de um líder/gestor competente. Além disso, a entrevistada afirma que “eu tenho é a dedicação muito grande”, ou seja, a liderança aqui, assim como no primeiro grupo analisado, deixa claro que elas precisam provar, com suas características positivas de líder, que são capazes de exercer aquele cargo. Abaixo percebemos mais representações discursivas relativas ao perfil da gestora:

- (35) VR2: eu acho que **eu vou mais com caráter técnico**, que eu sei que, não que eu não tenha o caráter político, **claro que eu não sou muito boa nessa área, mas eu acho que eu sempre dou o caráter técnico**,

entendeu, até pela minha área de formação, então nesses lugares eu sempre me senti muito a vontade por causa da minha área de formação, (...)

- (36) VR2: Era um monte de gente, todo mundo, xxxx (nome de professor) já tinha aceitado ser o candidato a reitor, aí todo mundo assim, todo mundo olhando, não xxxx (nome da entrevistada), **você é a pessoa, você tá preparada**, e eu lembro que eu falei, gente, mas eu nem nunca me candidatei, pra nada, nem pra presidente de associação de bairro aqui no meu bairro, não sei fazer campanha, não sei pedir voto, não sei fazer nada disso, (...)

Nos excertos acima, observa-se a subcategoria do Julgamento de Estima Social, pois para exercer-se o cargo máximo de gestão de uma instituição é preciso mais do que ser professora e pesquisadora. Elas precisam ter outras habilidades e competências, não só técnicas como políticas também. Muitas das reitoras de instituições de ensino superior, ou a maioria delas, não têm formação na área de gestão, como Administração, e sim em outras áreas do conhecimento. No caso de nosso corpus, nenhuma das entrevistadas tem sua formação acadêmica na área de gestão, assim a capacidade torna-se ainda mais necessária de ser provada, tanto para elas quanto para os outros. Diante disso, elas estão a todo momento utilizando léxicos de capacidade, exaltando em seus discursos os atributos de *dedicação, seriedade, compromisso, estratégia, visão global*, dentre outros já elencados nos excertos anteriores.

Em 35, VR2 julga-se como capaz por ter um caráter mais técnico e mostra que isso seria uma vantagem na gestão, pois sabe que é necessário o perfil político, mas ela sobressai-se no técnico. Esse “caráter técnico” está relacionado à competência cognitiva, já trazida na análise do grupo anterior, já que remete ao saber organizacional da gestora em relação às atribuições que ela deve exercer no cargo de comando. Já no fragmento 36, VR2 demonstra que os pares a capacitam: “você é a pessoa”, “você tá preparada”, mesmo ela se “achando” incapaz de exercer o cargo e justificando esse fato com exemplos de sua vida pessoal.

Ter competência ou capacidade para exercer a liderança foi trazida na parte teórica e será retomada aqui pois, para Durand (apud BRANDÃO; GUIMARÃES, 2001, p. 10) “o conceito de competência está baseado em três dimensões (conhecimentos, habilidades e atitudes), e engloba não apenas questões de ordem técnicas, mas também a cognição e as atitudes relacionadas ao trabalho”. Dessa forma, a questão da habilidade deve ser levada em consideração aqui, visto que VR2 considera ter habilidades técnicas. Essas habilidades vão ao encontro ao que se espera que elas reproduzam em seus discursos ao falarem de si mesmas. Retratam as características de

um líder competente que englobe conhecimentos, habilidades e atitudes, e não reproduzem discursos de habilidades femininas e características que remetem à emoção, por exemplo. As entrevistadas deixam isso claro ao apresentarem suas características que seriam vantagem para exercer o cargo e ao afirmarem a necessidade de ser líder para estar neste cargo. A identidade de gestora e líder, portanto, é evidente e mostra-se como uma base para exercer o cargo com competência. Importante destacar, porém, que uma das características muito citadas por elas, a “dedicação”, pode ser interpretada como uma representação discursiva do dispositivo amoroso (SWAIN, 2014), uma vez que características como essas remetem ao feminino, à atenção da mulher à casa e aos filhos, por exemplo. Ao mesmo tempo em que há uma valorização de atributos relacionados ao líder, há também essa valorização dos tipos de características específicas do dispositivo amoroso, gerando uma contradição discursiva nestes relatos. Juntamente a esses pontos, estão as estratégias de poder utilizadas pelas gestoras, que serão analisadas em seguida.

9.1.2 – Estratégias de poder

Neste grupo de excertos, teremos uma peculiaridade importante, já que entendemos que as representações discursivas relativas às estratégias de poder relacionam-se com o único objetivo de conferir poder à gestora. Vejamos:

Estratégia	Tópico do grupo de excertos			Objetivo
1	Gestora trabalha muito	Trabalhar muito legítima a capacidade dela	MUITO TRABALHO →	CONFERE poder à gestora
2	Gestora faz um trabalho bem feito	Trabalho bem feito legítima sua capacidade de ocupar o	TRABALHO BEM FEITO →	

		cargo		
3	O cargo é um lugar de poder	Cargo legítima sua autoridade	CARGO OCUPADO	
4	Gestora é pesquisadora 1 A do Cnpq	Conhecimento legítima capacidade	CONHECIMENTO	

Quadro 19: Relação estratégia e objetivo

As representações discursivas que englobam esses quatro grupos de fragmentos a serem analisados como estratégias de poder relacionam-se fortemente, como nos grupos anteriores (Perfil da Gestora), com os conceitos de liderança transformacional e tipos de competência. Aqui, os vemos relacionados às estratégias de poder de Foucault, que usa o termo, conforme já afirmado, primeiro com o sentido de “racionalidade empregada para atingirmos um objetivo”, segundo relacionado à “maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro” e terceiro como maneiras para conseguir-se chegar à vitória, a fim de fazer com que o oponente ou desista ou não tenha acesso a seus meios de combate. Segundo Foucault (2009), “estas três significações se reúnem nas situações de confronto – guerra ou jogo – onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível. A estratégia se define então pela escolha das soluções ‘vencedoras’” (FOUCAULT, 2009, s/p). Em nosso corpus, conforme já afirmado, percebemos mais proximidade com o terceiro sentido, que seria a forma de chegar-se à vitória, através da legitimação do seu poder, ou seja, há vários meios utilizados por elas para que sejam respeitadas em seus cargos, seja por meio de muito trabalho, seja por meio do trabalho bem feito, dentre outros já elencados.

Para se chegar à vitória, ou para conseguir o respeito de seus pares, elas utilizam-se de várias estratégias, tais como trabalhar muito, provar que são boas naquilo em que trabalham, afirmar que é pesquisadora 1A do CNPq, utilizando de seu capital simbólico (BOURDIEU, 2002) como uma estratégia de poder, já que ela detém o saber que lhe dá o reconhecimento por seus pares de que ela é uma pesquisadora competente, por isso pode ser também uma gestora competente.

- **Estratégia 1**

Nesse tocante, há os relatos de entrevistadas que têm que trabalhar muito e afirmam isso com veemência. Consideramos esse ato uma estratégia de poder, já que,

trabalhando muito, elas mostram que estão se dedicando àquela função, já que elas precisam, apesar dos avanços do feminismo, se mostrar competentes e capazes de trabalhar em quantidade semelhante ao homem. A afirmação e reafirmação dessa representação discursiva de “muito trabalho” com o processo material “trabalhar”, indica a ação realizada por elas, que é o ator do processo material transformativo, está presente em três excertos. Vejamos:

(37) ER4: **Eu sempre trabalhei muito**, nunca **tive medo** de trabalho, isso eu aprendi com os meus pais, a gente lá em casa **nós todos trabalhamos muito**, eu ia pra universidade, pra Secretaria, por exemplo, chegava lá as 8 da manhã saía 10 da noite, o carro último que saía do estacionamento da cidade administrativa toda noite, sem exceção era o meu, era o último carro que saía do prédio, então assim, **eu sempre trabalhei muitas horas, o tempo todo, e gosto, me realiza, e isso também ajuda muito, né,**

(38) R3: bom e aí, e trabalhava e estudava, **sempre gostei muito de trabalhar**, uma coisa que eu acho que eu tenho assim, outro dia brinquei que eu estava saindo de uma gripe, que eu ainda estou um pouco com ela, você deve estar percebendo aí, é, mas falei, não, agora eu já vim pra cá, **o vício do trabalho é mais forte do que o vírus dessa gripe...**

(39) VR3: Tem dia que tenho que chegar 10h da noite, isso pra **ele ele entende perfeitamente bem, pra mim não há nenhum problema.** (...) eu sempre fui muito assim, **sempre trabalhei demais**, então ele me conheceu já assim, não é que tenha mudado, então isso contribui. Isso pra mim não é um problema, **felizmente.**

O processo mental “gosto”, tanto no excerto 37, ao afirmar que “eu sempre trabalhei muitas horas, o tempo todo, e gosto”; quanto no excerto 38, “sempre gostei muito de trabalhar”, mostra então essa vinculação de Afeto (cf. Avaliatividade) com o trabalho e confirma claramente uma satisfação em relação a isso. Esse gostar da atividade valida, então, a identidade de gestora/líder, já que, aliadas às capacidades delas, várias características fazem com que elas sintam-se bem seus trabalhos. Elas ainda sentem satisfação mesmo fazendo algo que as onera e gasta muito de seu tempo, pois não veem esse excesso de trabalho como negativo, mas como natural e inerente ao cargo que ocupam. Ainda em 37, ela traz o discurso do “medo”, negando que tenha receio do trabalho, reiterando essa representação discursiva de uma mulher que não para, que tem que se provar o tempo todo e provar para os outros que tem a capacidade de trabalho. Pelo fato de o feminismo lutar pelo direito das mulheres trabalharem e terem igualdade de direitos com os homens, esse discurso se mostra como reafirmador dessa capacidade feminina de trabalho, que precisa lutar ainda por seu espaço, e mais ainda, se fazer respeitar pelos homens e pelas mulheres no mercado de trabalho.

Em 38, R3 reforça as construções discursivas em torno da mulher em cargo de gestão que se mostra tão disposta a trabalhar que nem questões de saúde a impedem. Ao afirmar que “eu estava saindo de uma gripe (...) agora eu já vim pra cá, o vício do trabalho é mais forte do que o vírus dessa gripe”, ela deixa claro que sua necessidade de trabalhar é grande, comparando-a a um vício que é mais forte do que a gripe. Deixa parecer que há um Julgamento de Normalidade, uma vez que seria um comportamento comum trabalhar mesmo estando doente. No excerto 39, também há um Julgamento de Estima Social de Normalidade quando ela afirma que o esposo entende bem o fato dela trabalhar muito, mesmo chegando às 22 horas quando necessário. Nas palavras dela, ele entende “perfeitamente bem” e “isso não é um problema, felizmente”, deixando claro o afeto e a satisfação de que o marido entende esse trabalho demasiado. Ao afirmar que para o marido não seria problema ela trabalhar muito, ela parece reproduzir o discurso patriarcal de que o normal seria o marido ver como problema essa questão, já que naturalmente seria ele quem deveria trabalhar mais. Vaz (2013) afirma que, “para quase todas elas, o desempenho da função gerencial implica maior dedicação e disponibilidade, com uma carga de trabalho maior, horários irregulares e, não raro, a extensão da jornada de trabalho para os finais de semana” (VAZ, 2013, p. 784). Como já mencionado, o ato de **trabalhar muito** é usual à rotina dessas administradoras e elas julgam essa atitude como normal, significando um Julgamento de Estima Social de Normalidade, conforme veremos nos trechos abaixo essa confirmação:

(40) R3: **muito trabalho, muita viagem, muito stress, muita..você leva pras férias**, o que você quase não tem, tirar uma semana é uma coisa enorme de você ficar ausente, leva problemas, recebe telefonemas, etc e além de tudo **viaja muito**, aí você não tem rotina, você não tem uma rotina de bem estar, de hora, alimentação adequada, nada disso, de exercício físico, essas coisas todas...

(41)VR2: foi um ano de **muito trabalho**, porque foi um ano que a gente implantou o Reuni, então eu lembro que esse ano **eu trabalhava nem sei quantas mil horas**, porque era, nós implantamos 13 cursos de graduação no mesmo ano, fui uma mudança até eu lembro, em cada conselho de ensino e pesquisa eu tinha que apresentar o curso e toda a parte pedagógica, curricular, como se fosse o curso, né, eu brinco que isso aí eu fiz, defendi todos os 13, inclusive o da Pedagogia, que eu nem ajudei acompanhar muito de perto, porque eu tava lá, mas assim **com o maior afinco acreditando que era o grande momento da universidade brasileira se expandir. Então quando eu olho assim como eu trabalhei aquele ano, foi assim, muito em função disso, né?**

(42) VR1: Se você me perguntar assim, você pegando todo ano, quais os finais de semana que você pega assim, **nesse final de semana eu vou descansar, eu acho que não acontece. Então é essa luta**, e na vice-reitoria é um varejo, eu falo que a vice-reitoria, você tá ouvindo o telefone tocando aqui, é um varejo, você não sabe o que que acontece na próxima hora, então a gente tem que estar preparada pra isso, embora seja um varejo, eu não tô nem diminuindo por ser varejo, eu falo que são tantas demandas de tantas coisas diferentes que você trata de gato a sapato num dia, então o que a gente

mais precisa ter que eu trabalho todos os dias é serenidade, nem sempre eu consigo ter mas é o que eu busco todos os dias, (metáfora luta)

(43) VR1: que eu queria pelo menos trabalhar na justificativa, **domingo eu estava sentada, voltando do hospital na quinta-feira, eu tava sentada e escrevi, reescrevi a justificativa inteira**, o projeto foi elaborado pelos outros colegas, mas eu queria dar uma olhada e ajudar na justificativa, então eu tenho essa disciplina, então assim, bem, **se chegar numa situação de trabalho que eu precisar dormir só 2 horas pra descansar, eu já fiz isso muitas vezes e faço, bem, cheguei cansada demais, vou dormir de 11 até 3 da manhã e levantar as 3, pra dar conta do que tenho que fazer, eu faço isso normal, sabem então acho que mais é disciplina (...).**

A partir do exposto acima, percebemos que há uma recorrência das marcas discursivas de Julgamento de Estima Social de Normalidade. Trabalhar muito é usual na gestão da universidade e na carreira que elas escolheram. O item lexical “muito” intensifica positivamente o volume de trabalho realizado por elas: viagens, estresse e atividades externas. Elas representam-se como gestoras extremamente dedicadas ao trabalho, sem medo de produzir e de fazer sacrifícios pelo trabalho, inclusive renunciar as férias, que seriam um momento de descanso com a família. Esse sacrifício em relação à família e ao descanso é percebido também no excerto 42, quando VR1 afirma até nos finais de semana há trabalho. Ela metaforiza isso por meio do campo semântico da luta e da disputa: há muitos desafios a serem enfrentados, inclusive com muitas demandas diferentes. Essa metáfora do sacrifício tem relação com o dispositivo amoroso (SWAIN, 2014), com o que é do feminino e é muito recorrente em vários excertos principalmente nas representações discursivas relacionadas ao religioso.

(44) VR3: **eu tenho uma capacidade extraordinária de trabalho, de fato eu trabalho muito, eu chego aqui eu trabalho, trabalho final de semana, eu trabalho muito**, então eu sou uma pessoa muito focada em trabalho, **isso dá um bom gestor**, eu acho que dá um bom gestor, aliado a essa questão da escuta, eu tenho que sentar tem hora, eu sou muito agitada às vezes também, o pessoal me chama de foguetinho, eu entro fazendo um milhão de coisas ao mesmo tempo, mas eu acho que tem hora que você tem que parar e ouvir, ouvir sua equipe, ser capaz de escutar, escutar no sentido mais amplo, inclusive críticas, olha, aqui tá, **é difícil escutar críticas, acho que isso faz um bom gestor.**

Em 44, o uso do processo relacional possessivo “ter” traz como domínio atributivo “uma capacidade extraordinária de trabalho”. A participante julga-se de maneira positiva totalmente capaz para liderar e gestar uma IFES e reforça esse fato com os processos materiais sendo repetidos: “trabalho muito”, “trabalho final de semana” e “trabalho muito”. O intensificador “muito” também transmite essa ideia de trabalhar muito já refletida nos excertos anteriores. Há ainda a utilização de mais processos relacionais atributivos, tais como “eu sou uma pessoa muito focada no trabalho” e “eu sou muito agitada”, ambas trazendo atributos como “focada no trabalho”

e “agitada”, que segundo ela trazem a imagem de um bom gestor. Além disso, há a questão de ser escuta, que ela se dá como característica; escutar tudo, ouvir a equipe, inclusive com um julgamento de que é difícil ouvir críticas, mas reafirmando que isso caracteriza ser um bom gestor. Essa necessidade latente de se afirmar um bom gestor por meio dos atributos reforça sobremaneira a representação discursiva de que a mulher precisa apresentar certos atributos que a capacitem para ser uma gestora competente já que, mesmo com os avanços do feminismo, ela precisa se mostrar competente para ser respeitada. Aqui, ao contrário de excertos anteriores, ela não utiliza o léxico “líder”, mas sim se constrói como um bom “gestor”, deixando clara a percepção de quais atributos são essenciais para um gestor com capacidade como ela se julga.

- **Estratégia 2**

Um bom gestor, para as entrevistadas, portanto, alia muito trabalho ao gostar de realizar esse trabalho e trabalhar sem limites, final de semana, férias, sem horários fixos, abrindo mão de horas de sono e de cuidados com a saúde. É a lógica mercadológica de que é preciso trabalhar muitas horas para que haja um bom resultado. Essa representação da mulher gestora choca-se com aquela da mulher do âmbito privado, que teria que se dedicar à casa e à família, igualando-se antes com as performances do masculino. Abaixo há ainda essa reflexão sobre a comparação com o homem, com a representação discursiva de que ela precisa se esforçar mais que ele, uma vez que de certa forma tem uma desvantagem histórica em sua relação, pois as mulheres começaram a estudar e trabalhar tardiamente. Vejamos:

(45) R3: (...)mas acho que a gente sabe muito bem, né, **então eu acho que a gente tem que fazer talvez o dobro de esforço, a nossa fala tem que ser muito mais articulada**, para que você seja ouvida e respeitada se você compara uma posição de um homem e de uma mulher, eu vejo que tem isso(...)

(46) ER1:Então, é a minha quer dizer, se você pensa que eu sou a única mulher que tenha disputado, não só que fui eleita, que disputei, eu acho que essa trajetória aí ela é fundamental. Porque se você disser, não, mesmo considerando que **você tem na universidade mais docentes mulheres do que homens, mas é uma posição, é um lugar, então você só se desloca pra isso, você sofreu algum preconceito? Não, só que eu tive que fazer uma trajetória muito mais difícil**. Eu me elegi reitora na terceira vez. Certo? Então isso é que eu acho que é a marca da luta de gênero, não é uma pessoa assim, ah, mas você foi discriminada, não, eu não fui discriminada por ser mulher, eu fui, **eu tive que enfrentar dificuldades que homens não enfrentam, esse que é o problema**. Tá certo? E é aquela velha coisa, **você tem que se destacar muito mais pra você ter o seu reconhecimento**.

P: tem que provar que você é boa mesmo.

ER1: **Tem que provar que você é boa.** Então é isso, eu acho que essa é uma **cicatriz que é definidora dessa identidade.** Claro também que isso também me causa uma liderança muito mais forte do que muitos outros, do que (incompreensível) Mas de todo modo é uma trajetória muito singular.

(47) VR3: Agora por outro lado, **como eu sou uma pessoa que trabalho, trabalho bem e faço as coisas muito bem feitas, você acaba ganhando respeito com relação a isso.** Mas sempre, e é uma coisa muito triste eu falar isso, por que que é triste, **porque pressupõe que pra uma mulher ser bem-sucedida no seu trabalho ela tem que ser muito boa. Ela tem que ser muito melhor do que um homem que estaria no mesmo lugar.** Um homem poderia passar por ser um vice-reitor medíocre. Eu não posso fazer isso porque eu não teria nem autoridade se isso acontecesse. **Eu sou respeitada porque eu faço as coisas muito bem feitas.**

(48) VR2: e eu falo mesmo, **meu sacrifício foi muito maior do que o deles.** Muito maior, uma porque você é mulher e outra porque você não é da área.. entendeu, então nessa hora você tem que conversar, falei gente, eu fugi a vida toda das matemáticas, tem que conversar com propriedade

Nos quatro trechos acima, percebemos a afirmação de que as entrevistadas ou as mulheres tiveram que fazer mais esforço que os homens para chegarem onde chegaram, ou que é preciso ser ou provar que é muito boa para estar onde estão. Essa afirmação vai ao encontro do dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), de que a mulher tem desvantagens em relação ao homem, o que é inclusive reafirmado por elas quando declaram que:

- “a gente tem que fazer talvez o **dobro de esforço**” (45);
- “eu tive que **enfrentar dificuldades** que os homens não enfrentam” (46);
- “você tem que se **destacar muito mais** pra você ter o seu reconhecimento” (46),
- “porque pressupõe que pra uma mulher ser bem-sucedida no seu trabalho **ela tem que ser muito boa. Ela tem que ser muito melhor** do que um homem que estaria no mesmo lugar” (47);
- “eu sou respeitada porque **eu faço as coisas muito bem feitas**” (47) e
- “meu sacrifício foi **muito maior do que o deles**” (48).

Todos os excertos acima trazem a metáfora do sacrifício na trajetória delas, já que nas representações discursivas “fazer o dobro de esforço”, “se destacar mais”, “fazer as coisas muito bem feitas”, mesmo quando elas negam essa representação discursiva de que tenham sofrido algo pelo fato de serem mulheres, mas relatam as ações realizadas por elas justamente para não sofrer.

A modulação de obrigação está presente em vários excertos, tais quais, o 45 (a gente tem) e o 47 (você tem que se destacar/ ela tem que ser muito boa/ ela tem que ser

muito melhor). Isso mostra-nos que é necessário e é obrigatório que a mulher se esforce mais, seja boa naquilo, seja melhor que o homem para que ela consiga alcançar o que almeja ou mesmo um reconhecimento dos pares. Vale destacar que há intensificadores também, “muito mais”, “muito boa”, “muito melhor”, “muito maior” e “muito bem feitas”. A mulher não pode ser meio termo, ela tem que apresentar um diferencial para sobressair-se em meio a seus pares ou mesmo em meio a outras mulheres. Essa representação da mulher muito boa, beirando a perfeição, perpassa pela ideia já latente e analisada neste trabalho de que a mulher deve ser multitarefas e cumprir vários papéis para ser vista como competente, seja na vida profissional, seja na pessoal.

O dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) de que a mulher tem uma desvantagem em relação ao homem é reforçado na análise anterior e os dados revelam, por meio das falas das entrevistadas, que elas mostram-se como prejudicadas por seu gênero e pelo fato de terem que provar a todo o momento que têm capacidade e qualidade para competir de igual para igual com os homens. Sobre o assunto, Moraes (2008) afirma que “(...) as mulheres deixam de chegar ao poder não somente devido à sua condição histórica, mas também porque esta imprimiu barreiras praticamente intransponíveis para a mulher. O trabalho gerencial é visto como um trabalho masculino, assim como muitos outros” (MORAES, 2008, p. 32).

- **Estratégia 3**

(49) ER1: Bom, a questão de ser mulher, primeiro lugar, você está **fora do seu lugar**, é uma presença inesperada,

(50) ER1: **das dificuldades, por exemplo, de uma mulher participar por exemplo de uma conversa multigênero, porque você tem muita dificuldade de tomar a palavra, você tem muita dificuldade de interromper, e você frequentemente é interrompida.** Isso eu posso falar (incompreensível), ministra, (incompreensível) tomou a palavra alguém faz uma brincadeira, claro que isso é totalmente inconsciente, **mas é porque você está fora do seu lugar. Porque a mulher não é ouvida, mulher é para ouvir**, então essas são observações que não são originais minhas mas que obviamente são confirmadas pela prática todos os dias, claro **você sendo reitora, você é ouvida porque está num lugar de poder.**

(51) VR3: **Claro que o cargo ajuda um pouco.** Eu acho que uma pessoa, por exemplo, no cargo de vice-reitora que só tem o reitor acima, **te dá uma certa autoridade pra você falar**, eu acredito que se fosse no nível de pró-reitores, todos iguais, talvez houvesse alguma diferença. **Como eu sou autoridade, eu posso numa reunião quando alguém tomar meu turno, virar e falar assim, olha só que eu não acabei.**

(52) ER1: então de alguma forma numa assembleia isso não é barreira, não é uma conversa, é uma fala programada, numa disputa, numa fala assim você (incompreensível) **..agora numa conversa multigênero é muito difícil, a não ser que você seja reitora, ou pró-reitora, certo?**

P: então por estar nesse lugar de poder como reitora então, você acha que pelos pares não tem problema.

R: não, entre os pares nunca tive problema, e nem na gestão da universidade nunca tive problema. **Porque eu to num lugar de poder, ué, eu tava num lugar de poder**, então não to dizendo, há áreas na universidade que são mais masculinas, tinha muita dificuldade, Direito, agora ta mais feminilizada agora, mas a universidade de todo modo (incompreensível)...**porque é um lugar onde as mulheres se sentem confortáveis e elas podem disputar o poder de forma mais equânime.**

(53) ER1: então, de todo modo, **autoridade, autoridade é uma condição mesmo política, você tem que ter autoridade política**, tem que ter autoridade política e no meu caso acho que uma coisa que me ajudou sempre foi ter autoridade acadêmica, porque eu falava com os pesquisadores assim, certo, porque se você não tiver eles montam em você, facilmente,

A representação discursiva do poder e de um lugar de poder que possa pertencer a homens ou mulheres separadamente fica evidente nos fragmentos acima. De acordo com o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), esse lugar de poder deveria pertencer ao homem, uma vez que é ele o provedor, tanto financeiramente quanto em relação às ordens da casa. Era o homem quem dava sempre a última palavra, e a mulher era aquela submissa, que obedecia suas ordens, assim como seus filhos. Nas passagens, percebemos essa reafirmação, mas como uma tentativa de esta premissa patriarcal ser derrubada, uma vez que são outros tempos e há outras relações de poder.

Em 49, assim como em outros excertos, temos a afirmação da entrevistada confirmando o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014). Ela aponta, em sua fala, que o lugar de poder, no caso a reitoria de uma universidade, não da mulher, ele sempre pertenceu ao homem. Vejamos:

- (49) “a questão de ser mulher, primeiro lugar, você está fora de seu lugar”;
- (50) “das dificuldades, por exemplo, de uma mulher participar por exemplo de uma conversação multigênero, porque você tem muita dificuldade de tomar a palavra, você tem muita dificuldade de interromper, e você frequentemente é interrompida”, ou ainda
- (50) “mas é porque você está fora do seu lugar. Porque a mulher não é ouvida, mulher é para ouvir”.

A mulher neste primeiro trecho mostra-se em compasso com o que afirma o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), de que ela está fora de seu lugar de poder. Dessa maneira, ela tem (processo relacional) dificuldade de falar e de interromper, mas como paciente do termo é interrompida (sempre alguém realiza a ação de interrompê-la,

ou ela sofre a ação de ser interrompida frequentemente – modalização de frequência). Afirma, portanto, que ela está fora de seu lugar, ou seja, aquele é ainda do homem, além dos processos mentais ouvir, em que a “mulher é para ouvir”. Nesse mesmo excerto ela reafirma a questão do (seu) lugar de poder, ao dizer que “claro você sendo reitora, você é ouvida porque está num lugar de poder.”. Tanto neste trecho quanto nos seguintes, há a afirmação de que a mulher é ouvida, ou ela tem respeito por estar ocupando aquele cargo de reitora em que ela tem autoridade.

Essa representação discursiva de que a autoridade da reitora é prejudicada por ser considerado que ela está fora do seu lugar, remete-nos as teorias sobre poder de Foucault (2009) já que seriam “(...) o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 2009, s/p). No caso específico do excerto 50, esse poder não pode ser exercido por ela nem por meio da linguagem, ele ocorrerá apenas por ela estar ocupando o cargo de gestão, que lhe confere autoridade e “tipos de discurso de prestígio e posições poderosas de assuntos aumenta o status e a autoridade publicamente reconhecidos” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 64).

Segundo Bourdieu isso seria uma espécie de garantia do sujeito já que o título, ou no nosso caso o cargo, seria “(...) um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (BOURDIEU, 1989, p. 148). O autor afirma ainda que “compreende-se que uma das formas elementares de poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação” (BOURDIEU, 1989, p. 142). A nomeação, conforme já trazido, faz com que a reitora seja então detentora de um poder já que “(...) a nomeação oficial, (...) vale em todos os mercados e que, enquanto definição oficial da identidade oficial, subtrai os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal” (BOURDIEU, 1989, p. 147).

Os trechos abaixo reforçam essa tese de que é o cargo que dá a autoridade à mulher, como em

- (51): “Claro que o cargo ajuda um pouco”, “te dá uma certa autoridade para falar”, “Como eu sou autoridade, eu posso numa reunião quando alguém tomar meu turno, virar e falar assim, olha só que eu não acabei”;
- (52): “agora numa conversa multigênero é muito difícil, a não ser que você seja reitora, ou pró-reitora, certo?”, “Porque eu to num lugar de poder, ué, eu tava num lugar de poder,”, “porque é um lugar onde as mulheres se sentem confortáveis e elas podem disputar o poder de forma mais equânime” e
- (53): “autoridade, autoridade é uma condição mesmo política, você tem que ter autoridade política”.

O léxico “autoridade” mostra-se presente em vários desses excertos, aparecendo junto com o processo relacional “sou”, em “eu sou autoridade” (51). Em 53, “autoridade é uma condição mesmo política, você tem que ter autoridade política”, mostra-se como uma modulação de prontidão “tem que ter”, em que a entrevistada deixa claro que essa condição de ter autoridade é que faz toda a diferença em relação a conseguir ser respeitada por seus pares. Esse lugar de poder é utilizado a todo momento como algo que não pertence a elas, mas que lhes é dado quando estão em cargos que permitem exercer uma autoridade maior, como o de reitora e vice-reitora. Essa autoridade é trazida por Van Leeuwen (2008) e é assegurado através da autoridade pessoal, em que a pessoa alcança o poder e o legitima por meio de seu *status*, ou mesmo por regra de uma instituição particular, no caso a universidade que a reconhece como reitora.

- **Estratégia 4**

Para reforçar sua representação de pesquisadora, as entrevistadas utilizam-se de instituições ou mesmo de uma posição de prestígio dentro da vida acadêmica, que é ser bolsista de produtividade do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, anteriormente significando Conselho Nacional de Pesquisa, por isso foi mantida a sigla). Segundo o próprio site, “o CNPq concede bolsas para a formação de recursos humanos no campo da pesquisa científica e tecnológica, em universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional, tanto no Brasil

como no exterior” (CNPQ, 2018)⁷⁸. Ainda segundo o órgão, as exigências para tornar-se pesquisador são as seguintes:

1.3. Requisitos e Critérios para Concessão 1.3.1. O pesquisador deverá: a) possuir o título de doutor ou perfil científico equivalente; b) ser brasileiro ou estrangeiro com situação regular no País; c) dedicar-se às atividades constantes de seu pedido de bolsa, e d) poderá ser aposentado, desde que mantenha atividades acadêmico-científicas oficialmente vinculadas a instituições de pesquisa e ensino.⁷⁹

Além disso, há classificações e níveis que são inclusive citados pelas entrevistadas:

1.4. Requisitos e Critérios Mínimos para Enquadramento e Classificação

1.4.1. Por categoria - Pesquisador 1: 8 (oito) anos, no mínimo, de doutorado por ocasião da implementação da bolsa; - Pesquisador 2: 3 (três) anos, no mínimo, de doutorado por ocasião da implementação da bolsa.

1.4.2. Por nível - Para a categoria 1, o pesquisador será enquadrado em quatro diferentes níveis (A, B, C ou D), com base comparativa entre os seus pares e nos dados dos últimos 10 (dez) anos, entre eles o que demonstre capacidade de formação contínua de recursos humanos. A diferenciação entre os níveis A, B, C e D é baseada nos critérios relacionados no item 1.3.4, que deverão ter peso maior, e em outros que cada CA julgar importantes para a área de pesquisa, devendo no todo privilegiar a qualidade e o conjunto da obra do pesquisador. Espera-se ainda que esses pesquisadores tenham gradual inserção nacional e internacional, por meio de palestras e assessorias ad hoc a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, bem como envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou em plenárias de congressos. Para os níveis C e B, além de uma crescente contribuição à formação de recursos humanos e à produção de ciência e tecnologia, será avaliada a contribuição na organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação de sua instituição. Destes pesquisadores, espera-se que participem de forma significativa em atividades de pesquisa em suas instituições e, no caso dos pesquisadores B, em órgãos de fomento à pesquisa. O nível A é reservado a candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados. O perfil deste nível de pesquisador deve, na maior parte dos casos, extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco. - Para a categoria 2, em que não há especificação de nível, será avaliada a

⁷⁸Disponível < <http://cnpq.br/apresentacao-bolsas-e-auxilios/> > Acesso em 29 jan. 2018.

⁷⁹ Disponível < <http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a> > Acesso em 29 jan. 2018.

produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 5 (cinco) anos.⁸⁰

Nos fragmentos que serão apresentados abaixo, algumas participantes identificam-se como “pesquisadora 1 do CNPq” e “pesquisadora 1A”, as demais representam-se somente como pesquisadoras. A qualificação quanto ao nível as coloca como intelectuais de prestígio no contexto acadêmico brasileiro com legitimidade e poder na área de pesquisa em que atuam, além de essa construção discursivo-acadêmico empoderar e legitimar as entrevistadas. Aqui, os excertos conversam com a teoria de Bourdieu sobre capital simbólico e distinção definida como “(...) a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura(...)” (BOURDIEU, 1989, p. 144). Ainda segundo o autor, “o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas” (BOURDIEU, 1989, p. 145).

Dessa forma, no caso de nosso trabalho, tanto o título de doutora quanto o cargo de mais alto escalão da universidade, o de reitora, são títulos ou cargos raros e, por esse motivo, muito valorizados em seus meios. À vista disso, podemos considerar que a legitimação de poder das reitoras é dotada de um capital simbólico relevante, já que elas possuem títulos raros e atributos que as legitimam como dirigentes. Diante disso, os seus discurso tornam-se um discurso de autoridade, legitimado pelo cargo que elas ocupam e pela distinção de conhecimento que elas possuem: doutorado, professora universitária, pesquisadora 1A do CNPq, reitora eleita pelos pares e pela instituição por meio de eleição direta etc. Vejamos:

(54) ER1: Aí em 90, eu já era doutora, eu tinha acertado a minha vida comigo mesmo, **fiz uma tese muito boa**, naquela época, com redes categoriais, trabalhando com gramática, aí voltei, **comecei a me dedicar à carreira acadêmica, me tornei bolsista de produtividade do CNPQ**

(55) VR1: isso tudo me leva a ter uma disciplina muito grande, então por exemplo, **eu sou pesquisadora 1 do CNPQ**, então vem aquele mundo de pareceres pra emissão, **eu não deixo de emitir nenhum**, desse último aqui

⁸⁰Disponível < <http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a> > Acesso em 29 jan. 2018.

do universal, eu fiz avaliação de 6, o CNPQ fica me mandando um atrás do outro

(56) VR3: Eu não posso dizer, nossa, eu sonhei em ser vice-reitora, ah, eu sonhei em ser diretora, não, eu nunca quis isso pra mim, porque nunca foi objetivo, **eu digo que eu sou pesquisadora, pesquisadora de CNPQ, tenho uma carreira de pesquisadora já consolidada**, eu gosto muito de dar aula, eu adoro orientar, eu gosto muito dessa parte, **muito mais do que a parte da gestão...**

(57)VR5: pra que eu voltasse e implantasse os meus projetos de pesquisa, submetesse os meus projetos de pesquisa pras agências de fomento, **hoje eu tenho um projeto numa agência de fomento da Fapemig, eu tenho da Capes, eu tenho Cnpq**, então assim, isso tudo me abriu, **eu vim, consegui implantar isso** dentro da área de controle, de fármacos e medicamentos, e é uma raizinha que tá aqui que eu não consigo deixar

(58) ER4: **Fui pesquisadora do CNPQ, fiz a carreira completa**, terminei no último prazo eu era pesquisadora 1A, então fui subindo, né, 2B, 2A,1C, 1B, 1A, de acordo com a produção.

Ao representarem-se como pesquisadoras bolsistas de produtividade do CNPq, as entrevistadas utilizam-se de processos relacionais identificacionais e de posse, tais como nos trechos: “**me tornei** bolsista de produtividade do CNPQ” (54); “**eu sou** pesquisadora 1 do CNPQ” (55); “eu digo que **eu sou** pesquisadora, pesquisadora de CNPq” (56); “hoje **eu tenho** um projeto numa agência de fomento da Fapemig, eu tenho da Capes, eu tenho CNPq” (57) e “**Fui** pesquisadora do CNPq” (58). O uso desse tipo de processo tem importância porque, ao se definirem assim, elas automaticamente empoderam-se e legitimam-se diante da comunidade acadêmica. Quando VR5 afirma que “tenho um projeto (...)” reforça a construção de sua identidade de pesquisadora, pois quanto mais reconhecida pelos pares, mais prestígio ela tem e mais relevante torna-se sua pesquisa. Ou seja: ter uma proposta aprovada pelo Órgão que chancela a pesquisa no Brasil demonstra a competência e habilidade da pesquisadora, diferente da construção afetiva e de sacerdócio apresentada no trecho anterior, quando há a construção discursiva da afetização, relacionada com dom e sacerdócio.

Quando as entrevistadas aqui ressaltam, livremente, (uma vez que não foi perguntado nada em relação a órgãos de fomento de pesquisa nem se eram pesquisadoras ligadas a algum órgão) que fazem parte de um rol de pesquisadores renomados, colocam-se como profissionais legitimadas e afastam-se do discurso do dom e da afetização da docência. Aqui, elas identificam-se como realmente esperávamos que elas o iriam fazer, como mulheres profissionais, que inclusive são referência em suas áreas de pesquisa, já que elas precisam cumprir metas para fazer

parte desse grupo seletivo de pesquisadores do CNPq. O discurso produzido aqui vai realmente ao encontro do discurso profissional do cientista, utilizando léxicos como “eu consegui, implantar, carreira completa, carreira consolidada” que reforçam sobremaneira o papel profissional desempenhado por elas como pesquisadoras.

Em seguida, analisaremos os tópicos que se relacionam com a legitimação ligada ao fato de ser mulher gestora, englobando os obstáculos para exercer o cargo bem como de quem é o poder exercido quando as gestoras deparam-se com essas dificuldades.

9.2 – Legitimação e Ser mulher gestora

Neste tópico, as representações discursivas de legitimação pautar-se-ão, em especial, nas dificuldades e nos obstáculos encontrados pelas mulheres gestoras em exercer seu cargo. Esses obstáculos, entendidos como manifestações do chamado “teto de vidro” (STEIL, 1997), demonstram que, apesar do enorme avanço das conquistas femininas já trazidas nesta tese, as dificuldades estão mais presentes do que imaginamos. Citamos como exemplo dessas dificuldades: sua área de atuação; o fato de ser mulher; sua aparência física e o fato de elas serem pioneiras em seus cargos. Isso denota sobremaneira como esses percalços sempre existiram, já que somente agora elas conseguiram chegar aos cargos de alto escalão das universidades. Há muito tempo, “as mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes dos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles” (FOUCAULT, 1979, p. 46). Esse poder ainda é exercido nos dias de hoje mais fortemente pelos homens, mesmo com todos os avanços e as lutas do movimento feminista. Temos, nesta seção, o predomínio da Identidade Mulher. Aqui, as análises de pautarão em três grupos:

OBSTÁCULOS (“TETO DE VIDRO”)	De quem é o poder ou onde ele está?	Identidade
Ser da área de Humanas e ser mulher	Dos homens, mais velhos e da área não de Humanas	MULHER
Ser mulher bonita e ter atitudes femininas	Na atitude masculina	
Ser a primeira mulher a assumir o cargo	Dos homens	

Quadro 20: obstáculos da mulher gestora

Presentes nas representações discursivas nos relatos abaixo, esses obstáculos ocorrem ainda pelo fato de que não depende somente das mulheres exercerem seus cargos, mas também da “(...) regulação de seus pares masculinos que quebram o processo de acoplagem de autonomia e impedem a realização do empoderamento por completo” (CAMPOS; SILVA; MIRANDA; CAPELLE, 2017, p. 103). Assim, mesmo elas ocupando os cargos de alto escalão, elas enfrentam resistência de pessoas que são, em sua maioria, do sexo masculino, sendo eles seus subordinados ou não.

Importante retomar o conceito de teto de vidro, que seria uma barreira ou os obstáculos que impossibilitam as mulheres de chegarem aos cargos mais altos de grandes empresas, apenas por sua condição de ser mulher (STEIL, 1997). A presença desses empecilhos mostra que ainda há resistência, tanto dos homens quanto dos chefes, à ascensão das mulheres. Isso será mostrado não só no primeiro grupo de excertos abaixo, quando o obstáculo para a mulher chegar à reitoria seria ser jovem e da área de Humanas, veremos também nos grupos de excertos analisados adiante, em que o obstáculo percebido será a aparência física, as atitudes femininas e novamente o fato de ser mulher.

- **Obstáculo 1**

Vejamos os excertos a seguir:

(59) ER4: Foi até muito interessante, mas então houve essas coisas, como houve também quando eu fui pró-reitora, de pós-graduação, o XXX(nome do professor) me indicou, e o pessoal do ICB foi em comitiva, os prima-donas do ICB, os Phdeuses, que depois passaram a gostar muito de mim, mas eles foram e perguntaram ao XXX(nome do professor) **onde que ele estava com a cabeça de indicar esta moça das Letras. Duplo preconceito.** Quando o XXX(nome do professor) me contou, eu falei, deixa comigo. (...).

(60) VR3: Não tenho a menor dúvida. Hoje eu tive um episódio. o reitor teve que intervir e ligar pra pessoa. Por ser pessoa mais velha, pessoa que é da nossa idade acho que eles lidam melhor com isso. Um pouco melhor. Tem 2 coisas que atrapalham, isso eu vejo nessa posição aqui agora (...). Dizem que eu pareço mais nova do que te fato eu sou. Não sou tão jovem assim mais. Isso atrapalha um pouco. **Você ser talvez, parecer jovem, você ser das Humanas, isso atrapalha um pouco.** Então por exemplo, uma vez estávamos numa reunião aí, um pró-reitor vira e fala assim sobre... **é meio difícil entender esse quadro, é meio difícil mas eu vou explicar. Eu peguei e falei assim: pode explicar que eu entendo.** Aí todo mundo começou a rir da cena. Pode explicar que eu entendo. **Partindo do pressuposto de que eu não consigo acompanhar por ser mulher ou por não ser da área.** Então tem essas 2 questões que às vezes atrapalham sim e quando a pessoa é mais velha, ela se sente muito na autoridade. Hoje mesmo eu falei com o reitor: passou por cima de mim, aí o reitor pega o telefone e dá uma bronca. É a vice-reitora que tá falando, então esse tipo de... **ou então você dá um comentário e ele é desconsiderado por você ser mulher ou por você ser da área de Letras, acho que essas coisas andam muito juntas.** Então o comentário é desconsiderado.

(61) ER2: você quer saber, **eu acho que eu tive muito mais resistência na minha eleição em alguns grupos pelo fato de ser da área de educação do que ser mulher,** muito mais por eu ter um forte currículo acadêmico e ser mais uma pessoa de administração do que pelo fato de ser mulher, porque eram duas coisas desconhecidas da universidade, nunca ninguém, imagina, alguém da Pedagogia que é o curso mais lascarado que tem na universidade, imagina se essa área vai fazer uma mulher, fazer uma mulher reitora, **entendeu, essa sequência de coisas, quer dizer, o fato de ser mulher, de ser da área de educação, e de não ter um currículo acadêmico forte, ser mais uma pessoa da vertente de gestão do que de acadêmico, que isso é complicado pra universidade mesmo, não é,** por isso que o Evandro chegar junto foi importante, porque ele é da academia, hoje, de ciências e um brilhante professor acadêmico, então isso ele resolveu com a presença dele, mas o fato de eu ser da área de educação e o fato de ser mulher só somou porque o problema maior era ser uma pessoa da área de educação e pouco acadêmica, sabe, isso eram duas coisas, pra mim, eram mais pesadas do que a condição de mulher, o fato de ser mulher. A universidade é mais racional do que outras organizações, (...).

(62) ER2: Aí, bem, os problemas que eu tive, as resistências, as estranhezas que eu possa ter, algum espanto que eu possa ter produzido **eles tem mais a ver com essa minha história como eu te falei de ser uma pessoa que vem da área de educação,** né, pela diferença, é pouca produção acadêmica, mesmo, mais isso do que o fato de ter sido uma mulher, isso não era muito importante não.

Nos fragmentos acima, percebemos em especial das reitoras da área de Humanas (Letras e Educação), histórias de preconceito pela área que atuam e algumas vezes também por ser mulher. É sabido que em muitas instituições valoriza-se uma área em detrimento de outra, porém a explicitação disso por meio de pesquisadores, como relatado pelas entrevistadas, é que nos mostra o quanto as construções discursivas hegemônicas ainda são marcantes e marcadas em seus discursos. Há, então, uma “naturalização” do machismo, que “é uma forma específica de avaliação moral, uma forma que de fato nega a moralidade e substitui as ordens morais e culturais pela

"ordem natural"⁸¹" (VAN LEEUWEN, 2008, p. 111). Dessa forma, é natural que as mulheres, jovens e da área de Humanas, sejam consideradas não capazes de gestarem as universidades pois, de acordo com o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), elas pertenceriam ainda à esfera privada e ao lar.

Essa construção discursiva hegemônica que elucida o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) é percebida em

- (59) “moça das Letras” e
- (60) “Você ser talvez, parecer jovem, você ser das Humanas, isso atrapalha um pouco.”

Nos dois excertos acima há a representação discursiva de que ser jovem e da área de Humanas, segundo o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), seriam desvantajosas para exercer qualquer função administrativa. No trecho 60, a participante buscou inclusive ser sutil em sua afirmação, utilizando uma modulação de probabilidade, o “talvez”. Mas ela reafirma essa dificuldade quando relata os ocorridos e mais ainda, quando faz um comentário: “ou então você dá um comentário e ele é desconsiderado **por você ser mulher ou por você ser da área de Letras**, acho que essas coisas andam muito juntas.”. Dessa maneira, ela deixa claro o motivo pelo qual o comentário é desconsiderado. Esse obstáculo (teto de vidro) continua a aparecer também relacionado à área de Educação, vejamos:

- (61) “entendeu, essa sequência de coisas, quer dizer, o fato de **ser mulher**, de **ser da área de educação**, e de não ter um currículo acadêmico forte, ser mais uma pessoa da vertente de gestão do que de acadêmico, que **isso é complicado** pra universidade mesmo, não é” e
- (62) **eles têm mais a ver com essa minha história como eu te falei de ser uma pessoa que vem da área de educação.**

As ocorrências que indicam esse maior preconceito por área de conhecimento em relação a gênero, assinalam algo que está arraigado no dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) e que tem relação com as ditas características femininas e masculinas. Como já constatado, é sabido que, por muito tempo, algumas características

⁸¹ “(...) is a specific form of moral evaluation, a form which in fact denies morality and replaces moral and cultural orders with the 'natural order” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 111).

relacionadas à razão eram destinadas ao masculino e as ligadas à emoção ao feminino (BOURDIEU, 2002, PERROT, 2007). Diante disso, acreditamos que essa dicotomia aparece também no que diz respeito às áreas de conhecimento em instituições, uma vez que é percebido que as áreas relacionadas à razão, tais como Engenharia e cálculo, tem mais prestígio que áreas mais relacionadas às ciências humanas, tais como Letras e Educação.

- **Obstáculo 2**

Mais obstáculos para as mulheres exercerem seus cargos de prestígio em universidades, como a aparência física e as atitudes consideradas femininas, são retratados a seguir:

(63) VR3: Eu tô lembrando, eu tive um episódio, é, a gente tava dando uma recepção pra vários reitores, eu recebendo, e fui passar em cada mesa, perguntando como estava.. **eu cheguei numa mesa só de reitores homens e eu perguntei, tudo bem aí, está faltando alguma coisa? Um deles fez uma brincadeira, sim, está faltando você aqui, uma presença feminina, me deu uma cantada na frente de todo mundo, e eu respondi a minha posição de anfitriã aqui reitor, não me permite dar a resposta que o senhor mereceria...** e depois ele veio pedir desculpa, então esse tipo de atitude e muitas cantadas, eu era, 10 anos atrás eu era jovem, né? E isso, **eu recebia muito, esse tipo, como se isso fosse elogio, ah, ao você elogiar**, não é que eu tô falando que você não pode ser elogiada, mas num lugar de trabalho, em que você é elogiada pela sua beleza, **isso é uma forma de te desqualificar...**

Nas representações discursivas acima e abaixo, que ocorrem com a gestora que dispõe de poder pelo cargo que ocupa, ela sofre coerções pelo fato de ser mulher. O excerto 63 é significativo porque não se trata apenas da descrição de um episódio, mas de um manifesto contrário a um tipo de comportamento discursivo e iterado de homens em cargo de poder em relação às mulheres gestoras (ou mesmo políticas; mulheres em cargos de poder). A questão da beleza, neste caso, prejudicou o profissionalismo dela, já que o colega de trabalho que deveria vê-la como uma profissional, que estava ali exercendo seu trabalho, deu uma “cantada” na autoridade que ela representava na frente de todos os outros homens. A entrevistada analisa o comportamento com expressões negativas, como “um problema” e como era “muito difícil lidar com esse tipo de coisa”. Essas falas demonstram que as mulheres ainda são valorizadas, por alguns homens e em situações profissionais, apenas pela aparência física ou mesmo de companhia, o que reafirma a imagem da mulher como objeto e não como profissional que trabalha da mesma maneira que os homens.

Pelo fato de ainda serem fortes as representações discursivas de que a mulher que é bonita não pode ser inteligente, ou mesmo competente, dentre outras inferências do dispositivo do patriarcado, há o reforço dessas construções discursivas hegemônicas tais como trazidas por Bourdieu (2002). Para o autor “o brilho, que acaba sendo visto como capricho sem justificativa ou exibição imediatamente qualificada de histérica; a sedução que, na medida em que se baseia em uma forma de reconhecimento da dominação, vem reforçar a relação estabelecida de dominação simbólica” (BOURDIEU, 2002, p. 74). Essa afirmação é confirmada no excerto 63, quando a imagem da entrevistada, por ser jovem e bonita, é considerada como motivo para ser elogiada. Ela estava em seu ambiente de trabalho, onde deveria imperar sua capacidade profissional, mas depara-se mais uma vez com o dispositivo do patriarcado, as relações de poder existentes e a luta constante das mulheres em se fazer valorizar por sua capacidade técnica e profissional e não por qualquer outro motivo.

A representação discursiva de que a mulher em cargos de alto escalão precisa, em alguns momentos, apresentar atitudes masculinas é recorrente, visto que foi preciso essa atitude para que sua autoridade fosse respeitada. Vejamos:

(64) VR3: Tenho. O tempo todo. Teve um dia que eu tive que bater na mesa aqui. Estive com dois reitores, dois pró-reitores, dois, que começaram a brigar e falar alto um com o outro na minha frente, eu dei um tapa na mesa. **Eu dei um tapa na mesa e falei, aqui na minha frente não. Aqui eu sou autoridade, se vocês quiserem brigar vocês vão discutir lá fora, aqui eu exijo respeito comigo.** Bati na mesa. **Agora, eu não acho que isso deva ser considerada como atitude feminina ou masculina, não gosto disso, eu não gosto dessa divisão. Ah, porque o homem é assim, mulher é assim...**

Ao utilizar o processo relacional intensivo identificativo “sou”, em “eu sou autoridade”, ela afirma sua identidade de autoridade por estar no cargo. Já ao afirmar “eu exijo respeito comigo”, ela reforça ainda mais sua posição perante a qual os envolvidos não podem se comportar da maneira como fizeram. Reitera ainda que não aceita a divisão entre masculino e feminino, pois não acha que essa atitude possa ser considerada feminina ou masculina (dispositivo do patriarcado). Utiliza o processo mental “gostar” para afirmar que: “eu não gosto disso, eu não gosto dessa divisão”, fazendo uma avaliação de que essa divisão que ainda insiste em existir entre feminino e masculino não está presente em seu discurso, pois o respeito deve ocorrer pela autoridade, não por ser homem ou mulher.

Mais uma vez reforçando as construções discursivas hegemônicas de que o homem é mais respeitado que a mulher, por alguns momentos a atitude ou o estilo masculino é necessário. Sobre isso, Osternam e Fontana (2010) escrevem que “(...) com certeza ouvimos com mais atenção alguém que expressa opiniões de modo forte e vigoroso, e é muito menos provável que um falante incapaz – por quaisquer razões – de ser vigoroso ao emitir seu ponto de vista seja levado a sério” (OSTERNAM, FONTANA, 2010, p. 21). Essa dicotomia está presente também na afirmação de Bourdieu (2002):

quando elas participam de um debate público, elas têm que lutar, permanentemente, para ter acesso à palavra e para manter a atenção, e a diminuição que elas sofrem é ainda mais implacável por não se inspirar em má vontade explícita e se exercer com a inocência total da inconsciência: cortam-lhes a palavra, orientam, com a maior boa-fé, a um homem uma resposta inteligente que elas acabam de fazer (como se, enquanto tal, ela não pudesse, por definição, vir de uma mulher) (BOURDIEU, 2002, p. 74).

O poder, portanto, nesse caso acima, está na ação masculina, mais uma vez reforçada pelo dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), assim como nos excertos abaixo, cujas representações discursivas também referem-se ao poder dos homens, com o obstáculo sendo novamente o fato de ser mulher.

- **Obstáculo 3**

Vejamos:

(65) ER2: nesse período nós criamos a Associação Andifes, que é a Associação dos Reitores federais e **eu me tornei presidente, a primeira presidente dessa associação de reitores, então eu era a única mulher** e presidia uma associação que só tinha homens, então foi esse o quadro.

(66) R2:E até por isso sempre dirigiam a instituição homens e médicos. **Então a minha candidatura foi, né, pela primeira vez, um profissional não médico e não homem** e nós tivemos êxito no pleito felizmente e estamos aí com o desafio de gerir essa instituição, em momentos tão difíceis como esse que nós estamos passando, né, então resumidamente foi um pouco assim a história.

(67) VR2: tem muitos desafios, ainda mais na nossa instituição, **por ter sido a primeira mulher, por ter sido a primeira mulher das humanidades.** (...)

Nas passagens acima, percebemos que as próprias participantes colocam-se como pioneiras em seus cargos e suas atribuições. Demonstrem o quanto alçar cargos de renome ainda é difícil, mesmo em instituições de ensino superior, ou na educação, que de certa forma foi o primeiro local que as mulheres tiveram oportunidade de mostrar sua força de trabalho, quando da sua entrada no mercado de trabalho. Temos, então:

- (65), “eu me tornei presidente, a primeira presidente dessa associação de reitores, então eu era a única mulher”;
- (66), “Então a minha candidatura foi, né, pela primeira vez, um profissional não médico e não homem” e
- (67), “por ter sido a primeira mulher, por ter sido a primeira mulher das humanidades”.

Em todos os trechos, há a presença do léxico: “primeira presidente”; “primeira mulher” ou “pela primeira vez”. Elas estão representando-se como pioneiras em seus cargos e suas instituições, o que mostra o quanto ainda está marcado pelo tradicionalismo e pelo patriarcado a questão do homem estar nesses cargos de poder e não a mulher. Algumas instituições são centenárias e somente agora mulheres foram eleitas como reitoras ou vice-reitoras. Outras ainda nem tiveram em seus quadros de gestão nenhuma mulher, limitando-se a tê-las em outros cargos como pró-reitorias, chefias de departamento, ou diretorias. Essa representação discursiva, de ser a primeira mulher a ocupar qual seja o seu cargo, pode ser entendida como a conquista de que agora há mulheres nessa posição e refletir um obstáculo, já que somente agora as mulheres chegaram a esses cargos de alto escalão. Segundo Capelle (2006) sobre esse obstáculo:

a relutância de dirigentes em se arrisquem a promover mulheres para posições de comando, os estereótipos e preconceitos sobre mulheres em cargos de chefia, a falta de incentivo ao planejamento de carreiras por mulheres, a sua não-indicação para serviços de maior responsabilidade, a exclusão de mulheres dos canais informais de comunicação, e o comportamento antiprodutivo por parte de colegas e subordinados homens como forma de boicote à liderança feminina (CAPELLE, 2006, p. 80).

A presença ainda grande de tantos obstáculos para que a mulher alcance cargos de prestígio leva-nos a refletir sobre o quanto ainda é desigual a luta pelo poder entre homens e mulheres, e para estas ainda é uma luta latente. Tanto para mostrar que tem os atributos ou o perfil para ocupar o cargo, quanto as estratégias para exercer esse poder mostram que é uma disputa contínua, seja com os homens, seja com elas mesmas.

9.3 – Algumas considerações sobre representações discursivas permeadas de relações de poder e identidades

Ao analisar os excertos que remetem à **Legitimação do Poder/Competência e da Autoridade** e à legitimidade do fato de ser mulher gestora, percebe-se que há ainda, em alguns momentos, um reforço das teses de que elas pertencem à esfera privada e

devem ser subordinadas ao homem. Observa-se também as diferenças entre masculino e feminino nos relatos sobre machismo analisados neste tópico. Por esses motivos, a todo momento, as mulheres em cargos de alto escalão lutam pelo seu espaço de poder e precisam se mostrar mais competentes, por vezes fazendo mais esforço que os homens para provarem-se capazes. Elas travam uma luta eterna contra as raízes do patriarcado que insistem em lembrá-las que por muito tempo aquele espaço não lhes pertenceu. Del Priori ao pontuar sobre a luta e a resistência que permeou e permeia a realidade feminina, destaca que: “melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino, e como se articulava, a sua subordinação e resistência” (DEL PRIORI, 1994, p. 13).

Ainda em relação à hierarquia entre os gêneros, apesar de percebermos um crescimento no número de mulheres gestoras e chefes, ainda é maior o de homens ocupando esses cargos. Vários fatores envolvem essa realidade, dentre eles a demora para elas terem acesso à educação e entrarem no campo de trabalho, o que, no passado, tornou-as menos capacitadas para exercerem cargos que exigiam mais conhecimento. Apesar dos avanços, a competência e a autoridade ainda eram e podem ser na atualidade, características consideradas do masculino, como vimos na análise e conforme aponta Perrot (2005):

à primeira vista o consentimento parece suplantar a revolta: consentimento às expectativas tradicionais que recusam às mulheres a competência (“Ser competente é sentir-se um homem”, diz uma secretária), a autoridade (é bastante conhecido: as mulheres preferem ser comandadas por um homem...) e o direito a todos os níveis de emprego (PERROT, 2005, p. 257).

Essas construções discursivo-ideológicas tradicionais ainda fazem-se presentes na fala de colegas de trabalho das entrevistadas; na de chefes; na de familiares, homens ou mulheres e nas das próprias participantes. Acreditamos que a reprodução por parte delas ocorra pois elas arraigaram essas práticas discursivas reconhecidas como padrão e acabam repetindo discursos como: o homem tem mais valor e a mulher tem mais dificuldades e há características que são próprias do masculino e outras do feminino, dentre outras.

Capítulo 10 – Representações discursivas permeadas por relações de gênero/resistência aos discursos patriarcais

Neste capítulo, analisaremos de que maneira as representações discursivas permeadas por relações de gênero e como resistência aos discursos patriarcais mostram-se no corpus. Para tal, dividiremos em dois grupos: 10.1 – Não à esfera privada: feminismo como liberdade e 10.2 – Sim à igualdade: feminismo como resistência ao patriarcado. Assim como nos capítulos anteriores de análise, relacionaremos os excertos às identidades expostas das reitoras em seus relatos, as de Mulher Profissional e Mulher “Feminista”⁸².

10.1 – Não à esfera privada: feminismo como liberdade

Neste grupo de excertos, pautar-nos-emos nas representações discursivas que remetem à negação da esfera privada como pertencente à mulher, reforçando a ideia de feminismo como liberdade. Sobre o assunto Pinto (2010) afirma que “o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16). Teremos, aqui, dois subtemas, a terceirização dos serviços domésticos e a liberdade por meio dos estudos, ambos retratados como libertários para as mulheres. Vejamos:

Representação discursiva	Resultado	Identidade
Terceirização dos serviços domésticos	LIBERDADE	Mulher profissional
Possibilidade de estudar		Mulher profissional/Estudante

Quadro 21: Relação representação discursiva e identidade

A representação discursiva de que a terceirização de serviços domésticos dá mais liberdade à mulher gestora é confirmada nos excertos abaixo, contrariando sobremaneira alguns discursos já trazidos nesta tese sobre cuidado e relação entre

⁸² Utilizaremos “Feminista” entre aspas quando nos remetermos a identidade “feminista” por entendermos que elas não podem ser consideradas feministas, mas sim trazem traços da agenda e da luta feminista.

trabalho e maternidade. Questões como “a incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo) uma das construções sociais mais persistentes” (LOURO, 2004, p. 454). Até as mulheres de mais alta renda, as sem filhos, as chefes de domicílio, todas sempre vivenciarão uma dupla jornada bastante intensa e exaustiva, significativamente superior àquela experimentada pelos homens nas mesmas posições (IPEA, 2016, p. 22). Nos trechos abaixo, percebemos que o “cuidado” (BIROLLI, 2018) pertencente mais à mulher e à mãe são terceirizados quando a gestora delega muitas das atribuições à sua funcionária doméstica. Vejamos:

(68) R3: olha, eu consegui uma situação ideal **que eu consegui uma pessoa que trabalhasse comigo que eu acho que é uma governanta**, eu na verdade sempre tive uma coisa dessa, então agora como reitora tenho uma gratificação maior, vou redistribuir essa renda, então eu pago a ela um valor assim bem muito bom evidentemente do mercado, porque eu acho que ela merece, mas ela me retribui com tudo porque é uma pessoa incrível assim, **faz tudo, faz compra por telefone , resolve as coisas todas da casa..**

(69)ER2: esse tipo de acerto minhas filhas, minhas filhas foram educadas, assim, partilhando, entendendo, que eu era mulher, que eu tinha compromissos, não é, **que eu não tinha com quem dividir, eu não tinha o pai pra deixar em casa cobrindo a minha retaguarda**, então eram elas que tinham que ter essa autonomia, claro que eu tenho uma família muito grande e elas sabiam que em caso de necessidade e eu não estando disponível naquele momento, podiam recorrer aos tios, às avós, nunca precisaram, nunca, **e a infraestrutura básica estava montada, que era uma empregada que podia cuidar da casa, da roupa e da comida delas e elas ter autonomia**, desde muito cedo, então elas foram criadas com essa ideia de que não era possível limitar o trabalho da mulher no caso eu, porque tinha filhos, então essa compreensão elas tinham, o pai nunca foi muito disponível pra cobrir esse tipo de rotina, quer dizer, uma necessidade sim, mas não

A representação discursiva de que a gestora não pertence à esfera privada e tem alguém para realizar as tarefas domésticas por ela está clara nos trechos:

- (68), “**faz tudo, faz compra por telefone, resolve as coisas todas da casa..**”,
- (69) “**a infraestrutura básica estava montada, que era uma empregada que podia cuidar da casa, da roupa e da comida delas e elas ter autonomia**”,

No capítulo 8 trouxemos a problematização do marido que “ajuda”, ou “divide” as tarefas com a esposa. Já neste capítulo, a partir das passagens 68 e 69, percebemos que essa “ajuda” parte da contratação de terceiros, como secretárias do lar, ou empregadas domésticas. É sabido que desde que as mulheres saíram para o mercado de trabalho elas dependem de outras mulheres para realizarem as tarefas domésticas. No

caso das entrevistadas, que trabalham muito e um período longo devido aos vários compromissos da universidade, essa necessidade torna-se ainda mais latente. Isso reforça a fala de Biroli (2018) sobre hierarquia e a diferença entre essas “mulheres” já que “é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 101).

Outra representação discursiva presente e que remete à liberdade é relacionada à possibilidade de estudo, outra conquista do feminismo. Vale retomar que a entrada da mulher nas escolas ocorre no século XVIII, na Revolução Industrial e “de modo geral, mais do que o direito ao voto, foi o acesso às faculdades que acabou sendo a chave para a causa feminina em fins do século XIX. E foi em torno dessa questão que giraram as disputas mais enfáticas e violentas” (GAY, 1988, p. 137). Até o século XIX, porém, muitas mulheres ainda tinham um papel muito limitado e reduzido, sem acesso à educação formal e muito menos à esfera pública, na qual os homens eram os protagonistas. Vejamos o relato de uma reitora sobre sua mãe que não tinha acesso ao estudo e que mais tarde foi uma grande incentivadora de seus filhos:

(70)R1: Aí um dia ela nos contou, né, assim, a gente conversando, ela falou isso muitas vezes e fala, ela, ela vem de uma família que são 10 irmãos, 12 irmãos, ela é a única mulher, e ela é a segunda mais velha, então teve um filho mais velho, ela e depois todos os outros homens, e ela tinha, o pai dela era uma pessoa assim muito amável, né, e o pai dela falava, **ela pedia pro pai dela pra estudar, e o pai dela falava assim, não, quando seu irmãozinho estiver um pouco maior, você ajuda a sua mãe, quando estiver um pouco maior, eu vou te levar pra estudar, aí vinha outra criança, ah, pois é, você vai ajudar sua mãe, então, ela, ela entendeu**, ela só conseguiu fazer até a quarta série primária, mesmo assim morando com a vó dela que morava em Coimbra, uma cidade também aqui próxima e ela vinha embora toda sexta feira e quando que falou que tinha que voltar na segunda, tinha que voltar na segunda, ela tinha que voltar com os irmãos dela, né, aquele grupo de menino e ela e uma prima só de menina, então ela falou que morria de medo, que tinha que correr de cachorro, de vaca, porque andava no meio rural, pra ir pra aula, então ela falou que aquilo marcou muito ela, **falou que quando eu tiver meus filhos eu quero que eles tenham tranquilidade pra estudar, quero que eles estudem**, ela tinha o sonho de ser professora, né, ela viu algumas primas, né, podendo ir pra fazer, aqui tinha uma escola normal muito famosa e ela viu algumas primas indo fazer o normal pra ser professora, ela não conseguiu, aí chegou 14, 15, 16, 17 anos e aí, na casa dela, que eu tive oportunidade de conhecer também a casa onde ela nasceu, tinha um pé de manga, muito próximo a uma bica d'água, e ela um dia ela falou que esse dia foi marcante na vida dela, ela fala isso, ela descreve o dia e você pode sentir presente dentro daquele momento, sabe, **ela sentou e falou, eu não vou estudar, e ela chorava muito porque ela não ia poder estudar, ela percebeu que com 17 anos ela não ia mais**.

(71) R1: ela caminhava a pé, pegava o ônibus e vinha aqui nos ver, **e passava todas as orientações, minhas filhas comportem-se, não saiam de noite, cuidado, não atendam a porta pra qualquer um, porque nós éramos muito pequenas, né, estudem muito, uma mulher tem que ser financeiramente autônoma e vocês só vão conseguir se estudarem**, aquilo, engraçado, aquilo foi, a gente não entendia isso naquela época, hoje eu entendo isso perfeitamente, aquilo foi entrando no nosso inconsciente de alguma forma, né

Nos fragmentos 70 e 71 temos representações discursivas permeadas de tradicionalismo e empoderamento juntos, um fazendo contradição com o outro. Em 70, temos um relato de uma entrevistada sobre a história de sua mãe, quando criança, que tinha o desejo de estudar e não pode realizar seu sonho, pois tinha que ajudar a mãe com os irmãos. Isso mostra-se como um típico exemplo do dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) e de educação tradicionalista de que a mulher deve ajudar na casa e os homens devem trazer o sustento. No enredo, o pai dela sempre falava que quando os irmãos crescessem ela poderia estudar, mas isso nunca acontecia, e ao entender que não teria a oportunidade de fazer o que tanto almejava, promete então que **“quando eu tiver meus filhos eu quero que eles tenham tranquilidade pra estudar, quero que eles estudem”**. Essa fala deixa clara uma representação de empoderamento de sua parte, que mesmo não tendo a oportunidade, iria proporcioná-la a seus filhos. Na contramão da criação tradicional que seu pai lhe imputou, ela reage e mostra-se disposta a fazer diferente com seus filhos. Utiliza, para isso, o processo mental afetivo desiderativo “quero” para referir-se à tranquilidade para estudar e ao estudo. Além disso, continua **“Eu não vou estudar, mas eu vou fazer uma promessa pra mim aqui agora, todos os meus filhos irão estudar, eu vou fazer de tudo pra eles estudarem, e ela cumpriu essa promessa dela”**. Utiliza, nesse momento, processos materiais como “irão estudar”, “vou fazer”, “cumpriu”, todos referindo-se a ações dela em relação a atitude tradicionalista do pai.

Em 71, temos, também, a representação do tradicionalismo *versus* empoderamento, desta vez tendo como protagonista a mãe da entrevistada, quando ela narra a conduta de sua mãe em relação às filhas. Primeiro, ela mostra-se tradicional, ao passar orientações como **“minhas filhas comportem-se, não saiam de noite, cuidado, não atendam a porta pra qualquer um”**. Faz uso do advérbio de negação “não”, aconselhando-as a não terem atitudes que poderiam colocá-las em perigo. Já em seguida, temos, **“estudem muito, uma mulher tem que ser financeiramente autônoma e vocês só vão conseguir se estudarem”**. Ao utilizar o processo mental

“estudem” acompanhado do intensificador “muito”, afirmando com uma modulação de obrigação que “uma mulher tem que ser financeiramente autônoma”, ela mostra-se como alguém à frente de seu tempo, incentivando as filhas a dedicarem-se aos estudos para que possam ser alguém na vida. Os conselhos dados ao final contradizem aqueles sobre a conduta da boa moça e contribuem para que a mãe forneça uma formação mais moderna para suas filhas.

Temos aqui, claramente, o estudo como uma conquista feminista já que, na geração da mãe da participante, há o relato de ela não conseguir estudar. Já a filha, geração seguinte, está relatando sua experiência de estudo, o que significa que ela teve essa oportunidade.

Ambos discursos relatados, tanto o de terceirizar o serviço doméstico para trabalhar quanto o direito ao estudo, remetem-nos a conquistas do movimento feminista já retratado neste trabalho. Aludem também a relações de gênero, pois relacionam práticas antes não possíveis para mulheres que se tornam possíveis após transformações sociais conquistadas graças a movimentos como o feminista. No próximo tópico ainda retomaremos com questões feministas, trazendo outras representações discursivas de mais vitórias desse movimento.

10.2 – Sim à igualdade: feminismo como resistência ao patriarcado

Neste grupo de excertos, traremos exemplos de representações discursivas que remetem a resistências ao patriarcado, negam aspectos como o machismo e a obrigatoriedade do casamento e reiteram a igualdade e a capacidade de trabalho da mulher. Teremos os seguintes subtemas e suas identidades:

Subtema	Resultado	Identidade
Negação do machismo	Vitória do Feminismo	Mulher “feminista”
Igualdade		
Negação da obrigatoriedade do casamento		
Capacidade de trabalho da mulher		

Quadro 22: Relação sub-tema/resultado/identidade

Nos relatos abaixo, as representações discursivas são claramente expressadas contra a existência de qualquer tipo de machismo, já que as entrevistadas relatam não ter conhecimento de sua existência em suas experiências de trabalho. Vejamos:

(72)ER3:olha, nem quando fui chefe, né, porque eu fui chefe de departamento, enfim, **em momento algum, se houve machismo a minha volta eu não reconheci**, porque eu fui criada com o entendimento de que eu tinha, se assumia um papel, meu papel, minha obrigação era cumprir aquele papel, então **eu não fui criada com essa visão de que o macho não vai deixar, ele faz pouco de mim**, não, então quando eu assumia funções eu levava homens e mulheres pra comigo, e não ficava muito preocupada se era um macho ou se era fêmea, certo, que estavam me dizendo a ou b, c ou d, **então eu não posso, seria desonesta se eu dissesse que houve machismo, porque se ele houve, eu não, eu não me importei**

(73) VR4:eu não estou dizendo que essa instituição não tem assédio, tem, ela tem preconceito, tem, essa diretoria, porque a gente tem, porque ainda tem as práticas de assédio, de preconceito, de opressão e a mulher é vítima, tá, a mulher é vítima. Então quando você encontra uma denúncia de uma tentativa de violência contra a mulher... **sociedade muito machista e muito conservadora...** mas a gente também não pode descartar o papel da violência, da falta de proteção do estado. Que gera também... **realmente, não é só um machismo, o machismo é muito grave...** a discriminação, o preconceito é algo muito grave... nosso diretor, na diretoria... é um homem... **nós criamos uma ouvidoria especializada só para tratar principalmente da denúncia contra a mulher, gays, lésbicas, travestis, transexuais, por que? Porque tem muito, né, mas assim... eu nunca percebi, eu nunca percebi ..(...) talvez seja, e talvez seja eu que não tenha nem percebido**

(74) R2:Então ser mulher nunca dificultou ou facilitou dentro dos espaços da enfermagem a gente exercer algum cargo de chefia, de liderança. Então quando eu cheguei na vice-reitoria e posteriormente na reitoria foi muito natural, **em nenhum momento eu acreditei que ser mulher facilitaria ou dificultaria isso**. Como eu te disse a nossa instituição tradicionalmente ela foi dirigida por homens, e algumas pessoas até pensam que por isso eu teria mais resistência, **mas assim na minha avaliação isso não aconteceu, fui muito bem aceita**, transito muito bem em todos os espaços, consigo manter um diálogo, né, com todos os profissionais da instituição, com homens e **prefiro até assim, nem acreditar que algumas dificuldades que eu tenha tido seja por causa do gênero. Acredito que não, até porque assim de uma maneira geral o mundo também evoluiu muito pra isso, talvez em décadas pra trás isso pudesse ser mais perceptível, mas não acredito que o fato de ser mulher tenha trazido mais ou menos dificuldades pro meu trabalho não, de novo, assim, insisto, (...)**

(75) R1: eu tive vice-reitor, meu primeiro mandato foi um vice, um homem, nesse segundo é um homem, eu não tenho, é claro que, eu diria assim, todos os momentos, um ou outro momento pode ter havido mas eu sempre me coloquei, primeiro, muito respeitosamente com as pessoas, mas muito firme, eu sou muito firme naquilo que eu quero, muito determinada, com muito respeito, mas com firmeza, **se houve em algum momento algum desacato ou algum desrespeito eu soube me colocar na minha posição, eu soube mostrar a minha posição, mas assim, eu nunca encontrei esses desafios nesse sentido porque eu sempre respeitei muito as pessoas, (...), mas assim durante toda a trajetória da minha vida eu nunca fui interceptada, olha, você é mulher, você não pode.**

Os discursos reforçam a não existência ou a não percepção de machismo nas práticas sociais das reitoras. Vejamos:

- (72) “em momento algum, se houve machismo a minha volta **eu não reconheci**”, “então eu não posso, seria desonesta se eu dissesse que houve machismo, **porque se ele houve, eu não, eu não me importei**”;
- (73) “nós criamos uma ouvidoria especializada só para tratar principalmente da denúncia contra a mulher, gays, lésbicas, travestis, transexuais, por que? Porque tem muito, né, mas assim... **eu nunca percebi**, eu nunca percebi”, “**talvez seja eu que não tenha nem percebido**”;
- (74) “mas assim na minha avaliação **isso não aconteceu**, fui muito bem aceita,”, “e prefiro até assim, **nem acreditar** que algumas dificuldades que eu tenha tido seja por causa do gênero. **Acredito que não**, até porque assim de uma maneira geral o mundo também evoluiu muito pra isso, talvez em décadas pra trás isso pudesse ser mais perceptível, **mas não acredito** que o fato de ser mulher tenha trazido mais ou menos dificuldades pro meu trabalho não, de novo, assim, insisto” e
- (75) “**se houve em algum momento** algum desacato ou algum desrespeito eu soube me colocar na minha posição, **eu soube mostrar a minha posição**, mas assim, eu **nunca encontrei** esses desafios nesse sentido porque eu sempre respeitei muito as pessoas”

A utilização dos processos materiais “reconheci”, “importei”, “percebi” tem importância porque eles vêm acompanhados do advérbio de negação “não”, o que reforça essa não existência e representa um certo empoderamento dessas mulheres que não são vítimas de problemas como machismo. Importante ressaltar, porém, que atrelado a esses processos, observamos ainda algumas modulações de probabilidade, como “se ele houve” ou “talvez seja”, que remetem a alguma dúvida das participantes. Isso leva-nos a fazer uma avaliação da entrevistada de que ela poderia ou não ter sido vítima de qualquer tipo de problema relacionado ao machismo.

Percebe-se, portanto, vários relatos em que não há machismo, ou não há interceptação ou problema por elas serem mulher. Porém estão sempre recheados de léxicos que nos possibilitam ter dúvidas em relação a isso. No trecho 72, ao afirmar que se houve machismo ela não reconheceu, a utilização do processo mental “reconhecer”

deixa hesitações em relação a ter havido ou não esse machismo. Assim como a afirmação de que “se houve”, com a modalização de probabilidade “se”, pode ter havido ou não, portanto, se houve ela não se importa. Em 73, ela usa o advérbio “nunca”, para afirmar que não percebeu isso, caso tenha acontecido, mas deixa a modalização de probabilidade clara quando afirma que “talvez” ela não tenha percebido. Em 74, afirma que isso não aconteceu e em 75 que ela soube mostrar sua opinião. Ou seja, é percebido que pode ter ocorrido em 75, mas que ela colocou-se em uma posição que fez com que ela não fosse prejudicada.

Essa representação discursiva negando o machismo é importante, pois retrata uma alteração social, visto que “durante boa parte do século XIX, e em todo o mundo ocidental, as mulheres permaneceram virtualmente na condição de propriedades de seus pais e, depois, de seus maridos” (GAY, 1988, p. 131). Esses fatores reforçam o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) que não é percebido nos trechos acima, representando uma vitória do feminismo.

Nas análises feitas a seguir percebe-se também mais uma conquista do feminismo, que é a “igualdade social para ambas as categorias de sexo” (SAFFIOTI; 2004, p. 46). Sobre o assunto Hirata *et. al* (2009) disserta que

a igualdade garante tudo simultaneamente: a) o direito das mulheres em serem pessoas ‘como todas as outras’ mediante a proibição de qualquer discriminação que as constitua como grupo ‘à parte’; b) a possibilidade, para as mulheres, de serem reconhecidas e aceitas ‘como são’, isto é, com suas diferenças em relação aos homens; enfim, e sobretudo, o direito de cada mulher de exprimir as particularidades que fazem delas ‘indivíduos diferentes de todos os outros (mulheres e homens)’, o acesso à sua dignidade como indivíduo, e de sua contribuição única e insubstituível à vida em comum” (HIRATA *et. al*, 2009, p. 122).

Diante disso, o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) que afirma que as mulheres são inferiores e subordinadas aos homens é totalmente refutado abaixo, ao percebemos uma defesa do que as entrevistadas entendem como uma igualdade existente ou pelo menos almejada por elas. Vejamos:

(76) ER2: não sou boba, né, isso não aconteceria, se alguém tinha algum senão engoliu, porque não havia margem pra que isso fosse apresentado, né, **eu também nunca me coloquei na posição de mais frágil, isso também não, então eu era um igual a eles, né, me movia igual, viajava igual, enfrentava os problemas, as dificuldades da mesma forma**, então não havia licença pra que essa questão se tornasse um problema, eu acho que entre executivos isso não pode ser mesmo posto mesmo como, não há licença pra apresentar isso.

(77) ER2: simplesmente eu compus a minha equipe **dividindo metade da equipe era homem e metade mulher**, eu peguei as **melhores** mulheres que eu achava e que tinha identidade evidentemente com o tipo de trabalho que eu queria, e os homens também **fantásticos** que se identificavam com a mesma coisa e que não tinha problema de trabalhar comigo e com xxx(nome do professor)

(78)ER2: era na **divisão das tarefas**, porque tinha mulheres que davam conta da tarefa, certo, **eram mulheres fortes e boas e lindas que davam conta da tarefa que iam fazer, e os homens idem, também, nunca discriminei homem nenhum**, porque eram aliados fundamentais, então essa questão do gênero e havia algumas preocupações minhas como essa, não ia ser da reitoria sem dar chance às mulheres claro, mas muito pouco no discurso, essa questão de discurso pra mim era o contrário, quanto mesmo nós chamássemos atenção pro gênero, mais a gente mostrava que não faz diferença, se é homem ou se é mulher, o importante é dirigir bem a universidade, naquela época pra mim isso era afirmação do gênero feminino, era não distinguir por gênero.

(79) VR4: e tem sido assim, **nosso trabalho ele tem sido um trabalho muito compartilhado e se você me perguntar sobre gênero, é uma gestão que tem mais mulheres, tá, muitas mulheres**, quando a gente estava montando a equipe ele dizia, você não tá contando não, né? Porque tem pró-reitor, pró-reitora.. Então nós temos na reitoria, a dupla, nossa chefe de gabinete é uma mulher, na verdade a gente tem dobradinha...a pró-reitoria de graduação, nossa pró-reitora de pesquisa, o vice é homem, ... É uma gestão que tem um perfil, ela reflete a nossa universidade, **ela não tem nem muito homem nem muita mulher, tem praticamente metade, praticamente**, tá, esse movimento, ele tem sido um movimento muito interessante.

(80) ER2: R: meu pai era um feminista como eu queria ser, nesse sentido, meu pai exigia de nós mulheres, e era uma família interessante porque nós viemos, primeiro as mulheres depois vieram os homens, então tinha 1 segundo filho homem, mulher, mulher, mulher, depois começaram a nascer os homens, né, e meu pai, a primeira era filha mulher, a segunda era mulher, o terceira era homem, e depois veio mulher, e mulher e mulher, **e meu pai exigia, investia igualmente nos homens e mulheres e exigiu sobretudo das primeiras mulheres**, porque depois ele foi adoecendo e nos últimos ele teve pouca influência, mas ele exigia das mulheres desempenho escolar igual, né, trabalho igual, nunca criou problema pra gente estudar, nunca criou problema pro nosso trabalho, todo mundo trabalhava, todo mundo estudava.

A representação discursiva da igualdade está nos seguintes excertos

- (76) “então eu era um igual a eles, né, me movia igual, viajava igual, enfrentava os problemas, as dificuldades da mesma forma”, no léxico “igual” utilizado várias vezes, quando a entrevistada representa-se na mesma posição do homem e
- (77) “a minha equipe dividindo metade da equipe era homem e metade mulher”, reforçando a representatividade de que não há diferença entre homens e mulheres. Em seguida, há uma avaliatividade, na qual a entrevistada afirma que pegou “as melhores mulheres” e “os homens também fantásticos”, ou seja, há um julgamento positivo que indica que a escolha dela seria justificada pela presença de homens e mulheres que tinham qualidades importantes para exercerem o cargo.

Ainda avaliando a qualidade da equipe, em 78, percebemos mais julgamentos, na afirmação de que “eram mulheres fortes e boas e lindas”. O adjetivo “lindas”, na condição de qualificação do trabalho da mulher é desnecessário, uma vez que para ser competente não é necessário que ela tenha uma boa aparência. Nesse caso, reforça-se o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014), no caso o dispositivo amoroso, de que a mulher deve ser bonita. Já os adjetivos “fortes” e “boas” trazem características positivas para a mulher que é representada assim. Em seguida a participante descreve os homens da mesma forma, ao afirmar “e os homens idem”.

Em 79, observamos a princípio uma representação mais em favor das mulheres quando ela afirma que “é uma gestão que tem mais mulheres, tá, muitas mulheres”, utilizando os intensificadores “mais” e “muitas”. Em seguida reforça essa equidade em “ela não tem nem muito homem nem muita mulher, tem praticamente metade, praticamente”. Ao utilizar o léxico metade, ela representa então sua gestão como igualitária, na qual não está presente nem o preconceito, nem a discriminação, visto que essa é uma ideia igualitária. Em 80, para reforçar essa imagem, temos um exemplo da atitude do pai da entrevistada, que criou os filhos com base na igualdade e refletiu nas atitudes igualitárias também da filha. Ela passou a encarar aquilo como natural, já que segundo ela, “meu pai exigia, investia igualmente nos homens e mulheres e exigiu sobretudo das primeiras mulheres”. A partir do exposto, a representação da igualdade está presente na fala das participantes, deixando claro que não há espaço para o dispositivo do patriarcado nas práticas de gestão delas nas instituições que ocupam cargos importantes. Assim como não estiveram presentes em sua infância.

A aspecto discursivo de negação da obrigatoriedade do casamento também como uma vitória do feminismo encontra-se nos excertos abaixo. A dependência do casamento e as mulheres sendo sustentadas financeiramente pelos esposos era uma realidade irrefutável, segundo Biroli (2018), Mary Wollstonecraft “(...) via na preparação precoce das meninas para casar-se e agradar aos homens uma das raízes das deficiências e das injustiças que marcariam a vida delas como mulheres adultas” (BIROLI, 2018, p. 97).

Heywood e Beauvoir trazem o reforço do dispositivo do patriarcado relacionado ao casamento e à maternidade afirmando que “(...) o conservadorismo tradicional considera natural e inevitável o patriarcado na sociedade e a divisão sexual do trabalho entre o homem ‘público’ e a mulher ‘particular’”. Além disso, as mulheres “(...)

nasceram para ser esposas e mães, e rebelar-se contra esse destino é inútil e errado” (HEYWOOD, 2010, p. 31). Para além disso, “a maternidade destina a mulher a uma existência sedentária, é natural que ela permaneça no lar enquanto o homem caça, pesca e guerreia” (BEAUVOIR, 1970, p. 89). Vejamos de que maneira essa obrigatoriedade é negada nos trechos abaixo:

(81) VR3: (...)eu não quero isso pra mim, eu não quero depender de homem, eu não quero isso pra mim...e ela sabendo que eu tinha já esse interesse de estudar e tudo, ela sempre falava com a minha mãe, olha, **deixa a menina, deixa ela fazer do jeito que ela quer**..e acho que foi muito isso e um temperamento forte que eu sempre tive, de querer, de fazer as coisas do jeito que eu queria, como eu queria, sempre tive mesmo, acho que isso de certa forma molda, acho que foi uma combinação que fez sentido, eu vejo que não é a mesma experiência da minha irmã que é 8 anos mais nova do que eu.

(82) VR3: Olha, **eu não nasci pra casar, nunca me vi casada**, minha irmã sempre fala, não sei como que você casou, **nunca esteve no meu plano casar**. Pra mim minha vida estava muito boa, estava muito feliz do jeito que eu estava, então pra mim, como nunca foi objetivo, tinha que ser uma coisa muito especial e muito diferente pra eu poder entrar nessa, né? Digamos assim... Então o meu marido ele é professor dessa universidade, ele está no segundo casamento, tem 2 filhas, **então eu nunca tive interesse e nem vontade de ter filho**, ele já tinha as duas. Nosso convívio é muito bom, então isso pra mim nunca foi problema. Porque que pra mim conciliar o meu casamento e a vida pessoal com o trabalho, porque eu trabalho demais, não é um problema? Por que eu tenho um marido que é universitário, professor, então ele entende muito bem...

(83) VR3:definitivamente, **eu não queria a vida da minha mãe definitivamente**. Nós viemos de uma geração que **você não queria aquilo, queria outra coisa**. E eu sempre fui muito ativa e muito temperamental digamos assim de dizer eu não quero isso, eu não quero isso pra mim, então realmente essa era a minha ideia, **eu não queria ser dona de casa, pra mim estava fora de cogitação, eu queria realmente trabalhar e ser dona da minha vida**. Acho que quando você cresce numa família em que a mãe tem esse papel muito tradicional acho que você quer **...eu não quero ser assim, eu não quero depender do marido. Eu não quero, a minha vida não vai ser voltada para o casamento, ter filhos, etc. Isso pra mim, não era o padrão que eu queria pra mim, eu queria outra coisa...**

(84) ER2:se vocês se arrebentarem na moto eu não tenho a menor condição de optar por cuidar de vocês com a perna pra cima, vocês vão se lascar. Eu posso pagar enfermeira, posso pagar cirurgia, vou sempre dar atenção pra vocês **mas não posso ficar em casa cuidando de filho que sem ter nenhuma necessidade entra numa moto, quer dizer, isso não faz sentido**, eu não tô aqui pra vigiar vocês, vocês tem que ter essa noção, olha, se eu me lascar numa situação dessa, eu vou ficar lascado, porque, **a minha mãe não vai fazer opção de tomar conta de uma perna pra cima durante meses, isso não é possível eu sou profissional, eu não posso fazer essa escolha, eu não tenho essa escolha**, então vocês se cuidem e eu cuido de vocês, vocês também se protejam, pra não entrar nesse tipo de situação, então elas tinham essa consciência assim de que não podia brincar com esse tipo de coisa, que elas tinham que se proteger, que tinham que se cuidar, que me ajudar, porque eu era uma profissional, elas tinha que entender e elas entendiam, sabiam que eu tava metida numa coisa muito grande, maior do que eu, e que eu precisava

de ser ajudada nesse ponto, quer dizer, não podiam me onerar desnecessariamente...

(85) VR1: eu fiquei 6 meses em casa pela primeira vez cuidando de casa, então assim foi um momento que eu cuidava da Iolanda, que eu lavava fralda de criança, **mas aquilo me estressava um pouco, não a criança, mas o serviço de casa, a rotina de casa me estressava e assim, eu percebia desde aquele momento que eu não tinha nascido pra ficar dentro de casa mesmo.**

(86) R2: sim, **isso nunca passou pela cabeça** e assim como eu te disse eles sempre estimularam muito que a gente estudasse e fizesse o curso superior...

A representação discursiva da mulher como autônoma e longe das questões do patriarcado é observada nos fragmentos acima com a negação a qualquer tradicionalismo ou mesmo com a ideia de patriarcado que ainda possa existir, como construções discursivas hegemônicas tais como mulher é para casar, tem que ter filhos, deve cuidar da casa, dentre outros. Em 81, temos no trecho “eu não quero isso pra mim, eu não quero depender de homem, eu não quero isso pra mim” a utilização de processos mentais desiderativos acompanhados do advérbio de negação “não” para afirmar que não quer depender de homem. Ela deixa claro que sua vontade é ser independente, muito distante do dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) de que a mulher deve depender financeiramente do marido e ser dona de casa, limitando-se à esfera privada. Em 82, continua a negação do dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) ao afirmar que “eu não nasci pra casar, nunca me vi casada”, “nunca estive no meu plano casar”, “então eu nunca tive interesse e nem vontade de ter filho”. Acompanhados dos modalizadores de negação “não” e “nunca” e com o uso dos processos comportamental “nascer” e mental “ver”, ela nega o casamento veementemente. Continua negando com o “nunca”, que não tinha planos para isso e muito menos que tinha interesse ou vontade de ter filhos, negando, mais uma vez, o dispositivo do patriarcado.

Em 83, temos:

- “eu não queria a vida da minha mãe definitivamente. Nós viemos de uma geração que você não queria aquilo, queria outra coisa”;
- “eu não queria ser dona de casa, pra mim estava fora de cogitação, eu queria realmente trabalhar e ser dona da minha vida” e
- “eu não quero ser assim, eu não quero depender do marido. Eu não quero, a minha vida não vai ser voltada para o casamento, ter filhos, etc.

Isso pra mim, não era o padrão que eu queria pra mim, eu queria outra coisa”.

Ao fazer essas afirmações, temos explícitos os processos mentais desiderativos “querer”, como o qual ela nega a vida da mãe, que era dona de casa e seguia as normas do patriarcado. Além disso, nega a vontade de ser dona de casa e afirma que queria trabalhar e ser dona de sua vida. Afirma ainda que não quer depender do marido, mas viver do seu próprio sustento. Em 84, ao narrar o que ela conversava com as filhas, que não poderia estar disponível para elas quando quisessem, ela reafirma a negação do patriarcado ao colocar que “isso não é possível eu sou profissional, eu não posso fazer essa escolha, eu não tenho essa escolha”. Dessa forma, ao fazer uma negação utilizando os processos material “posso fazer” e relacional “tenho”, a entrevistada deixa latente o desprezo das teses do patriarcado, já que foi escolha sua manter essa posição de que não tem escolha a não ser negar essa formação social.

Aqui e nos trechos seguintes elas denotam a vitória do feminismo, que as permitiu não continuar compactuando com o dispositivo do patriarcado, já que avanços ocorreram como

a Lei 10.406/02 introduz ainda a direção conjugal e o poder familiar compartilhados, afastando a chefia masculina da sociedade conjugal e a prevalência paterna no pátrio poder; substitui o termo “homem” pela palavra “pessoa”, quando usado genericamente para se referir ao ser humano; permite ao marido adotar o sobrenome da mulher; e estabelece que a guarda dos filhos passa a ser do cônjuge com melhores condições de exercê-la (PIOVESAN, 2006, p. 49).

Em 85, no trecho “mas aquilo me estressava um pouco, não a criança, mas o serviço de casa, a rotina de casa me estressava e assim, eu percebia desde aquele momento que eu não tinha nascido pra ficar dentro de casa mesmo”, a participante usa um processo comportamental para negar o patriarcado. Ela mostra que a rotina da casa a estressava, e percebeu que não tinha nascido para ficar dentro de casa, ou para exercer os trabalhos domésticos, tão comuns e arraigados à mulher. Em 86, ela utiliza o modalizador “nunca” para reafirmar que ser dona de casa nunca havia passado pela cabeça dela e isso reafirma que seu destino e sua vontade era mesmo trabalhar fora de casa e tornar-se uma profissional.

Devemos considerar que as conquistas dessas mulheres pautam-se em sua competência e não em seu gênero. A representação discursiva da equidade e da

competência delas para terem poder e alcançarem cargos de prestígio estão presentes no excerto abaixo:

(87) R1: Porque o dia que a mulher achar que ela tem que assumir um cargo porque ela é mulher, tá tudo jogado por água abaixo. **Ela tem que assumir um cargo porque ela é competente, porque ela conhece, porque ela é profissional, porque ela tá capaz, é por causa disso que ela tem que assumir um cargo.** Se nós acharmos que nós temos que assumir um cargo porque nós somos femininas e o feminino ainda não está representado na forma que deve estar não é este o caminho, é natural que as mulheres ficaram muito distantes da possibilidade de se formarem, quando é que uma mulher há 50, 100 anos atrás podia sair de casa pra estudar, ok, eu reconheço isso, agora as mulheres já vem aos poucos mas nós não podemos fazer disso ser o sexo feminino, então tem que administrar, então tem que tomar essa posição. **Não, não, nós mulheres temos que nos habilitarmos, nos empoderarmos de todos os adjetivos, de todos os parâmetros, de todas as características necessárias pra que a gente possa competir ombro a ombro, eu acho que é isso que a gente tem que fazer.** Jamais, e me doeria muito eu saber que, ah, não, vamos eleger fulana de tal porque ela é mulher e nós precisamos ter mulheres no poder. Não, não é dessa forma, porque aí o desrespeito virá porque se nós não elegermos aquele que é mais competente ou a mais competente nós vamos jogar tudo isso por terra abaixo em muito pouco tempo. Porque aí nós não conseguiremos fazer o trabalho, porque não temos, não nos cuidamos para sermos competentes suficiente, e aí nós vamos jogar tudo por terra abaixo, porque nós não vamos dar conta, se nós não colocarmos quem não tem todo o perfil, acabou, daqui a pouco, aí tá vendo, falei que não podia colocar, então é isso que eu acho que nós temos que nos cuidar também, não é a qualquer custo ter a mulher, nos patamares que ela merece estar, que ela pode estar, mas merecimento ela tem que construir, ela tem que construir, então eu sou deste lado, eu sou muito pela luta, sem proteção, sem protecionismo, tem que ser mulher então tem que estar lá.

No trecho “**Ela tem que assumir um cargo porque ela é competente, porque ela conhece, porque ela é profissional, porque ela tá capaz, é por causa disso que ela tem que assumir um cargo**”, há a utilização da modulação de obrigação “ela tem que assumir”. Reforça-se que os atributos “competente”, “profissional” e “capaz”, acompanhados dos processos relacionais “ser” e “estar”, representam a mulher como aquela com características que a fazem ter capacidade de exercer qualquer que seja a função, independente de seu sexo. Ainda no excerto 87, continua: “**Não, não, nós mulheres temos que nos habilitarmos, nos empoderarmos de todos os adjetivos, de todos os parâmetros, de todas as características necessárias pra que a gente possa competir ombro a ombro, eu acho que é isso que a gente tem que fazer**”. Com outra modulação de obrigação “temos que nos habilitarmos”, “nos empoderarmos”, representa a necessidade de a mulher alcançar seu espaço e a sua identidade com condições de competir de forma igualitária, como ela mesmo afirma “ombro a ombro”, com os homens. Aqui, temos a refutação total do dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) de que a mulher deve depender do homem ou ser submissa a ele. Ela é sua igual e

não possui desvantagens em relação a ele simplesmente por ser considerada de sexo diferente. Esse discurso alia-se àquele de conquistas das mulheres desde a Constituição de 1934, tais como

direito das mulheres brasileiras manterem sua nacionalidade e o transmitirem a seus filhos, apesar de casamento com estrangeiro”. Alguns direitos trabalhistas como “pagamento igual para trabalho igual, salário mínimo, oito horas diárias de trabalho, férias anuais remuneradas, licença maternidade e seguro para proteger os trabalhadores contra doença(...)”. Além de “aposentadoria, direito das mulheres de ocupar toda e qualquer função pública, sem distinções baseadas no estado civil, e direito de três meses de licença maternidade com pagamento integral (BESSE, 1999, p. 189).

Ao refletir sobre as representações discursivas permeadas por relações de gênero, é nítida a necessidade de negação do dispositivo do patriarcado e da afirmação do feminismo nos relatos das entrevistadas. Os próprios léxicos utilizados por nós para organizar essa parte da análise: feminismo como liberdade e feminismo como igualdade coloca-nos como defensoras de qualquer resistência a discursos patriarcais que porventura ainda insistirem em perpetuar-se.

10.3 – Considerações sobre representações discursivas permeadas por relações de gênero/ resistência aos discursos patriarcais e identidades

Por meio da investigação das representações discursivas compartilhadas pelas entrevistadas que remetem às relações de gênero e à oposição aos discursos patriarcais, percebemos que é evidenciado o caráter de liberdade e de igualdade em relação aos homens, ainda que atrelado ao fato de elas estarem em um lugar de poder e de autoridade, que é o cargo de reitora. Apesar de algumas demonstrarem que parte do respeito destinado a elas vem do cargo que ocupam, elas representam-se como mulheres empoderadas e refutam muitas das teses do patriarcado. Reproduzem, em suas vidas privadas ou mesmo públicas, discursos que lhe dão poder, conforme percebido nas análises do corpus.

Os enunciados reproduzidos por elas quando remetem ao feminismo como liberdade e como igualdade mostram-nos o quanto ainda há, apesar de muita evolução, obstáculos – mesmo quando o discurso a ser reproduzido é o de avanços em relação aos direitos das mulheres. Para chegarmos às manifestações de resistências, foi necessário passar por muitos discursos que reproduziam o tradicionalismo. Assim, percebemos que há lutas travadas a todos momentos para afirmarem-se enquanto autoridade, mas no fim demonstram que a liberdade e igualdade são suas maiores bandeiras.

Considerações finais

Analisar as formações identitárias da mulher reitora/vice-reitora tornou-se um desafio, ao mesmo tempo que esboçou a grande necessidade de uma luta ainda necessária pelo reconhecimento da mulher como protagonista de suas conquistas ou de seus desejos profissionais. Desafio porque elencar as gestoras e ex-gestoras de universidades federais mineiras e entrevistá-las demandou tempo; horas na estrada viajando; marcações e remarcações, devido à atribulada agenda das autoridades; transcrição e exame das mais de 100 páginas de entrevistas e mais horas para a seleção e análise dos fragmentos à luz da teoria. Necessidade pujante de luta porque, ao nos depararmos com as diversas formações identitárias: esposa, mãe, mulher, professora, pesquisadora, gestora, profissional e “feminista”, demo-nos conta de que há muito mais reproduções de construções discursivas patriarcais do que supúnhamos. Em tempos em que a mulher já alcança postos como o de reitora ou vice-reitora, ter que impor um modo masculino de liderar para ser respeitada, ou receber elogios apenas por sua beleza física e não por sua competência e habilidades parece-nos ultrapassado, mas infelizmente são relatos de gestoras em pleno ano de 2015/2016.

As participantes precisam lutar o tempo todo para legitimar sua autoridade, seu lugar de mulher para, enfim, poder se vangloriar com as conquistas do movimento feminista: liberdade e igualdade.

A fim de perceber de que forma as relações de poder são produzidas, contestadas, negociadas e articuladas, essa conclusão será dividida em três partes. Na primeira responderemos às perguntas de pesquisa com base na análise realizada; na segunda faremos algumas reflexões à luz das teorias linguístico-discursivas usadas e na terceira serão realizadas as explanações críticas acerca do problema social parcialmente discursivo estudado.

Nossa pergunta central é “Quais seriam as características predominantes em todas as atoras sociais, incluindo suas peculiaridades, para que elas se tornassem reitoras/vice-reitoras?”. A partir das análises, observamos que há um perfil de gestora que engloba, por exemplo, características de liderança transformacional e os tipos de competência já demonstrados na análise. Essas relacionam-se com atributos que aliam o trabalho em equipe e o compromisso com a instituição como essenciais, para mostrar que ela é capaz de exercer o cargo. Outro ponto é a qualidade técnica para exercer o cargo, para não deixar dúvidas de que ela tem competência ou habilidades para tal.

Essas particularidades, segundo seus próprios relatos, indicam ou provam que elas precisam ter determinado perfil para exercerem de forma satisfatória o cargo de reitora/vice-reitora.

Elas executam algumas estratégias que as ajudam a conduzir seu cargo: ao afirmar que trabalham muito, que fazem um trabalho bem feito, ou que são pesquisadora 1 A do CNPq. Embora sejam características necessárias para legitimar seu poder dentro do cargo, fazem parte do perfil construído.

No questionamento sobre as identidades temos: “Como elas lidam com as identidades de mãe, professora, esposa e gestora e qual a influência disso em sua gestão?”. As análises possibilitam compreender que há uma dificuldade em conciliar as inúmeras identidades que vêm atreladas às diversas atribuições que a mulher moderna, gestora ou não, ainda precisa assumir, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, em especial nesta última. Na observação relacionada à dupla jornada, ficou clara a realidade vivida por elas de que, infelizmente, o encargo com a casa e com os filhos ainda é maior para elas. Dessa forma, assumem uma responsabilidade maior que os esposos/companheiros, naturalizando esse terceiro turno, e reforçam a identidade de esposa/mãe.

Outro ponto muito presente quando refletimos sobre a influência dessas muitas identidades e sua relação na gestão, é a identidade mulher que se faz presente sobre a legitimação deste ser mulher, que refletem sobremaneira, em forma de obstáculos ou ‘teto de vidro’. Quando pensamos que o fato de ser mulher, da área de Humanas, ou ser uma mulher bonita não interferiria em sua gestão, somos surpreendidos pelos dados que nos mostram o contrário. Conforme demonstrado na análise, esses fatores são desafios enfrentados por elas em sua identidade de gestora e mulher para que sua administração seja exercida de forma satisfatória.

A respeito do questionamento sobre “Quais aspirações pessoais contribuíram para tais conquistas profissionais?”, foi possível perceber de que maneira a representação discursiva permeada por relações de gênero, em específico às identidades de mulher feminista e de mulher profissional, deixa clara as aspirações delas em relação às suas conquistas. Ter liberdade para exercer sua profissão sem preocupar-se com organizar a casa para marido ou filhos, ou ter o estudo como possibilidade de ser alguém melhor e com mais possibilidades são dois pilares importantes que se mostram

como aspirações pessoais dessas gestoras, que tanto fazem e lutam para ter sua liberdade alcançada. Além disso, ter o direito à igualdade, sem precisar aceitar comportamentos machistas ou ter que se casar, e ser reconhecida apenas por sua capacidade de trabalho, de igual para igual com os homens, também mostraram-se no corpus como aspirações pessoais.

Quanto ao questionamento sobre “Mesmo estando em tais cargos de gestão, ainda há uma sobreposição de identidades antigamente preconizadas como ‘ideais’ às mulheres e sua ‘nova função’?”, as análises apontam, que as representações discursivas patriarcais estão presentes nos discursos das gestoras. As formações identitárias de esposa, mãe, mulher e professora remetem a discursos que reforçam o dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014). Dentre os quais, podemos citar o pertencimento da mulher à esfera privada, como a principal responsável pela casa e pelos filhos, e a visão de que o marido “ajuda” a esposa, sendo ela a responsável pelos afazeres domésticos e ele um auxiliar. A forte presença desses discursos permite-nos inferir que, mesmo com as diversas conquistas das mulheres, ainda se reforçar a ideia que a esfera privada pertence a ela. Além disso, e talvez esse seja o fator mais grave, esses discursos são também reproduzidos por elas, mulheres em cargos importantes em instituições de renome. Ao investigar como as relações de poder estão sendo negociadas, produzidas e/ou reproduzidas, percebemos que homens (no caso esposos/companheiros ou colegas de trabalho) e mulheres têm reagido ainda de forma tradicional e patriarcal à chegada das mulheres a cargos de comando.

Os objetivos específicos deste trabalho eram: identificar os elementos linguístico-discursivos que influenciam e geram a formação das identidades; analisar os significados representacionais e identificacionais, a partir das categorias da Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO); analisar as representações sociodiscursivas da mulher reitora e vice-reitora e analisar o Sistema de Avaliatividade, em específico o Sistema de Atitude, nas entrevistas, de acordo com Peter White (2004) e Martin e White (2005). A partir deles, percebemos de que maneira os elementos linguístico-discursivos estão presentes na análise, considerando os postulados da ADC, com o significado representacional e identificacional, bem como o sistema de Avaliatividade e Transitividade.

Cabe aqui, trazer de que maneira o modelo teórico-metodológico ADTO apresentou, em nosso trabalho, todas as suas fases, de modo a mostrar que nossa análise contempla todas as etapas do referido modelo.

1- Problema parcialmente discursivo: esse tópico é o da preocupação da pesquisa. Ao destacarmos inúmeros fragmentos que remetem ao dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014) em nossa análise, é pujante o reforço desse discurso nos relatos das participantes, estando presente em grande escala na análise das representações discursivas patriarcais. Entendemos isso como um problema, pois mesmo essas mulheres ocupando cargos de prestígio que lhes concedem poder, elas ainda se colocam, em alguns momentos, como principais responsáveis pela esfera privada, como se isso lhe pertencesse.

2- Obstáculos a serem superados: os obstáculos aqui mostram-se como a reprodução dos discursos citados acima, os de representação patriarcal. Eles englobam, além da mulher na esfera privada, o afeto como característica feminina e a docência como dom. Além disso, há a atuação do dispositivo amoroso e da sexualidade, e o fato de que o espaço privado não foi revisto, ou seja, o cuidado ainda é da mulher e o homem precisa ocupar esse espaço também. Para além disso, são considerados impasses: ser mulher e da área de Humana; ser bonita ou feminina e/ou ser a primeira mulher a assumir o cargo. Tudo isso aparece no corpus como reais desafios para as entrevistadas conseguirem ser respeitadas e exercerem seus cargos com afinco.

(a)Análise da conjuntura: temos toda a história da mulher, desde o início de sua história de luta, bem como a emergência de movimentos, sejam reais sejam virtuais, nos últimos tempos. Além da 4ª onda do feminismo e diversas leis que surgiram em defesa da mulher como pontos cruciais de avanço em relação à vida dessas cidadãs. Ademais, há uma conjuntura de mulheres chegando pela primeira vez a cargos de alto escalão em instituições de ensino superior públicas, muitas delas sendo as primeiras nas universidades em que atuam como professoras/pesquisadoras. Esse processo denota uma mudança social ocorrendo a passos lentos.

(b)Análise da prática particular: há uma rede de práticas sociais que se entrecruzam à prática social acadêmica tais como: religiosas, familiares, de gestão, de liderança e competência, que foram reproduzidas no discurso das entrevistadas.

(c) Análise do discurso: ocorreu em toda a parte de análise (Parte 3). Utilizou-se o arcabouço teórico da ADC e os significados representacional e identificacional.

- 3- Função do problema na prática:** a constatação de que quanto mais os discursos patriarcais são reproduzidos, mais as mulheres são relegadas a lugares que foram destinados a elas e não escolhidos por elas. Esses discursos ainda se mantêm vivos quando não deveriam estar, já que as mulheres em questão ocupam cargos de alto escalão e são profissionais renomadas em sua área de atuação. Na contramão, encontramos também discursos mais progressivos e menos tradicionalistas e patriarcais, na terceira parte da análise.
- 4- Possíveis maneiras de superar os obstáculos:** fomentar e fazer com que não só as mulheres em cargos de poder, mas todas as mulheres e homens, que reproduzem as teses do patriarcado procurem não manter esses discursos. Espera-se que os indivíduos tenham direitos iguais, diferente do que ocorre na atualidade (Capítulo 8) que aparecem nas entrevistas, e iguais aos discursos de resistência ao patriarcado (Capítulo 10).
- 5- Reflexão sobre a análise:** conjunto de reflexões sejam na parte de análise (Parte 3) sejam aqui nas considerações finais.

Pensar a identidade após a conclusão deste trabalho é pensar na figura abaixo:



As mulheres gestoras de nosso trabalho mostram que suas identidades são fluidas e descentralizadas, são híbridas, já que a cada momento mudam ou são várias ao

mesmo tempo: mãe, esposa, pesquisadora, professora, “feminista”, gestora, mulher e profissional.

Sobre os tipos de identidades trazidos na parte teórica, em nosso corpus, a identidade natural não se aplica, uma vez que, pelo percebido, inclusive na teoria sobre gênero, nem sua orientação sexual seria inata e não passível de mudança, já que ser homem ou mulher também dependeria de fatores culturais. Na identidade institucional, que seria criada ou sustentada por uma instituição, temos o *status* ou cargo alcançado por elas na instituição: professora, pesquisadora, reitora, pesquisadora 1A CNPq, ou seja, elas são ali consideradas uma ou outra identidade, pois são reconhecidas no meio como tal. A identidade discursiva, reconhecimento social com assimetria de poder, está presente quando elas falam que são boas no que fazem e que trabalham muito. Tudo isso para legitimar seu poder, já que utilizam o discurso nos relatos para reafirmar essa identidade. Por fim, na identidade por afinidade, interesses comuns, há o grupo das reitoras, cargo que todas tem ou tiveram, que tem como objetivo comum o bem da instituição, além da luta constante pela simetria em seus cargos, contra as dificuldades de legitimar seu poder.

Para além da discussão sobre as identidades, há um "modelo de família natural" reforçado em alguns relatos, modelo este construído cultural e historicamente pela Igreja, pelo Estado, baseado na construção da maternidade, na separação do trabalho feminino e masculino, na esfera privada e pública. Esse modelo reproduz fortemente as identidades de mãe, esposa e mulher. Pelo fato de a mulher ter entrado tardiamente no mercado de trabalho e por muito tempo ter-lhe sido atribuída a esfera privada, há uma política econômica distributiva perversamente produzida de quão necessário foi a entrada da mulher nesse mercado de trabalho, bem como de que tipo de trabalho lhe foi atribuído, primeiramente atividades laborais relacionadas ao cuidado, já que mães/mulheres cuidam, se responsabilizam-se, trabalho este que é desvalorizado, porque é da esfera da mulher.

Devido a essa hierarquização do trabalho ainda existente, há a naturalização da responsabilidade das atividades da casa para a mulher, mesmo esta trabalhando fora de casa, surgindo então o questionamento de quem ficará com a esfera privada: a mulher ainda fazendo a tripla jornada? O homem que agora deve dividir também a esfera privada com a mulher? Os dois, dividindo igualmente e trazendo as “famílias

simétricas”? Ou nenhum dos dois, fazendo com que ocorra mais fortemente a terceirização da esfera privada para funcionárias e o cuidado dos filhos para babás ou mesmo escolas em tempo integral? O essencial nessa discussão seria a transição dessas responsabilidades, se houver, sem nenhum sentimento de culpa pela mulher, que ainda se vê como maior responsável pela casa e pelos filhos, ou nem mesmo do sacrifício ou dor por parte dos homens que podem dividir com elas as atribuições sem nenhum constrangimento.

Por fim, pensar a identidade dessas mulheres gestoras é, antes de tudo, considerar uma representação discursiva, assim como as identidades híbridas, fluídas e voltadas sempre para um processo de mudança. Elas não são somente gestoras, pesquisadoras ou professoras, são também esposas, mães, mulheres e, também, feministas. Celebram a liberdade e igualdade do feminismo, ainda que seus discursos marquem o dispositivo do patriarcado. Muitas delas são as primeiras gestoras em suas instituições e por que não, serão exemplos para muitas mulheres que virão no futuro e que, quiçá, enfrentarão menos obstáculos que elas para exercer sua função de gestora.

Referências Bibliográficas

ACKER, J. (1991). Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. In: **Gender and Society**, Vol. 4, No. 2 (Jun., 1990), pp. 139-158.

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.303-330, dez. 2000. FapUNIFESP (SciELO)

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1981.

AMARAL, H. K. Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira. Brasília, **Revista do Serviço Público**, 57(4), pp.549-563, Out/Dez 2006.

APPLE, M. Ensino e trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.64, p.14-24, fev./1988.

ARAÚJO, M. S. de, "**O amor de Cristo nos uniu**": construções identitárias e mudança social em narrativas de vida de gays cristãos do grupo **Diversidade Católica**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

ARCHER, M.S. Realismo e o problema da agência. **Estudos de Sociologia. Rev. do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE**. 2000. 6(2): 51-75.

BARROS, S. M. de. VIEIRA, V. RESENDE, V. de M. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 23, nº 33, p. 11-28, jan-jun., 2016.

BATISTA, K. B. C. **As políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de saúde do município de São Paulo**. 125 f. Tese (Doutorado) - Programa de Medicina Preventiva. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

BATLIWALA, S. "The meaning of women's empowerment: new concepts from action". In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University Press, 1994.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BESSE, S. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades. Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2015, p. 198-210.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BORGES, L. A. de O. **“Meu corpo, minhas regras” Representações e Identidades de Gênero nos discursos de ativistas (trans) feministas**. 308 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004

_____, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRITO, L.M. P., FRANÇA, D.S.A, BARRETO, M.A. Mulheres gestoras – Qual o perfil de competência para conciliar vida pessoal e trabalho? *Revista Gestão & Planejamento*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p.67-104, 2000.

BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1995.

CAMPOS, R. C.; SILVA, K. A. T.; MIRANDA, A. R. A.; CAPELLE, M. C. A. Gênero e Empoderamento: Um Estudo Sobre Mulheres Gerentes nas Universidades. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 97115, 2017. ISSN 21772886.

CAPELLE, M. C. A. **O Trabalho feminino no policiamento operacional: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais**. 378f. Tese (Doutorado em Administração). Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARDOSO, I. C. B. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CASTILHO, M. L. **O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades: uma abordagem crítico-discursiva**. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. **Do feminino ao gênero: a construção de um objeto**. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CAVALCANTI, M. C. G. M. **Direitos Humanos como significante vazio: modos de agir, modos de representar e modos de ser na luta (discursiva) por direitos.** 211 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

CHARTIER, R. **A História Cultural - Entre Práticas e Representações.** Lisboa, DIFEL/Editora Bertrand Brasil S.A, 1990

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis.** Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

COHEN, D. Autodestruição... ou morte! O novo recado de Tom Peters: se algo está dando certo... mude. **Revista Exame**, 10 nov. 2003.

COSTA, A. A. A.. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes**, Brasília, v. 7, 2005. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285> Acesso:14/02/2019

DEL PRIORE, M. **A mulher na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

DEL PRIORE, M. **História das Mulheres: as vozes do silêncio.** In: historiografia Brasileira em Perspectiva/ Marcos Cezar de Freitas (org.). – São Paulo: Contexto, 1998.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: (Org.) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2006, p. 15-41

DUBY, G. & PERROT, M. (Org.) **História das mulheres no ocidente.** Porto: Afrontamento, 1991

ÉSTHER, A. B. As competências gerenciais dos reitores de universidades federais em Minas Gerais: a visão da alta administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, p. 648 a 667, jan. 2011. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5446>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London; New York: Routledge, 2003.

_____, N. **Discourse and social change.** Cambridge: Polity Press, 1992.

_____, N. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: UnB, 2001.

_____, N. **Language and power.** New York: Longman, 1989.

FALÚ, A. **Avanços e Desafios** In: O progresso das mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA; 2006. p. 7-10.

FERREIRINHA, I. M. N., RAITZ T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Public.** 2010; 44(2): 367-83

FONTENELE, L. M. S. **O novo contexto da educação especial: uma pesquisa etnográfico-discursiva sobre identidades profissionais e maternas** 251 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

FOUCAULT, M. [Selections. English. 1997 **Ethics: subjectivity and truth** edited by Paul Rabinow; translated by Robert Hurley and others. p. cm.-(The essential works of Michel Foucault, 1954-1984; v. 1)

_____, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____, M. **O Sujeito e o Poder**. In: DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____, M. **What is enlightenment?** In: RABINOW, P. (Ed.). **Michel Foucault: essential works**, v. 1, Ethics. Harmondsworth: Penguin, 1994, p. 303-319.

FREITAS, V. G. **DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010**. 2017. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. 228p.

GAY, P. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

GEE, J. P. **Identity as an Analytic Lens for Research in Education. Review of Research in Education**, Madison, v. 25, p. 99-125, 2000.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, M. C. A. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação – Brasil. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 23, nº 33, p. 89-109, jan-jun., 2016

GOMES, M. C. A. Dos “elogios” às ofensas: ações performativas, violências e regulações de gênero em práticas sóci-discursivas políticas brasileiras. **Discurso & Sociedad**, Vol. 13(1), p. 76-98, 2019.

GRAMSCI, A. **A Gramsci reader: selections writings 1916-1935**. David Forgacs (Org.) London: Lawrence and Wishart, 1988.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.

_____, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

_____, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2015.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HAMLIN, C.L. **Realismo Crítico: um programa de pesquisa para as Ciências Sociais. Dados**. SciELO. Rio de Janeiro. Vol.43. n.2. 2000. p.1-15.

HARVEY, D. **Justice, nature, and the geography of difference**. London: Blackwell, 1996

HEBERLE, V. M; OSTERMANN, A; FIGUEIREDO, D. de C. **Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HILL, B. “O trabalho doméstico é trabalho de mulher”: tecnologia e a mudança no papel da dona de casa. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, n. 14, p. 34-48, set/1995

HIRATA et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009

HIRATA, H. Divisão - Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**. Brasília, ano 15, n.65. jan./mar.1995.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos Ebape.br**, [s.l.], v. 16, n. 3, p.331-344, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: Ipea, 2016

KERR, C. **Os usos da universidade**. Fortaleza: Edições UFC, 1982.

LAMEGO, G. **Sentidos sobre violência contra as mulheres: uma análise interpretativa de produtos comunicativos provenientes de campanhas brasileiras**. 182 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____, G. L. **Mulheres na sala de aula.** In História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English.** New York: Palgrave, 2005.

MARTINS, A. P. A. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na Contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia.** Vol.4, Nº1.Jan.abr.2015.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2010, vol.18, n.36, pp.67-92. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 12 jan 2019

MENEZES, R. S. S. **Feminilidades em Primeira Pessoa: Narrativas Plurais, Vivências Singulares de Mulheres nos 'Negócios'.** 2012.Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, A. R. A. **Um estudo sobre a dinâmica identitária de professoras gerentes de uma universidade pública** Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Administração. Lavras: UFLA, 2010. 162 p.

MORAES, L. V dos S. **A trajetória de mulheres reitoras em Santa Catarina: ser mulher é apenas um detalhe?** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

MORGANE, M. M., & NADER, M. B. (2014). O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf

MOTTA, A. B. da; SARDENBERG, C.; e GOMES, M. (orgs). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas** - Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

NOGUEIRA, M. C. O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n.2, p. 57-72, 2006

OLIVEIRA, D. M. de. **O sistema de Avaliatividade: Aspectos teóricos e práticos.** ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 15 | jan./jun. de 2014

OLIVEIRA, R. As pedras no bolso do feminismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 2, 3, nov. 1983

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia.** Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983

OSTERMANN, A. C. & FONTANA, B. (Orgs.) **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 166 p.

PAIVA, K. C. M. **Gestão de competências e a profissão docente: um estudo em universidades no Estado de Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007

PEDRO, J. M. Meu corpo, minhas regras. In: **REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Ano 10, nº 113- Fev. 2015.

_____, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEREIRA, A.L.C. SILVA, A.B.S As competências gerenciais nas instituições federais de educação superior. **CADERNOS EBAPE.BR**, v. 9, Edição Especial, artigo 9, Rio de Janeiro, Jul. 2011

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru-SP: Edusc, 2005

_____, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007

_____, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2010, vol.18, n.36, pp.15-23. ISSN 0104-4478.

_____, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

PIOVESAN, F. **Direitos civis e políticos: a conquista da cidadania feminina**. In: O progresso das mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA; 2006. p. 32-52

PIRES, G. F. **“E a bela ainda é fera” : análise discursivo-crítica das performatividades de gênero nas entrevistas da revista Roadie Crew**. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

PRATES, P. L. **A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher**. 302 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

QUELHAS, F.C. Mulheres executivas no Mercado de Trabalho. **Anais do VI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO** - Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<http://tupi.fisica.ufmg.br/michel.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015

RAJAGOPALAN, K. **Por uma Linguística Crítica**. Línguas e Letras. Cascavel, vol8, n. 14, 1º Sem, pp. 13-20, 2007. Disponível in: <file:///C:/Users/Compaq/Downloads/900-3198-1-PB.pdf>

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RANGEL, P. D. **Movimento feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil**. 2012. 224 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RESENDE, V. M & RAMALHO, V. S. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, K. Sementes da Revolução. In: **REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Ano 10, nº 113- Fev. 2015

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2013

_____, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p

SANTOS, C. S. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006

SANTOS, J. A. dos. **DESIGUALDADE DE RAÇA ENTRE AS MULHERES Participação racial e de gênero nas categorias gerentes, empregados especialistas, empregados qualificados e supervisores no Brasil - 1992 a 2005**. 123 f. Tese (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. 2012. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em 21 jan 2018

SARMENTO, R. **Das sufragistas às feministas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SAYER, A. Características chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo. In: **Estudos de Sociologia**. Rev. do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE. 2000. 6(2): 7-32.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**, vol.16, n.1, 2008, p.173-186.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul/dez 1995, pp.71-99

SILVA, T. M. G. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SILVA, T.T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000

SOIHET, R. Divididas para avançar. In: **REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL**. Ano 10, nº 113- Fev. 2015. Entrevista concedida a Nashla Dahás e Bruno Garcia

SORJ, B. O Feminismo Adentra a Academia: dois olhares sobre Heleieth Saffioti. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 1, 1995.

SOUZA, C. A. de L. **Discursividades em um plano de desenvolvimento agrário: facetas de práticas sociais (re)produzidas**. 2015. 300 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUZA, D. M. de. **“Mais uma menina que se veste de menino”:** uma análise discursivo crítica das representações de Tereza Brant. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SOUZA, J. P. G.; GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

STEIL, A.V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo v. 32, n.3, p. 62-69, julho/setembro1997

SWAIN, T. N. **Por falar em Liberdade...** In: Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

_____, T. **Introducing Social Semiotics**. London and New York: Routledge, 2005

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

VIAN JR. O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

VIANA, K. **Representações linguístico-discursivas de mulheres gestantes em situação prisional: uma análise de discurso crítica**. 2016. 390 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VIEIRA, V. de F. **Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital**. 2012. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WHITE, P. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, volume 4, número especial, 2004, disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/08.htm>>. Acesso em 2 dez 2015

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WOODWARD, K. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000

ZARIFIAN, P. **Valor, organização e competência na produção do serviço - esboço de um modelo de produção de serviço**. In: SALERNO, M.S. *Serviço: produção, desempenho e trabalho*. São Paulo: Senac, 2001.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2007.

Anexos

1- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A Sra está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa ““LUGAR DE MULHER É NA REITORIA””: análise discursivo-crítica das formações identitárias e

relações de poder de mulheres reitoras nas IFES mineiras”. Pedimos a sua autorização para a realização de entrevistas gravadas em áudio, que serão transcritas e analisadas no desenvolvimento da tese. A utilização da sua entrevista está vinculada somente a este projeto de pesquisa. Nesta pesquisa pretendemos analisar as formações identitárias da mulher que ocupa cargos de Reitora ou vice-reitora em universidades federais mineiras, de forma a refletir sobre as relações de poder ali construídas, além de ter, como objetivos específicos: identificar os elementos linguístico-discursivos que performatizam a(s) identidade(s) das entrevistadas e a maneira como influenciam nestas formações; analisar os significados representacionais e identificacionais nos dados coletados nas entrevistas; analisar o sistema de avaliabilidade nas entrevistas de acordo com as categorias propostas por Peter White (2004), buscando perceber de que maneira se posicionam as entrevistadas em relação a suas próprias performances. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: gravação das entrevistas em áudio, em seguida transcrição do áudio em texto e análise do áudio em programa de análise textual, com vistas a facilitar a análise do material. Importante destacar que a sua identidade será mantida em sigilo. Você poderá sentir-se desconfortável na resposta às perguntas da pesquisa, mas o entrevistado terá todo o direito de não responder aquilo que não se sentir à vontade, além *disso*, o risco de quebra de sigilo não existirá pois o entrevistado não será identificado por seu nome nem qualquer dado que permita identificá-lo. As informações serão importantes para a descoberta de novos conhecimentos, capazes de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas na área. A sua participação na pesquisa não acarretará gastos. A pesquisadora será a única a ter acesso aos dados e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo. Você tem o direito de não querer participar ou de sair do estudo a qualquer momento. Em caso de decidir retirar-se da pesquisa, deverá notificar a pesquisadora. Você também poderá ser desligada do estudo a qualquer momento, sem o seu consentimento, caso não participe quando solicitada e quando o estudo terminar. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, mas mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. A pesquisa contribuirá para a análise de avanços dos papéis das mulheres como gestoras, principalmente de ambientes como o universitário, que, além de ambiente docente, se torna também um ambiente administrativo quando a universidade é gerida por um reitor/reitora.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na UFMG, e a outra será fornecida à senhora. Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala 4113 da Faculdade de Letras da UFMG e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “LUGAR DE MULHER É NA REITORIA”: análise discursivo-crítica das formações identitárias e relações de poder de mulheres reitoras nas IFES mineiras”, de maneira clara e detalhada e

esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Rubrica do pesquisador:

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do participante

Data

Assinatura do participante

Nome completo do Pesquisador Responsável: Sônia Maria de Oliveira Pimenta
Endereço: Faculdade de Letras/ UFMG Gabinete 4113

Av. Antônio Carlos,

6627 Pampulha CEP:

31270-901 / Belo

Horizonte – MG

Telefones: (31) 3409-

6014

E-mail: soniapimenta1@gmail.com

Assinatura do pesquisador (mestrando ou doutorando) Data

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar: COEP- UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º

andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG

– Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592.

2- Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿LUGAR DE MULHER É NA REITORIA¿: análise discursivo-crítica das formações identitárias e relações de poder de mulheres reitoras nas IFE¿ mineiras

Pesquisador: Sônia Maria de Oliveira Pimenta

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66807317.7.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.067.030

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa se propõe a analisar formações identitárias e as relações de poder no contexto de trabalho de mulheres reitoras/vice-reitoras em Instituições de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, à luz dos princípios e categorias propostos pela Análise discursiva textualmente orientada, nos moldes de Norman Fairclough (2003).

Nossas perguntas de pesquisa são as seguintes: Quais características e comportamentos ajudam na performance identitária de mulheres reitoras/vice-reitoras?

Como elas lidam com as identidades de mãe, professora, esposa, gestora e qual a influência dessas funções sociais em sua gestão institucional? Quais aspirações pessoais contribuíram para tais conquistas profissionais? Mesmo estando em tais cargos de gestão, ainda há uma sobreposição de identidades antigamente preconizadas como “ideais ” às mulheres e à sua nova situação?

Esta pesquisa se justifica porque agrega três aspectos cruciais sobre o tema: 1) a luta da mulher para conquistar direitos antes negados a elas, tais como o trabalho e a gestão em uma empresa/instituição; 2) a relação entre gestão e poder; e 3) a relação entre identidade de gênero e empoderamento feminino. Para realização dessa pesquisa, serão gravadas entrevistas face a face com uso de questionário semi-estruturado com as reitoras e vice-reitoras e, após a transcrição

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

Das mesmas, o corpus será construído, sistematizado e analisado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: "analisar as formações identitárias da mulher que ocupa cargos de Reitora ou vice-reitora em universidades federais mineiras, de forma a refletir sobre as relações de poder ali construídas".

Objetivos Específicos ou derivados:

- Identificar os elementos linguístico-discursivos que performatizam a(s) identidade(s) das entrevistadas e a maneira como influenciam nestas formações.
- Analisar os Significados representacionais e identificacionais nos dados coletados nas entrevistas;
- Analisar o sistema de avaliatividade nas entrevistas de acordo com as categorias propostas por Peter White (2004), buscando perceber de que maneira se posicionam as entrevistadas em relação a suas próprias performances". toras e vice-reitoras das universidades federais mineiras, das quais, num total de 11, em 7 delas, há mulheres exercendo tais cargos de poder, no ano de 2014".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Com relação aos riscos, a proponente destaca um possível desconforto em responder a questões atinentes ao status profissional acadêmico, o qual poderá ser minimizado pelo exercício da recusa prévia daquelas perguntas que puderem provocar constrangimento, bem como pela garantia de sigilo.

Com referência aos benefícios da pesquisa, a proponente afirma que "contribuirá para a análise de avanços dos papéis das mulheres como gestoras, principalmente de ambientes como o universitário, que, além de ambiente docente, se torna também um ambiente administrativo quando a universidade é gerida por um reitor/reitora".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta relevância na medida em que pretende se aproximar científica e metodologicamente de dados e elementos que permitam a compreensão qualificada da inserção feminina na gestão na administração central de atividades acadêmico científicas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No parecer anteriormente exarado pelo Colegiado do COEP se indicavam modificações necessárias no TCLE componente da proposta examinada, como pendências.

No documento "carta_resposta_pendencia", a pesquisadora responsável enumera as alterações

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Somos favoráveis à aprovação do projeto "LUGAR DE MULHER É NA REITORIA: análise discursivo- crítica das formações identitárias e relações de poder de mulheres reitoras nas IFEs mineiras".

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o COEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	66807317parecerass.pdf	16/05/2017 19:06:33	Vivian Resende	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_870087.pdf	11/05/2017 14:45:25		Aceito
Outros	carta_resposta_pendencia.doc	11/05/2017 14:44:36	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEUFMG2017_modificado.doc	11/05/2017 14:43:48	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
Outros	Encaminhamento_projeto.doc	06/04/2017 08:33:34	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
Outros	Parecer_DO_PROJETO.pdf	06/04/2017 08:31:01	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	06/04/2017 08:29:25	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
Outros	entrevista.docx	06/04/2017 08:27:33	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEUFMG2017.doc	06/04/2017 08:26:54	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	PROJETO_PAULINE.pdf	06/04/2017 08:26:16	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Investigador	PROJETO_PAULINE.pdf	06/04/2017 08:26:16	PAULINE FREIRE PIMENTA	Aceito
Outros	66807317aprovacaoass.pdf	16/05/2017 19:10:01	Vivian Resende	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

BELO HORIZONTE, 16 de Maio de 2017

Assinado por: Vivian Resende (Coordenador)

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br